

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Lydsson Agostinho Gonçalves

O sincretismo do morfema *-r* em latim:
uma abordagem baseada em incorporação

Juiz de Fora

2021

Lydsson Agostinho Gonçalves

O sincretismo do morfema *-r* em latim:
uma abordagem baseada em incorporação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Roberta Gabbai Armelin

Juiz de Fora

2021

Gonçalves, Lydsson Agostinho.

O sincretismo do morfema -r em latim : uma abordagem baseada em incorporação / Lydsson Agostinho Gonçalves. -- 2021.
200 p. : il.

Orientadora: Paula Roberta Gabbai Armelin

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2021.

1. sincretismo. 2. incorporação. 3. estrutura argumental. 4. voz passiva. 5. Morfologia Distribuída. I. Armelin, Paula Roberta Gabbai, orient. II. Título.

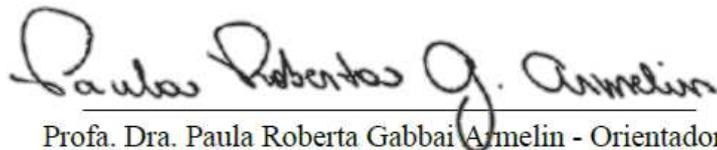
Lydsson Agostinho Gonçalves

O sincretismo do morfema -r em latim:
uma abordagem baseada em incorporação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2021.

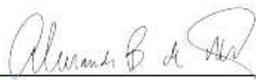
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Paula Roberta Gabbai Armelin - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Alessandro Boechat de Medeiros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Regina, que sempre esteve presente com um apoio incondicional aos meus estudos, realizando inúmeros sacrifícios para permitir que eu chegasse até aqui. À minha irmã, Mariella, às minhas tias, Maria Tereza, Luzia e Aneliza, e à minha avó, Marieta, por sempre acreditarem em mim. Ao meu pai, Hilton, *in memoriam*.

Expresso minha gratidão por todos os professores que fizeram parte desta jornada na UFJF, em especial a minha orientadora, Paula, que abraçou o trabalho com todo o entusiasmo. Com o seu vasto conhecimento, uma didática incrível e paciência para lidar com as dificuldades e contratemplos, sempre de bom humor, eu não poderia estar em melhor companhia durante estes dois anos. Agradeço também à professora Mercedes Marcilese, que, tendo me orientado no meu primeiro IC, ainda na graduação, auxiliou-me nos meus primeiros passos em pesquisa científica; sem as suas contribuições, hoje eu certamente não estaria aqui.

Aos professores que compõem a banca examinadora, na condição de membros titulares ou suplentes, pela disponibilidade e pelas contribuições que certamente valorizarão o trabalho imensamente.

Às amigas que me acompanharam nesta jornada, em especial a Bia, a Letícia e a Isadora, deixo registrado que sua presença fez toda a diferença nos momentos mais difíceis. À amiga e colega de mestrado, Maíra, agradeço pelas excelentes discussões e pelo companheirismo dentro e fora da universidade. À amiga e colega de orientação Dalila, também agradeço a oportunidade de debater e trabalhar com você, o que certamente enriqueceu o meu trabalho. E, pelo carinho e grande paciência para me ouvir nos momentos de empolgação e preocupação, agradeço ao meu companheiro, Cassiano. Obrigado por estar ao meu lado.

Por fim, agradeço às agências de fomento que possibilitaram que eu me dedicasse de maneira plena a esta pesquisa com o seu apoio, a UFJF e a CAPES.

RESUMO

Este trabalho investiga o sincretismo da morfologia passiva em latim. Nessa língua, o sufixo que realiza a voz passiva (cujo *default* é realizado como *-r*) também é encontrado em construções impessoais, anticausativas e contextos médios, bem como nos verbos depoentes, classe definida por sempre se manifestar na forma passiva, embora possua sentido ativo. Esse tipo de sincretismo não se limita ao latim, sendo observado em outras línguas de diferentes famílias e, ocasionalmente, envolve também o domínio dos verbos reflexivos. No intuito de oferecer uma explicação de cunho amplo, parte-se dos trabalhos anteriores de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) e, sob o modelo teórico da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), apresenta-se uma proposta de derivação que postula que a marca sincrética é, na verdade, um argumento verbal não referencial – isto é, uma variável – que é incorporado ao verbo pós-sintaticamente. Os diferentes contextos em que a marca aparece são resultantes da posição original que esse argumento ocupava: interno ou externo. A presença da variável na posição de argumento interno faz com que ela se ligue ao argumento externo, produzindo a interpretação reflexiva. Na posição de argumento externo, não havendo outro DP mais alto com o qual se ligar, ela não pode receber papel- θ ou Caso. Como resultado da ausência de papel- θ , a variável é lida como um expletivo em LF. A ausência de Caso é um problema para PF, onde é checado o filtro do Caso (LEVIN, 2015). Para que a derivação não seja perdida, a variável sofre incorporação ao domínio verbal, via Deslocamento Local, nos termos de Levin (2014, 2015). Essa configuração, em diferentes sabores de *Voice* (FOLLI & HARLEY, 2005), produz diferentes interpretações. A voz passiva e o domínio impessoal, tratados como um mesmo fenômeno, diferenciado apenas pela presença de um agente da passiva, resultam da incorporação da variável na posição de argumento externo de um *Voice*_{DO}. Por sua vez, a variável no especificador de um *Voice*_{CAUSE} gera os anticausativos. Nos contextos médios, ocorre a incorporação de uma variável na posição de argumento externo, enquanto o argumento de um núcleo Appl (PYLKKÄNEN, 2008) é promovido à posição de sujeito sintático. Verbos depoentes se dividem em três tipos: seguindo Alexiadou (2013), propõe-se que os agentivos são, em verdade, médios, e, por isso, são derivados da mesma maneira; os depoentes que envolvem sujeitos experienciadores projetam tal argumento via um núcleo EXP e têm a posição de argumento externo ocupada pela variável, que se incorpora; depoentes anticausativos são o resultado da incorporação do argumento de Appl numa estrutura sem *Voice*.

ABSTRACT

This study investigates the syncretism of Latin's passive morphology. In that language, the suffix that realizes the passive voice (as a default, *-r*) is also found in impersonal, anticausative and middle contexts, as well as in the deponent verbs, a class defined by always surfacing in the passive form, even though it has an active sense. That kind of syncretism is not limited to Latin, being present in other languages from different families, and occasionally also involves reflexive verbs. With the goal of offering a comprehensive explanation, this study builds on the previous works of Schäfer (2008) and Lazzarini-Cyrino (2015) and, under the theoretical model of Distributed Morphology (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), it presents a proposal in which the syncretic marker is a non-referential verbal argument – a variable – incorporated into the verb post-syntactically. The different contexts in which the marker appears are dependent on the original position that argument occupied, the external or the internal one. The presence of the variable in the internal argument position causes it to be bound to the external argument, producing the reflexive interpretation. In the external argument position, since there's no higher DP for it to be bound with, it cannot receive a θ -role or Case. As a result of not having a θ -role, it is read as an expletive in LF. The absence of Case is a problem for PF, where the Case filter is checked (LEVIN, 2015). To prevent the derivation from crashing, the variable is incorporated into the verbal domain, through Local Dislocation, in the terms of Levin (2014, 2015). That configuration, in different flavors of Voice (FOLLI & HARLEY, 2005), produces different interpretations. The passive voice and the impersonal domain, here considered to be the same phenomenon, differentiated only by the presence of a *by-phrase*-introduced agent, result from the incorporation of a variable in the external argument position of a Voice_{DO}. The same operation in a Voice_{CAUSE} generates anticausatives. In the middle contexts, there's an incorporation of a variable in the external argument position, while the argument of an Appl head (PYLKKÄNEN, 2008) is promoted to syntactic subject. Deponent verbs are split into three types: following Alexiadou (2013), the agentive deponents are reinterpreted as actually middle verbs and, as such, they are derived in the same manner; deponents involving experiencer subjects project that argument via an EXP head and their external argument position is filled by the variable, which then incorporates; anticausative deponents are the result of the incorporation of the Appl argument in a Voice-less structure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de gramática da Morfologia Distribuída	20
Figura 2 – Distribuição das marcas sincréticas	42
Quadro 1 – Domínios do SPR translinguisticamente	43
Quadro 2 – Síntese das propostas de análise do SPR presentes na literatura	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sincretismo dativo/ ablativo plural em latim	33
Tabela 2 – Decomposição de Casos em latim	36
Tabela 3 – Classificação de raízes e seus efeitos sintáticos (aplicado ao latim)	134

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A NATUREZA DESTA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E PANORAMA	14
2.1	MODELO TEÓRICO: MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA	17
2.2	PROPOSTA GERAL: ARGUMENTOS INCORPORADOS	24
2.3	OBJETIVOS: SISTEMATIZANDO AS QUESTÕES E A HIPÓTESE	29
2.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	31
3	O FENÔMENO: DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA	32
3.1	O SINCRETISMO: CARACTERIZAÇÃO GERAL	32
3.2	DERIVANDO SINCRETISMOS: UM EXEMPLO DO LATIM	35
3.3	O SINCRETISMO PASSIVO-REFLEXIVO	39
3.4	O SPR EM LATIM	44
3.4.1	Passivas canônicas	45
3.4.2	Passivas impessoais	48
3.4.3	Anticausativos	49
3.4.4	Contextos médios	52
3.4.5	Verbos depoentes	55
3.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	60
4	REVISÃO DA LITERATURA	63
4.1	PROPOSTAS LEXICALISTAS	63
4.2	SINCRETISMO COMO ESTRATÉGIA DE REPARO FONOLÓGICO	67
4.3	PROPOSTAS BASEADAS EM <i>v/ Voice</i>	73
4.4	PROPOSTAS ARGUMENTAIS	80
4.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	91
5	DERIVANDO O SINCRETISMO PASSIVO EM LATIM	92
5.1	PRESSUPOSTOS GERAIS PARA A DERIVAÇÃO VERBAL	92
5.1.1	Estabelecendo uma visão de raiz como índices	93
5.1.2	A introdução de argumentos	95
5.1.3	Discutindo as relações de localidade	96
5.2	DERIVANDO VERBOS: ESTRUTURAS SIMPLES	99
5.2.1	Verbos transitivos	99
5.2.2	Verbos reflexivos	107

5.3	DERIVANDO O SUFIXO <i>-r</i> : PADRÃO GERAL	110
5.3.1	O estatuto afixal da variável	114
5.3.2	Incorporação pós-sintática	122
5.3.3	Inserção de vocabulário	123
5.3.4	O estatuto morfológico das marcas de SPR	129
5.4	MOTIVAÇÕES PARA O SURGIMENTO DA MARCA	132
5.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	135
6	O SPR NOS CONTEXTOS: ESTRUTURAS SIMPLES	137
6.1	PASSIVAS	137
6.2	IMPESSOAIS	140
6.3	ANTICAUSATIVOS	145
6.3.1	Anticausativos marcados	147
6.3.2	Anticausativos não marcados	148
6.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	152
7	O SPR NOS CONTEXTOS: ESTRUTURAS COMPLEXAS	154
7.1	O DOMÍNIO MÉDIO	154
7.1.1	Estruturando o domínio médio	156
7.1.2	Derivando o domínio médio	159
7.2	VERBOS DEPOENTES	165
7.2.1	Os depoentes na literatura	167
7.2.2	Derivando depoentes	173
7.2.2.1	<i>Depoentes médios transitivos</i>	173
7.2.2.2	<i>Depoentes experienciadores</i>	178
7.2.2.3	<i>Depoentes inacusativos</i>	186
7.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	188
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
	REFERÊNCIAS	192

1 INTRODUÇÃO

O sincretismo é um fenômeno bastante comum nas línguas naturais, sendo identificado quando uma mesma forma morfológica desempenha mais de uma função sintática. Exemplos clássicos de sincretismo incluem o *-ed* final em inglês, encontrado tanto no passado simples (e em todas as pessoas) quanto nos participios regulares, e a primeira e terceira pessoas do singular no pretérito imperfeito em português, realizadas também por formas idênticas. Muito embora diferentes línguas apresentem diferentes sincretismos, em ambientes sintáticos de naturezas muito diversas, existe um conjunto de construções que parece propenso a ser sincretizado translinguisticamente. É o que chamamos neste trabalho de SPR, ou “sincretismo passivo-reflexivo”, seguindo a nomenclatura de Lazzarini-Cyrino (2015). Nesse tipo de sincretismo, é observada uma expansão do uso da morfologia que expressa as passivas ou os reflexivos numa determinada língua, e ela passa a marcar também uma série de outras estruturas, geralmente as impessoais, os anticausativos e o domínio médio.

O objetivo deste trabalho é investigar a estruturação do SPR na língua latina, em que ele se faz presente via o morfema final *-r*, realizando-se em todos os contextos citados acima, à exceção dos reflexivos, além de incluir ainda um adicional: os verbos depoentes. Entendendo que a identidade de forma entre tais contextos decorre de processos que os relacionam subjacentemente, almejamos uma descrição teórica capaz de unificá-los. Para tanto, este trabalho é desenvolvido sob o quadro da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; e trabalhos subsequentes), doravante MD, um modelo de base gerativa que se situa na vertente não lexicalista dos estudos dessa tradição. A MD rejeita a existência de um léxico nos moldes tradicionais da vertente lexicalista do gerativismo, isto é, como um local de formação e armazenamento de palavras. Para a MD, todas as estruturas complexas, como palavras e sentenças, são construídas num mesmo componente, a sintaxe, o que abre novos caminhos para a exploração de fenômenos morfossintáticos como o sincretismo.

Na busca pelo ponto comum entre esses diferentes contextos, Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que a chave é a noção de afetação do sujeito, sobre o qual recai a ação em todos eles – seja ela desencadeada por ele mesmo, como nos reflexivos, ou por alguma entidade ou força externa, como nas passivas e anticausativos. Essa ideia de maior de afetação do sujeito seria o ponto de partida, assim, para uma perda de oposição entre os diferentes contextos, instaurando-se o sincretismo. Nossa pesquisa parte das observações desse autor, cujo trabalho, por sua vez, inspira-se no de Schäfer (2008). A partir de tais propostas, desenvolvemos um sistema em que

a peça sincrética detém a natureza de um argumento, sendo que sua posição de base (interno ou externo), bem como a configuração sintática da estrutura como um todo, promovem diferentes leituras.

Na implementação da nossa análise, propomos que o que permite que todos esses contextos se sincretizem, além da sua associação conceitual, é o fato de todos possuírem, em alguma parte da sua estrutura sintática, uma variável – isto é, um elemento nominal não referencial. Ao contrário de DPs ou NPs plenos, variáveis não possuem traços- ϕ , como os de número e pessoa, inerentemente valorados, sendo forçadas a buscar tais traços através de algum referente. Quando essa busca é bem-sucedida, o resultado é uma estrutura reflexiva, já que ambos os elementos passam a possuir os mesmos valores. O insucesso dessa busca por traços, por outro lado, a princípio deveria impedir que a derivação prossiga adiante, por constituir uma violação do Princípio A da Teoria de Ligação (CHOMSKY, 1982). Todavia, propostas recentes, como a de Preminger (2011, 2013), vêm apontando para a possibilidade de traços não valorados sobreviverem à derivação. Seguindo essa linha de raciocínio, nossa análise explora as consequências de uma variável não ligada em posições altas da estrutura sintática, identificando-a como o elemento subjacente aos contextos sincréticos do SPR.

Dentro desse sistema, nos verbos reflexivos, a variável ocupa a posição de argumento interno, ligando-se ao argumento externo. Por outro lado, caso uma variável ocupe a posição de argumento externo, não haverá outro DP mais alto disponível para valorar seus traços- ϕ . A consequência imediata dessa configuração será não um impedimento da derivação, mas a presença de um elemento que não poderá ser interpretado em LF (*logical form*/ “forma lógica”), sendo lido como um expletivo. No ramo de PF (*phonological form*/ “forma fonológica”), todavia, haverá um problema. Assumindo, nos termos de Heintz (2005), que Caso é um traço valorado como consequência de *Agree* e que a ligação entre DP e variável é essencialmente um tipo de *Agree*, essa configuração não permite que a valoração de Caso na variável aconteça. Ao contrário dos traços- ϕ , o traço de Caso tem o potencial de causar um *crash* derivacional em PF (LEVIN, 2015), caso nada seja feito.

Na MD, o ramo de PF possui à sua disposição algumas operações das quais pode lançar mão em determinadas situações, promovendo ajustes na estrutura oriunda da sintaxe de modo a adequá-la às necessidades de externalização da língua ou solucionar incongruências. Uma dessas operações é o Deslocamento Local, mecanismo através do qual a relação de c-comando entre dois elementos adjacentes é substituída por uma de adjunção (EMBICK & NOYER, 2001): determinado núcleo sintático é movido para um núcleo adjacente, formando um núcleo

complexo, o que produz uma “afixação sob adjacência” (LEVIN, 2015, p. 98). Nossa proposta é que, para salvar a derivação, a variável sem Caso simplesmente é movida, via Deslocamento Local, para o núcleo verbal mais próximo, T, afixando-se a ele. Tornando-se parte da projeção estendida de um verbo, não existe mais a necessidade de marcação com Caso, e a derivação é liberada para prosseguir. O resultado dessa configuração é a realização do sufixo *-r*.

Na nossa proposta, então, de maneira geral, todos os contextos do SPR em latim se originam dessa maneira, com as diferentes interpretações sendo decorrentes da estrutura sintática. Na especificação da estrutura, o núcleo que introduz o argumento externo, *Voice*, possui papel fundamental. Assim, adaptando a tipologia de Folli & Harley (2005), propomos que *Voice* pode ser de dois sabores, DO ou CAUSE. O primeiro introduz um argumento externo agentivo, e o segundo, por sua vez, introduz um causativo. A presença da variável na posição de argumento externo em uma estrutura de *Voice*_{DO}, portanto, produz a construção passiva, em que se infere a existência de um agente, mas não é possível identificá-lo. Em uma estrutura similar, mas com o sabor *Voice*_{CAUSE}, o resultado será a leitura anticausativa, em que se infere uma causa não volitiva. As construções impessoais, idênticas morfologicamente às passivas em latim, são tratadas aqui como parte do mesmo domínio, já que apenas a projeção de um agente da passiva pode eliminar a leitura impessoal e forçar uma interpretação mais específica.

Os três contextos acima resultam de estruturas sintáticas simples, enquanto médios e depoentes são detentores de núcleos adicionais, que interagem com a variável para promover suas leituras específicas. No caso dos médios, assumimos, como Alexiadou (2013), que um núcleo Appl (PYLKKÄNEN, 2008) é responsável pela introdução do elemento que, posteriormente, se tornará o sujeito sintático. Diferentemente dessa autora, porém, assumimos que *Voice* também introduz o seu próprio argumento: a variável. Como nos três primeiros contextos, a variável precisará se incorporar, pois não encontra referente na estrutura sintática. A diferença em relação aos contextos anteriores é que, nos médios, não é o argumento interno, de papel- θ paciente ou tema, que se torna sujeito, mas sim o argumento do núcleo Appl, cujo sentido é menos especificado (KIM, 2012; ALEXIADOU, 2013). O resultado é a associação desse argumento tanto com a origem quanto com o ponto final do evento, a característica básica do domínio médio (KEMMER, 1993).

Já os verbos depoentes, tradicionalmente caracterizados como detentores de sentido ativo e morfologia passiva, são analisados de acordo com suas propriedades individuais, uma vez que diversos autores (XU *et al.*, 2007; ALEXIADOU, 2013; entre outros) já apontam questionamentos à caracterização gramatical clássica. Como resultado, identificamos três

estruturas diferentes dentro desse grupo. Propomos que os depoentes cujo sentido se mostra mais próximo do que se esperaria de uma voz ativa são, em verdade, médios, sendo, então, derivados como tais. Um segundo grupo de depoentes, por sua vez, apresenta o papel- θ experienciador no seu sujeito. Para esses depoentes, propomos uma estrutura semelhante à dos médios, mas com um núcleo EXP, inspirado nas observações de Pesetsky (1995) e localizado em posição análoga ao Appl, como responsável por introduzir o experienciador. Finalmente, depoentes cujo sentido não carrega qualquer aspecto ativo não projetam *Voice*, mas ainda possuem a variável na sua estrutura, desta vez introduzida por Appl. Sem argumento externo, essa variável passa a ser o DP mais alto na estrutura, e os mesmos efeitos detectados em outros contextos se repetem. O resultado final é que a variável se incorpora em PF, gerando mais uma estrutura sincrética.

As derivações propostas neste trabalho contribuem com os estudos sobre o SPR tanto no latim – promovendo uma análise detalhada da peça sincrética e das estruturas em que se realiza na língua – quanto também de maneira mais ampla, pois o fazemos com base em princípios passíveis de aplicação translinguística.

Nesta introdução, que constitui o capítulo 1 do trabalho, apenas adiantamos a proposta geral, mas sua implementação em verdade exige reflexões mais complexas, as quais se darão ao longo dos capítulos a seguir. Para tanto, estruturamos a dissertação da seguinte maneira: no capítulo 2, apresentamos um panorama da pesquisa, estabelecendo nossos pressupostos teóricos e as bases da proposta, no intuito de oferecer, de imediato, uma perspectiva mais ampla sobre eles; no capítulo 3, dedicamo-nos à descrição do fenômeno e dos diversos contextos nos quais ele se manifesta em latim; no capítulo 4, fazemos uma revisão da literatura sobre o sincretismo passivo-reflexivo, contemplando algumas das principais linhas de análise para a explicação do fenômeno; no capítulo 5, procedemos à análise do SPR no latim propriamente, e derivamos os processos gerais que geram esse tipo de sincretismo; no capítulo 6, aplicamos a teoria construída até então para derivar os contextos passo a passo, especificamente as passivas, as impessoais e os anticausativos; no capítulo 7, derivamos os dois contextos restantes, os médios e os depoentes; enfim, encerramos esta dissertação com nossas considerações finais, que configuram um capítulo 8.

2 A NATUREZA DESTA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E PANORAMA

Neste trabalho, investigamos o sincretismo observado na morfologia passiva em latim, com o intuito de propor uma estrutura sintática capaz de derivar todos os contextos nos quais ela se manifesta, quais sejam: voz passiva canônica, voz média, impessoais, anticausativos e verbos depoentes. Particularmente, exploramos o sufixo *-r* (e seus alomorfes) encontrado nas construções sintéticas da língua, as quais se realizam apenas no *īnfectum*, assumindo que a estrutura analítica, do *perfectum*¹, embora também seja sincrética, seja formada por meio de outros mecanismos, por não apresentar esse sufixo. A hipótese de base que guia o trabalho é a de que a identidade morfológica entre esses contextos não seja acidental, mas sim fruto de um mesmo processo subjacente. Definimos como escopo empírico do trabalho, assim, todas as construções da língua latina que exibem a marca morfológica *-r*.

De maneira geral, o sincretismo é um fenômeno caracterizado pela reincidência de uma mesma marca morfológica em mais de um contexto sintático. Essa identidade de formas gera uma espécie de *mismatch* entre sintaxe e morfologia, pois, ainda que sejam ambientes em que se identificam funcionamentos sintáticos diversos, a distinção não encontra contraparte na morfologia. Por isso, esse tem sido um fenômeno de grande valor para os estudos linguísticos, pois abre caminho para que sejam investigados os pontos de interseção entre morfologia e sintaxe. Particularmente, essas interações são objetos de interesse da MD, um modelo teórico que rompe as barreiras entre morfologia e sintaxe, submetendo ambas às mesmas regras de funcionamento. Essa integração parece capaz de oferecer meios adequados para a investigação do fenômeno do sincretismo.

O tipo específico de sincretismo a ser abordado no trabalho ocorre quando os mesmos dispositivos utilizados por uma determinada língua para a composição da sua voz passiva são compartilhados também com outros tipos de construção, em geral as anticausativas, as impessoais, os contextos médios e, por vezes, também os reflexivos. Em latim, o morfema que expressa a voz passiva, cuja realização *default* é *-r*, dispõe da capacidade de estender seu domínio de atuação para parte desses outros ambientes sintáticos. As passagens abaixo ilustram essa multiplicidade de usos:

¹ *īnfectum* e *perfectum* são termos usados pelas gramáticas latinas para classificação dos tempos verbais, e correspondem, grosso modo, às noções de aspecto imperfeito e perfeito, respectivamente. Em latim, os tempos presente, pretérito imperfeito e futuro são considerados tempos do *īnfectum*, enquanto o pretérito perfeito, o mais-que-perfeito e o futuro perfeito são tempos do *perfectum*.

(1) (Cícero, *De legibus*, 1.18)

Vbi illa s̄ancta am̄icitia, s̄i n̄on ipse am̄icus per s̄e am̄atur t̄ot̄o pectore, ut d̄icitur?

“E o que será daquela sagrada amizade, se o próprio amigo não é amado pelo que é, de corpo e alma, como se diz?”

(2) (Virgílio, *Bucólicas*, VII)

P̄ast̄or̄ēs, heder̄a cr̄escentem ōrn̄ate pōetam, Arcades, inuidīa rumpantur ut īlia Cōdro.

“Pastores acadianos, adornai o poeta em ascensão com uma hera, para que as entranhas se rompam em Codro com a inveja.”

(3) (Cícero, *Arat. Phaenom*, 462, 26)

Abditur Ōr̄iōn.

“Órion se esconde.”

(4) (Salústio, *A conjuração de Catilina*, 20)

Rēs, tempus, per̄icula, egest̄as, bell̄i spolia magnifica magis quam ōr̄atiō mea uōs hortantur.

“Que a república, o tempo, os perigos, a necessidade e os magníficos espólios da guerra vos exortem mais que a minha eloquência.”

Ambos os verbos presentes no trecho (1), *am̄atur* e *d̄icitur*, apresentam o mesmo morfema *-r* final que as gramáticas latinas caracterizam como parte da construção da voz passiva. Entretanto, enquanto o primeiro deles é uma voz passiva canônica, o segundo suscita uma leitura impessoal. No exemplo (2), por outro lado, essa mesma marca é encontrada em um verbo anticausativizado, *rumpantur*. Já em *abditur*, no trecho (3), encontra-se um uso médio, uma espécie de intermediário entre o anticausativo e o reflexivo, uma vez que não se trata de um evento sem causa, mas também não se pode dizer que o agente atua sobre si mesmo; ao invés disso, sua ação naturalmente envolve a si mesmo. Por fim, a forma *hortantur*, presente no trecho (4), é um verbo depoente, classe pouco comum translinguisticamente e caracterizada pelo fato de se manifestar na voz passiva, embora sintática e semanticamente seja ativa².

² Como adiantado no capítulo 1, a semântica ativa dos verbos depoentes tem sido questionada (cf. XU *et al.*, 2007; ALEXIADOU, 2013; GRESTENBERGER, 2017; entre outros). A natureza desses verbos e a semântica associada a eles será brevemente debatida adiante, ainda neste capítulo, e será retomada mais a fundo no capítulo 7.

Essa extensão do uso da morfologia da voz passiva não é uma exclusividade do latim; outras línguas, como o grego (antigo e moderno) e o albanês, apresentam tal sincretismo. Além disso, mesmo em línguas em que a voz passiva não é formada via morfologia, como o português e outras línguas neolatinas, não é incomum que a mesma marca seja compartilhada pelos contextos anticausativos, impessoais, reflexivos e outros. Em português, por exemplo, o clítico *se* realiza todas essas funções³ (cf. CARVALHO, 2016, 2018).

Observando essa tendência das línguas naturais de agrupar um determinado conjunto de sentidos sob uma mesma marca morfológica, que geralmente é a morfologia da voz passiva ou um pronome reflexivo, Lazzarini-Cyrino (2015) propõe a denominação *sincretismo passivo-reflexivo* (SPR), nomenclatura adotada neste trabalho⁴. Para o autor, a extensão dos domínios de aplicação dessas marcas está relacionada, por um lado, a propriedades semânticas dos próprios domínios – como o grau de agentividade e de afetação do sujeito – e, por outro, às características morfológicas das marcas: elas seriam argumentos verbais não referenciais, utilizados como dispositivos de manutenção da transitividade sintática, uma ideia elaborada e expandida a partir da proposta de Schäfer (2008) para o fenômeno em alemão. Essa é a perspectiva básica que seguiremos ao longo deste trabalho.

Em termos gerais, portanto, nossa proposta parte do raciocínio de que a marca sincrética presente nos domínios do SPR é um argumento verbal não referencial. Em termos teóricos, ser “não referencial” significa ser uma variável, isto é, um elemento – em nossa análise, um DP – sem traços- ϕ inerentemente valorados, que precisa sondá-los na estrutura sintática para fazer a valoração (HEINAT, 2006a). Quando ocupa a posição de argumento interno, a variável pode estabelecer uma relação de valoração – se ligar – com o argumento externo, adquirindo sua referencialidade. Disso é gerada uma identidade interpretativa entre os dois elementos, e o resultado é uma estrutura reflexiva. Por outro lado, quando ocupa a posição de argumento externo, a variável não tem nenhum outro DP para se ligar a ela, pois sua posição é alta na estrutura. Como resultado, em LF, nenhuma interpretação é atribuída e ela se torna um expletivo. É essa a estrutura geral que propomos para praticamente todos os contextos sincréticos em latim, já que, nessa língua, a marca só aparece quando a variável não é ligada – os reflexivos têm sua realização com o pronome *sē*⁵.

³ Vale mencionar que, embora não seja a construção padrão para isso, o *se* em português pode ser utilizado também para a formação da voz passiva (sintética).

⁴ Ainda que nossa descrição e análise do fenômeno sejam divergentes das do autor em diversos aspectos.

⁵ O *sē* também pode ocorrer como sujeito de orações subordinadas infinitivas. Isso não é um problema, porque nesse caso é possível estabelecer uma ligação com o sujeito da oração principal.

Embora para LF essa configuração não seja um problema, o fato de a marca não se ligar acarreta consequências para a sintaxe e para PF: uma variável não ligada não pode receber Caso, o que, por sua vez, causa problemas em PF, onde é checado o filtro do Caso (LEVIN, 2015). Propomos que, para salvar a derivação, a marca se incorpora ao domínio verbal, via Deslocamento Local, dispensando a necessidade de Caso e se realizando, como consequência, como um sufixo⁶. O sincretismo ocorre porque há várias configurações sintáticas em que isso pode vir a acontecer.

A implementação do mecanismo e a discussão das motivações para a realização da marca sincrética serão elaborados ao longo do trabalho. Neste capítulo, delimitamos as bases teóricas sobre as quais o sistema implementado neste trabalho se desenvolve, bem como os padrões gerais da proposta, para que o leitor possa ter um panorama do trabalho de antemão. Assim, na seção 2.1, apresentamos o modelo teórico sob o qual a análise é desenvolvida, a MD, e justificamos a escolha por esse quadro; na seção 2.2, explicitamos nossa proposta básica para derivar os diferentes contextos em que esse sincretismo se manifesta em latim; na seção 2.3, sistematizamos as questões que norteiam a pesquisa, bem como as respostas que oferecemos para elas; na seção 2.4, fazemos uma síntese do capítulo.

2.1 MODELO TEÓRICO: MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Nesta seção, apresentamos o modelo teórico sob o qual esta pesquisa se desenvolve, denominado Morfologia Distribuída (MD). A MD é um modelo introduzido inicialmente em Halle & Marantz (1993), sendo refinado posteriormente em Marantz (1997) e em diversos estudos subsequentes. Trata-se de uma teoria de base gerativa, adotando, portanto, boa parte dos pressupostos já estabelecidos nessa tradição, especialmente dentro da vertente de Princípios & Parâmetros (CHOMSKY, 1981), doravante P&P. Ao mesmo tempo, situando-se numa vertente teórica não lexicalista, diferencia-se dos modelos gerativos mais tradicionais por rejeitar uma separação estrita entre os processos de formação de palavra e os de formação de sentença. Observando que sentenças e palavras compartilham de diversas características – sendo a mais óbvia o fato de ambas serem estruturas complexas formadas a partir de elementos menores –, a MD propõe que os mesmos mecanismos computacionais seriam aplicados na formação tanto de uma, quanto de outra. Seria, então, desnecessário haver dois componentes

⁶ Outra consequência desse sistema é que o Caso nominativo e o estatuto de sujeito sintático recaem sobre o argumento interno, quando ele existe.

gerativos no sistema linguístico. Dessa maneira, a MD reduz a capacidade gerativa do sistema a apenas um componente, a saber, a sintaxe, única responsável pela formação de estruturas complexas.

Na MD, então, não há um léxico no sentido clássico (ou lexicalista), isto é, um componente que contenha palavras propriamente ditas – nem mesmo aquelas que à primeira vista parecem monomorfêmicas – ou que seja responsável pela formação delas. Uma das razões para essa ruptura é a percepção de que o léxico gerativista, como entendido mais comumente até então, acumulava um excesso de informações de naturezas muito distintas. Por exemplo, em uma visão lexicalista, um verbo já traria, na sua entrada lexical, informações tais como o número de argumentos de que ele precisa (informação sintática), a categoria a que pertence (informação morfossintática), o sentido associado a ele (informação semântica) e instruções de pronúncia (informação fonológica).

Se pensarmos o léxico como componente que alimenta a sintaxe em uma visão modular de gramática, várias dessas informações, como aquelas relacionadas à pronúncia e ao significado, não possuem uma utilidade clara durante a sintaxe em si, uma vez que aspectos dessa natureza nem guiam, nem bloqueiam, operações sintáticas. Já informações de natureza sintática e morfossintática, como grade argumental e categoria, não parecem ser especificações independentes da sintaxe, de modo que sua postulação no léxico deixa sem explicação casos em que um mesmo elemento aparece com diferentes grades argumentais ou casos em que um mesmo item lexical aparece em diferentes contextos categoriais. Assim, a MD retira essas informações do léxico e as distribui ao longo da derivação, de modo que elas são definidas ou acessadas em momentos diferentes na geração de uma estrutura complexa.

Outra crítica da MD ao léxico gerativo é que os processos de formação de palavras e de sentenças parecem próximos demais para que se justifique a existência de dois lugares para essa composição. Por exemplo, tanto palavras quanto sentenças demonstram possuir uma hierarquia interna: a maneira como os morfemas se concatenam influencia na interpretação final do mesmo modo que a maneira como os sintagmas se concatenam. Assim, ao invés de palavras serem formadas no léxico para depois serem manipuladas pela sintaxe, a ideia é que tudo seja feito num mesmo nível, ou seja, na própria sintaxe, com a utilização dos mesmos recursos. Nesse sentido, a palavra deixa de ser vista como um primitivo teórico, ou mesmo como uma unidade especial distinta da sentença.

Ao retirar informações do léxico e alocar a formação de palavras na sintaxe, o resultado final é que não existe mais um léxico nos contornos tradicionais nesse modelo. Em seu lugar, o

que resta é um conjunto de informações que a MD chama de *lista 1*, que abriga tão somente raízes e traços morfossintáticos, desprovidos de conteúdo fonológico⁷. Dentre os elementos constituídos por tais traços, estão os núcleos funcionais chamados categorizadores, que têm como função central estabelecer, através de *merge* na sintaxe, a categoria (gramatical) na qual determinada raiz se realizará. Sua introdução no modelo surge a partir da observação de que uma mesma raiz pode se manifestar em mais de uma categoria – assim, essa informação também deveria ser construída sintaticamente. Uma consequência direta é que não haveria, *a priori*, itens lexicais verbais ou nominais, por exemplo, e tampouco grades argumentais ou categorias pré-definidas no léxico. Tanto palavras quanto sentenças são geradas na sintaxe a partir da combinação de raízes e morfemas funcionais – entendidos como conjuntos de traços morfossintáticos –, por meio das operações sintática de *merge* e movimento/cópia.

Informações fonológicas ou semânticas⁸, por sua vez, entram na derivação apenas nos componentes nos quais são relevantes. Elas se armazenam nas suas próprias listas, chamadas de *lista 2* (ou Vocabulário) e *lista 3* (ou Enciclopédia), respectivamente. Na lista 2, que é acessada somente quando a derivação chega ao ramo de PF, encontram-se os elementos que o modelo chama de *Itens de Vocabulário* (IVs), que nada mais são que peças fonológicas associadas a traços morfossintáticos. Os traços que compõem esses Itens são relevantes para que a informação fonológica adequada seja inserida no devido contexto sintático. Para se ter uma ideia de como esse processo funciona, digamos que, em português, exista um Item de Vocabulário, /eu/, reservado para o conjunto de traços [1ª pessoa], [singular], [nominativo]⁹. Quando esse conjunto sofre *spell-out* e é encaminhado a PF, a peça fonológica correspondente é ativada. Vale ressaltar que em nenhum momento havia a palavra “eu” na derivação sintática; apenas os traços estavam presentes e, em PF, devido à necessidade de externalização, eles são pareados com uma peça fonológica disponível na língua.

A lista 3, por sua vez, armazena informações que representam o conhecimento “de mundo” do falante e é acessada para atribuir sentido não composicional ou extralinguístico às

⁷ Reconhece-se que algumas dessas questões ainda suscitam debate na constituição da lista 1. Não é consensual no modelo, por exemplo, que raízes sejam desprovidas de qualquer informação fonológica ou semântica. Em verdade, sua natureza, por si só, é um tópico muito controverso, com propostas que diferem radicalmente, sendo possível até mesmo que elas não se localizem na lista 1. Como essa natureza não é fundamental para o nosso trabalho, porém, não exploraremos detalhadamente tais possibilidades. Ainda assim, empreendemos um debate maior acerca das raízes no capítulo 5.

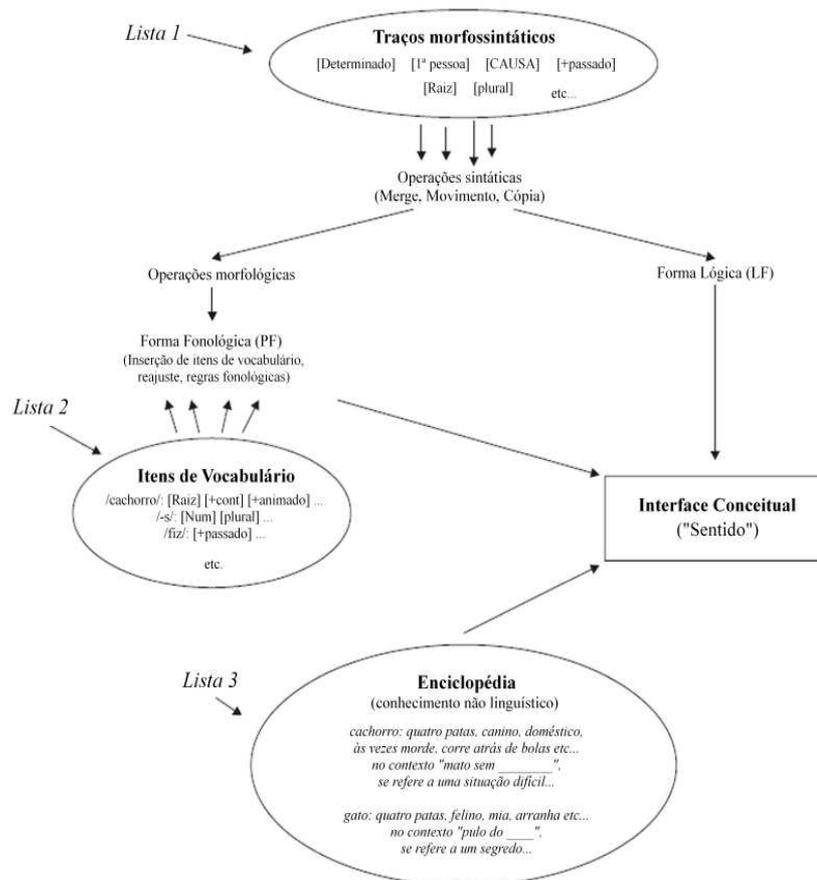
⁸ Não se trata aqui propriamente da semântica composicional sintaticamente construída (essa semântica é interpretada por LF), mas sim da semântica extralinguística, ou não composicional, que, nas vertentes lexicalistas, era relegada ao componente lexical.

⁹ O conjunto de traços envolvido na composição desse pronome pode ser mais extenso do que isso. Reduzimos o exemplo a esses apenas para tornar a exposição mais objetiva.

estruturas geradas pela sintaxe. O conteúdo exato dessa lista ainda é amplamente debatido e sua formalização é uma tarefa bastante complexa. Há, por exemplo, um questionamento com relação ao momento em que ela é ativada e se teria acesso apenas às informações de LF ou também às de PF.

A figura a seguir, adaptada de Harley e Noyer (1999), ilustra o modelo de gramática da MD:

Figura 1 – Modelo de gramática da Morfologia Distribuída



Fonte: adaptado de Harley e Noyer (1999, p. 3).

Seguindo a representação desse diagrama, a derivação de uma expressão linguística se daria a partir da seleção das raízes e traços contidos na lista 1, os quais seriam estruturados pela sintaxe e, após o *spell-out*, lançados às interfaces de PF e LF, que aplicariam suas respectivas funções ao conjunto de informações recebidas. Assim, à exceção da natureza das listas e da localização das informações antes associadas ao léxico, o caminho é similar àquele já conhecido desde P&P.

Como também se pode observar na figura acima, o modelo da MD inclui, ainda, operações morfológicas no caminho entre a sintaxe e PF. Deve-se entendê-las como de cunho estritamente formal: elas não dispõem de uma contraparte interpretável, já que LF não pode ver sua atuação, e nem de reflexos sintáticos, posto que se dão apenas após o componente sintático. O conjunto de operações que o componente morfológico pode executar é limitado e sujeito a restrições muito bem definidas, devendo, ainda, ser motivado pelo próprio funcionamento empírico das línguas (cf. EMBICK & NOYER, 2007). A título de exemplificação, uma dessas possíveis operações morfológicas é a chamada *inserção de nós*, que adiciona, na morfologia, nós não existentes na sintaxe. É o que parece ocorrer, por exemplo, com as vogais temáticas (OLTRA-MASSUET, 1999; EMBICK, 2015). Essas vogais finais átonas não parecem carregar qualquer significado, e sua presença não é sintaticamente relevante. No entanto, tais elementos se fazem presentes no sistema do latim e de muitas línguas românicas. Com a operação de inserção de nós, a morfologia seria a responsável por adicionar uma posição na estrutura para que tal elemento seja realizado.

De maneira geral, pode-se dizer que a MD se define ainda por meio de três propriedades únicas em relação aos modelos anteriores: (i) estrutura sintática em toda a derivação (*all the way down*), (ii) inserção tardia da fonologia e (iii) subespecificação de Itens de Vocabulário. A primeira delas já vem sendo discutida ao longo desta seção: trata-se simplesmente do postulado de que a sintaxe é o único componente gerativo na língua; em suma, toda formação de estrutura complexa é fruto da sintaxe, seja de palavras, de sintagmas ou de sentenças.

A inserção tardia da fonologia também já foi mencionada tangencialmente e se refere à remoção de informação fonológica do léxico e sua realocação na lista 2. Essa propriedade é importante porque se reflete diretamente sobre a compreensão do fenômeno conhecido como alomorfia, no qual uma mesma função sintática se manifesta na língua representada por mais de uma realização fonológica. De certo modo, pode-se dizer, então, que a alomorfia, assim como o sincretismo, desfaz a relação de um para um entre realização morfofonológica e significado, sendo ambos, portanto, evidências de que a associação entre som e sentido não é absoluta. Na língua latina, há muitos casos de alomorfia, mas tomemos como exemplo o que ocorre na formação do futuro (do *inflectum*). Para a primeira e a segunda conjugações, esse tempo é marcado pelo morfema *-bi*, e, nas demais, por *-e*. Numa abordagem lexicalista que inclua informação fonológica no léxico, a princípio seria necessário dizer que há dois morfemas listados com a mesma função e estabelecer uma regra para a entrada de um ou de outro. Com o conceito de inserção tardia, isso muda: não há *-bi* e *-e* no léxico, apenas o traço [+futuro]. No

entanto, há dois Itens de Vocabulário diferentes associados a esse traço e a inserção vocabular decide qual será utilizado com base em informações contextuais. Assim, quando a operação lê o traço [+futuro], se ele estiver em um contexto de primeira ou segunda conjugação, *-bi* é inserido; nos demais contextos, *-e*¹⁰.

A terceira propriedade, a subespecificação dos Itens de Vocabulário, é talvez uma das mais relevantes características do modelo para este trabalho, já que sua idealização foi motivada justamente pela existência de fenômenos como o sincretismo. Mais especificamente, o que essa propriedade estabelece é que os Itens de Vocabulário podem ser subespecificados com relação aos traços exigidos pela sintaxe, ou, em outros termos, podem conter apenas um subconjunto deles, ao invés de todos. Desde que esse feixe de traços “se encaixe”, isto é, “caiba” no conjunto derivado pela sintaxe, ele pode ser inserido. Essa possibilidade foi formalizada, na literatura, através do *Princípio do Subconjunto*. A definição apresentada por Halle (1997, p. 128) torna mais claro como isso se dá:

Princípio do subconjunto: o expoente fonológico de um Item de Vocabulário é inserido em um morfema no nó terminal se o item contiver todos ou um subconjunto dos traços gramaticais especificados no morfema terminal. A inserção não ocorre se o Item de Vocabulário contiver traços que não estejam presentes no morfema. No caso de vários Itens de Vocabulário atenderem às condições de inserção, aquele que possuir o maior número dos traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido.¹¹

Assim, o que ocorre no momento da inserção vocabular é uma competição entre os Itens, e aquele que se aproxima mais do conjunto de traços requerido pela sintaxe vence a disputa. Logo, caso exista um Item que contenha todos os traços, ele será escolhido; caso contrário, o sistema elegerá aquele que tiver a maior quantidade deles, sem conter, no entanto, qualquer traço conflitante ou a mais do que aqueles presentes na sintaxe.

Essa propriedade é o fator crucial para a escolha da MD como modelo de trabalho para este estudo, uma vez que ela abre a possibilidade de que se possa entender que o sincretismo se manifesta como consequência da subespecificação. Em outras palavras, diante da existência de

¹⁰ Novamente, essa é uma análise simplificada. Cabe ainda ressaltar que *-bi* e *-e* são apenas as realizações “padrão” do futuro, mas eles também sofrem variação. Não as incluímos na discussão, porém, porque são explicadas por regras de reajuste fonológico.

¹¹ “Subset Principle: the phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a morpheme in the terminal string if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take place if the Vocabulary item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen.” Todas as traduções presentes neste trabalho são do autor.

um Item de Vocabulário não totalmente especificado para certo nó sintático, a consequência natural é que tal Item possa ser inserido em mais de um contexto. Novamente, desaparece a necessidade de se listar um mesmo elemento duas (ou mais) vezes no léxico. Isso porque é a própria natureza pouco especificada do Item que faz com que ele seja eleito para preencher mais de uma posição, por ser o mais adequado ou o único disponível. Dessa forma, quanto mais subespecificado for um Item de Vocabulário, maior a chance de ele aparecer em mais de um contexto sintático.

Há, ainda, outras razões para nossa adesão ao quadro gerativista de modo amplo e ao modelo da MD em particular. Nosso trabalho se desenvolve dentro de uma perspectiva de linguagem formalista e, mais especificamente, gerativista. Essa escolha se deu por considerarmos que esse tipo de abordagem, ao partir de uma concepção universalista de língua, oferece respostas mais sólidas para explicar um fenômeno que é recorrente em línguas de vários tipos. Se os princípios que governam as línguas são os mesmos, é esperado que essas repetições de padrões sejam motivadas pelos mesmos mecanismos (ou por muito próximos).

Paralelamente, a morfologia é, por excelência, o lugar da expressão do sincretismo. Por isso, buscamos um modelo teórico voltado para esse componente da língua. Historicamente, a morfologia não ocupa um lugar muito proeminente nos estudos de cunho gerativista, devido ao grande foco atribuído à sintaxe. A MD surge justamente com a intenção de trazer a morfologia para uma posição de destaque dentro desse paradigma, e o faz aproximando os processos de formação de palavras dos de sentenças. Como consequência, a morfologia passa a ser vista como mais sistematizável, tanto quanto a sintaxe, o que abre perspectivas para a compreensão de um morfema sincrético como o *-r* do latim. Além disso, a MD permite uma integração entre a morfologia e a sintaxe que são cruciais para o entendimento do fenômeno do qual tratamos, no qual um mesmo morfema desempenha funções sintáticas aparentemente díspares. O fato de isso se dar no domínio verbal, possivelmente relacionado à composição de estruturas argumentais, torna ainda maior a necessidade de um modelo que disponha de recursos para adentrar essa interseção. Assim, a MD, ao não só permitir, como também prever essa possibilidade de interação entre morfologia e sintaxe, surge como uma perspectiva de análise que permite uma visão mais aprofundada do fenômeno.

A MD ainda dispõe de recursos desenvolvidos especificamente para tratar o sincretismo de maneira universal, como a subespecificação de Itens de Vocabulário, o que representa um diferencial, pois possibilita que o fenômeno se torne previsível a partir da própria natureza do processo de pareamento entre constituição sintática e fonologia. Por fim, estudos sobre o

sincretismo e, mais particularmente, a respeito do sincretismo entre formas passivas, têm sido bastante produtivos na MD, o que oferece amplo espaço para debate. Com isso, acreditamos que o modelo se mostra vantajoso para os objetivos deste trabalho.

Tendo apresentado o modelo e justificado a nossa escolha teórica, na próxima seção aplicamos tal aparato para delinear, de maneira muito geral, a proposta deste trabalho.

2.2 PROPOSTA GERAL: ARGUMENTOS INCORPORADOS

Em termos gerais, a estrutura sintática proposta neste trabalho segue o raciocínio base de que a marca sincrética presente nos domínios do SPR é um argumento verbal não referencial não ligado, introduzido na estrutura como um dispositivo de manutenção de valência. Essa ausência de ligação impede que o argumento receba Caso e ele então se incorpora ao verbo em PF via Deslocamento Local, nos moldes de Levin (2015). O resultado é sua realização como sufixo. Como agora ele não se configura mais como um DP livre, mas sim um como conjunto de traços subordinado à forma verbal, desfaz-se a necessidade de marcação de Caso e a derivação pode prosseguir.

O sistema descrito acima é capaz de derivar todos os contextos do SPR do latim cuja marca ocupa a posição de argumento externo. As diferentes interpretações – anticausativo, impessoal etc. – são o resultado de esse mesmo processo ocorrer em diferentes configurações sintáticas. Recorremos, aqui, ao conceito de diferentes sabores de *Voice*, propondo que ele pode ser do tipo DO ou CAUSE, seguindo, em parte, a tipologia de Folli & Harley (2005)¹² e uma implementação semelhante vista em Pujalte & Saab (2012). Uma variável não ligada na posição de argumento externo de um *Voice*_{CAUSE} suscitaria uma interpretação anticausativa, enquanto a mesma configuração em um *Voice*_{DO} geraria a impessoal, por exemplo.

Nessa linha de raciocínio, é imprescindível destacar que, em latim, impessoais são morfologicamente indistinguíveis das passivas canônicas¹³, e apenas informações contextuais

¹² Descartamos o *Voice* do tipo BECOME, uma vez que, em nossa análise, *Voice* necessariamente se relaciona à introdução de um argumento. As estruturas que seriam relacionadas a esse tipo de *Voice* (ou outros, como BE) são aqui entendidas como desprovidas desse núcleo.

¹³ Naturalmente, aqui nos referimos às passivas morfológicas, e não às estruturas que envolvem verbos considerados impessoais pela gramática tradicional latina, como *licet* (“ser lícito”). Esses verbos não se constituem como parte do escopo proposto para este trabalho. Todavia, como eles são morfologicamente idênticos aos ativos, embora não possuam agentividade, sua derivação provavelmente não envolve um núcleo *Voice*, como os anticausativos não marcados e os inacusativos canônicos. A impossibilidade de serem usados em qualquer forma que não a terceira advém de uma incompatibilidade de sentido, o que resulta num impedimento imposto pela Enciclopédia.

podem atribuir uma ou outra leitura – por exemplo, a introdução de um agente da passiva. Defendemos neste trabalho, portanto, que de fato não há diferença entre as duas construções. Isso pode ser evidenciado também devido a haver outras línguas em que a marca sincrética se manifesta nessa configuração sintática, como português e outras línguas românicas. Lazzarini-Cyrino (2015, p. 60) observa que:

[...] passivas sintéticas em línguas românicas são neutras em termos de diferenças com construções impessoais. Passivas sintéticas nessas línguas não projetam agentes da passiva e podem ter uma leitura impessoal. A única diferença entre passivas sintéticas e construções impessoais é que essas últimas são assim chamadas por sua ocorrência em verbos intransitivos.¹⁴

Colocando em outras palavras, um argumento não referencial em um *Voice*_{CAUSE} gera a leitura de que “há uma causa não especificada”, enquanto o mesmo tipo de argumento em um *Voice*_{DO} significa dizer que “alguém não especificado realizou a ação”. Grosso modo, isso não é muito diferente da interpretação que uma voz passiva canônica suscita em português, por exemplo, quando não há um agente da passiva projetado. Defendemos, então, que impessoais e passivas são um único fenômeno, pelo menos no caso das passivas sintéticas. É possível que as passivas analíticas tenham propriedades específicas, já que elas provavelmente são formadas via outros mecanismos – possivelmente um núcleo Pass como o de Alexiadou (2013). A derivação específica dessas formas, contudo, ultrapassa o escopo deste trabalho.

Os domínios médio e depoente exigem uma reflexão maior. Ao descrever a voz média, Kemmer (1993, p. 243) aponta que uma das características dela é a de que “o iniciador também é um ponto final, ou a entidade afetada”¹⁵. É por isso que verbos de movimento corporal, como *mover-se* ou *levantar-se*, frequentemente são enquadrados nessa categoria. Nesse sentido, eles podem ser entendidos como um tipo de (auto)benefactivo¹⁶. Segundo Alexiadou (2013, p. 254), “esses são verbos que denotam que o sujeito verbal age em seu próprio interesse, de modo que também seja afetado pela sua própria ação”¹⁷. A partir desse raciocínio, e assumindo que a

¹⁴ Ao contrário das línguas românicas, no latim, o agente da passiva é licenciado nessas condições. Mas isso não muda a observação de que os dois contextos se comportam da mesma maneira. Eles podem apresentar variações entre línguas, mas, dentro de uma mesma língua, sempre funcionam de maneira unificada.

¹⁵ “[...] the Initiator is also an Endpoint, or affected entity [...]”.

¹⁶ Ocasionalmente é estabelecida uma distinção entre benefactivo e malefactivo. Neste trabalho, não abordaremos essa distinção, assumindo que o fato de uma afetação ser positiva ou negativa está mais relacionado a uma semântica de mundo, enciclopédica. “Benefactivo” será usado indiscriminadamente para esse papel temático, portanto, seja com conotação positiva ou negativa.

¹⁷ “These are verbs which denote that the verbal subject acts in her/his own interest so that she/he will be affected by her/his own action as well.”

introdução de um argumento benefactivo numa construção sintática é realizada por um núcleo aplicativo, ou Appl, nos termos de Pylkkänen (2008), propomos neste trabalho que o elemento que se torna o sujeito sintático dessas construções (como *Ōrīōn* no dado em (3), *Abditur Ōrīōn*) é introduzido por Appl, enquanto a posição de argumento externo é novamente ocupada pela variável. O mesmo efeito discutido para as demais construções ocorre novamente: a variável não pode se ligar por estar alta na estrutura sintática e, então, incorpora-se ao verbo no caminho para PF. A diferença é que não é o argumento interno que é promovido à posição de sujeito sintático, mas sim o de Appl, por ele estar mais alto na estrutura.

A configuração que prioriza o preenchimento do Appl e não o argumento externo pode estar relacionada a uma questão de foco: embora o evento seja conceptualizado como agentivo, o que exige a presença de *Voice*, o foco da ação é no elemento afetado. Uma evidência em favor disso são os verbos que oscilam no seu uso depoente, como *procō/procor* (“demandar”). Esses verbos podem ser usados na forma ativa ou na passiva, mantendo o mesmo sentido em ambas – por essa razão, são chamados de *uerba commūnia* nas gramáticas, já que possuem uma “forma comum” para todos os seus usos. Como veremos a seguir, há indícios de que ao menos parte dos depoentes na verdade constitui uma voz média. Sendo assim, essa alternância opcional de verbos como *procō/procor* pode estar refletindo, na verdade, uma mudança de foco: a estrutura ativa, com o agente preenchido, produz uma leitura com foco na realização da ação, e a depoente, com o aplicativo preenchido, gera uma que prioriza o aspecto de afetação que essa ação gera sobre o indivíduo.

Avançando, então, mais especificamente, para os verbos depoentes, propomos que essa configuração da voz média serve, em certa medida, para eles também. De fato, a definição dos verbos depoentes como detentores de um sentido ativo vem sendo questionada na literatura, havendo um certo consenso de que muitos deles são médios (XU *et al.*, 2007; ALEXIADOU, 2013; GRESTENBERGER, 2017), expressando um sentido benefactivo. Assim, podem ser derivados exatamente como as construções médias. De fato, já há algumas propostas que o fazem, como a de Alexiadou (2013), que defende que todos os depoentes do grego são benefactivos em algum grau, e a de Grestenberger (2017), que, analisando os depoentes latinos, propõe que seus sujeitos são introduzidos por uma projeção específica abaixo de *Voice*, que teria sido reanalisada a partir de um antigo dativo. Nessa linha, outra evidência para esse fator vem do chamado dativo ético (*datīuus ēthicus*) em latim, que consiste na introdução de um DP dativo numa estrutura verbal cuja interpretação é a de uma entidade envolvida ou comprometida com a ação em questão. Essa semântica também faz parte do escopo de Appl (SHIBATANI,

2006). Considerando que os argumentos aplicados, quando são DPs plenos, recebem Caso dativo e, tendo em vista que vários dos verbos depoentes se configuram de maneira que os seus sujeitos expressam esse envolvimento/ comprometimento elevado, como *profor* (“manifestar-se”) ou *aggredior* (“agredir”), parece razoável dizer que eles se originam em Appl. O argumento de *Voice*, por sua vez, sendo ocupado pela variável, resulta na marca morfológica sincrética, após a incorporação em PF.

Além disso, outra parte dos depoentes parece apresentar sujeitos experienciadores, como *arbitror* (“julgar”) e *opīnor* (“supor”). Pesetsky (1995) demonstra que experienciadores não devem ser introduzidos por *Voice*, mas sim por uma projeção específica localizada entre os núcleos que introduzem o argumento interno e o externo (*v* e *Voice*, respectivamente, no nosso sistema), ou seja, uma projeção cuja posição sintática é semelhante à do Appl. Desse modo, propomos que um depoente com sujeito experienciador é derivado, em termos gerais, da mesma forma que um médio. No entanto, levando em conta a UTAH (*Uniformity of Theta Assignment Hypothesis*, ou “Hipótese da Uniformidade da Atribuição Temática”, BAKER, 1988), entendemos que não deve ser exatamente a mesma projeção que Appl, já que papéis temáticos diferentes devem ser atribuídos em posições diferentes. Além disso, o experienciador geralmente não é incluído nas funções desse núcleo. Assim, assumiremos uma projeção específica, que chamaremos de EXP, para a introdução desses argumentos. Em termos de derivação sintática, todavia, exatamente a mesma sequência dos depoentes médios ocorrerá: estando EXP preenchido com um argumento pleno e *Voice* com a variável, o argumento de EXP se torna o sujeito sintático¹⁸.

Uma outra possibilidade lógica para um depoente é a de que, numa estrutura sem *Voice*, o argumento Appl seja ocupado pela variável, o que a impediria de se ligar e forçaria sua posterior incorporação, como ocorre nos casos discutidos até agora (enquanto o argumento interno seria, mais uma vez, promovido a sujeito/ nominativo). De fato, propomos que essa configuração é possível e o resultado são depoentes inacusativos, como *morior* (“morrer”) e *nāscor* (“nascer”)¹⁹. Nesse sentido, em última análise, os depoentes não constituiriam uma

¹⁸ Uma consequência de assumir EXP para a introdução de experienciadores é que todos os verbos experienciadores devem tê-lo, não apenas os depoentes. Propomos que esse é o caso. A diferença é que *Voice* não é projetado em verbos como *amō* (“amar”), portanto a marca não aparece, e a estrutura se torna superficialmente idêntica à de um transitivo canônico (agentivo/ causativo). A presença de *Voice* em *arbitror*, mas não em *amō*, ajuda a explicar a interpretação mais agentiva do primeiro, e captura o suposto sentido ativo dos depoentes do qual as gramáticas falam.

¹⁹ Uma possibilidade não discutida é a de a variável ocupar a posição de argumento interno numa estrutura sem *Voice* e sem Appl/ EXP, o que geraria um inacusativo passivo/ impessoal, como **crēscitur* (“é crescido” / “cresce-se”). Todavia, não há nenhum caso desse tipo atestado em latim. Defendemos

anomalia no sistema, mas sim, como a própria variável, seriam o resultado de interações complexas entre diversos elementos. Em outras palavras, examinado a fundo, o conjunto de verbos que a gramática tradicional latina agrupa sob o rótulo “depoente”, com base em um único critério, ou seja, a necessidade da presença de morfologia passiva, na verdade inclui uma variedade de construções, cada uma das quais derivada de maneira levemente diferente, embora ainda de acordo com uma mesma lógica.

Com isso, as diversas possibilidades de domínio sincrético são derivadas pelo mesmo dispositivo em todos os casos, qual seja: a presença de uma variável em posição argumental, ligada ou não. Recapitulando, reflexivos são o resultado de uma variável ligada, enquanto a maior parte dos demais resulta de uma variável não ligada na posição de argumento externo, que, devido à interação com o núcleo *Voice*, produz interpretações diversas, e um subgrupo dos depoentes tem sua origem em uma variável não ligada na posição de argumento de Appl²⁰ ou de EXP.

Uma questão a ser respondida é por que essa variável precisa ser inserida e também por que às vezes ela não é inserida. Afinal, em todas as línguas em que o fenômeno do SPR é atestado, ele não é absoluto para todos os verbos que podem se manifestar nesses contextos (LAZZARINI-CYRINO, 2015). Por exemplo, há anticausativos que sempre são marcados, outros que não são marcados e outros que podem ou não ser marcados. Seguindo Alexiadou *et al.* (2006), assumimos que isso se deve às propriedades de conceptualização de cada raiz, que podem incluir, entre outros, dados como se o evento ao qual ela se refere é internamente ou externamente causado. Raízes de eventos internamente causados não admitem a presença de *Voice*; as de eventos externamente causados, ao contrário, exigem um desencadeador externo para a sua ação, e, quando ele não é expresso – como num anticausativo – a variável entra para atender a esse requisito. Algumas raízes também podem ser não especificadas com relação à causa: estas não precisam necessariamente de *Voice*, mas podem aceitá-lo, e, por isso, não surge qualquer marcador quando são anticausativizadas. A mesma ideia de conceptualização também pode ser aplicada à afetação do sujeito: raízes entendidas como de alta afetação exigiriam a

que, realmente, a variável não pode ocupar essa posição nessa configuração. As razões para isso serão exploradas no capítulo 7 da dissertação.

²⁰ Naturalmente, também é possível ocorrer uma variável ligada na posição de argumento de Appl, bastando, para isso, que exista um DP pleno na posição de *spec.* de *Voice*. O resultado seria o que é conhecido como reflexivo indireto ou reflexivo dativo (cf. GENIUSIENÉ, 1987). Em latim, isso significa dizer que ela não surgirá com o estatuto de sufixo, pois, ao se ligar, pode ser marcada com Caso e não há mais conflito em PF.

entrada do argumento aplicativo, enquanto aquelas de baixa afetação não necessitam desse elemento.

É importante mencionar, contudo, que a informação conceptual constitui uma semântica de mundo, e, logo, não estaria codificada formalmente nas raízes, sendo checada na Enciclopédia. Em outras palavras, em princípio, é possível que qualquer raiz entre em qualquer configuração sintática, mas a estrutura final pode ser incompatível com a interpretação associada a ela, tal como proposto no sistema de Harley & Noyer (2000).

2.3 OBJETIVOS: SISTEMATIZANDO AS QUESTÕES E A HIPÓTESE

Tendo apresentado de maneira geral o conteúdo a ser explorado em nosso trabalho, bem como nossa perspectiva básica, é válido sistematizar essa informação de maneira a tornar as ideias mais claras. Desse modo, pode-se estabelecer os pontos principais da proposta como a seguir:

- a. Domínio empírico: todos os contextos em que o morfema *-r* se realiza em latim (voz passiva, impessoais, anticausativos, domínio médio e verbos depoentes).
- b. Questões centrais da pesquisa: qual é a natureza da marca sincrética, o que motiva sua presença nesses contextos diversos e por que ela é um afixo?

Proposta: a marca é um argumento verbal não referencial – uma variável – que é usado como dispositivo *default* para a manutenção da transitividade sintática quando um dos argumentos do verbo faltaria. No latim, quando isso ocorre com o argumento interno, a variável se liga ao externo e se realiza como o pronome *sē*. Quando ocorre com o argumento externo ou o argumento de um núcleo Appl numa estrutura sem *Voice*, como a posição é muito alta na estrutura, a variável não consegue se ligar a nenhum outro DP e permanece sem referência. Em LF, isso faz com que ela seja lida como um expletivo. Em PF, ocorre um problema, pois, por não se ligar, ela não recebe Caso, algo checado nesse componente (LEVIN, 2015). Para que a derivação não seja perdida, é aplicada uma operação de incorporação via Deslocamento Local (LEVIN, 2014, 2015), que move a variável para o domínio do verbo. Como resultado, ela perde a necessidade

de ser marcada com Caso, eliminando o problema que pairava sobre a estrutura, e se realiza como um afixo.

c. Objetivo do trabalho: desenvolver uma estrutura sintática capaz de derivar todos os contextos desse sincretismo em latim, dentro do quadro teórico da MD, utilizando preceitos linguísticos universais que possam ser aplicados ao fenômeno de maneira mais ampla translinguisticamente.

(i) passivas e impessoais: são entendidas como um mesmo fenômeno, resultante da incorporação de uma variável na posição de argumento externo em uma estrutura que contenha um *Voice*_{DO} (agentivo). A interpretação é a de que “a ação foi realizada por alguém, mas não se sabe quem”.

(ii) anticausativos: são analisados como resultado da incorporação de uma variável na posição de argumento externo em uma estrutura contendo um *Voice*_{CAUSE} (causativo). A interpretação é a de que “algo desencadeou a ação, mas não se sabe o que”.

(iii) domínio médio: são vistos como resultado da incorporação de uma variável na posição de argumento externo em uma estrutura contendo *Voice*_{DO} (agentivo), mas na qual também há uma projeção Appl, que introduz um argumento afetado. Entende-se que se trata de uma ação desencadeada de maneira não espontânea e com um forte envolvimento do argumento aplicativo com seu desencadeamento.

(iv) depoentes: constituem um conjunto de três tipos diferentes de verbos.

(I) depoentes ativos: são, na verdade, médios (ALEXIADOU, 2013) e, portanto, seguem a mesma derivação proposta em (iii).

(II) depoentes experienciadores: são derivados de modo semelhante aos médios, mas, ao invés de um núcleo Appl, possuem um núcleo EXP, que introduz experienciadores. A interpretação é a de que se trata de uma ação não espontânea e que é abstratamente vivenciada por alguma entidade envolvida.

(III) depoentes inacusativos: possuem uma variável não ligada na posição de argumento de Appl, quando não há *Voice* de nenhum tipo na estrutura. A interpretação é a de que se trata de uma ação espontânea, mas que necessariamente afeta um indivíduo.

2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentamos panoramicamente os objetivos da pesquisa, seu escopo empírico e delineamos a proposta. Almejamos capturar o comportamento do morfema *-r* da língua latina, desenvolvendo uma estrutura sintática capaz de derivar todos os contextos em que ele se faz presente: a voz passiva/ impessoais (que defendemos constituir o mesmo domínio), os anticausativos, os contextos médios e os verbos depoentes. Seguimos a linha de análise de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) para defender que esse elemento é introduzido na estrutura inicialmente numa posição argumental, para depois se incorporar ao verbo e ser superficializado como um afixo.

Analizamos esse argumento como uma variável, ou seja, uma expressão não referencial. Como em posições argumentais altas na estrutura a variável não pode se ligar a um DP e adquirir referencialidade, ela fica sem Caso. A ausência de referencialidade é resolvida em LF com o entendimento que se trata de um expletivo, mas a ausência de Caso desencadeia problemas em PF, onde é checado o filtro do Caso. Isso força o sistema a remover a variável da sua posição, pois seria a única maneira de salvar a derivação. Com o DP não referencial se tornando parte do verbo, o problema pode ser resolvido, pois Caso deixa de ser um fator. O processo que torna esse argumento um sufixo é o Deslocamento Local (LEVIN, 2015).

Avançamos, ainda, com a proposta de que as diferentes interpretações dos diferentes contextos decorrem do fato de a variável a ser incorporada ocupar posições sintáticas distintas em cada um deles. A partir do próximo capítulo, estabeleceremos mais a fundo as propriedades desses contextos e, posteriormente, procederemos a derivações completas de todos eles. Devido à relação íntima que os reflexivos possuem com essas estruturas e com o fenômeno como um todo, também os abordaremos brevemente.

Vale ressaltar também que, dada a natureza do latim enquanto língua que não possui mais falantes nativos, evitamos criar sentenças, buscando dados ilustrativos dos fenômenos em textos originais sempre que possível. Nossa análise, devido à sua subscrição a um modelo de cunho universalizante, a princípio pode se aplicar a todas as fases da língua. Todavia, como o latim sofreu mudanças consideráveis ao longo do seu período de uso produtivo, efeitos diversos provavelmente podem ser encontrados em diferentes fontes. Assim, priorizaremos o período clássico (entendido aqui, em consonância com a tradição gramatical latina, como o intervalo aproximado entre século I a.C. e o século I d.C.); variações de outros períodos poderão exigir ajustes que não serão explorados no trabalho.

3 O FENÔMENO: DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem o intuito de oferecer uma caracterização geral do sincretismo enquanto fenômeno linguístico, bem como o de apresentar o sincretismo passivo-reflexivo (SPR) e sua realização nos dados do latim, domínio empírico deste trabalho. Apresentamos descrições de caráter mais geral para os diversos contextos e introduzimos também discussões iniciais com relação à sua natureza em termos de análise na literatura. Para tal, também trazemos a reflexão sobre o sincretismo para o âmbito da MD, demonstrando como os postulados do modelo podem ser usados para analisar e descrever esse tipo de fenômeno.

Dividimos o capítulo em quatro seções. Em 3.1, apresentamos o sincretismo de modo geral; em 3.2, aplicamos esse conhecimento à MD, por meio de um exemplo de análise de um caso de sincretismo em latim; em 3.3, avançamos para uma descrição do SPR, o tipo específico de sincretismo que é o objeto deste trabalho; em 3.4, exploramos como ele se realiza em latim, com subseções dedicadas a cada um dos seus domínios; a última seção, 3.5, encerra o capítulo com uma síntese do tema tratado.

3.1 O SINCRETISMO: CARACTERIZAÇÃO GERAL

De acordo com Baerman *et al.* (2005), o termo “sincretismo” tem suas raízes no grego συγκρητισμός (*sunkrētismós*), que se refere à “união ou federação das comunidades cretenses”. As cidades dessa região, ainda que vivessem em constante disputa interna, não raro se uniam em aliança quando ameaçadas por um inimigo maior e comum. Daí que, posteriormente, o termo adquiriu um sentido mais amplo, de “deixar as diferenças de lado e formar uma aliança”. Em estudos de língua, Pott (1836) parece ter sido o primeiro a usar o termo, como caracterizador de “um colapso diacrônico de formas flexionais originalmente distintas, ou por uma fusão das formas, ou por fusão das suas funções subjacentes”²¹ (*apud* BAERMAN *et al.*, 2005, p. 26). Foi com os estudos estruturalistas do século XX, contudo, especialmente a partir de Hjelmslev (1935) e Jakobson (1936), que o sincretismo começou a ganhar os contornos que apresenta hoje na linguística, visto como um fenômeno sincrônico de contraste “entre um sistema subjacente e sua realização concreta”²² (BAERMAN *et al.*, 2005, p. 26).

²¹ “[...] the diachronic collapse of originally distinct inflectional forms, either through merger of the forms, or through the merger of their underlying functions”.

²² “[...] between an underlying system and its concrete realization”.

Atualmente, entende-se por sincretismo, nas abordagens mais tradicionais, a identidade formal que surge entre elementos de um paradigma como resultado de uma neutralização da oposição entre eles. O *Surrey Syncretisms Database*, banco de dados da Universidade de Surrey, no Reino Unido, que coleta instâncias do fenômeno, o define como “o fenômeno por meio do qual uma única forma desempenha duas ou mais funções diferentes dentro da morfologia flexional de uma língua”²³. Em outras palavras, uma mesma marca morfológica é inserida em mais de uma cédula de um paradigma, gerando, assim, construtos superficialmente idênticos, mas detentores de sentidos (gramaticais) diferentes.

Um exemplo clássico do sincretismo em latim ocorre em seu paradigma nominal: em todas as suas classes de declinação, observa-se uma identidade de forma entre os Casos dativo e ablativo no plural, como se pode observar na tabela abaixo, adaptada de Embick (2015):

Tabela 1 – Sincretismo dativo/ ablativo plural em latim

	I	II	III	IV	V
sg. nom	mēns-a	hort-us	cōnsul	frūct-us	rē-s
gen	mēns-ae	hort-ī	cōnsul-is	frūct-ūs	re-ī
dat	mēns-ae	hort-ō	cōnsul-ī	frūct-uī	re-ī
acc	mēns-am	hort-um	cōnsul-em	frūct-um	re-m
abl	mēns-ā	hort-ō	cōnsul-e	frūct-ū	rē
pl. nom	mēns-ae	hort-ī	cōnsul-ēs	frūct-ūs	rē-s
gen	mēns-ārum	hort-ōrum	cōnsul-um	frūct-uum	rē-rum
dat	mēns-īs	hort-īs	cōnsul-ibus	frūct-ibus	rē-bus
acc	mēns-ās	hort-ōs	cōnsul-ēs	frūct-ūs	rē-s
abl	mēns-īs	hort-īs	cōnsul-ibus	frūct-ibus	rē-bus

Fonte: adaptado de Embick (2015, p. 151).

O que se observa nos dados acima é que as formas de dativo e ablativo plural são sempre iguais, independentemente da classe de declinação e do gênero da palavra, ainda que no singular isso não ocorra²⁴. Além disso, cabe observar que as peças morfológicas estão condicionadas à declinação (*-īs* para a primeira e a segunda, *-(i)bus* para as demais), o que sugere que não se trata de simples coincidência, mas sim de algo sistemático (ou seria preciso propor que são duas

²³ “[...] the phenomenon whereby a single form fulfils two or more different functions within the inflectional morphology of a language.”

²⁴ Não são apenas as formas de dativo e ablativo plural que se comportam de forma sincrética no paradigma nominal do latim; observando a tabela, é possível identificar outros padrões de identidade de forma, como entre genitivo e dativo singular e nominativo plural na primeira declinação. Destacamos apenas o dativo e o ablativo plural no intuito de simplificar o exemplo.

coincidências em condições muito similares)²⁵. Isso ocorre com todos os nomes em latim, sem exceção, e também com todos os adjetivos.

Tendo isso em mente, a pergunta é: como o sistema computacional gera esses dados, neutralizando a distinção entre dativo e ablativo no plural, por exemplo? Uma possibilidade que aparece frequentemente na literatura é a ideia de que elementos sincréticos fazem parte de uma classe natural, o que facilitaria sua condensação. Traduzindo isso para um sistema de traços como o que utilizamos em MD, essa “classe” incluiria elementos de composição muito similar, e essa semelhança poderia, eventualmente, promover uma neutralização entre alguns deles.

Casos de sincretismo podem ser encontrados tanto no domínio nominal, como os dados do latim na tabela 1, quanto no verbal. No português brasileiro, por exemplo, um sincretismo muito saliente é o que ocorre entre a segunda e a terceira pessoa nos paradigmas verbais. Mas, fundamentalmente, o fenômeno se dá em contextos relevantes para a sintaxe. Baerman *et al.* (2005, p. 2) apontam as seguintes propriedades como elementos centrais do sincretismo:

- a. uma distinção morfológica que seja sintaticamente relevante (ou seja, é uma distinção flexional);
- b. uma falha em se fazer essa distinção sob determinadas condições (morfológicas); como resultado, um *mismatch* entre sintaxe e morfologia.²⁶

Parece ser possível verificar facilmente esses pontos no exemplo do latim acima:

- a. a distinção entre dativo e ablativo pode ser considerada sintaticamente relevante nos termos de Baerman *et al.* (2005), uma vez que há uma relação direta entre atribuição de Caso e estrutura sintática, o que pode ser atestado sem dificuldade nos singulares;
- b. a distinção entre eles desaparece sob uma condição morfológica específica, qual seja, em contexto de plural; com isso, torna-se impossível determinar o Caso da palavra apenas pela morfologia, o que resulta em um *mismatch*: em contexto sintático de um ou outro Caso, não é encontrada uma morfologia correspondente a ele.

²⁵ Como Embick (2015) ressalta, a divisão dos morfemas nessa tabela segue a tradição gramatical latina, e certamente poderia ser mais refinada. Todavia, essa organização é suficiente para o caráter ilustrativo dos dados em questão.

²⁶ “a. a morphological distinction which is syntactically relevant (i.e. it is an inflectional distinction); b. a failure to make this distinction under particular (morphological) conditions; c. a resulting mismatch between syntax and morphology.”

O resultado final da ocorrência de um sincretismo é uma identidade de formas: dois ou mais elementos gramaticalmente distintos assumem uma mesma realização (morfo)fonológica. Mas é importante ressaltar que nem toda identidade de formas é um caso de sincretismo. Sendo assim, faz-se necessário estabelecer a diferença entre sincretismo, um fenômeno sistemático, e a homonímia (acidental), uma coincidência de realizações fonológicas. No sincretismo, parece haver uma motivação para o fenômeno, uma vez que as formas idênticas são resultantes de contextos sintáticos muito próximos, que diferem em apenas um ou outro ponto; na homonímia, por outro lado, é difícil encontrar qualquer relação entre os itens. Nesse caso, parece haver, de fato, um “acidente”, no qual uma função da língua se manifesta, por coincidência, com um expoente fonológico idêntico ao de outra.

Dessa forma, a homonímia acidental não se relaciona a contextos sintaticamente relevantes. Na verdade, os casos mais comuns e óbvios desse fenômeno são aqueles que se dão entre raízes, como *banco* (assento x instituição financeira) ou *manga* (fruta x parte da roupa). Com relação a itens funcionais, um bom exemplo é encontrado no inglês. Nos verbos, a terceira pessoa singular é marcada no presente com um *-s* final, que também pode ser encontrado no plural dos substantivos (regulares). Todavia, isso não parece ser um caso de sincretismo, já que não só os contextos sintáticos são totalmente diversos, mas até mesmo a semântica associada aos usos é essencialmente incompatível (presente x plural). Sendo assim, é mais plausível concluir que não há relação verdadeira entre essas duas instâncias de *-s*; simplesmente aconteceu de a língua ter mais de uma função expressa por meio dessa unidade de som.

Tendo definido em linhas gerais o fenômeno do sincretismo e uma vez estabelecida a diferença em relação à homonímia acidental²⁷, apliquemos esse conhecimento aos preceitos da MD para verificar como o modelo pode dar conta de explicar uma ocorrência do fenômeno. Continuaremos a utilizar como exemplo o sincretismo entre ablativo e dativo plural do latim, recorrendo a uma versão simplificada das análises oferecidas em Halle (1997) e Embick (2015).

3.2 DERIVANDO SINCRETISMOS: UM EXEMPLO DO LATIM

Nesta seção, apresentaremos uma análise do sincretismo presente nas desinências de Caso em latim, mais especificamente, o que se dá entre os contextos ablativo e dativo plural (cf. tabela 1). Retomando o conceito de subespecificação da MD, ele poderia ser explicado pela

²⁷ Para uma caracterização mais detalhada da diferenciação entre sincretismo e homonímia, bem como testes para a identificação de um ou outro, cf. Haspelmath & Sims (2013).

ausência de um Item de Vocabulário especificado para um ou outro Caso. Assim, uma análise possível seria a de que, enquanto no singular há itens especificados como [+dat] e [+abl], além dos traços de classe e do próprio traço de singular, no plural, por sua vez, haveria apenas um item, especificado simplesmente como [+pl], que, na ausência de um candidato melhor, ocupa ambos os espaços.

A análise rascunhada acima, porém, é bastante superficial e, se verificada mais a fundo, pode acarretar problemas, já que existem outros sincretismos no paradigma nominal latino (particularmente entre o nominativo e o acusativo, presente em três das cinco declinações). Se houver um Item de Vocabulário especificado simplesmente como [+pl], não seria surpresa se ele aparecesse também em outros Casos, já que, em tese, a oposição entre [+nom] e [+acus] não deveria existir também, ao menos em certas circunstâncias.

Partindo de Embick (2015), então, começaremos verificando melhor o sincretismo entre dativo e ablativo no plural. Para derivar mais adequadamente o fenômeno, o autor recorre à ideia de que o que rotulamos como Casos (ablativo, dativo etc.) na verdade não são traços por si mesmos, mas combinações de traços mais primitivos. No latim, os traços constitutivos dos seus Casos seriam [\pm obl], [\pm str] e [\pm sup] (HALLE, 1997; HALLE & VAUX, 1998). As combinações de valores positivos e negativos entre eles teriam, como epifenômeno, os Casos morfológicos como conhecemos. Seguindo a análise de Halle (1997), eles seriam decompostos da seguinte maneira:

Tabela 2 – Decomposição de Casos em latim

	nominativo	acusativo	genitivo	ablativo	dativo
obl _{(i)quo}	-	-	+	+	+
(e)str _{(u)ral}	+	+	+	+	-
sup _{(e)rior}	+	-	-	+	+

Fonte: adaptado de Halle (1997, p. 134).

Nota-se imediatamente que a única diferença entre o ablativo e o dativo está no valor do traço [\pm str]. Assim, podemos refinar a proposição anterior e definir que há um Item de Vocabulário que não faz menção a esse traço. Isso produzirá o resultado esperado e evitará a possibilidade de que a mesma peça fonológica seja (erroneamente) associada a outros Casos. Deve-se observar, porém, que esse sincretismo vem acompanhado de uma alomorfia: encontramos *-īs* na primeira e segunda declinação, mas *-(i)bus* na terceira, quarta e quinta. Sendo assim, ainda é preciso listar dois Itens de Vocabulário, os quais estarão associados aos mesmos traços, mas se diferenciarão por informação contextual. Assim, desconsiderando a

variação entre *-bus* e *-ibus*, que parece apenas um reajuste fonológico, teríamos os seguintes Itens de Vocabulário e suas especificações:

(5) Itens de Vocabulário – dativo e ablativo plural em latim

[+obl, +sup, +pl] \leftrightarrow *-īs* / I, II

[+obl, +sup, +pl] \leftrightarrow *-(i)bus* / III, IV, V

A especificação em (5) deve ser lida como: para a combinação de traços [+obl, +sup, +pl], em contexto I ou II, é inserido *-īs*; em contexto III, IV ou V, *-(i)bus*. Se assumirmos, então, que esses traços estarão presentes na sintaxe, o que ela gerará, na verdade, será [+obl, +str, +sup, +pl] ou [+obl, -str, +sup, +pl] – em outras palavras, a sintaxe é sempre totalmente especificada (EMBICK, 2015). Como não há nenhum Item de Vocabulário na língua associado a todos esses traços simultaneamente, o sistema buscará o que satisfizer à maior parte deles. Os itens *-īs* e *-ibus* contêm três dos quatro traços relevantes (e nenhum traço divergente), sendo, então, eleitos.

Vejam agora se essa especificação de traços impede que essas peças de vocabulário sejam inseridas em outros contextos. É fácil verificar que sim, pois não há nenhum outro Caso que contenha valores positivos para os traços [obl] e [sup] simultaneamente. Desse modo, tanto *-īs* quanto *-(i)bus* ficam imediatamente inelegíveis para tais posições. Tampouco elas podem aparecer no singular, pois o traço [+pl] não estará presente na derivação sintática. A mesma lógica também pode ser aplicada inversamente para se verificar se não há outra peça disponível que poderia vencer a competição com *-īs* e *-(i)bus*. De fato, isso não acontece. Todas as outras combinações possíveis de traços gerarão incompatibilidades ou um feixe de traços ainda mais subespecificado, que perderia a competição por haver um que atende melhor às exigências do nó sintático.

Embick (2015) ainda refina um pouco mais essa análise recorrendo a uma operação morfológica conhecida como *empobrecimento*, no intuito de capturar de maneira mais elegante a alomorfia entre as diferentes classes de declinação. Essa operação, aplicada no componente morfológico antes da inserção de vocabulário, simplesmente deleta um ou mais traços, de modo que eles nem chegam a ser considerados no processo de busca por IVs. O empobrecimento, em geral, é usado como ferramenta para explicar situações de perda de oposição entre paradigmas nas línguas, o que parece se aplicar a esse conjunto de dados do latim. É perceptível que a língua diferencia o ablativo do dativo, como se pode observar pelo singular. Ao mesmo tempo, no

plural, há uma neutralização sistemática dessa oposição, evidenciada pelo fato de que, mesmo havendo expoentes fonológicos distintos a depender da classe de declinação, a identidade se mantém. Como tal, é plausível imaginar que há uma propriedade mais profunda da língua em atuação aqui e não apenas a inexistência de um Item de Vocabulário totalmente especificado para um ou outro. Isso porque, trabalhando apenas com a subespecificação, seria preciso supor que há dois Itens igualmente subespecificados, coincidentemente com relação ao mesmo traço, para que sejam inseridos em contextos paralelos.

Todavia, aplicando uma regra de empobrecimento, é possível capturar a sistematicidade na identidade de forma entre dativo e ablativo no plural e remover o fator coincidência da equação. Para tal, Embick (2015) propõe que o traço $[\pm\text{str}]$ é apagado (*i.e.* empobrecido) quando interage com $[\text{+obl}]$, $[\text{+sup}]$ e $[\text{+pl}]$. Como resultado, o feixe de traços de dativo e ablativo se torna idêntico no plural, já que $[\pm\text{str}]$ era o único com um valor diferente. Nada muda na especificação dos Itens de Vocabulário, mas a diferença é que $[\pm\text{str}]$ nem chega a ser um fator. Para a inserção de vocabulário, tanto *-īs* quanto *-(i)bus* correspondem exatamente ao que chegou da derivação, o que os torna, nesse sentido, totalmente especificados. Dessa maneira, esse sincretismo, que ultrapassa até uma variação alomórfica, seria o resultado de uma regra mais profunda da língua.

O empobrecimento é um mecanismo que permite análises mais refinadas, mas deve ser usado com cautela, bem como quaisquer outras operações morfológicas; como elas se referem a regras muito específicas, é preciso haver boas evidências de sua existência. Além disso, nem sempre é claro se uma análise baseada em subespecificação ou em empobrecimento é a mais otimizada. Todavia, sua disponibilidade no modelo abre uma gama maior de possibilidades. Além dele, há outros tipos de operações disponíveis no componente morfológico que podem ser usadas em conjunto com as propriedades já descritas aqui de modo a construir análises detalhadas dos mais variados tipos de fenômenos. Ao longo deste trabalho, outras operações se farão necessárias, e serão exploradas nos momentos oportunos.

De posse de uma definição para o sincretismo e de uma observação prática de como ele é tratado na MD, seguiremos agora para o tipo específico de sincretismo que é relevante para este trabalho, o passivo-reflexivo.

3.3 O SINCRETISMO PASSIVO-REFLEXIVO

Uma característica recorrente nas línguas românicas é a extensão do uso do clítico reflexivo (*se* em português e seus análogos nas outras línguas) para outros contextos: ele pode ser encontrado em verbos anticausativizados, construções impessoais e até mesmo em uma espécie de passivização (a passiva sintética do português), além de em alguns verbos “naturalmente reflexivos”²⁸, que não se encaixam em nenhuma das interpretações anteriores, sendo sua presença obrigatória sem um motivo aparente. Seguem abaixo alguns exemplos do português:

(6) Usos do *se* em português

- | | |
|--|--------------------------|
| a. O suspeito <u>se matou</u> antes de a polícia chegar. | (reflexivo) |
| b. A janela <u>se abriu</u> quando começou a chover. | (anticausativo) |
| c. <u>Trabalha-se</u> muito no Brasil. | (impessoal) |
| d. <u>Vende-se</u> esta casa. | (passiva sintética) |
| e. O presidente <u>se equivocou</u> durante o discurso. | (naturalmente reflexivo) |

Na construção em (6a), encontramos um reflexivo canônico, isto é, a construção denota uma ação cujo resultado afeta o próprio iniciador. Uma evidência desse caráter verdadeiramente reflexivo da estrutura é que é possível substituir o *se* por *si mesmo*, ou seja, “o suspeito matou a si mesmo”. Em todas as outras sentenças, a interpretação é diferente. Em (6b), por exemplo, não se pode dizer que a janela “abriu a si mesma”; esse evento simplesmente aconteceu. Nesse caso, o *se* surge como uma marca de anticausativização, inserida quando um verbo transitivo é usado de modo intransitivo, com a causa do evento suprimida. A sentença em (6c) é uma construção impessoal, e o *se* toma uma leitura genérica (“qualquer pessoa trabalha muito no Brasil”). (6d), por outro lado, é uma paráfrase de “esta casa está sendo vendida”, com o *se* funcionando como partícula apassivadora (nos termos da gramática tradicional)²⁹. Em (6e), temos um verbo que exige o *se* aparentemente de forma arbitrária, já que a ação que ele expressa não se enquadra bem em nenhum dos casos acima: não é reflexivo (“*O presidente equivocou a si mesmo”), não expressa um evento espontâneo (o presidente realiza alguma ação para

²⁸ Discutiremos a natureza desses verbos ao longo do capítulo.

²⁹ Como discutido no capítulo anterior, em verdade trataremos esses dois contextos como um em nossa análise. Eles só estão divididos aqui devido à sua distinção nas gramáticas tradicionais. Nas seções individuais dos contextos, as motivações para isso serão exploradas detalhadamente.

incorrer em erro), não há leitura impessoal (há um sujeito referencial), e não é passivo (não pode ser transitivizado – “*O presidente equivocou o pensamento dele durante o discurso”)³⁰.

Os dados em (6) encontram correspondentes bastante similares em italiano, espanhol e francês, mas não são apenas as línguas românicas que apresentam esse fenômeno. Ele também ocorre em algumas línguas germânicas, como o alemão e o holandês (com os pronomes *sich* e *zich*, respectivamente), e em algumas eslavas, como o polonês (com o *się*)³¹. Seguem alguns exemplos abaixo:

(7) SPR em italiano

- a. *Marco si è presentato ai suoi collaboratori.* (reflexivo)
 “Marco se apresentou aos seus colegas.”
- b. *Si mangia bene in Italia!* (impessoal)
 “Come-se bem na Itália!”
- c. *Si studiano nuove proposte di governo.* (passiva sintética)
 “Estudam-se novas propostas de governo”.

(8) SPR em alemão

- a. *Der Verdächtige hat sich getötet.* (reflexivo)
 “O suspeito se matou.”
- b. *Die Tür öffnete sich während des Sturms.* (anticausativo)
 “A porta se abriu durante a tempestade.”
- c. *Der Lehrer musste sich ausruhen.* (naturalmente reflexivo)
 “O professor precisava descansar.”

Além disso, não são só os reflexivos análogos do *se* que podem acumular essas funções. Em grego (seja no antigo ou no moderno), georgiano, albanês e em latim, por exemplo, uma mesma marca, nesse caso, a morfologia passiva, desempenha ao menos parte dessas funções,

³⁰ Cabe notar que o *se* tem desaparecido em parte dessas construções em alguns dialetos do português brasileiro (“A janela abriu” é aceitável para muitos falantes), mas, mesmo nessas variações, seu uso ainda é aceito de modo geral, o que indica que, no momento, ele pode ter se tornado opcional. Todavia, ainda que não expresse morfologicamente, sua presença parece desempenhar alguma função; observe-se que ele é licenciado em verbos anticausativizados, mas não em verbos inacusativos canônicos (*i.e.* não alternantes), como “crescer” (“O menino cresceu rápido” x “*O menino se cresceu rápido”).

³¹ Os domínios sincréticos podem ser levemente diferentes de língua para língua. Em francês e alemão, eles não incluem os impessoais e as passivas; em holandês e polonês, não incluem os reflexivos, os impessoais e as passivas. Cf. o quadro 1, adiante.

como demonstram os dados abaixo, do grego e do albanês (adaptados de Lazzarini-Cyrino, 2015):

(9) SPR em grego

a. *I Maria xtenizete.* (reflexivo)

“A Maria se penteia.”

b. *I porta tsakizete.* (anticausativo)

“A porta está se quebrando.”

c. *To vivlío dhiavazete apo to koritsi.* (passivo)

“O livro está sendo lido pela menina.”

(adaptado de Lazzarini-Cyrino, 2015, p. 11)

(10) SPR em albanês

a. *Fëmijalahet.* (reflexivo)

“A criança se lava.”

b. *Dera hapet.* (anticausativo)

“A porta está se abrindo.”

c. *Fati parathet nga qeveria.* (passivo)

“O destino é previsto pelo governo.”

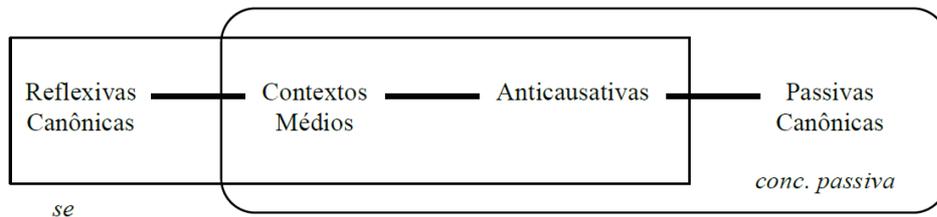
(adaptado de Lazzarini-Cyrino, 2015, p. 11-12)

A ocorrência desse fenômeno em várias línguas, de famílias distintas, sugere não só uma sistematicidade (caracterizando, portanto, um sincretismo), como também uma motivação mais ampla. Lazzarini-Cyrino (2015, p. 11) escolhe o nome “sincretismo passivo-reflexivo” (SPR) para caracterizá-lo levando em conta “o domínio básico de sua distribuição, que se estende de construções reflexivas até construções passivas”. Dessa maneira, o autor identifica quatro níveis principais nesse domínio: as construções reflexivas canônicas, contextos médios, anticausativos e as passivas canônicas. Todas essas construções têm em comum o fato de o seu sujeito ser afetado pela ação em questão. O que varia é como essa ação é desencadeada: isso pode decorrer desde devido a fatores totalmente externos à ação em si (como na passiva canônica, em que o agente da passiva é responsável por isso) até ao próprio sujeito (nas reflexivas, em que ele realiza uma ação que se volta para si mesmo). Para Lazzarini-Cyrino (2015), portanto, há uma progressão numa escala de agentividade do sujeito em relação à sua afetação. No extremo

passivo, ele não possui qualquer agentividade e total afetação; no reflexivo, há agentividade e afetação máximas; nos níveis intermediários, há graus variáveis para ambas.

Esse domínio deve ser entendido como um contínuo: partindo de qualquer ponto da escala, é possível que a marca se sincretize total ou parcialmente, mas jamais “saltando” um estágio. Isso parece se confirmar empiricamente nas línguas (cf. quadro 1, mais abaixo). Uma observação preliminar revela tendências inversas na extensão do sincretismo para as línguas de *se* e as línguas de morfologia passiva: na maior parte dos casos, a marca parte de uma ponta do contínuo e não se sincretiza por completo, parando no último nível, conforme a figura a seguir mostra:

Figura 2 – Distribuição das marcas sincréticas



Fonte: Lazzarini-Cyrino (2015, p. 14).

A distribuição acima é compatível com o português e o italiano, por exemplo, línguas em que o *se* tem como função prototípica a expressão de uma ideia reflexiva³², mas se estende a outros domínios, embora não seja usado para a construção das passivas canônicas, ainda que possa ser usado em passivas sintéticas. O latim, por sua vez, parte do morfema *-r*, cuja função principal aparentemente é a de marcador de voz passiva, e o estende na direção inversa, mas sem englobar os reflexivos canônicos. Esses não são os únicos padrões, todavia: a morfologia passiva do georgiano (identificada pelo morfema *-i-*) ocupa todos os espaços, enquanto o morfema *-st* do islandês aparece apenas em contextos médios e anticausativos, ou seja, apenas os pontos intermediários. O quadro a seguir, compilado também por Lazzarini-Cyrino (2015), ilustra a distribuição do SPR em diversas línguas:

³² Além de isso poder ser atestado diacronicamente, tendo sido esse o seu uso original no latim, que se expandiu gradualmente para outros domínios (BECHARA, 2012), uma evidência contemporânea, no português, é que o *se* tem desaparecido de muitas construções, mas não (tanto) da reflexiva canônica.

Quadro 1 – Domínios do SPR translinguisticamente

Família	Língua	Marca	Reflexivas Canônicas	Contextos Médios	Anticausativas	Passivas Canônicas
I.E. Latina	Português	<i>Clítico</i> <i>SE</i>	+	+	+	-
	Espanhol		+	+	+	-
	Francês		+	+	+	-
I.E. Slavica	Russo	-sja	-	+	+	+
	Polonês	się	-	+	+	-
	Tcheco	se	+	+	+	-
I.E. Germ.	Holandês	zich	-	+	+	-
	Islandês	-st	-	+	+	-
I.E.	Grego	Conc.	-	+	+	+
I.E.	Albanês	Passiva	-	+	+	+
Kartveliana	Georgiano	-i-	+	+	+	+
	Laz	-i-	+	+	+	-
Semítica	Hebraico	<i>hitpael</i>	-	+	+	(+)
Alt. Turqui.	Turco	-Il	-	+	+	+

Fonte: Lazzarini-Cyrino (2015, p. 16).

Como é possível notar, o fenômeno ocorre, em maior ou menor grau, em várias línguas, mais uma vez fortalecendo a ideia de uma sistematicidade. Nesse sentido, a ideia de uma classe natural que une os contextos pode ser útil para entender o fenômeno e se adequa bem à proposta do contínuo de afetação do sujeito de Lazzarini-Cyrino (2015). Tendo esse ponto em comum, as línguas podem acabar por desfazer as barreiras morfológicas entre eles, mas a extensão até a qual isso ocorrerá variará grandemente a depender de quais contextos passam a ser entendidos como constituintes de uma mesma classe maior, ou seja, até que ponto esse sujeito afetado é, por si só, suficiente para abranger outras informações como secundárias ante a ele e neutralizar sua realização individual. Isso estaria relacionado a vários fatores, sincrônicos e diacrônicos, relacionados a como cada língua recorta o mundo, bem como à interação desses fatores com suas propriedades gramaticais.

Apesar dos muitos dados presentes no quadro 1, não é em todas as línguas do mundo que esse sincretismo ocorre. O inglês, por exemplo, não possui um mecanismo formal de marcação para os contextos médios e anticausativos³³. Há também línguas em que é a versão

³³ Ainda que, como aponta Schäfer (2008), alguns poucos verbos possam sofrer alterações quando aparecem em estruturas diferentes, como *rise: The sun rises* (“O sol está nascendo”) x *John raises his kids very strictly* (“O João cria os filhos com muita rigidez”).

causativa do verbo, e não a anticausativa, que é marcada, outras em que ambas são marcadas e algumas em que nenhuma é marcada³⁴. Sendo assim, duas perguntas podem ser levantadas:

- (i) por que em apenas algumas línguas esse sincretismo ocorre?
- (ii) quando ele ocorre, que fatores determinam sua extensão?

Diferentes propostas presentes na literatura tentam responder a essas perguntas, a partir de abordagens variadas. No âmbito da MD, Alexiadou (2013) propõe que a manifestação desse tipo de sincretismo está relacionada à disponibilidade ou não de um tipo específico de núcleo *Voice*. A preocupação da autora é especificamente com a morfologia passiva (não ativa) de línguas como latim e grego e, portanto, captura bem o funcionamento do sincretismo nesse tipo de língua, mas não tem tanto a dizer sobre outros padrões. Schäfer (2008), por sua vez, explica o fenômeno com base em relações argumentais, enquanto Lazzarini-Cyrino (2015) estabelece condições mínimas para o surgimento e a extensão do SPR. No próximo capítulo, discutiremos essas e outras propostas, bem como sua adequação aos dados do latim. Para possibilitar isso, porém, primeiro faremos um percurso pelos diferentes domínios SPR na língua, descrevendo-os com maiores detalhes e analisando o que as teorias linguísticas têm a dizer sobre eles.

3.4 O SPR EM LATIM

A ideia de que o sincretismo do tipo passivo-reflexivo está presente em latim não é uma novidade. Mesmo as gramáticas tradicionais da língua reconhecem que a voz passiva pode desempenhar outras funções. Ernesto Faria, na sua *Gramática superior da língua latina*, nos diz:

[...] pode também a voz passiva em latim corresponder à nossa voz médio-reflexiva, indicando que a ação verbal não é somente sofrida pelo sujeito, mas também praticada por êle (*sic*): *uehor*, em português, “transporto-me”. Pode ainda representar um impessoal em -r: *uiuitur*, em português “vive-se”. (FARIA, 1958, p. 157).

³⁴ O português brasileiro talvez esteja caminhando nessa direção. Atualmente, há verbos anticausativos em que a presença do *se* é totalmente inaceitável, como *vazar* (“O político vazou informações para a imprensa” x “A informação vazou” x “*A informação se vazou”). Historicamente, *vazar* era inacusativo, adquirindo depois uma versão transitiva (causativa), o que pode ser a explicação diacrônica para o fenômeno. Todavia, como dados diacrônicos nem sempre estão disponíveis para os falantes, ainda é preciso explicar por que esse verbo alternante nunca pode aceitar o *se*, já que, por analogia, ele não deveria ser diferente dos outros.

Conte *et al.* (2006, p. 70) vão ainda além, afirmando a existência de uma voz média em latim, algo que as gramáticas tradicionais da língua nem sempre reconhecem:

A forma passiva serve em latim também para expressar a **voz média**; esta, intermediária entre a ativa e a passiva, indica um **processo verbal que se volta para o próprio sujeito**, ou que **recai sobre ele**. Como tal, a voz média serve em primeiro lugar para exprimir **uma ação reflexiva**, mas também, de forma mais geral, uma ação caracterizada por uma participação mais intensa do sujeito³⁵. (grifos no original)

Os trechos de (1) a (4), apresentados no capítulo 2, ilustram bem como a forma passiva pode ser interpretada de maneiras diversas em latim. Considerando que, dentre os domínios identificados por Lazzarini-Cyrino (2015) para o SPR, apenas o reflexivo não é contemplado por essa morfologia, parece que, nessa língua, o fenômeno tem origem na extremidade direita da escala. Começaremos, então, a traçar o seu percurso a partir da passiva canônica.

3.4.1 Passivas canônicas

A distinção entre voz ativa e passiva é recorrente em muitas gramáticas e descrições linguísticas. As caracterizações das gramáticas tradicionais geralmente são embasadas em um critério semântico, que envolve a ideia de que na voz ativa o sujeito realiza a ação, enquanto na passiva ele a sofre. É exatamente assim que Faria (1958, p. 157) as caracteriza:

Para o verbo latino, como para o verbo português, há duas vozes: a *voz ativa* e a *voz passiva*. Ambas as vozes latinas correspondem exatamente às portuguesas. Na voz ativa a ação indicada pelo verbo é praticada pelo sujeito: a forma verbal *lego*, em português “leio”, indica que a ação de ler é praticada pelo sujeito. Na voz passiva a ação indicada pelo verbo *já não é praticada, mas sofrida pelo sujeito*: a forma verbal *legor*, em português “sou lido”, indica que a ação verbal é sofrida pelo sujeito e não praticada por ele. (destaques no original)

Essa descrição, embora muito difundida, parece insuficiente para dar conta de muitos casos. Sabemos que existem, por exemplo, verbos cujo sujeito experiencia a ação, e não a pratica propriamente, como *amō* (“amar”); em outros, como *cadō* (“cair”), ele parece de fato

³⁵ “La forma passiva serve in latino anche per sprimere la **diatesi media**; questa, intermedia fra l’attivo e il passivo, indica un **processo verbale che si svolge tutto all’interno del soggetto**, oppure che **ricade su di esso**. Come tale, la diatesi media serve in primo luogo per esprimere **un’azione riflessiva**, ma anche, più in generale, un’azione caratterizzata da una più intensa partecipazione del soggetto.”

sofrer a ação. Em termos de análise linguística teórica, a distinção entre voz ativa e passiva parece, então, ser mais bem compreendida a partir das diferentes propriedades sintáticas das duas estruturas.

Numa visão gerativa, as noções de “sujeito” e “objeto” equivalem a posições específicas dentro de uma estrutura verbal. O objeto corresponde ao argumento interno do verbo, associado aos papéis temáticos de tema ou paciente e que geralmente se realiza com Caso acusativo nas línguas do sistema nominativo-acusativo; o papel temático de agente é associado ao argumento externo, o qual, por sua vez, habitualmente é também o sujeito da oração – mas são duas posições distintas. Nas condições mais comuns, o argumento externo se desloca para a posição de sujeito, *spec.* de T, e também recebe Caso nominativo. Quando não há um argumento externo na estrutura, contudo, o próximo argumento disponível (quase sempre o interno) assume essa função, bem como o Caso nominativo. Isso resultará em um sujeito que não é agente, pois o elemento que se moveu para essa posição já recebeu seu papel- θ .

Translinguisticamente, é comum que essas diferentes configurações estruturais acabem por se manifestar de maneiras morfológicamente distintas. Em latim, como em muitas outras línguas, é facilmente verificável que a voz passiva apresenta mais material que a ativa: no *īnfectum* (“imperfeito”), o aspecto que abrange os tempos presente, pretérito imperfeito e futuro, ela apresenta um sufixo adicional. A título de ilustração, segue abaixo o paradigma de conjugação do verbo *petō* (“atacar”) no presente do indicativo, nas vozes ativa e passiva:

(11) Conjugação do verbo *petō* (“atacar”) – presente do indicativo

a. voz ativa

petō (“eu ataco”)

petis (“você ataca”)

petit (“ele/ ela ataca”)

petimus (“nós atacamos”)

petitis (“vocês atacam”)

petunt (“eles/ elas atacam”)

b. voz passiva

petor (“eu sou atacado/a”)

peteris (“você é atacado/a”)

petitur (“ele/ ela é atacado/a”)

petimur (“nós somos atacados/as”)

petiminī (“vocês são atacados/as”)

petuntur (“eles/ elas são atacados/as”)

Enquanto em português a voz passiva é formada por uma construção perifrástica (verbo *ser* + participio do verbo principal), em latim temos uma construção sintética, com a presença de uma morfologia específica. Em geral, encontra-se nas formas passivas o morfema *-r*, exceto na segunda pessoa do plural, em que encontramos *-minī*. O morfema *-r* será, então, tratado neste

trabalho como a realização *default* da morfologia passiva em latim. Mas esse não é o único dispositivo para a formação da passiva nessa língua. No *perfectum* (“perfeito”), isto é, nos tempos pretérito perfeito, mais-que-perfeito e futuro perfeito, há uma construção analítica como a do português³⁶. Neste trabalho, no entanto, abordamos especificamente as formas do *īnfectum*, já que, dada a ausência do morfema *-r*, é possível que o *perfectum* seja constituído via outros mecanismos³⁷.

Antes de avançar para o próximo nível na escala do SPR, que seria o dos anticausativos, é preciso discutir alguns desdobramentos da voz passiva. Lazzarini-Cyrino (2015) observa que algumas línguas, como o português, permitem que a sua marca de SPR seja usada para uma forma de passivização do verbo, como em “Vendem-se casas”, e também para construções impessoais, como “Trabalha-se muito aqui”. O autor denomina essas duas construções como “passivas deagentivas” e “passivas impessoais”, respectivamente. Dessa forma, o domínio das passivas é, segundo ele, subdividido em três:

É possível dividir o Domínio Passivo em três tipos de construções: as passivas deagentivas, as passivas impessoais e as passivas canônicas. O primeiro caso cobre verbos transitivos que, com a marca de SPR, apresentam um agente não expresso na oração, mas interpretado como uma entidade vaga. Leituras impessoais são possíveis nesses casos também. As passivas impessoais envolvem realizações da marca de SPR em verbos intransitivos (inergativos e inacusativos). A leitura para essas construções é sempre impessoal. Passivas canônicas envolvem construções com a marca de SPR que introduzem um agente via preposição (by-phrase). (LAZZARINI-CYRINO, 2015, p. 25).

Por essa definição, não parece haver uma grande diferença entre passivas deagentivas e impessoais, ou seja, é a natureza do verbo, transitivo ou intransitivo, que produz uma ou outra. Ademais, a diferença entre “interpretação vaga” e “impessoal” postulada acima nos parece abstrata o bastante para que possa ser considerada uma mesma leitura. Em suma, portanto, pode-se dizer que o sistema de Lazzarini-Cyrino (2015) em verdade possui duas passivas: as que ele chama de canônicas, analíticas, e as deagentivas/ impessoais, correspondentes a toda passiva sintética. Para o nosso trabalho, as primeiras serão deixadas de lado e, seguindo a observação acima, as impessoais serão consideradas simplesmente passivas. Ainda assim, por

³⁶ A mesma estrutura *ser* (em latim, *sum*) + particípio é usada em latim, mas há algumas diferenças com relação à nossa língua. *Ser* no presente + particípio é interpretado como presente em português; no latim, essa configuração produz o pretérito perfeito.

³⁷ Com relação ao SPR, não há diferença de comportamento entre as formas sintética e analítica: ambas englobam todo o escopo sincrético abordado neste trabalho.

completude e para que tal decisão fique mais motivada, discutiremos brevemente a questão a seguir.

3.4.2 Passivas impessoais

Em latim, o uso da morfologia passiva como impessoal é amplamente atestado, mesmo nas descrições formais da língua, como se verificou em Faria (1958). Na *Sintassi del latino* de Conte *et al.* (2006) também encontramos uma passagem a respeito:

A **terceira pessoa singular passiva** (ou o **infinitivo passivo**) serve em latim para exprimir o **passivo impessoal** (correspondente à construção italiana do “*si* impessoal”: *dicitur*, “se diz”); nos tempos compostos (perfeito e derivados), o participio perfeito que serve para a formação do passivo fica, no impessoal, no neutro singular³⁸. (p. 169, grifos no original)

Os autores ainda oferecem os seguintes exemplos para ilustrar o funcionamento da morfologia passiva na expressão da leitura impessoal:

(12) Usos da passiva impessoal em latim

a. *Diēs noctēsque ēstur, bibitur.* (Plauto, *Mostellaria*, 235)

“Dia e noite se come e se bebe.”

b. *Pugnātum est ab utrīsq̄ue ācriter.* (César, *De bello gallico*, 4, 26, 1)

“Lutou-se ferozmente, tanto da parte de um, quanto de outro.”

c. *Contrāriam in partem īrī uidēbātur.* (César, *De bello ciuili*, 1, 69, 1)

“Parecia que se andava na direção oposta.”

(adaptado de Conte *et al.*, 2006, p. 169)

A chamada passiva deagentiva de Lazzarini-Cyrino (2015), por sua vez, é mais difícil de se caracterizar em latim; ela só existe na medida em que há uma passiva sintética e uma outra, analítica, na língua, mas elas estão em distribuição complementar condicionada por aspecto. Portanto, não é possível variar entre uma e outra como no português. Como nem abordaremos as passivas analíticas, em tese teríamos apenas “passivas” e “impessoais”. Como

³⁸ “La **terza persona singolare passiva** (oppure l’**infinito passivo**) serve in latino per l’espressione del passivo impersonale (corrispondente al costrutto italiano del ‘*si* impersonale’: *dicitur*, “si dice”); nei tempi composti (perfeito e derivati), il participio perfetto che serve per la formazione del passivo va nell’impersonale al neutro singolare.”

já anunciado, contudo, defendemos que elas são o mesmo fenômeno, ao menos quando se trata de formações sintéticas, já que conceitualmente só diferem em função da base verbal e possibilitam a mesma interpretação geral de impessoalidade.

3.4.3 Anticausativos

O próximo nível de análise são os verbos anticausativizados. Eles são o resultado da omissão do desencadeador da ação num verbo que normalmente seria transitivo, o que gera uma leitura de ação espontânea ou de causa não especificada. Já vimos que isso é possível em latim, em (2), com o verbo *rumpō* (“romper”). Seguem mais alguns exemplos dessa formação abaixo:

(13) Verbos anticausativizados em latim

a. *Complētur caede quantum inter castra mūrōsque uacuī.* (Tácito, *Histórias*, III.29)

“O espaço entre o acampamento e os muros se enche de morte.”

b. [...] *ut uoluntās nostra [...] aperiātur et lūceat.* (Sêneca, *Sobre os benefícios*, II.25)

“[...] para que a nossa vontade [...] se espalhe e brilhe.”

Ambos os verbos destacados em (13) possuem uma contraparte transitiva e, ao serem utilizados com a morfologia passiva, podem receber uma interpretação de ação espontânea, sem causa. Em (13a), uma leitura de “o espaço foi enchido de morte” suscitaria a ideia de que alguém o encheu, deliberadamente. Na verdade, a interpretação adequada é que, como resultado do que ocorrera ali, o lugar simplesmente ficou cheio de morte. Em (13b), também não é o caso que a vontade deva “ser espalhada” por alguém; a ideia é que ela se espalhe sozinha, naturalmente³⁹. É comum, translinguisticamente, que esse tipo de estrutura seja marcado morfologicamente por um elemento sincrético – ou o mesmo encontrado na voz passiva, ou o mesmo dos reflexivos. Segundo Lazzarini-Cyrino (2015), embora os domínios do SPR variem de língua para língua, a morfologia anticausativa é sempre sincrética.

³⁹ A interpretação passiva também é possível nessas estruturas e, em muitos casos, apenas informações contextuais podem determinar qual é a mais adequada, devido ao sincretismo entre passivas e anticausativas. No português, isso também é tecnicamente possível, mas, como há uma estrutura passiva analítica mais específica disponível na língua, a presença do *se*, mais comumente associado a anticausativos, não favorece essa leitura.

A semelhança entre anticausativos e reflexivos motivou algumas análises que tentam igualar as construções. Em Chierchia (1989, 2004) e Koontz-Garboden (2009), por exemplo, se vê uma defesa de que anticausativos são simplesmente verbos reflexivos. Isso é amplamente questionado, todavia, já que o sentido expresso por um anticausativo é muito diverso do de um reflexivo canônico.

Uma alternativa é a chamada “análise inacusativa dos reflexivos”, como a encontrada em Marantz (1984) e Kalluli (2006a), que também tenta unificar os dois domínios, mas a partir da ideia de que ambos são sintaticamente inacusativos. Usa-se como evidência, por exemplo, a seleção de auxiliares em línguas como o italiano, em que reflexivos e anticausativos seguem o padrão dos inacusativos, selecionando *essere* (“ser”). Isso ainda mantém o mesmo problema, contudo, já que nada explica a diferença interpretativa entre eles. Além disso, outras línguas, como o alemão, oferecem contraevidências: nessa língua, tanto os anticausativos quanto os reflexivos selecionam o auxiliar *haben* (“ter”). Isso mantém uma identidade entre os dois contextos, mas os diferencia dos inacusativos canônicos, pois esses selecionam *sein* (“ser”).

Por outro lado, também há línguas em que anticausativos são marcados de outra forma, qual seja, com a morfologia passiva, como é o caso do latim. A percepção de que passivas e anticausativos compartilham de uma certa identidade vai além da forma comum entre eles nessas línguas, todavia. Nesse sentido, Kulikov (2011, p. 392) aponta que:

O anticausativo tem uma característica importante em comum com a passiva deagentiva: ambos acarretam a promoção do objeto direto inicial (paciente) e a redução do sujeito inicial (agente), o que explica sua marcação morfológica semelhante em muitas línguas.⁴⁰

Ainda assim, é difícil dizer que anticausativos sejam simplesmente idênticos às passivas em todos os sentidos. Além da possibilidade de serem marcados de outra maneira, como visto acima, e das diferenças interpretativas entre eles, translinguisticamente, as duas construções se comportam de maneira diversa em outros aspectos formais. Alexiadou *et al.* (2006) apontam o licenciamento de PPs modificadores como uma das grandes diferenças; em grego, por exemplo, apenas as passivas licenciam um *by phrase*. Em latim, algo semelhante acontece: a presença de o *a/ ab* + dativo força a interpretação passiva.

⁴⁰ “The anticausative has an important feature in common with the agentless passive: both entail the promotion of the initial Direct Object (Patient) and the demotion of the initial Subject (Agent), which accounts for their similar morphological marking in many languages.”

Considerando tudo isso, parece que um anticausativo não é nem exatamente uma passiva e nem exatamente um reflexivo. O que ele tem em comum com ambos, aparentemente, é o fato de ser uma contraparte de uma estrutura transitiva na qual um dos argumentos não aparece, sendo substituído por algum marcador. Por essa razão, há diversas análises que postulam uma base transitiva sobre a qual alguma operação é aplicada (LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 1995; REINHARDT, 2000, 2002; entre outros). O problema desse tipo de abordagem, no entanto, é que os dados translinguísticos de alternância causativa/ anticausativa demonstram uma considerável variabilidade realizacional. Como Alexiadou *et al.* (2006) também relatam, assumir uma base transitiva resulta em problemas para línguas como o mongol khalka⁴¹, que marcam a versão causativa do par. Outras línguas, como o japonês, não marcam nenhuma das duas. Uma possibilidade seria dizer que línguas diferentes funcionam de maneiras diferentes, partindo de um ou outro tipo de base. Todavia, Lazzarini-Cyrino (2015) argumenta que, frequentemente, há mais de um tipo de alternância causativa/ anticausativa disponível numa mesma língua: georgiano, por exemplo, possui verbos marcados na versão causativa e na anticausativa; várias línguas que possuem anticausativos marcados também possuem não marcados, como as neolatinas e o próprio latim. Algumas delas, como o português, ainda possuem verbos que podem ser “opcionalmente” marcados (vejamos, por exemplo, a variação entre *O vaso quebrou* e *O vaso se quebrou*). Por fim, mesmo línguas que em geral não marcam essa alternância podem apresentar um ou outro par marcado, como o inglês (*raise/ rise, lay/ lie*).

A partir dessas observações, surge uma linha de análise na literatura (ALEXIADOU *et al.*, 2006; ALEXIADOU, 2010, 2013; entre outros) que deriva a alternância causativa/ anticausativa a partir de uma combinação de núcleos sintáticos (*v*, *Voice*, operador CAUS) e suas interações com as raízes. Embick (2004) também desenvolve um sistema baseado em sabores de *v*. Nessas abordagens, a marca causativa/ anticausativa realizaria um núcleo funcional. Em uma linha alternativa, Schäfer (2008), embora ainda se utilize de uma variedade de configurações de *Voice*, propõe que a marca anticausativa, especificamente a que se realiza como pronome (reflexivo), é um argumento do verbo, lido expletivamente em LF. Sua inserção ou não depende das necessidades da estrutura verbal. O autor se baseia nas propriedades da marca em alemão e nas diferenças entre as línguas que marcam anticausativos com pronomes e as que o fazem com morfologia passiva para desenvolver sua estrutura, sugerindo que as

⁴¹ Variante do mongol falada pela maior parte dos habitantes da Mongólia e considerada a base para a língua oficial do país (chamada simplesmente de mongol).

marcas que são afixos seriam de fato a realização de um núcleo (*Voice*). Lazzarini-Cyrino (2015) expande a proposta, defendendo que todas as marcas anticausativas, sejam sincréticas com o reflexivo ou com a morfologia passiva, são argumentos verbais, o que dá origem à sua proposta geral para o SPR. Neste trabalho, subscrevemo-nos a essa visão, por ela apresentar uma possibilidade de análise unificada para todos os contextos em que essa marca surge. Exploraremos sua estrutura e as consequências de assumi-la no capítulo 5.

Antes de avançar para o próximo domínio, vale determinar quais tipos de anticausativo estão disponíveis em latim, já que, como discutido acima, é comum haver mais de um tipo na mesma língua. No latim, encontramos três: o mais comum é o anticausativo marcado (com a morfologia passiva), como nos exemplos em (13); há, também, algumas alternâncias não marcadas, como o próprio verbo *aperiō* presente em (13b), o que tecnicamente faria dessa uma alternância de marcação opcional, embora essa seja uma classe muito mais reduzida na língua latina⁴²; por fim, há verbos como *occīdō* (“matar” ou “morrer”), que podem ser classificados como alternantes equipolentes, isto é, em que a forma causativa e a anticausativa são idênticas⁴³. Não parece haver na língua uma alternância que marque a forma causativa.

3.4.4 Contextos médios

Quando o que está em jogo é a escala de afetação do sujeito, os contextos médios parecem estar “no meio do caminho” entre os anticausativos e os reflexivos. Para caracterizá-los devidamente, então, será preciso diferenciá-los tanto de um quanto de outro. Em comum com os reflexivos está o fato de que tanto a origem quanto o alvo desse evento se encontram no sujeito, mas, enquanto nos reflexivos canônicos o sujeito realiza uma ação que poderia, em princípio, recair sobre qualquer entidade, nos médios a ação em si já inclui o sujeito. Daí que verbos de movimento como *sentar-se*, *deslocar-se* e *recostar-se* são alguns dos mais prototípicos dessa categoria (cf. KEMMER, 1993). Ao iniciar um movimento, uma ação consciente – portanto, não sem causa ou desencadeador –, o próprio iniciador não tem escolha que não ser afetado por ela. Outros tipos de verbos que geralmente se encontram nesse contexto

⁴² Ou, ao menos, não são encontradas muitas ocorrências nos registros que nos chegaram; a escassez de material e o fato de que temos acesso apenas a registros escritos podem pintar um quadro não totalmente verídico sobre a língua.

⁴³ Há ligeiras alterações no uso causativo ou anticausativo desse verbo nas formas nominais, como o particípio futuro (*occāsurus/ occīsurus*), o que faz com que os dicionários geralmente os classifiquem como dois verbos. Mas essas alterações são mínimas e podem ser consideradas alomórficas, derivadas via reajustes fonológicos posteriores à própria inserção de vocabulário, o que não justificaria considerar que há duas raízes.

são os de cuidado pessoal (*vestir-se, banhar-se, arrumar-se*). Já com os anticausativos, a semelhança é a de que os médios podem ser oriundos de uma alternância de transitividade (afinal, é possível dizer que “A Maria vestiu o irmão dela”, por exemplo). Ao contrário dos anticausativos, contudo, a alternância média não resulta numa ação de causa desconhecida, mas sim continua a expressar uma origem para o evento.

Em línguas que sincretizam o pronome reflexivo com os outros contextos, como as românicas, pode ser difícil identificar quando ocorre um reflexivo verdadeiro e quando ocorre um médio. Um teste possível para o português é substituir o *se* por *si mesmo*, como mencionado anteriormente. Em geral, apenas reflexivos canônicos aceitarão essa mudança. Peguemos como exemplo o verbo *ver* do português: pode-se parafrasear a sentença “O bebê se viu no espelho e sorriu” por “O bebê viu a si mesmo no espelho e sorriu”. Contudo, se tentarmos aplicar o mesmo teste ao verbo *impressionar*, o resultado é diferente. Esse verbo também pode ser usado tanto como transitivo quanto numa forma contendo o *se*: “O João impressionou a Maria” x “O João se impressionou com a Maria”. Substituindo o *se* da segunda sentença por *si mesmo*, vemos que a interpretação não apenas muda, como fica, no mínimo, peculiar: “O João impressionou a si mesmo com a Maria”. Isso caracterizaria, portanto, uma alternância média. Outra evidência a favor de que são dois fenômenos distintos é que há verbos em que ambas as possibilidades existem, como *machucar*: “O jovem se feriu com a faca” pode significar tanto que ele causou o ferimento propositalmente – isto é, feriu a si mesmo, num sentido reflexivo – ou que isso ocorreu acidentalmente – no sentido médio, já que uma faca, sendo um objeto inanimado, não poderia ferir alguém “espontaneamente”, como num anticausativo; o jovem atuou de alguma maneira nesse evento, ainda que não intencional.

Nas línguas em que o contexto médio é sincretizado com a morfologia passiva, como o latim e o grego, a ambiguidade com um reflexivo não costuma ocorrer, já que reflexivos e médios tendem a ser expressos de maneiras distintas nesse padrão. No latim, em especial, enquanto os contextos médios usam a morfologia passiva, os reflexivos incluem um pronome. Não surpreendentemente, é também uma variante de *se*. A distinção é exemplificada nos dados abaixo:

(14) Contexto médio x reflexivo em latim

a. *Impiger occultīs Poenus postquam abditur umbrīs.* (Sílio Itálico, *Púnica*, XV.487)

“Depois que o intrépido Poeno se esconde nas sombras ocultas.”

b. *Lēgēs ut cōnscrībat, quibus sē populus teneat.* (Plauto, *Asinária*, 3.3)

“Para que escreva leis, com as quais o povo se controle.”

Enquanto (14a) apresenta um contexto médio, com uma ação que recai sobre o sujeito de maneira indireta, isto é, sua própria realização o envolve, (14b), por sua vez, apresenta uma ação que recai sobre o sujeito de maneira mais direta, ou seja, foi escolhido como alvo o próprio sujeito. Apenas para fins de elucidação, recorreremos ao teste do *si mesmo* para as versões em português das sentenças. Dessa maneira, uma sentença do tipo “Poeno esconde a si mesmo” (ou “Poeno está escondendo a si mesmo”) não é uma paráfrase ideal para a sentença em (14a); por outro lado, (14b) não só pode ser dita, de outra maneira, como “leis com as quais o povo controle a si mesmo”, como gera sem dificuldades a leitura pretendida: que sejam desenvolvidas leis que propiciem ao povo mecanismos para se autofiscalizar.

Mais algumas considerações devem ser feitas a respeito dos contextos médios. Kemmer (1993), além de definir que esse domínio apresenta uma convergência entre o iniciador e o ponto final, também afirma que o evento expresso apresenta um baixo grau de elaboração, sendo que a primeira característica é um subaspecto da segunda. Segundo a autora, situações médias são caracterizadas por:

[...] um baixo grau de diferenciabilidade entre os dois participantes envolvidos. Nos vários eventos do tipo reflexivo aos quais são relacionados, os participantes correspondentes são relativamente mais distintos entre si, embora menos que no caso dos eventos correspondentes do tipo não reflexivos, nos quais os participantes são entidades completamente distintas.⁴⁴ (p. 213)

Para Kemmer (1993), essa dificuldade de distinção entre entidades caracteriza um caso de evento de baixa elaboração, ou seja, um evento no qual não é possível identificar bem seus diferentes “pontos”: início, meio e fim. Consequências da baixa elaboração incluem, do lado semântico, uma interpretação mais próxima da de eventos de apenas um participante, e, do lado morfossintático, a realização com propriedades semelhantes às construções de um participante, isto é, intransitivas.

⁴⁴ “[...] are characterised by a low degree of distinguishability of two participants involved. In the various reflexive type events to which they are related, the corresponding participants are relatively more distinguished from one another, although less so than in the case of corresponding types of non-reflexive events, in which the participants are completely distinct entities.”

Se esse raciocínio está no caminho correto, seria por isso que as construções médias, embora superficialmente possam “se parecer” com os reflexivos, morfossintaticamente se comportam como intransitivas. Na contramão dessa linha de raciocínio, no entanto, Lazzarini-Cyrino (2015) trata os verbos médios, grosso modo, da mesma maneira que os reflexivos canônicos, apresentando contra-argumentos para uma visão intransitiva dessas construções, como a seleção de auxiliares em holandês, uma vez que, nessa língua, tanto os reflexivos quanto os médios selecionam *haben*, como os transitivos. Reconhecendo, contudo, que em outras línguas, como francês e italiano, esses domínios acompanham os inacusativos na seleção de auxiliares, sua conclusão não é a de que eles precisam ser transitivos ou intransitivos necessariamente, mas sim que a marcação média não interfere na valência da estrutura. Por fim, o autor decide tratá-las da mesma forma que os reflexivos canônicos, um tratamento do qual discordamos, devido à significativa diferença interpretativa entre os dois.

Uma análise que parece mais promissora é a encontrada em Alexiadou (2013). Nesse trabalho, ao investigar, mais especificamente, os verbos depoentes do grego moderno, a autora chega à conclusão de que eles podem ser analisados como benefactivos, no sentido de que o sujeito verbal age em seu próprio interesse ou que é afetado de alguma maneira pela sua própria ação. Nesse sentido, os verbos depoentes poderiam ser considerados médios, já que há um grau de convergência entre o ponto inicial e o ponto final da ação. A partir desse raciocínio, a derivação desses verbos conteria, então, um núcleo Appl, responsável pela introdução do argumento benefactivo (PYLKKÄNEN, 2008), que posteriormente se deslocará para ocupar a posição de sujeito sintático. A marca sincrética, por sua vez, surge porque o sujeito dessa construção não foi introduzido por *Voice*, sendo ela, então, não ativa.

Seja qual for a análise mais adequada, o que parece consistente é a ideia de que uma estrutura média constitui uma estratégia para “unificar” duas entidades cuja distinção se perdeu em um evento (de baixa elaboração). No capítulo 7 desta dissertação, seguiremos parte desse raciocínio para derivar os contextos médios em latim.

3.4.5 Verbos depoentes

O latim possui uma classe verbal peculiar conhecida como depoente. A definição mais geral, encontrada nas gramáticas e manuais da língua, é a de que são verbos com forma passiva, mas sentido ativo. Em língua portuguesa, uma das definições mais clássicas é a encontrada na gramática de Ernesto Faria (1958, p. 158):

Uma particularidade da forma passiva latina, que não aparece em português, é a constituída pelos chamados verbos *deponentes* que, embora tenham forma passiva, por haverem deposto ou abandonado a forma ativa, quanto ao significado são verdadeiramente ativos. É o caso, por exemplo, do verbo *sequor*, que significa “sigo” e não “sou seguido”.

Para esclarecer melhor o funcionamento atípico desses verbos, rerepresentamos abaixo o paradigma de conjugação de um verbo regular (no presente do indicativo), tanto na voz ativa quanto na passiva, seguido do paradigma correspondente de um verbo deponente:

(15) Conjugação do verbo regular *petō* (“atacar”) – presente do indicativo

a. voz ativa

petō (“eu ataco”)

petis (“você ataca”)

petit (“ele/ ela ataca”)

petimus (“nós atacamos”)

petitis (“vocês atacam”)

petunt (“eles/ elas atacam”)

b. voz passiva

petor (“eu sou atacado/a”)

peteris (“você é atacado/a”)

petitur (“ele/ ela é atacado/a”)

petimur (“nós somos atacados/as”)

petimini (“vocês são atacados/as”)

petuntur (“eles/ elas são atacados/as”)

(16) Conjugação do verbo deponente *sequor* (“seguir”) – presente do indicativo

sequor (“eu sigo”)

sequeris (“você segue”)

sequitur (“ele/ ela segue”)

sequimur (“nós seguimos”)

sequimini (“vocês seguem”)

sequuntur (“eles/ elas seguem”)

O verbo deponente *sequor*, em (16), comporta-se morfológicamente de modo idêntico ao verbo regular *petō* na voz passiva, em (15b). Todavia, enquanto *petor* é entendido como “sou atacado”, *sequor* é entendido como “sigo”. Semanticamente, portanto, ele está muito mais próximo da leitura da forma *petō*. Estando já em forma passiva, é impossível passivizá-lo; não há uma estrutura na língua análoga ao “sou seguido” do português. Sintaticamente, os deponentes também se comportam como ativos, podendo tomar objetos com o Caso acusativo sem nenhum problema, como na passagem a seguir:

(17) (Ovídio, *Metamorfoses*, VII.20-1)

Videō meliōra probōque, dēteriōra sequor.

“Vejo as melhores coisas e as aprovo, sigo as piores.”

Nesse dado, *dēteriōra*, a forma de acusativo neutro plural de *dēterior*, é sintaticamente o objeto direto de *sequor*. Então, se esse verbo fosse sintaticamente passivo, essa atribuição de Caso não seria esperada. Poder-se-ia questionar, porém, se *dēteriōra* está mesmo no acusativo, já que, para as palavras neutras, o acusativo e o nominativo são sempre iguais em latim. Isso não resolveria o problema, pois também seria difícil atribuir um nominativo a esse elemento nessa estrutura. De todo modo, não é o caso que seja assim. O exemplo a seguir desfaz a dúvida. Nele encontra-se o depoente *hortor* (“exortar”):

(18) (Salústio, *A conjuração de Catilina*, 58, 119)

Animus aetās uirtūs uostra mē hortantur.

“Seu ânimo, sua idade e sua virtude me exortam.”

Nesse trecho, o objeto, que desta vez é um pronome pessoal, aparece na forma de acusativo: *mē*, o acusativo singular de *ego*. A questão que ainda pode permanecer é: será mesmo uma estrutura de verbo transitivo ou há algo diferente acontecendo subjacentemente? E, se for um verbo transitivo, por que ele emerge com morfologia passiva, quando seu sentido é ativo? Eles não parecem se encaixar em nenhum ponto da escala de SPR desenvolvida por Lazzarini-Cyrino (2015), uma vez que ela se baseia na ideia de que o sujeito é afetado por todos os contextos que abarca. Ainda assim, mesmo aparentemente sem essa propriedade, os verbos depoentes apresentam a mesma marca que os demais domínios.

Talvez o maior problema para se formular uma análise coerente para os depoentes é que eles são muito variados entre si. A maioria das análises formais trabalha com a ideia de um *mismatch*, seja ele entre forma e função (forma passiva x função ativa), como Embick (2000), ou entre forma e sentido (forma passiva x sentido ativo), como Grestenberger (2017). No entanto, considerando o compartilhamento sistemático da morfologia passiva em latim entre vários contextos, defendemos que o que ocorre não é um *mismatch*, mas sim mais uma consequência possível desse sincretismo quando interage com determinadas estruturas sintáticas de maior complexidade. Nesse caso, o que proporemos para os depoentes é que esses

verbos contêm um núcleo aplicativo (PYLKKÄNEN, 2008) ou uma projeção responsável por inserir um experienciador (PESETSKY, 1995). Em ambos os casos, há a introdução de um argumento afetado de alguma maneira pela ação, seja como seu benefactivo (via núcleo Appl) ou como aquele que a vivencia (núcleo EXP). Como é esse argumento que posteriormente se torna sujeito sintático do verbo, isso colocaria essas estruturas dentro do escopo de “sujeito afetado” da escala de SPR de Lazzarini-Cyrino (2015).

Ainda com relação à ideia de que os depoentes codificam um *mismatch* entre forma e sentido, é questionável se isso ocorre de fato. Isso porque uma rápida olhada em um conjunto deles revela que a definição clássica de depoente é inadequada. Há depoentes como *morior* (“morrer”), *laetor* (“alegrar-se”), *nāscor* (“nascer”), *reminīscor* (“relembrar”), *praemeditor* (“deliberar”) e *stomachor* (“estar irritado”), que pouco ou nada têm de “verdadeiramente ativos” quanto ao significado. Mas essa ausência de identidade do conjunto talvez sirva, ironicamente, como ponto de partida para se propor uma sistematização desses verbos. Mesmo as gramáticas do latim reconhecem que muitos dos membros dessa classe verbal possuem um sentido não tão ativo. Conte *et al.* (2006, p. 171) afirmam que os depoentes são um desdobramento da voz média e continuam com:

A origem medial desses verbos é fácil de reconhecer em muitos deles, que indicam um **estado de espírito** ou uma **operação intelectual** que se volta para o próprio sujeito (ex.: *laetor*, “alegrar-se”, *irascor*, “irar-se”, *reminiscor*, *recordor*, “recordar-se”, *obliuiscor*, “esquecer-se”), ou mesmo uma ação que se dirige ao **interesse do sujeito** (ex.: *fruor*, “usufruir”, *utor*, “usar”, *uescor*, “alimentar-se”)⁴⁵. (grifos no original)

Talvez não seja mera coincidência que muitos desses verbos hoje possuam a partícula *si* em italiano ou o *se* em português. Embora Conte *et al.* (2006) defendam que depoentes e médios são coisas distintas, a única característica que os difere, para os autores da gramática, é que os verbos médios possuem versão ativa e passiva, enquanto os depoentes não. Observação semelhante é encontrada em Kemmer (1993), que afirma que “verbos de ações naturalmente recíprocas muitas vezes não dispõem de contrapartes transitivas, *i.e.*, são depoentes” (p. 106)⁴⁶. Mas isso não necessariamente significa que possuem alguma propriedade formal específica,

⁴⁵ L’origine mediali di tali verbi è ben riconoscibile in molti di essi, che indicano uno **stato d’animo** o un’**operazione intellettuale** che si svolge tutta all’interno del soggetto (come ad es. *laetor*, “allietarsi”, *irascor*, “adirarsi”, *reminiscor*, *recordor*, “ricordarsi”, *obliuiscor*, “dimenticarsi”), o comunque un’azione che si svolge **nell’interesse del soggetto** (come ad es. *fruor*, “fruire”, *utor*, “usare”, *uescor*, “mangiare”).

⁴⁶ “Verbs of naturally reciprocal action often lack transitive counterparts, *i.e.*, they are deponents.”

afinal, ao mesmo passo que existem verbos transitivos que podem ser anticausativizados, outros não podem sê-lo; da mesma maneira, alguns verbos admitem alternâncias médias e outros não. Não há dificuldade em estabelecer essas limitações com base em propriedades semânticas (via Enciclopédia), então não há por que não pensar que os depoentes se comportam desse modo e não admitem versões ativas pelo mesmo motivo. Além disso, alguns de fato o permitem, como o já citado caso dos *uerba commūnia*, como *procor/ procō* (“demandar”) ou *trikor/ tricō* (“comportar-se de maneira evasiva”). Embick (2000) aponta até um uso passivo canônico do verbo *hortor*, o que indica que, dadas as circunstâncias, até mesmo essa leitura poderia ser desbloqueada. Os exemplos demonstram que, estruturalmente, não deve haver um mecanismo que impede de modo absoluto a forma ativa.

Pensando dessa maneira, os depoentes seriam meramente verbos médios sem uma contraparte ativa canônica. Mesmo o português possui alguns verbos assim: são os verbos “naturalmente reflexivos” que abordamos anteriormente, como *equivocar-se*. Verbos desse tipo exigem a presença do *se* e não são facilmente utilizados sem ele, exceto, talvez, nos dialetos em que a partícula vem desaparecendo (*?Ele equivocou enquanto falava*). Essa indisponibilidade de uma versão transitiva pode estar relacionada à própria conceptualização daquele evento. Recorrendo mais uma vez a Kemmer (1993, p. 213), “quanto menos diferenciáveis forem os subeventos componentes, mais esse tipo de evento se tornará como um único evento de um participante”⁴⁷. Ou seja, torna-se difícil conceber, dentro dos limites impostos pela semântica enciclopédica daquele verbo, que ele se refira a um evento com mais participantes. Se entendidos assim, os depoentes podem ser formalizados como eventos médios nos quais a associação entre iniciador e ponto final está tão intrincada que não é mais possível dissociá-la, o que bloqueia – ou não licencia, em termos enciclopédicos – uma versão transitiva.

Zombolou & Alexiadou (2013) oferecem mais argumentos a esse favor. Em um estudo dos depoentes do grego moderno, as autoras chegaram à conclusão de que todos os depoentes transitivos dessa língua possuem algum grau de autobenefatividade, isto é, está associada ao seu sujeito uma ação que se volta ao próprio interesse dele. Isso está bastante alinhado ao conceito de médio discutido acima, e, com isso, os depoentes poderiam ser derivados da mesma maneira. Além disso, para os intransitivos, as autoras concluíram que todos são não ativos de alguma maneira, dividindo-os em verbos de afetação ou experientiação. Todos eles estariam,

⁴⁷ “The less distinguishable the component subevents are, the more like a single one-participant event this type of event becomes”.

portanto, aptos a desencadear a concordância passiva, já que não há a presença de um argumento externo canônico, isto é, agente ou causa (ALEXIADOU, 2013).

Devido à indisponibilidade de um estudo exaustivo dos depoentes latinos nesse sentido, não é possível afirmar que os dessa língua são exatamente como os gregos. Todavia, a análise parece se encaixar bem em parte dos dados mais comuns de que se tem notícia, e Xu *et al.* (2007) oferecem um levantamento parcial que depõe, dentro dos seus limites, a esse favor. Seguiremos essa concepção geral, assumindo três tipos principais de depoentes: os agentivos/benefactivos, os agentivos/ experienciadores e os não ativos. O grande desafio, que é o mesmo da voz média, é estabelecer como um mesmo argumento pode ter duas interpretações (agente e benefactivo, por exemplo). Isso será explorado na derivação dos verbos propriamente dita, no capítulo 7 da dissertação. Antes disso, porém, para possibilitar tal aprofundamento, é preciso estabelecer melhor como se dá o processo de derivação da marca sincrética de modo geral, e, para tal, começaremos revisando a literatura existente sobre o fenômeno. Isso será feito no próximo capítulo; antes disso, oferecemos, na subseção a seguir, uma breve síntese dos pontos discutidos até o momento.

3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, fizemos uma apresentação do sincretismo enquanto fenômeno geral para depois abordar o sincretismo passivo-reflexivo, tema deste estudo. Ele se divide em quatro contextos principais – passivas/ impessoais, anticausativos, médios e reflexivos –, dentre os quais apenas o último não compartilha da mesma marca em latim. A língua ainda estende esse sincretismo para um grupo de verbos pouco comum, os depoentes. As principais observações feitas no capítulo são sumarizadas a seguir:

- a. Sincretismo: o fenômeno em que uma distinção sintática não encontra contraparte morfofonológica, isto é, a mesma morfologia aparece em contextos interpretados de modos diversos. Exemplos incluem o ablativo e o dativo plural em latim e a segunda e a terceira pessoa verbais em português.
- b. Sincretismo passivo-reflexivo (SPR): tipo de sincretismo em que uma mesma marca, que em geral é a morfologia passiva de uma língua ou seu pronome reflexivo, passa a

ocupar outros contextos. Os domínios mais comuns desse fenômeno são a voz passiva, os impessoais, os anticausativos, o domínio médio e os reflexivos.

c. Domínios do SPR em latim:

(i) passivas/ impessoais: são consideradas um mesmo domínio, por acarretarem uma interpretação similar (só podem ser diferenciados de fato quando há um agente da passiva projetado) e por serem morfologicamente idênticos. São a contraparte de uma estrutura transitiva agentiva e estão disponíveis para a maioria dos verbos da língua. Deslocam o foco da ação para quem a sofre, mas essa ação ainda é entendida como sendo realizada por alguém, ainda que esse alguém possa não ser expresso.

(ii) anticausativos: também são contrapartes de uma estrutura transitiva, mas desta vez de uma de semântica de causa, e não agente. Neles, a ação é entendida como tendo ocorrido de maneira natural ou espontânea – uma vez que não se expressa a causa para que tenha ocorrido.

(iii) médios: uma outra espécie de contraparte de transitivo, mas em que se entende que a ação realizada acarreta efeitos sobre quem a realizou. Parece se localizar num meio termo semântico entre anticausativos e reflexivos, pois, embora eventos médios não ocorram espontaneamente, o envolvimento do sujeito é algo que faz parte da ação, não havendo a necessidade de ela ser conscientemente direcionada para ele (o que seria um reflexivo).

(iv) depoentes: esses verbos são classificados pelas gramáticas como detentores de sentido ativo, embora sempre apareçam na voz passiva. Ambas as afirmações foram questionadas e verificamos que seus sentidos na verdade podem ser de três tipos: médios, experienciadores ou não ativos.

Também foram levantadas algumas questões ao longo do capítulo, e nossas propostas de resposta seguem abaixo:

(i) por que em apenas algumas línguas esse sincretismo ocorre?

O SPR, assim como outros tipos de sincretismo, seria motivado por uma aproximação conceitual de diferentes contextos. Nesse caso, como propõe Lazzarini-Cyrino (2015), seria o entendimento geral de que todas as formações listadas acima possuem em

comum o fato de serem construções sintáticas nas quais o sujeito é afetado de alguma maneira pela ação, seja como paciente direto, nas passivas ou reflexivas, como seu tema, no caso dos anticausativos, ou por se beneficiar dela, como nos médios. Verificamos que mesmo os depoentes podem ser interpretados assim, considerado que envolvem um grau de afetação ou experienciação nos seus sujeitos. O SPR pode ocorrer em algumas línguas, mas não em outras, portanto, simplesmente pela maneira como elas recortam o mundo: caso se perceba a necessidade de diferenciar esses contextos, eles receberão marcações diferentes. Caso contrário, uma delas, a mais genérica, assumirá o lugar das demais.

(ii) quando ele ocorre, que fatores determinam sua extensão?

A resposta mais simples a essa pergunta é a de que o SPR se estende a partir do momento em que não há Itens de Vocabulário mais especificados para um ou outro contexto. A ausência de marcação em determinado contexto, aliada à ideia de que ele forma uma classe geral mais ampla com outro – o que, evidentemente, se reflete em configurações de traços semelhantes – fará com que um mesmo Item subespecificado se realize em ambos. Contudo, como veremos nos capítulos 4 e 5, pode haver mais fatores envolvidos, a depender da língua.

4 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, fazemos um percurso pela literatura dedicada ao fenômeno do SPR. Por ser um fenômeno que envolve vários contextos e que se manifesta de modo relativamente diverso translinguisticamente, nem sempre são encontrados trabalhos que tentam tratá-lo da maneira unificada como propomos, com alguns autores se dedicando a um ou outro contexto específico. Assim, tentamos concentrar aqui apenas os trabalhos de escopo maior, posto que, de um lado, análises individuais dificilmente seriam compatíveis com a proposta e, de outro, questões mais específicas serão abordadas nos capítulos 6 e 7, em que derivaremos os domínios separadamente.

Assim, começamos, em 4.1, apresentando brevemente algumas abordagens lexicalistas (REINHART, 1997, 2000; DORON & RAPPAPORT-HOVAV, 2009; entre outros). As seções seguintes são dedicadas a discutir propostas desenvolvidas em quadros teóricos mais afins ao nosso. Nesse grupo de abordagens, destacamos três linhas de análise mais salientes na literatura: (i) as que interpretam a marca como um objeto puramente fonológico (PUJALTE & SAAB, 2012), abordadas em 4.2; (ii) as que interpretam a marca como expoente de um núcleo *v* / *Voice* (ALEXIADOU *et al.*, 2006; ALEXIADOU, 2013; entre outros), abordadas em 4.3; (iii) as que interpretam a marca como um argumento do verbo (SCHÄFER, 2008; LAZZARINI-CYRINO, 2015), abordadas em 4.4. Após a discussão, o capítulo se encerra com uma síntese das ideias, na seção 4.5.

4.1 PROPOSTAS LEXICALISTAS

Não parece haver uma proposta de cunho lexicalista que se dedique a derivar todos os contextos que aqui chamamos de SPR de maneira ampla, ao menos dentre as de que temos conhecimento. De modo geral, o maior interesse desses trabalhos recai sobre os anticausativos, devido à semelhança que esse contexto apresenta, especialmente nas línguas românicas, com os reflexivos. Desse modo, há alguma tentativa de unificá-los, com maior ou menor sucesso a depender da proposta. Começaremos, então, com esse contexto.

Anticausativos são comumente compreendidos como membros de uma alternância regular, que parte de uma base, a transitiva ou a intransitiva, variando de autor para autor. Os que partem de uma base intransitiva, como Dowty (1979), Williams (1981) e Pesetsky (1995), entre outros, veem o processo como uma causativização. O verbo teria uma entrada lexical

intransitiva e, ainda no léxico, uma operação adiciona uma propriedade adicional a ela. Na contramão, autores como Levin & Rappaport-Hovav (1995) e Reinhart (2000, 2002) entendem que anticausativos resultam de um processo que decausativiza bases inerentemente transitivas. Eles já teriam a semântica causativa, que é desativada para formar a versão incoativa.

A abordagem de decausativização parece ter encontrado mais sucesso na literatura. Reinhart (2000, 2002) a formaliza por meio de um processo chamado expletivização, por meio do qual a propriedade de causa de uma raiz é removida. Disso resulta o anticausativo, no qual a marcação representa que tal operação ocorreu. Naturalmente, essa proposta trabalha com a ideia de que os anticausativos devem ser marcados. Em Reinhart & Siloni (2005), um mecanismo semelhante, chamado redução, é usado para derivar tanto anticausativos quanto reflexivos: anticausativos resultariam da redução do argumento externo e os reflexivos da redução do interno. Isso explicaria a semelhança entre essas duas construções em várias línguas, em particular as neolatinas. Novamente, tudo é feito no léxico, e a marca – de anticausativo ou de reflexivo – é vista como efeito resultante da própria operação.

Como esses mecanismos ocorrem num componente pré-sintático (o léxico no sentido lexicalista), a sintaxe recebe uma estrutura pronta para trabalhar, não tendo acesso à base inicial que foi usada para o processo lexical. Daí que a redução de um argumento externo faria com que os anticausativos fossem tratados pela sintaxe da mesma maneira que os inacusativos – com relação à seleção de auxiliares em línguas como o italiano ou o francês, por exemplo –, uma vez que ambos são verbos desprovidos de argumento externo. Para a sintaxe, não faz diferença se alguma operação foi aplicada no léxico ou se eles já eram intransitivos por natureza.

Apesar das semelhanças que motivam essas abordagens, contudo, diversos problemas começam a surgir quando se expande a análise um pouco mais. Como mencionado, a tentativa de se unir anticausativos e reflexivos advém do fato de que há várias línguas que os marcam da mesma maneira. Entretanto, não são todas que o fazem (o próprio latim é uma delas), então, se o mesmo processo de redução é responsável pelos dois contextos, essa variação não deveria ser atestada nas línguas. Se, por outro lado, são mecanismos diferentes, é a semelhança que fica desmotivada. A proposta de Reinhart & Siloni (2005) também prevê que a sintaxe receba um verbo essencialmente intransitivo, mas a redução pode ser do argumento externo ou do interno, o que, em outras palavras, deveria entregar um inacusativo e um inergativo, respectivamente. Mas os reflexivos das línguas românicas que possuem formações com auxiliar se comportam como inacusativos, não inergativos (selecionam o verbo “ser” daquela língua, como *essere* ou

être). Isso, por sua vez, motivou análises que propõem que mesmo os reflexivos são o resultado de algum processo que remove o argumento externo, tratando-os, também, como sintaticamente inacusativos (MARANTZ, 1984; KALLULLI, 2006).

Na direção oposta, há línguas em que os anticausativos e os reflexivos, embora possuam comportamentos sintáticos equivalentes, seguem o padrão dos inergativos e transitivos na seleção de auxiliares. Isso significaria, portanto, que a sintaxe não vê essas estruturas como inacusativas. Disso, então, surge um novo problema: ou os anticausativos e reflexivos dessas línguas são formados de maneira diferente dos das línguas românicas, ou o processo não pode ser lexical. No intuito de solucionar o problema, Reinhart & Siloni (2005) acabam por sugerir que a operação sobre a base verbal pode ocorrer não só no léxico, mas também na sintaxe. Se aplicada nesse momento, ela não afetará todo o comportamento do verbo, uma vez que muito do processo sintático já terá ocorrido – como a seleção de auxiliares com base na transitividade –, não podendo mais ser desfeito. Isso, contudo, não soluciona o problema de haver línguas em que não ocorre a identidade morfológica entre os dois contextos.

Para além dessas dificuldades, há ainda uma questão maior envolvida ao se pensar as alternâncias dessa maneira, que é o fato de esse conjunto de verbos se comportar de maneira muito diversa translinguisticamente, ora marcando a versão causativa, ora a decausativa. Em outras palavras, como há línguas que marcam o par causativo e línguas que marcam o par decausativo, no mínimo, seria preciso admitir que não há um único processo envolvido nessas alternâncias, com algumas línguas partindo de um ou outro tipo de base. Contudo, como é possível também que uma mesma língua marque as duas variantes ou que não marque nenhuma das duas, isso se torna mais difícil de mapear, pois haveria dois processos em “competição” na língua. Para além disso, o fato de ser muito comum que, numa mesma língua, existam tanto alternâncias marcadas quanto não marcadas coloca o raciocínio de uma versão de base em cheque; afinal, se a marca é o que causativiza ou decausativiza um verbo, ela deveria estar presente em todas as alternâncias (seja em qual direção for), não havendo espaço para variações nesse quesito. As marcas do georgiano apresentam uma situação ainda mais excepcional: os verbos reflexivos dessa língua contêm não só uma marca especial, *-i-*, mas também um objeto reflexivo, *tav*. Se houvesse uma operação de redução ou expletivização, fosse no léxico ou na sintaxe, isso não deveria ser possível, pois um dos argumentos deveria desaparecer (isto é, *tav* ou o argumento referencial). Os dados abaixo, extraídos de Lazzarini-Cyrino (2015), servem como exemplo:

(19) Co-ocorrência de marca de SPR e de um argumento em georgiano

a. *Zazam damala burti.* (transitivo)

“O Zaza escondeu a bola.”

b. *Burti daiḡmala.* (anticausativo)

“A bola sumiu.”

c. *Zaza tavs ikebs.* (reflexivo)

“O Zaza se elogia.”

(adaptado de Lazzarini-Cyrino, 2015, p. 34)

Em suma, operações lexicais parecem incapazes de derivar satisfatoriamente os efeitos encontrados nas línguas⁴⁸. Em outra linha de argumentação, como aponta Embick (2004), a existência de uma operação lexical ou de uma operação que pode ser lexical ou sintática só faz sentido se de fato houver essa distinção entre componentes gerativos nas línguas. Com o avanço de abordagens não lexicalistas como a MD, tais processos que outrora eram atribuídos ao léxico para explicar comportamentos morfológicos aparentemente desconectados do funcionamento sintático têm sido cada vez mais reanalisados de maneira a buscar uma lógica menos arbitrária. Assumindo um modelo de gramática em que tudo é construído na sintaxe e em que há pouca ou nenhuma informação determinada *a priori*, não é possível sequer dizer que uma base verbal é inerentemente transitiva ou intransitiva. Ademais, seria contraproducente construir um verbo transitivo para depois destransitivizá-lo; parece mais adequado que, se a marca tem alguma relação com a transitividade ou com a causatividade de uma estrutura verbal, que ela seja o reflexo de algo na sua composição, e não algo que altere uma natureza pré-estabelecida.

Outra questão a se pensar é como uma análise dessa natureza se aplicaria ao SPR de forma mais ampla, uma vez que ele não se limita a anticausativos e reflexivos. Não fica claro como uma operação de redução ou expletivização poderia derivar um médio ou um impessoal, por exemplo, já que esses contextos muitas vezes não são abordados em análises voltadas para anticausativos. Possivelmente, seria necessário recorrer a uma homonímia, listando mais de um objeto lexical para os diferentes contextos, o que é indesejável, já que o sincretismo entre eles não só extrapola as línguas românicas, como se apresenta consistentemente entre várias outras, de outras famílias. Por outro lado, há línguas, como o latim, em que há um sincretismo entre

⁴⁸ Para uma análise mais detalhada dos efeitos previstos por operações lexicais e contraexemplos às suas previsões, cf. Alexiadou *et al.* (2006).

passivas, impessoais e médias, mas que não se estende aos reflexivos, o que indica que, embora exista, provavelmente, uma relação entre eles, ela não configura uma identidade absoluta.

Os verbos depoentes do latim são um problema ainda maior, comportando-se de um modo que desafia uma classificação em que há uma forma de base e uma derivada, uma vez que, nesse caso, quase não há formas alternantes. Sendo assim, não faria sentido pensar que são o resultado de uma operação que muda a valência de uma base. Nesse sentido, ou é preciso procurar uma outra forma de lidar com esse fenômeno ou deve-se postular, novamente, que se trata de uma homonímia ou o resultado de uma idiossincrasia. Em outras palavras, ou eles seriam morfologicamente passivos por alguma propriedade inerente e não derivável, ou essa morfologia seria apenas mais uma homonímia. Todavia, considerando que os depoentes se comportam morfologicamente como passivos tanto na forma sintética quanto na analítica e que, ainda que raros, eles não são uma classe exclusiva do latim, deve haver alguma motivação para o seu comportamento.

A distribuição complementar entre passivas sintéticas e analíticas do latim também pode oferecer um contra-argumento para uma operação lexical, já que as analíticas também são sincréticas com todos os contextos de SPR da língua. Assim, mesmo sem um morfema que marque a operação de mudança de valência, elas mantêm todas as propriedades dessa suposta operação, a menos que se pense que o complexo auxiliar + particípio seja essa marca, o que causaria os seus próprios problemas, já que não se costuma pensar uma voz passiva canônica como uma operação lexical.

Ainda assim, a ideia de que ao menos parte desses contextos é formado a partir de um outro, que seria sua base, continua presente na literatura, mesmo em propostas não lexicalistas. A diferença é que existem outros mecanismos para isso que não envolvem necessariamente uma especificação arbitrária. Na MD, por exemplo, o componente morfológico, que se localiza após a sintaxe, pode ser responsável pela aplicação de operações. Na próxima seção, veremos uma tentativa de explicar o comportamento do clítico *se* por essa via.

4.2 SINCRETISMO COMO ESTRATÉGIA DE REPARO FONOLÓGICO

Em estudo desenvolvido a partir da análise do comportamento do clítico *se* em espanhol, Pujalte & Saab (2012) propõem que a presença desse elemento não decorre de uma operação lexical, mas sim de uma operação realizada pós-sintaticamente. Trabalhando com o modelo de gramática da MD, os autores defendem que tal marcador é introduzido na estrutura no ramo de

PF, como uma estratégia de reparo utilizada para salvar a derivação quando nenhum argumento temático é introduzido como argumento externo numa configuração que exigiria um. Isso ocorre porque os traços de *c*-seleção de *v* – responsável por tal introdução no sistema dos autores – não teriam sido satisfeitos na sintaxe, o que configuraria uma violação das condições de boa formação de uma estrutura. Inserir um clítico nessa posição satisfaria esses traços, resolvendo o problema e licenciando a estrutura.

Esse processo, desencadeado por um descumprimento de necessidades estruturais, tem algo a contribuir por dispensar especificações arbitrárias: o fenômeno se torna consequência de uma configuração sintática específica, ainda que pouco convencional. Além disso, consegue fazê-lo unificando os diversos contextos com os quais estamos lidando, sem a necessidade de estipular uma homonímia entre uns e outros. A chave da análise está na ausência do argumento externo numa estrutura cujo *v* possui um traço [D], que deveria ser satisfeito por um DP. Essa ausência em diferentes sabores de *v* (DO ou CAUSE), combinada com as configurações de traços- ϕ no próprio *v* ou outros núcleos próximos, motiva a entrada do clítico como estratégia de reparo da estrutura. Em suma, o clítico em si é verdadeiramente um expletivo, uma vez que LF não pode vê-lo. O que esse componente interpreta é o construto gerado anteriormente, no qual a ausência de um determinado argumento pode suscitar efeitos diversos.

Grosso modo, a ausência de argumento externo num v_{DO} acarreta a interpretação de voz passiva, e a mesma ausência num v_{CAUSE} acarreta a interpretação anticausativa. Se os traços- ϕ estiverem apenas parcialmente ausentes, ou, mais especificamente, se houver traços de pessoa na estrutura, a leitura perde o caráter genérico e o resultado é um reflexivo. Os autores preveem que traços de pessoa são uma das condições necessárias para a interpretação de agentividade, e, por isso, eles não aparecem num núcleo v_{CAUSE} ; por isso, não há reflexivos causativos, apenas agentivos. Desse modo, reflexivos seriam, sintaticamente, apenas um subtipo de passiva.

A obtenção de Caso nominativo pelo argumento referencial é explicada pelo processo de herança de traços (CHOMSKY, 2007, 2008): nessas estruturas, haveria traços- ϕ apenas em C, que seriam transmitidos para T, *v* e a própria raiz. Isso, em troca, permitiria à raiz estabelecer uma relação de *Agree* com seu argumento⁴⁹. Assim, o argumento da raiz (interno) recebe Caso nominativo e desencadeia concordância no verbo. O último contexto abordado pelos autores é o dos impessoais, e nesse caso não haveria traços- ϕ em C, mas em *v* sim. A herança de traços ocorre de *v* para a raiz, o que faz com que o argumento interno receba acusativo, já que *v*, por

⁴⁹ Os autores seguem a visão de que raízes podem tomar complementos diretamente, antes de serem categorizadas. Para uma discussão acerca dessa possibilidade, cf. capítulo 5.

possuir o traço [D], é considerado transitivo. Ao mesmo tempo, como a herança não pode ocorrer de baixo para cima, C e T nunca terão traços- ϕ , e o verbo sempre ficará na terceira pessoa (*default* ou não marcada).

O trabalho de Pujalte & Saab (2012) oferece uma muito desejada análise unificada para vários contextos. Contudo, a estrutura proposta pelos autores depende de alguns postulados pouco motivados ou mesmo arbitrários. Para começar, o pilar do sistema se baseia em um paradoxo: há um v que contém um traço [D], exigindo um argumento externo, mas esse mesmo v impede a introdução de tal argumento. Isso porque os autores justificam a ausência desse argumento com base na ausência de traços- ϕ em v : um v sem traços- ϕ não pode fazer *merge* com um DP. Contudo, como os traços- ϕ de v são inerentes e não herdados, estamos lidando com um núcleo que exige, ao mesmo tempo, duas coisas incompatíveis, ou seja, inserir D e não inserir D. Uma combinação tão contraprodutiva de propriedades não parece algo que o sistema linguístico devesse gerar e, se fosse o caso, também parece mais provável que isso resultasse num *crash* derivacional, de modo a evitar que tal configuração fosse adiante. Não há por que pensar que o sistema linguístico seguiria em frente com uma estrutura que impede a si mesma de funcionar, já que nada, naquele momento, garante que algo vá solucionar o problema depois. Não seria tão ruim se o fenômeno em questão se limitasse a essa língua ou a algumas poucas outras, ou mesmo se fosse algo isolado em certos períodos do desenvolvimento das línguas, desaparecendo com o tempo. Mas, dada a difusão do SPR translinguística e diacronicamente, parece improvável que ele resulte de algo tão incoerente.

Ainda que se aceite que essa configuração de v é válida, restam problemas, a começar pela análise oferecida para os impessoais, que desrespeita alguns dos seus próprios postulados. É estabelecido claramente que é a ausência de traços- ϕ em v que impede a entrada de um argumento na sua posição de especificador, mas os impessoais são definidos como o resultado de um v contendo traços- ϕ e C defectivo. Ainda assim, o argumento externo não é introduzido. É possível que, por C não possuir traços- ϕ , ele não consiga estabelecer *Agree* com T (que teria de ter recebido seus próprios traços- ϕ de C), não recebendo, portanto, nominativo e causando outro problema derivacional. No entanto, isso não pode ser visto como um impeditivo para a introdução do argumento em si, uma vez que ele só “descobrirá” esse problema posteriormente, já que C é muito mais alto na estrutura. No momento em que o argumento externo faz *merge* com v , não há problema. Isso, então, só poderia gerar dois resultados: ou a derivação inteira é abortada, por haver um DP sem Caso, ou de alguma maneira PF corrige isso também (com uma

incorporação, talvez), mas a forma final dessa estrutura não deveria conter o clítico, e sim algum argumento referencial.

Outro contexto particularmente problemático é o dos reflexivos. Se analisá-los como análogos aos anticausativos, como em algumas visões lexicalistas, já acarretava dificuldades, vê-los como passivas é algo ainda mais peculiar, especialmente porque os autores associam a terceira pessoa morfológica à ausência de traços de pessoa. Se a diferença entre reflexivos e passivas é um epifenômeno decorrente da existência ou não de traços de pessoa e a terceira pessoa é a leitura genérica suscitada pela ausência de traços, não deveria haver reflexivos na terceira pessoa, o que não é verdade. Para além disso, como os próprios autores reconhecem, algo precisa explicar por que é que nos reflexivos surge a interpretação de que o único argumento (nesse caso, o interno) é entendido tanto como agente quanto tema da ação. Como o clítico é mais alto que o argumento interno e só é introduzido em PF, ele não só não pode se ligar a ele como também, mesmo que o fizesse, LF não veria isso. Pujalte & Saab (2012) então propõem que o argumento interno recebe os dois papéis temáticos. Entretanto, não é oferecida nenhuma motivação para o porquê de isso ocorrer; os autores simplesmente assumem que, nessa configuração sintática extremamente específica e nada convencional, isso é licenciado, sob a seguinte regra:

Num domínio de vP com um v ativo-agentivo, o DP interno pode ser interpretado como agente somente se:

- (i) v tiver um traço D não descarregado;
- (ii) vP não for inerentemente especificado com traços- ϕ (p. 242)⁵⁰

Ainda que uma regra como essa não seja necessariamente impossível, pode ser melhor evitar uma arbitrariedade desse tipo⁵¹. Além disso, problemas relacionados às motivações para os mecanismos propostos, como esse, acabam por ser recorrentes na análise dos autores. Por exemplo, também não fica claro por que a presença de um traço não interpretável de c-seleção não satisfeito seria um problema apenas para PF e não para LF. Os autores afirmam que seguem Müller (2010) no entendimento de que merge é motivado por traços de subcategorização (como

⁵⁰ “In a vP domain with active-agentive v , the internal DP can be interpreted as the agent of the event only if: (i) v has a non-discharged D feature, (ii) vP is not inherently specified with ϕ -features.”

⁵¹ Os autores recusam a ideia de que o *se* reflexivo estaria na posição de argumento interno, pois não identificam diferenças entre o seu comportamento superficial (como sua posição em relação ao verbo, por exemplo) e o do *se* dos outros contextos; portanto, eles precisariam ocupar a mesma posição. Além disso, as diferenças entre eles e outros clíticos, como as formas acusativas dos pronomes pessoais (*lo/los*), são atribuídas ao fato de serem introduzidos na estrutura em momentos diferentes (depois ou durante a sintaxe, respectivamente).

[D]): para Müller (2010), esses traços devem ser removidos da computação sintática, sendo a operação de merge a responsável por promover tal eliminação. Dessa maneira, caso a derivação termine sem a satisfação de um desses traços, ela é descartada. Pujalte & Saab (2012) discordam desse último ponto e assumem que é em PF que esses traços precisam ser descarregados, não na sintaxe. Por isso, a introdução do clítico seria um dispositivo de último recurso para garantir que a derivação funcione, ao invés de permitir que ela seja simplesmente perdida. Mas não é apresentada uma justificativa para a realocação dessa função a PF, e as consequências de manter o traço em LF não são exploradas.

Expandir o trabalho para outras línguas traz à tona ainda outras questões⁵². Como primeira observação, é importante lembrar que não é universal que esse sincretismo se manifeste em todos os contextos trabalhados pelos autores. No francês, por exemplo, os impessoais não aparecem com a marca *si*, mas com o expletivo *on*; alemão também não sincretiza o seu *sich* com esse domínio, usando *man*. Ainda que se possa reformular a proposta para dizer que não necessariamente é um clítico que PF precisa introduzir como solução, não há maneira simples de escapar do fato de que todas as estruturas são iguais; se PF introduz alguma coisa apenas como recurso para ocupar uma posição que não pode ficar vazia, não parece haver razão para existir uma alomorfia nisso. Ademais, línguas como o latim e o grego, cuja marca é afixal, podem ser um problema. Se o objeto sincrético é introduzido na posição de argumento externo para satisfazer seu traço [D], não fica muito claro como um afixo poderia estar ali. Uma afixação simples, em tese, não deveria solucionar o problema, já que afixos não ocupam, tradicionalmente, posições argumentais. Então, seria necessário adicionar o objeto e depois transformá-lo num afixo, mas isso também exigiria alguma motivação, que não nos parece clara nessa proposta, já que nem todas as línguas precisariam disso para que o processo funcione.

O crucial, contudo, é a definição do clítico como um recurso de PF indispensável para impedir um *crash* da derivação. Se essa é a razão do sincretismo entre todos esses contextos, o que dizer do fenômeno observado em português no qual a marca desaparece? Em alguns dialetos da língua, a marca anticausativa, passiva/ impessoal ou até mesmo reflexiva vem desaparecendo, como nos dados a seguir:

⁵² Apesar de o estudo ter sido desenvolvido para explicar o comportamento do clítico em espanhol, os próprios autores colocam sua análise como sendo de cunho mais amplo, que poderia ser aplicada de maneira geral a outras línguas.

(20) Construções paralelas com e sem *se* em português

- | | |
|--|-----------------|
| a. O vaso se quebrou. | (anticausativo) |
| b. O vaso quebrou. | |
| c. Aqui se faz banner. | (impessoal) |
| d. Aqui faz banner. | |
| e. O João se olhou no espelho antes de sair. | (reflexivo) |
| f. O João olhou no espelho antes de sair. | |

Caso entendamos o *se*, simultaneamente, como uma marca de PF e algo indispensável, ele nunca deveria sumir. Poder-se-ia postular um alomorfe \emptyset em competição com o *se* na língua, o que manteria a ideia de que PF introduz algum tipo de elemento. Contudo, como esse seria um dispositivo de correção e não exatamente uma inserção de vocabulário, não é simples estabelecer critérios de competição (o princípio do subconjunto não deve atuar aqui, já que nem há traços a serem buscados). Além disso, pode-se pensar que contribuição real a introdução de algo que sonoramente é vazio (\emptyset) acarreta, sendo que esse componente é o local da realização sonora. Línguas sem SPR também são problemáticas nesse sentido, já que, se o problema real é sintático e PF soluciona, essa solução viria sempre, invariavelmente, na forma da introdução de um vazio fonológico. A única outra explicação seria a de que não ocorre esse processo nessas línguas, o que, no entanto, também precisaria de explicação. Se, para além disso, ocorre algum processo semelhante, mas que não é exatamente esse, teríamos mais de um dispositivo para um mesmo fenômeno, algo que pretendemos evitar.

Por fim, os autores não tocam no que estamos chamando aqui de voz média, embora ela exista em espanhol (*Juan se levantó* / “João se levantou”). Não fica claro como tais construções devem ser tratadas no sistema dos autores. Também não é preciso dizer que os verbos depoentes seriam, como sempre, um agravante à parte numa tentativa de aplicação ao latim, já que eles possuem argumento externo. Desse modo, apesar de a proposta de um reparo em PF partir de uma ideia teoricamente plausível, a implementação proposta pelos autores não parece, a nosso ver, suficientemente motivada e nem passível de uma aplicação muito abrangente.

Como veremos adiante, nossa análise oferece explicações diferentes das de Pujalte & Saab (2012), mas, ao mesmo tempo, temos pontos importantes em comum com ela, como as interações com os sabores DO e CAUSE e a ideia de que PF desempenha um papel importante no sincretismo. Por outro lado, existem outras linhas de análise que discordam totalmente dessa visão. Uma delas coloca a marca sincrética apenas como um expoente comum de uma categoria

funcional, e explica as diferenças de realização com base nos traços desse núcleo e na estrutura sintática ao seu redor. Abordaremos a seguir essa linha.

4.3 PROPOSTAS BASEADAS EM *v* / *Voice*

Possivelmente a linha de análise mais saliente na literatura é a que trata a marca de SPR como um expoente de um núcleo *v* / *Voice*, ou, mais especificamente, o núcleo introdutor do argumento externo. Isso está diretamente relacionado à ideia de que a marca sincrética aparece, frequentemente, em contextos em que esse argumento não está presente, como as passivas e os anticausativos. Nesta seção, abordaremos alguns trabalhos que têm como uma das suas ideias principais esse entendimento.

Alexiadou *et al.* (2006) desenvolvem uma proposta baseada em diferentes combinações de traços no núcleo *Voice*, partindo de observações sobre o comportamento dos anticausativos translinguisticamente. Segundo os autores, a presença de um traço [+AG] em *Voice* licenciaria agentes, enquanto sua versão negativa, [-AG], licenciaria causas; em construções ativas, esse papel temático se realiza no argumento externo introduzido por *Voice*, enquanto em construções passivas ele fica implícito. Desse modo, tem-se a ideia de que, mesmo não explicitando o agente/ causa da ação, essa informação é inferida. A marca sincrética seria, então, simplesmente o expoente fonológico do núcleo *Voice* quando ele não possui argumento externo preenchido: *Voice*[+AG] em uma configuração sem o argumento externo é uma passiva, enquanto *Voice*[-AG] nessa mesma configuração é um anticausativo.

Para dar conta dos anticausativos não marcados, é proposto que eles simplesmente não contêm o núcleo *Voice*. O que determina a escolha por projetar ou não *Voice* num anticausativo seria a conceptualização da raiz, que pode ser de quatro tipos, de acordo com a classificação a seguir:

(21) Classificação semântica/ enciclopédica de raízes (ALEXIADOU *et al.*, 2006)

- √ agentiva (matar, assassinar)⁵³
- √ externamente causada (quebrar, abrir)
- √ causa não especificada (explodir, vazar)
- √ internamente causada (florescer, murchar)

⁵³ Os exemplos foram adaptados para o português para facilitar a exposição.

Raízes conceptualizadas como agentivas e externamente causadas sempre projetarão *Voice* e, por isso, formarão passivas (sintéticas) e anticausativos marcados, ou seja, mesmo quando não se expressa explicitamente o agente ou a causa, a natureza da raiz exige que *Voice* seja projetado. As de causa não especificada só projetarão *Voice* quando se desejar expressar essa causa; caso ela não seja expressa, *Voice* não é projetado e não surge a marca sincrética. As raízes internamente causadas não admitem *Voice*.

Os autores ainda aplicam uma postulação adicional para explicar por que algumas línguas, como o inglês, só possuem anticausativos não marcados, enquanto outras os possuem nos dois tipos: eles defendem que isso depende de como a língua configura suas passivas. Mais especificamente, se a língua permite que suas passivas sejam causativas, isto é, que sejam formadas com um *Voice*[-AG], necessariamente os anticausativos daquela língua não conterão *Voice*, caso contrário não seria possível diferenciar os dois contextos. Esse é o padrão do inglês. Outras línguas, como o grego, só podem ter passivas agentivas, e, desse modo, a combinação *Voice* [-AG] pode ser usada para anticausativos, juntamente com a permissão de anticausativos sem *Voice*. As possibilidades são sistematizadas em (22):

(22) Padrões de interação raiz e *Voice* translinguisticamente (ALEXIADOU *et al.*, 2006)

a. línguas de anticausativos marcados (grego)

Voice[+AG] [+arg. externo] → ativo

Voice[+AG] [-arg. externo] → passivo

Voice[-AG] [+arg. externo] → causativo

Voice[-AG] [-arg. externo] → anticausativo marcado

ausência de *Voice* → anticausativo não marcado/ inacusativo

b. línguas de anticausativos não marcados (inglês)

Voice[+AG] [+arg. externo] → ativo

Voice[+AG] [-arg. externo] → passivo

Voice[-AG] [+arg. externo] → causativo

Voice[-AG] [-arg. externo] → passivo causativo

ausência de *Voice* → anticausativo não marcado/ inacusativo

Essa mesma linha de análise é seguida em Alexiadou (2010), trabalho no qual a autora oferece mais evidências para a diferenciação entre passivas e anticausativas. Admitimos que essa distinção é relevante, mas defendemos que ela deve ser capturada de outro modo e não

deve ser o cerne da questão do SPR; isso porque o grande problema dessa abordagem é que há línguas que escapam aos dois padrões previstos por Alexiadou *et al.* (2006), ou seja, não se comportam nem como o grego (com a presença de anticausativos marcados com a mesma marca da passiva) e nem como o inglês (em que há uma “marcação” – que é, mais especificamente, uma estrutura analítica – para a passiva e nenhuma marcação para anticausativos). Uma dessas línguas é o português.

Dispomos, em nossa língua, das duas possibilidades concomitantemente: é possível construir passivas analíticas, cuja formação é diferente dos anticausativos (como em inglês), mas também dispomos de passivas sintéticas, marcadas de maneira idêntica a eles (como em grego). Ou seja, se a língua precisa “reservar” o uso do *Voice* [-AG] para uma ou outra função, não deveria ser possível que ambas estejam disponíveis numa língua, especialmente da maneira como o português o faz: em nossa língua, os contextos de uso de uma e outra são idênticos em muitos casos. Em outras palavras, ainda que a passiva analítica seja muito mais produtora do que a sintética, elas podem ser intercambiáveis em diversas situações, o que aproxima a sua distribuição do que seria chamado de uma variação livre⁵⁴.

Em Alexiadou *et al.* (2015), essa ideia é reformulada através da oposição entre núcleos *Voice* temáticos e expletivos. O primeiro tipo corresponde essencialmente ao que havia sido proposto no trabalho anterior (2006), isto é, introduz um argumento detentor de papel- θ (agente ou causa). O *Voice* expletivo, por outro lado, não contribui semanticamente para a estrutura, apenas sintaticamente. Em línguas como o grego, ele se realizará morfológicamente, enquanto em línguas como o alemão e as românicas, ele introduz um argumento do tipo *se*, que não possui referencialidade. Isso, então, cria uma divisão na natureza das marcas de SPR: elas podem ser a realização do próprio núcleo *Voice*, quando são afixos, ou de um argumento de *Voice*, quando são clíticos.

O questionamento que fazemos a essa visão é com relação à natureza do *Voice* expletivo. Se ele não possui qualquer função semântica, pode-se dizer que não possui traços interpretáveis em LF. Desse modo, é difícil mapear qual é a necessidade real de sua introdução na estrutura de um verbo em línguas como o grego, em que ele nem mesmo introduz um argumento. Afinal, se ele não contribui semanticamente e, de certo modo, também não é clara sua contribuição

⁵⁴ Ainda que, por vezes, a forma passiva sintética não possa ser usada facilmente em lugar de uma analítica, isso provavelmente se deve mais à semântica enciclopédica associada às duas construções do que a uma limitação formal nesse uso; de fato, sempre que há uma passiva analítica, a forma sintética parece ser ao menos gramatical na língua. O que é certo é que seu uso não é condicionado por algum traço sintático, ao contrário do que acontece com o *perfectum* em latim.

sintática, já que não introduz argumento externo, sua inclusão na estrutura parece apenas uma postulação. Nas línguas de clíticos, sua única função seria a de introduzir um argumento que, necessariamente, deve ser não referencial, o que também não é simples de mapear formalmente. Em última análise, não é oferecido um motivo claro para haver um núcleo sem contribuição interpretativa e cuja única contribuição sintática é a de introduzir um outro elemento que também não faz contribuições interpretativas. Os autores o postulam apenas devido à percepção de que anticausativos marcados e não marcados – ou seja, que, presumidamente, possuem e não possuem *Voice*, respectivamente – não detêm diferenças interpretativas entre si (ambos são entendidos como eventos espontâneos).

Além disso, um de nossos objetivos é encontrar uma resposta única para o SPR, e aqui há duas, ainda que muito próximas: a marca sincrética poderia ser o expoente de um *Voice* sem argumento externo ou o argumento não interpretado de um *Voice*. Caso se tente reduzir as duas possibilidades a apenas uma, considerando-se que a marca ocasionalmente envolve também os reflexivos, parece fazer mais sentido pensar que ela é, então, um argumento; caso contrário, o pronome reflexivo também seria um expoente de *Voice*, embora nenhuma das configurações previstas em (22) preveja um reflexivo. Como argumento, porém, ele seria simplesmente uma anáfora na posição de argumento interno, que se liga ao externo segundo os princípios da Teoria de Ligação. Porém, como há línguas, como latim e grego, em que a marca sincrética é um afixo, a grande questão seria entender como um afixo pode ser originalmente um argumento, algo que abordaremos no próximo capítulo.

Apesar dessas ressalvas, as análises de Alexiadou *et al.* (2006, 2015) oferecem algumas ideias importantes que podem ser utilizadas na construção de uma análise mais unificada. Particularmente, neste trabalho, recorreremos à sua conceptualização de raízes, entendendo que, como proposto pelos autores, isso possui relação direta com o aparecimento ou não da marca em anticausativos. Além disso, a possibilidade de haver um elemento expletivo em alguma parte da derivação também ressurgirá em nossa análise, mas, contornando o problema da motivação para tal expletividade, em nossa proposta ela é uma consequência do sistema proposto e não uma propriedade de um objeto linguístico.

Afora tudo isso, os trabalhos discutidos acima foram desenvolvidos tendo em mente, mais uma vez, principalmente uma preocupação com anticausativos, estando mais interessados em descrever suas diferentes possibilidades de realização e sua relação com outras estruturas que possam compartilhar da mesma marca do que em dar conta do que chamamos de SPR de

modo amplo neste trabalho. Com isso, eles não necessariamente fazem previsões aplicáveis aos domínios mais difusos, como o dos médios e o dos depoentes.

Uma outra linha de trabalhos de Alexiadou (2013, 2014) traz uma abordagem que se propõe a isso. Nesses estudos, a autora propõe uma divisão do núcleo *Voice* em três tipos: ativo, passivo e médio. Em suma, a proposta funciona da seguinte maneira: enquanto o *Voice* ativo existe em todas as línguas, elas se distinguem com relação aos outros dois sabores, pois, em geral, apenas um estará disponível numa mesma língua. O *Voice* passivo é mais especificado e, portanto, não sincrético, e o *Voice* médio é subespecificado, acarretando um sincretismo.

Para entender melhor como isso é capturado em termos estruturais, vamos analisar esses três tipos de *Voice* mais a fundo. Algo que deve ser mantido em mente é que, embora sejam todos chamados de *Voice*, esses núcleos ocupam posições sintáticas e desempenham funções diferentes. Alexiadou (2013, 2014) propõe uma estrutura verbal desenvolvida na MD que contém a raiz, o categorizador *v* e depois o núcleo *Voice*. O tipo mais comum, o ativo, é usado em construções transitivas, e tem a função de introduzir o argumento externo. O *Voice* passivo, ao contrário do que o seu nome pode sugerir, não é uma contraparte da versão ativa, mas sim um outro núcleo que, quando presente na estrutura, entra acima do *Voice* ativo. Sua função, então, é tomar uma estrutura transitiva já formada e promover uma alteração na configuração sintática dos seus elementos, quais sejam, a promoção do argumento interno a sujeito e a demissão do externo a agente da passiva, o que, no entanto, não muda sua interpretação⁵⁵. É por isso que línguas que fazem uso desse tipo de *Voice*, como o inglês, possuem passivas muito produtivas e regulares: essencialmente todo verbo transitivo pode ser passivizado e o sentido é sempre o de uma passiva canônica⁵⁶. Os domínios do SPR (anticausativos, impessoais etc.) não podem usar esse núcleo, e por isso se manifestam de outras maneiras.

O *Voice* médio, por outro lado, é uma contraparte do ativo, ou seja, ocupa a mesma posição que ele na estrutura e, portanto, eles não podem co-ocorrer. Sintaticamente, o *Voice* médio possui a característica de não introduzir argumento; semanticamente, é subespecificado, codificando apenas um sentido genérico de “não ativo”. Por isso, quando o *Voice* médio está disponível numa língua, ela sincretiza passivas e outros contextos, como os anticausativos e impessoais, pois todos eles seriam entendidos como não ativos em alguma medida. Como, para a autora, o núcleo *Voice*, o categorizador, o argumento interno e a raiz são enviados para *spell-*

⁵⁵ Não há uma preocupação, nos trabalhos citados, de estabelecer exatamente como ocorre essa intervenção do *Voice* passivo na estrutura ativa, posto que ela não é o foco da investigação.

⁵⁶ A autora não entra na questão da composição do *Voice* ativo, mas é muito possível que ele siga de modo geral as configurações de traços propostos anteriormente em Alexiadou *et al.* (2006).

out na mesma fase, eles podem interagir para negociação de sentido, o que disponibiliza uma ou outra interpretação a depender de uma série de fatores, como a conceptualização da raiz, a natureza do argumento interno e os traços presentes em *v*. Esse padrão morfológico com *Voice* médio seria, por exemplo, o do grego, em que passivas, anticausativos, médios e depoentes compartilham da mesma marcação. Naturalmente, isso acarreta dizer que depoentes são não ativos.

Dois pontos devem ser ressaltados e explorados mais a fundo nessa proposta, pois têm desdobramentos importantes. O primeiro é que Alexiadou (2013, 2014) associa a realização do núcleo *Voice* necessariamente a um afixo. Portanto, o *se* do português e o *sich* do alemão, entre outros de funcionamento similar, que sincretizam várias funções, não podem ser entendidos como expoentes de *Voice*. Essas línguas em geral dispõem de uma passiva mais específica (a analítica) e, por isso, a autora as avalia como detentoras do *Voice* passivo; como consequência, todas as estruturas que contêm o *se/ sich* seriam sintaticamente ativas (isto é, utilizam o *Voice* ativo), com esse elemento ocupando alguma posição argumental, na mesma linha da vista em Alexiadou *et al.* (2015). Aqui, portanto, cabe, ao menos em parte, o mesmo questionamento feito anteriormente: temos o mesmo tipo de sincretismo ocorrendo ou em um núcleo ou em um argumento. Pode-se pensar se não é mais interessante que um mesmo dispositivo gere todos eles. Pensar que o *se* é o expoente de *Voice*, contudo, também pode não ser ideal, pois forçaria a passiva analítica a ser derivada de outra maneira. Além disso, o *se* dos reflexivos, que parece carregar uma carga semântica que os outros não possuem (*i.e.*, papel- θ), teria de ser o expoente desse núcleo também, o que por fim poderia acarretar um acúmulo de papéis- θ no argumento interno, como em Pujalte & Saab (2012). Se, por outro lado, é o afixo das línguas como o grego que é um argumento, surge o problema de como explicar esse estatuto afixal.

Curiosamente, o próprio texto de Alexiadou (2013) abre margem para uma saída. A autora deixa claro que é possível, embora não seja o cenário mais comum, que ambos os núcleos não ativos, passivo e médio, estejam disponíveis numa mesma língua, e oferece como evidência dados do hebraico, língua na qual o uso de um ou outro parece condicionado por informações de agentividade. Com isso em mente, e sabendo que em português há duas passivas (a sintética e a analítica), pode-se pensar que os dois núcleos coexistem: a passiva sintética é formada com o *Voice* médio, e a analítica, com o passivo, o que explicaria não só sua formação “diferente”, mas sua impossibilidade de se sincretizar com os outros domínios. Isso permitiria que o *se* fosse interpretado, de fato, como o expoente de *Voice* e ainda manter uma distinção com a passiva analítica, mas o problema dos reflexivos continuaria.

Outro ponto a se questionar é que o núcleo médio de Alexiadou (2013, 2014) cria uma condição vaga demais para que se possa estabelecer um sistema previsível, especialmente quando olhamos para o comportamento das marcas translinguisticamente. Se, nas línguas de *Voice* médio, tudo que é “não ativo” vem com esse marcador, fica difícil explicar as diferenças de distribuição vistas no quadro 1. Por exemplo, em grego, a morfologia passiva não se estende até os reflexivos, mas em georgiano sim; em laz, um mesmo morfema sincretiza tudo, menos a passiva. No primeiro caso, até é possível se justificar que talvez um reflexivo esteja no limite entre ativo e não ativo (já que o sujeito sintático sofre a ação, mas igualmente a desencadeia), mas não no segundo. Como o SPR se realiza com um morfema nessa língua, ele deve ser um expoente de *Voice*, segundo a previsão de Alexiadou (2013, 2014), mas, nesse caso, o *Voice* não ativo dessa língua não incluiria a própria passiva. Seria possível pensar que ela se realiza via outro processo, usando o núcleo passivo, mas, como essa opção é computacionalmente mais pesada (por tomar uma estrutura transitiva inteira já formada), não é esperado que ela bloqueie o uso de uma mais leve. O núcleo passivo só deveria entrar em cena quando não há o *Voice* médio disponível na língua ou como estratégia alternativa, quando há na língua alguma restrição ou condicionamento para o uso de um ou outro, como é o caso do *perfectum* em latim.

Outro fator relevante é que há muitos verbos, em várias línguas, que semanticamente não parecem ativos, mas não se realizam com a marca de SPR, em especial os inacusativos. Anticausativos não marcados também podem ser pensados como tal. Uma maneira de acomodar isso dentro do sistema de Alexiadou (2013, 2014) seria recorrer à mesma classificação de raízes mencionada anteriormente, e com isso poder-se-ia dizer que esses verbos nem sequer projetam *Voice*. Isso não é explorado pela autora, contudo, e não fica claro se as duas propostas são compatíveis, já que o *Voice* médio nunca introduz argumento. Pensemos em anticausativos “opcionais”, como o *aperiō* do latim (“espalhar”). Como vimos em (13b), ele pode ocorrer na forma “passiva” com um sentido anticausativo, mas seria igualmente aceitável uma formação morfológicamente “ativa”, e o mesmo sentido se manteria:

(23) Alternância não marcada em latim – verbo *aperio* (“espalhar”)

a. *Voluntās nostra aperiātur.*

“Que a nossa vontade se espalhe.”

b. *Voluntās nostra aperiat.*

“Que a nossa vontade se espalhe.”

Aplicando a linha de raciocínio de Alexiadou (2013, 2014) aos dados acima, *aperiātur* precisa conter *Voice*, mas *aperiat* não pode tê-lo, já que nada justificaria o desaparecimento da marca. Contudo, como não há nenhuma diferença interpretativa entre eles, o fato de o *Voice* estar presente ou ausente aparentemente não teria nenhuma relevância. Isso coloca em xeque a própria necessidade desse núcleo.

Voltemos ao português, língua em que é muito mais comum a marcação “opcional” em anticausativos, podendo eles aparecer com ou sem o clítico *se*. Como a autora não considera o *se* um expoente de *Voice*, isso foge ao problema anterior: *se* é um argumento, e há muito mais opções para mapear sua presença ou ausência por essa via. Ela pode estar relacionada a traços de seleção em *Voice*, de maneira semelhante ao visto em Pujalte & Saab (2012), ou o *se* pode simplesmente estar elíptico, algo mais difícil de se aplicar ao expoente de um núcleo funcional. Se pensarmos que o *-r* latino é um argumento, sua omissão em determinadas estruturas poderia ser explicada da mesma maneira, portanto. Como discutido brevemente antes, a grande questão em se postular uma análise em que a marca de SPR sempre é um argumento é conciliar isso com seu estatuto afixal. Contudo, consideramos que há não só argumentos a esse favor, como também que a saída é preferível aos efeitos indesejáveis de se considerar que ela é um núcleo. Vejamos como alguns autores vêm tratando essa possibilidade.

4.4 PROPOSTAS ARGUMENTAIS

Embick (2004), analisando dados de diversas línguas, mas principalmente do grego, desenvolve uma proposta para unificar anticausativos, passivas e outros contextos em que a mesma morfologia se manifesta translinguisticamente e observa que o que os une é a ausência de argumento externo, sugerindo que a morfologia deve ser sensível a isso. Trabalhando com a MD, o autor recusa a ideia de algum tipo de codificação lexical definir o comportamento de determinadas categorias, como os inacusativos marcados; quaisquer que sejam os fatores que regulam o seu comportamento, precisam ser derivados via sintaxe.

A proposta final de Embick (2004) é similar às vistas até o momento dentro das linhas de análise de Alexiadou *et al.* (2006, 2015) e Alexiadou (2013, 2014), dividindo as realizações de marca sincrética entre dois estatutos: expoente de *v* (que corresponde ao nosso *Voice* na estrutura verbal do autor) e argumento de *v*. Quando ela é morfologicamente dependente, como no grego, o autor a trata como um expoente de *v*. Em suma, ela é o IV que vence a competição quando há algum tipo de informação relacionada à ausência do argumento externo. Isso pode

ser um traço como [Non-Act] ou mesmo alguma sensibilidade à sua ausência – uma vez que Embick (2004) não deseja trabalhar com um traço [-argumento externo]. As diferenças entre as línguas se dariam devido à maneira como elas listam os seus IVs, isto é, algumas disporiam de itens especificados para um ou outro contexto e outras não, sincretizando todos os domínios. Seria por isso que algumas línguas distinguiriam apenas duas vozes (“ativa” e “não ativa”, como o grego moderno, por exemplo) e outras distinguiriam três (“ativa”, “não ativa” e “média”, como o grego antigo)⁵⁷.

Essa análise é similar às já discutidas, mas outra possibilidade visitada pelo autor é a de que o elemento que marca esses contextos, como os clíticos *se* das línguas românicas, seja um argumento. Ao contrário de Alexiadou (2013, 2014), Embick (2014) explora essa possibilidade de modo mais definido. O autor utiliza dois traços morfossintáticos que podem ou não estar presentes no núcleo *Voice*: [AG] (agente) e [Case] (Caso). Numa estrutura transitiva, ambos estarão presentes, garantindo a entrada de um argumento interpretado como agente; numa passiva, haverá apenas [AG], produzindo uma estrutura sem argumento externo realizado, mas ainda assim entendida como ativa; inacusativos não teriam nenhum dos traços. Reflexivos e anticausativos são a grande preocupação aqui, e são tratados como idênticos: um argumento anafórico é introduzido na posição de *spec.* de *Voice* – que contém os traços [AG] e [Case] – e de lá se cliticiza a ele; o argumento interno então recebe nominativo e sobe para *spec.* de T, ligando essa anáfora. Segue uma sistematização da proposta:

(24) Traços de *Voice* e suas interpretações (EMBICK, 2004)

- a. *Voice*[AG][Case] → transitivo
- b. *Voice*[AG] → passiva
- c. *Voice* → inacusativo
- d. *Voice*[AG][Case] + anáfora em *spec.* de *Voice* → anticausativo ou reflexivo

Há alguns problemas nessa análise, sendo a primeira relacionada à motivação para a cliticização: não fica claro por que esse processo ocorre: não há razão aparente para o argumento

⁵⁷ Embick (2004) ainda identifica um possível outro tipo de reflexivo em grego, que utiliza o prefixo *afto-*, similar ao *auto-* do português. Verbos que contêm esse prefixo sempre são reflexivos (*Ele se autoavaliou* x **Ele autoavaliou* x **Ele autoavaliou o amigo*). Todavia, como incluem tanto o prefixo *auto-* quanto a marca reflexiva canônica, *auto-* não poderia ser um alomorfe dela. Embick (2004) sugere que eles são advérbios que se incorporaram ao verbo (ou que formam um composto com ele) e que sua presença, devido à leitura enciclopédica, força o entendimento reflexivo. Como o autor, entenderemos que o processo que forma uma palavra contendo *auto-* não está relacionado ao SPR de maneira direta, portanto não o exploraremos mais do que isso.

externo se mover da sua posição. Também é previsto que a clitização da anáfora a *Voice* satisfaça o traço de Caso de *Voice*, o que permite a atribuição de nominativo ao argumento interno, algo que também não é explorado a fundo – afinal, se esse *Voice* possui o traço [Case], a anáfora deveria ter recebido nominativo no momento em que foi introduzida. É possível pensar que o processo de clitização “tire” a sua necessidade de Caso, mas ainda assim não fica claro por que o argumento interno receberia nominativo e não acusativo, já que essa estrutura é formalmente idêntica à de um transitivo. Por fim, há ainda a questão da situação da anáfora não ligada: é possível que anáforas não ligadas nem mesmo tenham o seu traço de Caso valorado (cf. HEINAT, 2006b; SCHÄFER, 2008), o que tornaria estranha a ativação do traço de Caso de *Voice* por elas. Uma alternativa seria dizer que elas não o têm, mas que ele é ativado quando o argumento interno sobe para T e as liga. Nesse caso, contudo, seria preciso explicar por que elas se realizam como acusativo mesmo estando na posição de argumento externo.

Um outro problema é que a unificação desses dois contextos não dá conta da distinção interpretativa entre eles. Afinal, como já discutido, um reflexivo denota uma ação realizada pelo sujeito e que se volta para ele, uma interpretação indisponível para os anticausativos. Embick (2004) não explora essa questão, contudo, uma vez que está interessado especificamente nas similaridades morfossintáticas entre as estruturas. Ainda assim, uma possibilidade seria dizer que o anticausativo é o resultado da presença de uma anáfora na posição de *spec.* de um *Voice* que possui apenas o traço [Case], mas não [AG]; mas não fica claro se [AG] pode estar ausente numa estrutura que contém um argumento externo. O autor explora a possibilidade de mapear a relação entre ausência de argumento externo e estruturas anticausativas com base em um traço [-argumento externo], mas por fim conclui que não há motivação para tal traço – quaisquer efeitos oriundos dessa condição seriam o reflexo de reações ao ambiente sintático como um todo, isto é, à própria ausência do argumento externo, e não de um traço.

Schäfer (2008), trabalhando a partir do alemão, apresenta uma estrutura que resolve alguns desses problemas. Ele defende que o pronome *sich*, compartilhado por reflexivos e anticausativos (mas não passivas e impessoais), possui o mesmo estatuto nas duas construções, qual seja: o de um argumento. Quando se encontra na posição de argumento interno, essa anáfora se liga ao argumento externo, produzindo um reflexivo; quando se encontra na posição de argumento externo, ela não pode se ligar. Isso deveria acarretar uma violação do princípio de ligação, mas Schäfer (2008) argumenta que não há nada na sintaxe estrita que impeça a existência de um argumento sem referência; afinal, há precedentes para isso: o *it* expletivo do inglês (*it's raining*) também não possui um referente, e a derivação corre sem problemas. O

mesmo deve ocorrer com o *sich*, portanto: ele simplesmente é entendido como um expletivo por LF. De fato, é o que parece ocorrer, já que o marcador de um anticausativo não carrega papel temático.

Algo deve ser dito, contudo, com relação à concordância que é estabelecida entre o argumento interno e o verbo e ocasionalmente também entre ele e a marca anticausativa. Para Schäfer (2008), isso ocorre porque, quando T busca um DP para estabelecer uma relação de *Agree* (fornecendo Caso e recebendo traços- ϕ) e se depara com o argumento sem referência, essa relação não é satisfeita; T, então, continua a busca, chegando ao argumento interno. Com ele, as condições necessárias para *Agree* são alcançadas: o argumento recebe nominativo e valoriza os traços de T, que passa então a concordar com ele. Como o argumento externo também estabelecera uma relação com T – num sistema de *Agree* múltiplo –, os mesmos traços são copiados para ele, produzindo um efeito de concordância superficial, isto é, apenas fonológica. Em PF, ele então recebe Caso acusativo por *default*, pois o nominativo já foi atribuído ao argumento interno. Cabe mencionar que, para o autor, Caso é uma propriedade pós-sintática, e não é feita qualquer menção em seu texto a um traço sintático para codificá-lo. Em PF, o DP que tiver estabelecido uma relação de *Agree* com T – isto é, valorado seus traços- ϕ – recebe nominativo. Nesse caso, como a variável em posição de argumento externo foi valorada por outro DP na mesma cadeia de *Agree*, é interpretado como estruturalmente dependente e recebe acusativo.

Quanto à existência de anticausativos marcados e não marcados, Schäfer (2008) aplica a proposta de conceptualização de eventos das raízes de Alexiadou *et al.* (2006) – cf. dado (21) – combinada a uma tipologia de *Voice* própria para determinar o que é ou não licenciado na língua. A sistematização dessa combinação pode ser vista abaixo:

(25) Tipologia de *Voice* de Schäfer (2008)

- a. *Voice*[D][Agente] + argumento externo → ativo
- b. *Voice*[Agente] → passivo
- c. *Voice*[D][Expletivo] + argumento não referencial → anticausativo
- d. sem *Voice* → inacusativos/ anticausativos não marcados

Em suma, raízes que precisam de um agente projetam o *Voice* em (25a), com os traços [D] e [Agente], cuja posição de especificador deve ser preenchida por um argumento capaz de satisfazer às duas demandas, caso contrário a derivação fracassará. Essas raízes também podem

aparecer na configuração (25b), sendo entendidas como ativas, mas sem um agente explícito – ou seja, uma passiva (que, em alemão, é analítica). Raízes que são externamente causadas, mas sem a necessidade específica de um agente, projetam a estrutura em (25c), com *Voice* expletivo. Como ele também possui um traço [D], sua posição de especificador precisa ser preenchida, e um DP “genérico”, não referencial, o faz. Esse é o anticausativo marcado. A estrutura em (25d), por fim, deriva os anticausativos não marcados e os inacusativos, a partir de raízes de causa não especificada e internamente causadas, respectivamente.

Nesse sentido, os anticausativos de Schäfer (2008) apresentam uma certa semelhança com os de Pujalte & Saab (2012), pois suas marcas não contribuem muito interpretativamente. Mas Schäfer (2008) constrói um sistema mais robusto: não é que o *Voice* que exige [D] também impeça a entrada de um D. Pelo contrário, ele garante a entrada de um D, recorrendo a uma anáfora. A questão de o objeto não ser lido por LF é resolvida pelo fato de que, mesmo sendo introduzida na sintaxe, essa anáfora não se liga, bem como pela natureza do próprio núcleo *Voice* em questão, o sabor expletivo, que não contribui com qualquer semântica agentiva ou de causa, mas apenas cumpre a função sintática de introduzir um argumento. Essa parece ser uma saída mais consistente que a de Pujalte & Saab (2012), porque a sintaxe termina a sua derivação sem nenhum problema, o que faz mais sentido do que pensar que ela deixaria um erro com potencial para causar um *crash* prosseguir para PF na esperança de que lá ele seja resolvido. Isso também já elimina todos os traços de c-seleção antes do *spell-out*, o que é preferível a mandar traços não interpretáveis para LF.

Existem algumas diferenças morfológicas importantes entre o *sich* do alemão e o *se* das línguas românicas, contudo. Por exemplo, o *se* precisa estar sempre imediatamente adjacente ao verbo, enquanto o *sich* tem mais mobilidade; além disso, reflexivos e anticausativos em alemão se comportam como transitivos com relação à seleção de auxiliares, mas em italiano e francês eles seguem o padrão dos inacusativos. Essas diferenças de comportamento fazem com que Schäfer (2008) conclua que eles são elementos de natureza diferente: *sich* é um pronome livre, enquanto *se* é um clítico. Para o autor, isso significa que *se* é um núcleo, e não um DP. Desse modo, o *se* românico seria uma realização de *Voice*, como a morfologia passiva do grego, e não um argumento. Isso é importante, pois os marcadores clíticos/ afixais seriam expoentes de um outro *Voice*, sem o traço [D], seguindo de maneira geral a ideia de Alexiadou (2013, 2014). Isso faz com que a análise recaia na situação anterior que tentamos evitar, o de separar as marcas de SPR em mais de um tipo.

A análise de Schäfer (2008) traz ainda mais um agravante na divisão entre argumento e expoente de *Voice*, que é considerar o *se* como um núcleo somente quando é um marcador de anticausativos, mas não quando é reflexivo, criando uma subdivisão dentro de uma mesma língua. Parece-nos que, ainda que *sich* e *se* se comportem de maneira diversa em determinados contextos, as semelhanças entre os dois também são grandes demais para que sejam deixadas de lado. Considerando isso, e também pensando na funcionalidade do sistema desenvolvido pelo autor para derivar a marca como argumento, seria vantajoso expandi-lo para outras línguas/configurações. Uma tentativa de fazê-lo é a vista no trabalho de Lazzarini-Cyrino (2015), que abordaremos brevemente mais adiante nesta seção.

Ainda no que diz respeito à relação da proposta com o que se vê em outras línguas além do alemão, é importante mencionar que o SPR é relativamente limitado nessa língua, não se estendendo para além desses contextos, já que as passivas são analíticas, as impessoais usam *man* e o autor trata os contextos médios basicamente como anticausativos. Schäfer (2008) propõe que isso se deve ao processo de inserção de vocabulário, baseado no princípio do subconjunto, ou seja, simplesmente há IVs mais especificados para certos contextos em alemão, mas isso pode variar de língua para língua. Isso parece bastante razoável, mas a explicação de por que algumas línguas teriam marcas argumentais e outras não é menos convincente. Schäfer (2008) de fato não explora a questão a fundo, mas se limita a dizer que seria determinada por uma série de parâmetros “lexicais” (aspas do original), como, por exemplo, ter uma passiva analítica que disponibilize sua morfologia não ativa para outros contextos. Na ausência de uma elaboração mais específica, porém, é difícil determinar até que ponto essa postulação seria válida. O *Voice* expletivo também não estaria disponível em todas as línguas, provavelmente pelos mesmos fatores. Contudo, como a própria natureza desse núcleo já é vaga, não fica claro como tudo isso interage.

O ponto que nos suscita mais questionamentos nessa análise é, entretanto, o *Agree* múltiplo que Schäfer (2008) adota para explicar a concordância fonológica entre o argumento interno e o pronome em posição de argumento externo, ou melhor, os efeitos interpretativos que isso não acarreta. Seguindo essa visão específica de *Agree*, o autor efetivamente faz com que os traços do pronome sejam valorados ainda na sintaxe, o que deveria fazer com que ele fosse interpretado de alguma maneira em LF, e não ser lido como um expletivo. Schäfer (2008) tenta mitigar a situação com o fato de o elemento ser uma variável, ou seja, precisar estabelecer uma relação de ligação com um antecedente. Mas isso entra em desacordo com a sua própria visão acerca da natureza das relações de ligação: Schäfer (2008) afirma explicitamente que

entende ligação como uma relação de *Agree*, nos moldes de Reuland (2001) e Heintz (2006a, 2006b). A questão é que esses autores, e outros que reinterpretam os princípios de ligação dessa maneira, o fazem de maneira a remover a estipulação de que haveria a necessidade de um índice unificando os dois elementos, posto que o índice é um dispositivo não motivado em moldes minimalistas (HEINAT, 2006b). O próprio Schäfer (2008) afirma: “em LF, a relação sintática de *Agree* é avaliada semanticamente como uma relação de ligação (como era expresso via co-indexação em estágios anteriores da teoria)” (p. 258)⁵⁸. As relações de ligação deixam de ser vistas, então, como regras próprias e se tornam como qualquer tipo de *Agree* e, nesse caso, não haveria motivo para não se estabelecer uma identidade entre o argumento externo e o interno quando é este que valora aquele.

Ainda que se postule uma diferença entre um tipo de *Agree* e outro, adicionando, por exemplo, uma necessidade de c-comando para variáveis, nesse caso, nada deveria impedir o argumento interno de se ligar ao externo após ele subir para a posição de *spec.* de T (como proposto em EMBICK, 2004). Heintz (2006a) estipula que apenas *merges* externos ativam sondas para *Agree*, mas nesse caso só seria necessário o c-comando, já que o *Agree* já foi feito. Ao que tudo indica, deveria ser possível tanto a interpretação correferencial de baixo para cima quanto o próprio estabelecimento de uma correferência de cima para baixo após o movimento, caso ela não seja um *Agree* comum. Ou seja, há algo desconectado nesse sistema. Outra questão é que, se o argumento interno é um DP comum como numa estrutura transitiva qualquer, no momento em que T entra na estrutura, ele já terá valorado todos os seus traços e ficado inativo – a condição de ativação de Chomsky (2001). Ou seja, T não deveria ser capaz de fazer outro *Agree* com ele.

Vejamos então como Lazzarini-Cyrino (2015) lida com essas questões. Sua proposta tem o ambicioso objetivo de unir todos os contextos de SPR sob uma mesma derivação, tendo como base a ideia de que o elemento que os marca é um argumento, seja ele um pronome, um clítico ou um afixo. Esse estatuto passa a ser visto como consequência de diversos fatores, entre eles a elegibilidade para Caso: se uma marca, por algum motivo, não pode receber Caso, precisa se deslocar da posição argumental, ou haveria uma violação do filtro de Caso. Uma das maneiras de fazer isso é torná-la parte do domínio verbal, via cliticização ou afixação. Esse seria o caso do italiano, o que explicaria não só a cliticidade do seu *si*, como também por que a língua não o computa no momento da seleção de auxiliares.

⁵⁸ “At LF, the syntactic *Agree*-relation is evaluated semantically as a binding relation (as it was expressed via co-indexation at earlier stages of the theory)”.

Lazzarini-Cyrino (2015) então apresenta sua proposta de derivação. Mantém-se a ideia de que raízes são conceptualizadas de acordo com o seu grau de espontaneidade, e por isso podem ou não exigir *Voice* e um argumento externo; quando o fazem, essa posição terá de ser preenchida, e um elemento não referencial – uma anáfora – entra como *default* caso não haja um DP mais adequado disponível. No sistema de Lazzarini-Cyrino (2015), isso não depende de um *Voice* expletivo, mas sim ocorre com qualquer variação desse núcleo. Basta haver *Voice* na estrutura para que o argumento externo se torne uma exigência e, na ausência de um DP pleno para ocupar essa oposição, o mecanismo é desencadeado. Quando isso acontece, os mesmos efeitos vistos no sistema de Schäfer (2008) se sucedem: a anáfora não se liga e é lida como expletiva em LF, enquanto o argumento interno recebe nominativo e é promovido à posição de sujeito.

Há diferenças entre as propostas, no entanto, a começar por como se dá o *Agree* entre T e o argumento interno: Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que T nunca estabelece uma relação de *Agree* com o pronome na posição de argumento externo, ignorando-o e seguindo direto para o interno. Isso porque, como ele é um elemento sem traços- ϕ , não haveria razão para que T, que está em busca desse tipo de informação, estabeleça uma concordância com ele, já que não há nada a ser compartilhado. Além disso, considerando-se Caso como um efeito resultante de *Agree* (assim como em SCHÄFER, 2008), naturalmente essa anáfora também não o recebe. Chegando ao argumento interno, T estabelece *Agree* com ele, mas não há compartilhamento de nada com o argumento externo. Também não há *Agree* quando o argumento interno sobe para a posição de *spec.* de T, pois apenas *merges* externos ativam o processo de sondagem (HEINAT, 2006a). Para dar conta da concordância entre o argumento interno e o externo, então, o autor estabelece que, pós-sintaticamente, ocorre uma cópia dos traços de um para o outro. Isso será possível porque agora o DP valorado se encontra mais alto que o não valorado. Esse sistema é promissor porque essa concordância, em particular, claramente é apenas fonológica, pois não se interpreta a marca de SPR nos anticausativos da mesma forma que nos reflexivos, o que indica que apenas estas últimas estabelecem uma relação de ligação na sintaxe. Como discutido, no sistema de Schäfer (2008), como há um *Agree* de baixo para cima ainda na sintaxe e a ligação é apenas *Agree*, nada deveria impedir LF de computar essa anáfora como ligada, e causativos seriam simplesmente reflexivos.

A proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) envolve, ainda, mais domínios que a de Schäfer (2008), já que o autor se pretende a uma explicação mais ampla do fenômeno, não limitando-a a observações de uma única língua. Com isso, além dos anticausativos e reflexivos, ele também

aborda os impessoais, as passivas e os contextos médios. Para derivá-los, o autor recorre não a sabores de *Voice*, mas a especificações de traços na própria marca. Por exemplo, a diferença entre uma passiva e um impessoal é determinada pela presença de um traço [+ESPECÍFICO] na primeira, o que licencia a projeção de um agente da passiva (isto é, promove a especificação do seu desencadeador); como impessoais não possuem esse traço, são sempre entendidas como uma ação agentiva, porém genérica, isto é, não se pode apontar quem é o agente. Outra inovação da proposta é oferecer uma motivação semântica para o sincretismo, relacionada à afetação do sujeito. Isso é similar ao entendimento de Alexiadou (2013) de que um sentido “não ativo” poderia compreender qualquer contexto em que o sujeito é afetado. Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que haveria um contínuo, uma escala de afetação (cf. capítulo 3), e, portanto, as barreiras entre um domínio e outro podem ficar difusas, abrindo espaço para o sincretismo. Isso, porém, depende de como cada língua não só conceptualiza seus contextos, mas também de como essa conceptualização se desenvolve no eixo do tempo.

Resta um problema, porém: no novo sistema, a variável nunca recebe Caso. Como ela não entrou numa relação de *Agree* múltiplo com T e o argumento externo e a cópia de traços pós-sintática só diz respeito aos traços- ϕ , já que Caso é uma consequência de *Agree* com um núcleo funcional, esse problema em particular persiste. A solução proposta é que, para que a derivação não seja perdida, um dispositivo seja aplicado para mover a variável para o domínio do verbo, onde não há necessidade de Caso. É isso que faz com que ela surja como um afixo ou um clítico. A definição de qual dos dois surgirá depende do mecanismo utilizado. Segundo Lazzarini-Cyrino (2015), clíticos são derivados via Deslocamento Local, enquanto afixos são derivados por movimento de núcleo. O autor entende que as marcas são especificadas para uma ou outra operação a depender da língua.

Aqui surge um novo problema. Enquanto a clitização não envolve grandes dificuldades, pois é licenciada tanto da posição de argumento externo quanto de interno, o movimento de núcleo não estaria disponível para argumentos externos, pois eles não são regidos pelo núcleo para o qual precisam se mover, o que violaria um princípio conhecido como *Head Movement Constraint* (TRAVIS, 1984; BAKER, 1988). Uma alternativa seria recorrer a um processo de incorporação, mas essa operação classicamente não é licenciada para argumentos agentivos, isto é, externos (BAKER, 1988). Recentemente, porém, Öztürk (2005), em estudo do turco, apresentou a possibilidade de incorporação de agentes, a partir de uma reanálise da operação

de pseudoincorporação de Massam (2001). Aplicando seu sistema às marcas de SPR, Lazzarini-Cyrino (2015) alcança os efeitos que deseja⁵⁹.

Assumindo uma estrutura temática neo-davidsoniana (LIN, 2001; BORER, 2004), a ideia é que o argumento/ marca de SPR se concatena diretamente à raiz num momento muito baixo da derivação, antes das posições temáticas. Posteriormente, ao se chegar à posição do argumento externo, não havendo outro objeto a ser concatenado na posição, o próprio complexo verbo-argumento incorporado se move para ela. Isso pode ocorrer porque, como esse complexo é um misto de verbal e nominal, fica elegível para ocupar uma posição temática. Com isso, essa marca não referencial, ou melhor, o composto verbal do qual faz parte, recebe uma interpretação agentiva ou causativa genérica, sem apontar para um desencadeador específico.

Esse sistema, contudo, não está de acordo com o que o próprio Lazzarini-Cyrino (2015) postula na sua proposta a respeito da necessidade da incorporação: a marca de SPR deveria se tornar morfológicamente dependente ou presa devido a uma indisponibilidade para receber Caso. No entanto, no sistema de pseudoincorporação delineado acima ela se incorpora antes mesmo que isso possa se tornar um fator. Isso porque o autor também assume uma visão de Caso segundo a qual essa informação só é relevante em PF e, logo, a incorporação só deveria precisar ser ativada nesse componente. Até então, não haveria problema.

Outra crítica é que Lazzarini-Cyrino (2015) estipula que a peça sincrética é previamente marcada para a operação que a retira do domínio verbal (Deslocamento Local ou movimento de núcleo), mas isso torna o sistema redundante: a peça precisa se mover porque se não o fizer a derivação terá problemas, e para se mover recorre à sua propriedade intrínseca de ser obrigada a se mover. Se ela já possuía essa propriedade o tempo todo, pouco importa o que aconteceria caso não se movesse. Em suma, o raciocínio que motiva seu deslocamento se torna supérfluo. Essa não parece ser a maneira ideal de mapear tal comportamento; por essa razão, no próximo capítulo oferecemos uma visão alternativa que não depende de um requerimento prévio. Ser um clítico ou afixo seria um epifenômeno, e não uma propriedade primitiva.

Há alguns outros pontos, ainda, em que divergimos de Lazzarini-Cyrino (2015). Ainda que sua combinação de traços na marca para derivar os diversos contextos alcance os resultados previstos, consideramos que o ideal é que não estejam na marca em si, mas sim no núcleo que a introduz, *Voice*. Isso porque, se algo como [+ESPECÍFICO] pertence à variável, não há como garantir a inexistência de passivas causativas em línguas como o grego, por exemplo. Se há duas (ou mais) configurações possíveis de traços na variável e apenas um tipo de *Voice*, a

⁵⁹ No próximo capítulo, os diferentes conceitos de incorporação serão debatidos com mais detalhes.

princípio todos os “sabores” da variável deveriam ser licenciados o tempo todo, e a ausência sistemática de determinada construção passa a ser coincidência. No máximo, poderia ser fruto de alguma restrição enciclopédica, mas isso jogaria um peso muito grande e difícil de ser formalizado para esse componente. Embora não seja impossível, recorrendo a outro tipo de análise, utilizando os mais tradicionais sabores de *Voice*, as interações se tornam mais previsíveis. Ainda assim, vale ressaltar que, como sabores como DO e CAUSE são basicamente rótulos para feixes de traços mais complexos, é muito possível que eles na verdade incluam valores próximos aos defendido por Lazzarini-Cyrino (2015), mas no núcleo funcional e não no DP.

Um ponto no qual discordamos por completo da proposta de Lazzarini-Cyrino (2015), todavia, é o tratamento da voz média. Autores como Kemmer (1993) a caracterizam como uma ação que naturalmente se volta para ou envolve o sujeito, daí a presença de verbos como *mover-se* e *levantar-se* nesse grupo. Lazzarini-Cyrino (2015) decide, então, tratá-las como simples verbos reflexivos. Mas há diferenças na interpretação dos dois domínios e, inclusive, alguns verbos podem oscilar com relação a uma leitura reflexiva ou média, como discutido no capítulo 3. Com isso, não parece ideal que a estrutura das duas seja exatamente igual. Como Kemmer (1993) aponta, médias diferem dos reflexivos porque, embora ambos apontem para a mesma entidade, nos reflexivos o evento em si ainda é caracterizado como necessitando de dois atores envolvidos, enquanto as médias são entendidas como mais próximas de eventos com apenas um indivíduo.

Também questionamos um ponto definidor da proposta de Lazzarini-Cyrino (2015), que é a de que as marcas de SPR precisam ser morfológicamente dependentes. Isso não pode ser verdade, já que o *sich* do alemão, que é sincrético, pode ocorrer desconectado do verbo. O latim, por sua vez, estende todos os contextos do seu SPR para as passivas analíticas, o que significa dizer que compostos inteiros de auxiliar + particípio podem ser anticausativos, impessoais ou médios. Por fim, o mesmo problema da condição de ativação que apontamos em Schäfer (2008) também existe na proposta de Lazzarini-Cyrino (2015): quando T entra na estrutura, o DP argumento interno já deveria estar inativo, então, havendo ou não o *Agree* múltiplo, eles não deveriam estar visíveis um para o outro.

No próximo capítulo, vamos reanalisar os pontos que consideramos problemáticos nessa e nas outras análises que apresentamos, e proporemos condições alternativas para permitir o sincretismo e sua expansão.

4.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, abordamos algumas análises salientes presentes atualmente na literatura para tratar o fenômeno do SPR, apontando suas previsões e nos posicionando criticamente com relação a cada uma delas. Uma síntese dos pontos centrais das propostas abordadas e das críticas são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Síntese das propostas de análise do SPR presentes na literatura

Linha de análise	Autor(es)	Proposta geral	Críticas principais
Propostas lexicalistas	Dowty (1979), Williams (1981), Pesetsky (1995), entre outros	Uma base verbal inerentemente intransitiva é convertida em transitiva no léxico	Não prevê a variabilidade translinguística: tanto o par transitivo quanto o intransitivo pode ser marcado; uma mesma língua pode conter alternâncias marcadas e não marcadas; unifica contextos cujo comportamento sintático ou semântico sugere que são distintos; não contempla contextos sem um par (depoentes)
	Levin & Rappaport Hovav (1995), Reinhart (2000, 2002), entre outros	Uma base verbal inerentemente transitiva é convertida em intransitiva no léxico	
Reparo fonológico	Pujalte & Saab (2012)	Um clítico é introduzido na posição de argumento externo em PF para atender a um traço de c-seleção [D] que não foi atendido na sintaxe, impedindo que a derivação sofra um <i>crash</i>	Sistema paradoxal: <i>v</i> exige [D], mas ao mesmo tempo é defeutivo e não aceita [D]; acúmulo de papéis- θ no argumento externo nos reflexivos; não contempla todos os contextos; como a marca é vista como essencial para a derivação, não fica claro como ela pode desaparecer opcionalmente, como ocorre com a do português
Expoente de <i>v</i> / <i>Voice</i>	Alexiadou <i>et al.</i> (2006, 2015)	A marca é um expoente de um núcleo <i>Voice</i> que não projeta argumento externo. Diferentes configurações de traços no núcleo suscitam interpretações diferentes; línguas de anticausativos marcados e de anticausativos não marcados associam essas configurações a interpretações distintas	Há línguas que não se encaixam nos dois padrões translinguísticos previstos; a maioria das línguas possui anticausativos marcados e não marcados coexistindo; anticausativos usariam um <i>Voice</i> expletivo, que é opcional e não contribui nem semântica, nem sintaticamente
	Alexiadou (2013, 2014)	A marca é um expoente de um núcleo <i>Voice</i> médio; há dois tipos de núcleos <i>Voice</i> não ativos disponíveis translinguisticamente: o médio, subespecificado quanto ao sentido, sincretiza vários contextos, e o passivo, mais específico, é reservado para tal domínio	Alguns contextos sincretéticos não parecem não ativos (médios, depoentes); reflexivos seriam não ativos ou não fariam parte do sincretismo; há línguas em que o sincretismo não envolve a passiva canônica, que deveria, então, ser considerada não ativa; diferentes contextos são gerados de forma vaga, negociando o sentido a cada derivação; nem todo verbo não ativo aparece com a marca
Argumento	Embick (2004)	A marca é uma anáfora em posição de argumento externo, portanto, não ligada; é introduzida por <i>default</i> quando <i>Voice</i> não possui traços de caso ou de agentividade	Reflexivos e anticausativos são igualados, o que não dá conta das suas diferenças interpretativas; a formação é sintaticamente transitiva, mas <i>Voice</i> não atribui caso acusativo, com o argumento interno recebendo nominativo
	Schäfer (2008)	A marca é um argumento não referencial: na posição de argumento interno, ela se liga ao exteno e adquire referencialidade, produzindo um reflexivo; na posição de externo, não se liga e é lida como expletivo	Não faz previsões concretas para os outros contextos; o domínio médio é tratado como anticausativo; trata ligação como <i>agree</i> , o que deveria fazer com que todos os contextos fossem lidos como correferenciais
	Lazzarini-Cyrino (2015)	Anticausativos e reflexivos são derivados como em Schäfer (2008); os outros contextos resultam de diferentes combinações de traços na marca; por ser ineligiável para caso, ela se desloca para o domínio verbal, realizando-se como morfológicamente dependente	O mecanismo que confere o estatuto dependente à marca é inconsistente, sendo ativado antes da tentativa de marcação com caso; reflexivos e médios são tratados como um mesmo fenômeno; a estipulação de que a marca deve ser dependente não se confirma translinguisticamente

Fonte: elaborado pelo autor.

5 DERIVANDO O SINCRETISMO PASSIVO EM LATIM

A proposta desta dissertação parte, principalmente, das análises anteriores de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015), e tem como base a ideia de que a marca sincrética presente nos diversos contextos descritos no capítulo 3 possui um mesmo estatuto em todos eles: ela é um argumento verbal não referencial, mais especificamente, uma variável, não ligada, que se incorpora ao domínio verbal. Neste capítulo, delineamos nossa proposta para a derivação dessas estruturas, a qual, embora trate o fenômeno partindo do mesmo ponto básico que as análises anteriores, envolve dispositivos e conceptualizações teóricas diferentes das que as embasaram.

O capítulo se divide em cinco seções. A seção 5.1 apresenta alguns pressupostos teóricos que serão adotados em todas as derivações propostas, alguns dos quais necessitam de uma maior elucidação; a seção 5.2 se dedica a uma apresentação geral da estrutura de base que propomos para os verbos latinos. Para tanto, apresentamos a derivação de um verbo transitivo padrão na voz ativa, como ilustração, além de abordarmos brevemente os verbos reflexivos, de modo a estabelecer as diferenças entre o item que marca a mudança de valência nesse caso (o pronome *sē*) e o que acumula o sincretismo dos outros. Na seção 5.3, procedemos à derivação sintática que servirá de molde para todos os contextos sincréticos, pois a estrutura será semelhante para todos eles; na seção 5.4, motivamos a necessidade da presença da marca nas construções em que ela aparece. Finalizamos com uma síntese do capítulo na seção 5.5.

5.1 PRESSUPOSTOS GERAIS PARA A DERIVAÇÃO VERBAL

Antes de proceder a uma derivação do sincretismo, discutiremos alguns pressupostos teóricos que serão adotados ao longo da análise. Desenvolvida no âmbito da MD, a estrutura que propomos para o verbo latino é composta de ao menos quatro núcleos: raiz, *v*, *Voice* e T, nessa ordem hierárquica⁶⁰. São necessários, porém, alguns comentários acerca desses núcleos, uma vez que há divergências teóricas com relação a como abordá-los.

⁶⁰ Como abordaremos apenas o *īnfectum*, não trabalharemos com o núcleo Asp – em geral introduzido entre *Voice* e T. Seguindo Embick (2015), assumiremos que esse núcleo só entra numa derivação verbal no *perfectum*, com a leitura de *īnfectum* se originando como *default* na sua ausência.

5.1.1 Estabelecendo uma visão de raiz como índices

Uma primeira distinção que se deve fazer é que a sintaxe trabalha com dois tipos de itens: morfemas funcionais e lexicais (raízes). Os primeiros são compostos por feixes de traços que codificam informações sintático-semânticas, como [singular], [plural], [passado] etc.; eles são hierarquicamente organizados pela sintaxe, e recebem fonologia via o processo de inserção de vocabulário discutido anteriormente (cf. capítulo 2). Assim, com a exceção da raiz, todos os núcleos com os quais trabalhamos (*v*, *Voice* e *T*) funcionam desse modo.

Quanto à raiz, contudo, há um longo debate não apenas quanto ao seu estatuto sintático, como também com relação à sua individualização. Elas são consideradas membros da classe aberta da língua, isto é, ao contrário dos itens funcionais, estão constantemente sendo acrescidas de novos membros. Raízes também são associadas principalmente a conceitos e não carregam informações morfossintáticas (EMBICK, 2015). Dessa maneira, há uma grande dificuldade em determinar se – e como – elas podem participar da inserção de vocabulário. Se não possuem traços para serem pareados com expoentes em PF, elas não deveriam participar do processo de competição que guia essa inserção. Por outro lado, determinadas raízes parecem demonstrar alomorfias em contextos específicos, o que indica que a sua fonologia é determinada, de alguma maneira, pelos elementos que a acompanham na derivação. A questão que surge, portanto, é que, sem a presença de traços sintático-semânticos, não há uma maneira imediata de mapear isso.

Assumir que raízes já contêm fonologia inerente enfraquece a proposta de dissociação de informações da MD, uma vez que retorna tais informações ao léxico. Embick (2000), no entanto, é um dos mais influentes na proposta de uma “inserção precoce” de fonologia da raiz. Para defender essa argumentação, o autor se baseia justamente nos verbos deponentes do latim, que, por se comportarem de maneira muito idiossincrática, o levam a propor que ao menos essas raízes precisariam ser inseridas de antemão, com a sua informação fonológica definida. Nessa mesma linha de raciocínio, Borer (2014), no âmbito do modelo Exoesqueletal, também defende a presença de fonologia nas raízes, argumentando que, na ausência de traços morfossintáticos e conteúdo semântico, a fonologia seria a única maneira de individualizá-las e permitir a ocorrência de alomorfes no seu domínio.

Esse posicionamento, no entanto, é questionado por outros autores, como Haugen & Siddiqi (2013), que, ao revisitar a proposta de Embick (2000), concluem que não há necessidade da inserção precoce de raízes. De um lado, os autores fazem uma argumentação teórica com

relação à natureza da lista 1: como, nela, são armazenados apenas os primitivos linguísticos, ou seja, aqueles que seriam oriundos de uma listagem universal, a presença de raízes com fonologia nesse componente faz pouco sentido, já que a organização fonológica varia grandemente de língua para língua. De outro lado, defendem que o comportamento dos depoentes não difere em nada de outras expressões particulares de uma ou outra língua (como expressões idiomáticas), cujo sentido pode ser mapeado via uma associação enciclopédica entre as estruturas relevantes e os sentidos “especiais” que elas adquirem no mundo. Ainda mais crucialmente, argumentam que, mesmo que fosse preciso listar o significado diferenciado dos depoentes, isso não acarreta que a fonologia precisaria acompanhá-lo. Ela poderia ser inserida tardiamente sem problemas.

Marantz (1996), nos primeiros anos do modelo da MD, também defende a inserção tardia para raízes, propondo que o que as seleciona em verdade é a escolha do próprio falante, ao contrário dos itens funcionais, cuja seleção seria feita por competição e atuação do Princípio do Subconjunto. Em outras palavras, a posição de raiz estaria presente na derivação por ser estruturalmente necessária, mas seu conteúdo seria totalmente determinado *a posteriori*, a depender do que o falante desejasse expressar.

Esse debate está longe de ser encerrado e há argumentos relevantes tanto para uma, como para outra perspectiva, a depender de como se analisam os dados. A discussão não impacta de modo direto nossa análise, mas é importante delimitar uma noção de raiz a ser seguida para a derivação dos dados. Tentando manter a adequação teórica e reconhecendo que a exposição realizada até o momento foi superficial, adotaremos uma proposta que nos parece capaz de manter a individualidade e os efeitos desejados para as raízes sem exigir informações de caráter fonológico ou mesmo semântico na sua composição. Tal abordagem é a baseada na individualização das raízes através de índices abstratos (ACQUAVIVA, 2009; PFAU, 2000, 2009; HARLEY, 2014).

Nessa perspectiva, raízes seriam objetos desprovidos de qualquer informação, a não ser um índice que as individualiza. Dessa maneira, cada raiz é única, mas não desempenha qualquer função na derivação sintática em si, servindo apenas como o ponto a partir do qual a estrutura se constrói. Posteriormente, após o *spell-out*, o índice atua como uma “sonda”, buscando a fonologia e o conceito reservados a ele e atribuindo-os à raiz. Contextos morfossintáticos diferentes podem suscitar realizações alternativas para essa raiz, o que explica as alomorfas/supleções na sua forma.

5.1.2 A introdução de argumentos

Outro grande debate que circunda as raízes é se elas são capazes de tomar argumentos, uma questão que também se relaciona diretamente com o primeiro núcleo funcional da nossa derivação, v . Em geral, assume-se na MD que raízes são desprovidas de categoria, realizando-se em uma ou outra (nome, verbo etc.) a depender da estrutura sintática. A maneira mais comum de capturar isso é por meio dos categorizadores, como n e v : uma raiz concatenada a um v , portanto, configura um verbo⁶¹.

A existência de um v na MD, por sua vez, causa certo atrito com o v assumido no âmbito do Programa Minimalista. Com base nas observações iniciais de Larson (1988) a respeito de construções de objeto duplo e de Kratzer (1996) a respeito do argumento externo, passou-se a adotar uma estrutura bipartida para os verbos: uma camada mais baixa, VP, contém a raiz e o(s) argumento(s) interno(s), enquanto o argumento externo é introduzido pelo chamado “verbo leve”, v , na terminologia de Chomsky (1993, 1995) ou *Voice*, na terminologia de Kratzer (1996). Desde a introdução dos categorizadores, tem sido debatido se o v do Minimalismo e o v da MD são ou não o mesmo núcleo sintático.

De um lado, o v da MD é responsável por categorizar a raiz e, nesse sentido, sua função se parece com a do V, camada do verbo lexical, que integra o complexo VP. Desse modo, ele também deveria introduzir o argumento interno, como os traços de seleção do verbo lexical fazem nos moldes minimalistas. Se esse mesmo v também é responsável pelo argumento externo, como o v do Minimalismo, há um grande acúmulo de funções nele. Além disso, é indesejável manter o argumento interno e o externo no mesmo domínio, uma vez que as observações de Kratzer (1996) quanto ao seu comportamento diferenciado – indisponibilidade para participar de sentidos idiomáticos, por exemplo – são amplamente aceitas na literatura.

Uma alternativa é dizer que a própria raiz seleciona o argumento interno; assim, v categorizaria essa estrutura e introduziria o argumento externo. Essa possibilidade é adotada por diversos autores (HARLEY, 2013; ALEXIADOU, 2013; GRESTENBERGER, 2017; entre outros). Neste trabalho, contudo, não a assumiremos; argumentamos que, se não há qualquer informação sintática nesse elemento, o que deve ser o caso se raízes são índices, como postulado acima, não há nada que motive a introdução de um argumento. Assim, defendemos que, antes

⁶¹ Maneiras alternativas de categorizar raízes incluem o modelo exoesquelético de Borer (2005, 2013a, 2013b); nele, as categorias são epifenômenos resultantes das sequências de núcleos funcionais presentes em cada estrutura.

da entrada de um argumento, a raiz deve, necessariamente, fazer um *merge* com um núcleo categorizador. Com isso, a introdução do primeiro argumento cabe a *v* e não à raiz.

Para evitar o acúmulo de funções nesse núcleo categorizador e manter o argumento externo em outro domínio funcional, seria preciso haver um outro núcleo acima de *v*. Harley (2013) oferece argumentos para uma divisão do complexo verbal em três partes, raiz-*v*-*Voice*, apresentando propriedades distribucionais de aplicativos e sua relação com causativos como evidência dessa visão tripartida. Ainda que nossa estrutura não seja exatamente idêntica à da autora (que mantém o argumento interno introduzido pela raiz, por exemplo), partiremos dessa ideia para postular a presença adicional de um núcleo *Voice* sobre *v*. Esse núcleo só é projetado quando o argumento externo existir e tem como função principal introduzi-lo.

Mais ainda, para derivar nossas estruturas, proporemos que o núcleo *Voice* pode ser de dois sabores: DO ou CAUSE, numa adaptação da proposta de sabores de *v* de Folli & Harley (2005). O primeiro introduz um argumento agente; o segundo, um argumento causa. Isso se faz necessário devido às diferentes interpretações que nossas estruturas adquirem, embora sejam muito similares sintaticamente. A presença de sabores de *Voice* soluciona esse problema em conjunto com a UTAH (BAKER, 1998); desse modo, cada posição argumental está associada a um único papel temático: o argumento de *v* recebe tema, o argumento de *Voice*_{DO} recebe agente e o argumento de *Voice*_{CAUSE} recebe causa.

5.1.3 Discutindo as relações de localidade

A divisão da estrutura verbal em *v* e *Voice* acarreta outra consequência, relacionada à noção de fase. O conceito geral associado a essa noção é o de que existem pontos específicos da derivação, marcados por núcleos de fase, ou cíclicos, que desencadeiam o *spell-out*. Dessa forma, a estrutura é enviada para as interfaces em partes, e não como um todo. Uma vez enviada, aquela parte não está mais disponível para efeitos de interação⁶². As considerações sobre fase se iniciaram em trabalhos de Chomsky (1999, 2000) no âmbito do Programa Minimalista e a discussão se estende para o domínio da palavra via Marantz (2001). O tema foi extensamente revisitado pela literatura desde então. Um dos entendimentos mais reconhecidos na literatura recente sobre o funcionamento dos núcleos de fase é sumarizado da seguinte maneira em Embick (2010, p. 53):

⁶² Isso explicaria que níveis de interação podem produzir alomorfias, por exemplo (cf. EMBICK, 2010).

O *merge* de um *y* cíclico desencadeia o *spell-out* dos domínios cíclicos no complemento de *y* [...]. Para um domínio cíclico nucleado por um *x* cíclico no complemento de *y*, isso significa que o complemento de *x*, o próprio núcleo *x* e qualquer material *edge*⁺ anexado ao domínio de *x* sofre inserção de vocabulário.⁶³

Na prática, isso significa que o primeiro núcleo cíclico não gera nenhum efeito imediato ao se concatenar; a partir da entrada do segundo, todo o seu complemento é enviado para *spell-out*⁶⁴.

Voltando, então, à nossa estrutura, *v* é considerado um núcleo cíclico, bem como todos os outros categorizadores (MARANTZ, 2001). O introdutor do argumento externo também o é (CHOMSKY, 1999, 2000). Se *v* e *Voice* são um mesmo núcleo, portanto, há apenas um núcleo de fase na estrutura e o primeiro *spell-out* só será desencadeado por algum outro núcleo acima (provavelmente C). Se *v* e *Voice* são núcleos diferentes, porém, há dois núcleos de fase, e a entrada de *Voice* desencadeia o *spell-out* de tudo abaixo dele (raiz, *v* e argumento interno). Isso causa efeitos de diversos tipos, sendo o mais óbvio o fato de que os argumentos interno e externo estão na mesma fase em uma análise, mas em fases diferentes na outra. Ter os dois argumentos em fases diferentes acarreta um problema em nossa análise de reflexivos, por exemplo, na qual o argumento interno precisa se ligar ao externo. Isso porque o argumento interno seria enviado para *spell-out* antes que tivesse a chance de estabelecer essa ligação. Desse modo, ou é preciso abandonar a divisão de *v* e *Voice* ou buscar alguma alternativa no sistema de fases.

Há alguns trabalhos que, ao observar efeitos de interação entre argumentos, propõem alternativas. Harley (2013), particularmente, defende que o primeiro núcleo de fase deve ser o que introduz o argumento externo (e não \sqrt{P} ou vP). A autora observa que a indisponibilidade do argumento externo para participar de expressões idiomáticas, um dos principais argumentos para sua separação do primeiro nível verbal, não é absoluta, e apresenta contraexemplos; portanto, ele não poderia estar num domínio de fase à parte, ou isso seria totalmente impossível. Assumir o introdutor do argumento externo – no nosso caso, *Voice* – como o primeiro núcleo cíclico pode, contudo, acarretar um efeito colateral peculiar quando se pensa que nem todos os verbos possuem esse argumento (como os inacusativos). Neles, não haveria nenhum núcleo cíclico até a entrada de C, o que criaria um domínio de *spell-out* grande demais.

⁶³ “Merge of cyclic *y* triggers Spell-Out of cyclic domains in the complement of *y* (...). For a cyclic domain headed by cyclic *x* in the complement of *y*, this means that the complement of *x*, the head *x* itself, and any *edge*⁺ material attached to *x*’s domain undergoes Vocabulary Insertion.”

⁶⁴ O termo *edge*⁺ se refere ao material localizado entre um núcleo cíclico e outro.

Nessa linha, Bobaljik & Wurmbrand (2013) apresentam uma ideia, que chamam de *suspensão de domínio*, segundo a qual um domínio de fase pode ser expandido para além do núcleo cíclico que o desencadearia sob determinadas circunstâncias. A motivação para essa possibilidade vem de situações em que “um domínio cíclico bem motivado parece ser suspenso, permitindo que dependências cubram uma estrutura maior do que normalmente poderiam”⁶⁵ (p. 185). Isso parece se encaixar na estrutura que estamos delineando, em que *v* parece atuar como um domínio de fase quando desacompanhado de *Voice*, mas não no caso oposto. A descrição formal oferecida pelos autores elucida por que isso poderia ocorrer:

Na configuração a seguir (ordem linear irrelevante), onde a projeção de Y normalmente fecharia um domínio, a formação de tal domínio é *suspensa* apenas no caso de Y depender de X para a sua interpretação. [X [vⁿ Y]]⁶⁶ (p. 186).

Como veremos adiante, a presença de *Voice* numa estrutura está diretamente relacionada ao tipo de evento que se quer expressar; considerando *v* como um elemento responsável por atribuir uma leitura eventiva a uma raiz, faz sentido dizer que um depende do outro. Nesse sentido, pode-se pensar que *v* seleciona (ou não) *Voice*, ou, alternativamente, que *Voice* faz parte de uma projeção estendida de *v*⁶⁷. Quando um *v* que não necessita de *Voice* é usado na estrutura, seu estatuto cíclico é mantido; caso ele necessite de *Voice*, esse estatuto é suspenso até a entrada de tal núcleo.

Assumindo a proposta de Bobaljik & Wurmbrand (2013), é possível manter a estrutura verbal que propusemos e ainda atender aos requisitos de fase. Com isso, estamos prontos para proceder a uma derivação sintática, uma vez que o núcleo T não apresenta controvérsias que sejam relevantes para este trabalho.

⁶⁵ “[...] a well-motivated cyclic domain appears to be suspended, allowing dependencies to span a larger structure than they normally may.”

⁶⁶ “In the following configuration (linear order irrelevant), where the projection of Y would normally close off a domain, formation of such a domain is *suspended* just in case Y depends on X for its interpretation. [X [vⁿ Y]]”

⁶⁷ Categorizadores também são compostos por traços, embora comumente os utilizemos sem decompô-los. Para os fins deste trabalho, essa decomposição fina não se faz necessária, portanto não tentaremos avançar mais do que isso na formalização da relação de dependência entre *v* e *Voice*.

5.2 DERIVANDO VERBOS: ESTRUTURAS SIMPLES

Partindo das considerações elaboradas na seção anterior, podemos nos voltar ao objetivo principal do trabalho, que é derivar os contextos de SPR em latim. Todavia, como seguimos a proposta de que a marca morfológica que aparece neles é um argumento verbal introduzido em estruturas sintáticas específicas, é importante estabelecer qual é a composição verbal de base que assumimos. Para explicitar isso, apresentamos a seguir uma derivação de verbo transitivo padrão, na voz ativa.

5.2.1 Verbos transitivos

A derivação de um verbo transitivo (latino) segue a seguinte sequência de operações:

- i. a raiz faz *merge* com *v*, fornecendo o estatuto de verbo para a estrutura;
- ii. *v* introduz o argumento interno (tema);
- iii. *v* faz *merge* com *Voice* (DO ou CAUSE), expandindo seu domínio cíclico;
- iv. *Voice* e o argumento interno estabelecem uma relação de *Agree*: o argumento interno, que possui traços- ϕ valorados, valora os de *Voice* e, em contrapartida, recebe Caso.
- v. *Voice* introduz o argumento externo (agente ou causa, a depender do seu sabor);
- vi. *Voice* faz *merge* com T;
- vii. T e argumento externo estabelecem *Agree*: o argumento externo valora os traços- ϕ de T e recebe Caso.
- viii. o argumento externo se desloca para *spec.* de T para satisfazer o traço EPP desse núcleo, tornando-se sujeito sintático. É o argumento externo, e não o interno, a fazer tal movimento por uma questão de localidade, já que é o mais próximo dessa posição.
- ix. ocorre movimento de núcleo da raiz para *v*, *v* para *Voice* e *Voice* para T, o que fará com que, em PF, o bloco receba o contorno prosódico de uma única palavra.
- x. também no ramo de PF, a inserção de vocabulário insere fonologia em todos os nós: a raiz busca a sua pela informação correspondente ao seu índice e os demais núcleos o fazem com base no Princípio do Subconjunto.

Alguns passos dessa derivação merecem uma ligeira elaboração. Como se observa pela descrição passo a passo, seguimos o conceito de Caso de Heinat (2005)⁶⁸, isto é, tratamos a aquisição de Caso pelos DPs como uma consequência da sua relação de *Agree* com um núcleo funcional e não como um traço presente no núcleo funcional em si⁶⁹. Em outros termos, não é exatamente *Voice* ou T que atribui Caso ao DP, mas a própria relação de *Agree*. A formulação de Heinat (2005, p. 49) elucida melhor essa assunção:

O traço de caso não valorado torna o DP ativo, e os traços- ϕ tornam T e *v* ativos. Mas caso é um traço especial. É um traço no DP, mas não em *v* ou T. [...] DP tem o seu traço de caso valorado como efeito colateral da concordância de traços- ϕ . Se um DP valora todos os traços- ϕ de *v* ou T, caso é valorado.⁷⁰

Assim, pode-se entender Caso como uma necessidade dos DPs de estabelecerem *Agree* com algum núcleo, e sua valoração significa dizer que esse DP está “pronto” para ir adiante na derivação. A satisfação dessas necessidades se dá via um processo de sonda/ alvo desencadeado pelos núcleos relevantes quando eles se concatenam à estrutura (HEINAT, 2006a, 2006b), ou seja, pode ser considerada um processo sintático. A realização morfológica de Caso, contudo, só será determinada em PF, seguindo as regras desse componente, como é esperado no modelo da MD. Por isso, determinadas línguas podem não possuir expoentes fonológicos para Caso, enquanto outras sim. Mas o traço abstrato de Caso é uma propriedade universal. Isso será crucial mais adiante, pois, como veremos, é um problema de Caso que acarreta, em grande medida, o sincretismo que estamos derivando, mesmo em línguas sem Caso fonologicamente marcado.

Ainda nessa linha, é importante notar que a posição de *spec.* de T é preenchida via um mecanismo independente da atribuição de Caso. Esse *merge*, que geralmente é interno, ou seja, de um elemento que já se encontra na estrutura sintática, é motivado unicamente por um traço de seleção, o EPP, que “atrairá” o DP mais próximo na estrutura. Nas situações mais comuns, isso coincidirá com o argumento externo, que, por sua vez, geralmente coincide com a marcação de Caso nominativo. Mas não há uma relação direta entre as duas características. Evidências a esse favor são encontradas, por exemplo, em Adger (2003), que argumenta que, se Caso, mais especificamente o nominativo, e EPP possuísem tal codependência, não seriam esperadas as

⁶⁸ Também adotado, em certa medida, em Schäfer (2008).

⁶⁹ Essa proposta, por sua vez, é baseada na visão de Chomsky (2001).

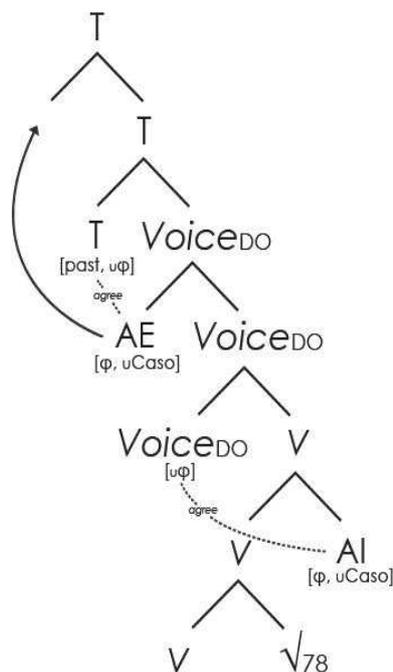
⁷⁰ “The unvalued case-feature makes the DP active, and the unvalued ϕ -features make T and *v* active. Case is a special feature, though. It is a feature on DP, but not on *v* or T. [...] DP gets its case-feature valued as a side effect of ϕ -feature Agreement. If a DP values all ϕ -features on *v* or T case gets valued.” Note-se que o *v* do autor equivale ao nosso *Voice*.

construções de sujeito dativo de línguas como o islandês ou os sujeitos expletivos como os que são introduzidos em verbos de fenômenos naturais em línguas como o inglês. Ademais, como são encontrados sujeitos de Casos diferentes (ao menos nominativo e dativo, como citado), o que se pode inferir é que Caso é valorado antes de o EPP entrar em cena. Tudo isso está previsto no sistema que desenvolvemos, em que a entrada de T valora o Caso do argumento externo e, depois, este sobe para satisfazer o EPP.

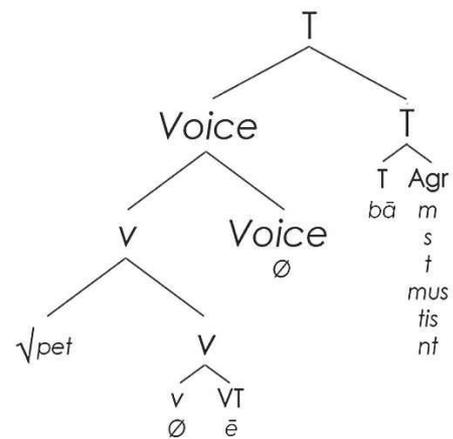
Tendo esses pontos em mente, apresentamos agora, em (26), um diagrama arbóreo que representa a derivação de um verbo transitivo, bem como a inserção de vocabulário (apenas para o verbo). Usamos como exemplo novamente o verbo *petō* (“atacar”), desta vez no pretérito imperfeito, e atribuímos a ele, aleatoriamente, o índice 78.

(26) Derivação de um verbo transitivo

a. Derivação sintática



b. Inserção de vocabulário



Optamos por uma representação do pretérito imperfeito por ele ser o tempo mais regular do paradigma latino, permitindo uma visualização clara do sistema, mas os diagramas acima são aplicáveis também ao presente e ao futuro, com as únicas diferenças estando relacionadas a algumas peças de vocabulário e à especificação de traços de T.

Observando os diagramas, podemos extrair mais algumas informações relevantes:

- i. *v* e *Voice* não possuem expoentes fonológicos, o que é previsto como possibilidade no sistema da MD, não acarretando qualquer problema;
- ii. Dois nós foram inseridos pós-sintaticamente: VT e Agr. Assumimos aqui que tanto a vogal temática quanto morfemas de concordância verbal são acrescentados à estrutura em PF, o que é feito via a operação chamada *adição de nós*, empregada pela morfologia (cf. EMBICK, 2015).

Especificamente sobre esse segundo ponto, é importante ressaltar que a operação de adição de nós sempre é feita a um nó sintático específico. No caso da VT, o nó relevante é adicionado ao categorizador, seja de qual natureza ele for, já que nomes e adjetivos também podem possuir uma. Já no caso de Agr, a adição foi feita ao nó T. Postula-se que esses nós são apenas de PF devido a não acrescentarem valor interpretativo real à construção: a VT não é semanticamente relevante e, de modo semelhante, pode-se dizer que morfemas de concordância também não, já que são redundantes, repetindo uma informação já disponível previamente na estrutura sintática.

Um outro ponto importante é que, se verificarmos o paradigma da língua, veremos que as formas previstas em (26b) estão em desacordo com parte dele. Segue uma comparação entre as formas geradas (27a) e as formas realmente encontradas na língua (27b):

(27) Comparação entre formas previstas e encontradas – imperfeito ativo

a. formas previstas	b. formas da língua
* <i>petēbām</i>	<i>petēbam</i>
<i>petēbās</i>	<i>petēbās</i>
* <i>petēbāt</i>	<i>petēbat</i>
<i>petēbāmus</i>	<i>petēbāmus</i>
<i>petēbātis</i>	<i>petēbātis</i>
* <i>petēbānt</i>	<i>petēbant</i>

Como se observa, embora semelhantes, há ligeiras discrepâncias em algumas pessoas, com relação ao peso/ duração da vogal presente no expoente fonológico do núcleo T. O latim é uma língua que distingue suas vogais entre longas e breves, uma distinção que é significativa no seu sistema. Desse modo, não podemos simplesmente ignorá-la numa derivação. Todavia, não se pode negar que há uma forte semelhança entre *-bā* e *-ba*, e por isso não parece produtivo

pensar que há dois IVs em competição. Além disso, nesse caso seria preciso estipular regras muito específicas para eles, até mesmo arbitrárias: se quiséssemos estipular uma regra para *-bā*, por exemplo, deveríamos unificar segunda pessoa singular e primeira e segunda plural; do mesmo modo, para *-ba*, precisaríamos de regras para primeira e terceira singular e terceira plural. A questão é que nenhum desses conjuntos pode ser facilmente analisado como uma classe natural e, em verdade, há informações incompatíveis dentro deles (como singular e plural ao mesmo tempo).

A maneira de solucionar isso é através de um outro recurso disponível no componente morfológico, que na verdade o faz de maneira muito mais simples. Esse recurso são as *regras de reajuste*. Elas são regras (morfo)fonológicas aplicadas em PF para garantir a boa formação das estruturas, no sentido de se adequarem às exigências fonológicas da língua (HALLE & MARANTZ, 1993), e podem ser desencadeadas por traços morfossintáticos ou pela própria constituição fonológica gerada pelo processo de inserção de vocabulário. Isso significa que elas atuam sobre IVs já inseridos, e essa atuação tem a ver com a sua realização acústica, e não mais com traços. Regras desse tipo fazem parte do sistema fonológico da língua e serão ativadas automaticamente quando os contextos adequados se formarem, independentemente de qualquer outro fator. No caso dos dados em (27), o que ocorre é que o latim não permite vogais longas antes de *-r*, *-m* e *-t* finais, antes *-nt* e antes de outra vogal longa (BALDI, 2002). Assim, uma regra de reajuste causou o encurtamento da vogal na primeira pessoa singular e nas terceiras, já que, nessas configurações de número/ pessoa, uma vogal longa, *ā*, ficou seguida de *-m* final, *-t* final e *-nt*, respectivamente. Assim, o IV que expressa T[past] é realmente *-bā*, mas, depois de inserido, ele pode sofrer um reajuste em contextos específicos.

É importante ter essa regra em mente, pois ela será ativada em outros momentos também (como discutido, é algo automático, uma condição de boa formação). Por essa razão, vamos sistematizá-la em (28), abaixo.

(28) Regra de reajuste: vogais longas e breves

V[longa] → V[breve] / ____ ^ *r*, *m*, *t*, *nt*, V[longa]

A barra indica que aquele é o contexto em que a regra será ativada, o símbolo ^ indica adjacência linear (fonológica) e o ponto final após *r*, *m* e *t* indica posição final de palavra. A regra deve ser lida, então, como “vogal longa passa a breve quando precede imediatamente um *r* final, um *m* final, um *t* final, *nt* ou qualquer vogal longa”. Ressalta-se, novamente, que essas

regras atuam sobre os IVs já inseridos, e por isso fazem menção a características fonológicas da língua.

Resolvida essa questão, voltemos ao nosso diagrama e atentemos ao núcleo *Voice*, que, nessa estrutura, é do tipo DO. Adotamos dois sabores de *Voice* em nossa análise, DO e CAUSE, os quais derivam verbos com sujeitos agentivos e causativos, respectivamente. Essa proposta vem de uma combinação da tipologia de *v* de Folli & Harley (2005) com uma versão da estrutura verbal de Alexiadou *et al.* (2006) e Alexiadou (2010).

Em Alexiadou *et al.* (2006), propõe-se que o verbo se divide em (ao menos) três núcleos, raiz, CAUS e *Voice*, algo semelhante à derivação que propomos nesta seção. Para os autores, o operador CAUS estabelece uma relação causal entre o verbo e o argumento que será introduzido posteriormente por *Voice*, que pode ser um agente ou uma causa não volitiva. Em Alexiadou (2010), a proposta é levemente alterada, e CAUS é substituído por *v*, agora entendido apenas como a projeção que adiciona a leitura eventiva à estrutura. *Voice*, enquanto isso, introduz um DP e estabelece a relação dele (agente ou causa) com o evento. É a essa segunda versão da proposta que nos subscrevemos, porque o operador CAUS de Alexiadou *et al.* (2006), sendo obrigatório em todos os verbos, produz uma inconsistência em verbos de natureza espontânea como *crescer* (ou seja, que não possuem exatamente uma causa). Pensando em *v* apenas como “evento”, é *Voice* que introduz a informação de que existe uma causa, e seu especificador a expressa.

A distinção entre agente e causa pode ser sutil, e muitas vezes parece que ela depende apenas da animacidade do sujeito (*O terrorista devastou a cidade* x *O terremoto devastou a cidade*). Todavia, como é demonstrado em Alexiadou *et al.* (2006) e Alexiadou (2010), entre outros, essa distinção também acarreta restrições sintáticas, como a disponibilidade de agentes da passiva – em grego, por exemplo, eles só podem ser agentes. Isso indica que deve haver alguma informação sintática relacionada a esses domínios. Neste trabalho, nos limitaremos a representá-la com base nesses dois sabores de *Voice*, embora reconheçamos que ela pode ser muito mais sofisticada; a proposta de Alexiadou *et al.* (2006), por sua vez baseada em Reinhardt (2000, 2002), que inclui traços como [+c] (causa) e [+m] (estado mental) na estrutura para derivar os diferentes papéis temáticos, pode facilmente ser acomodada em nossa análise, como parte dos valores de *Voice*. Nesse caso, DO e CAUSE seriam apenas rótulos para feixes de traços distintos. Não exploramos as consequências de tal possibilidade, contudo.

Ainda sobre a relação agente e causa, muitos verbos parecem admitir ambos os tipos de desencadeador, enquanto alguns os limitam. Em geral, se um verbo admite a causa, também

admite o agente, mas o oposto não necessariamente é verdade. Para capturar essa distribuição, recorreremos à proposta de classificação de raízes também proposta em Alexiadou *et al.* (2006), baseada numa classificação original de Levin & Rappaport-Hovav (1995) e posteriormente adotada por Schäfer (2008) e Alexiadou (2010), entre outros. Essa classificação já havia sido apresentada anteriormente, no capítulo 4, no dado (21), mas a repetimos abaixo, desta vez como (29). Nela, as raízes verbais se dividem em quatro tipos com relação à sua conceptualização enciclopédica (mais uma vez, os exemplos foram adaptados para verbos do português):

(29) Classificação semântica/ enciclopédica de raízes (ALEXIADOU *et al.*, 2006)

- √ agentiva (matar, assassinar)
- √ externamente causada (quebrar, abrir)
- √ causa não especificada (explodir, vazar)
- √ internamente causada (florescer, murchar)

As raízes do primeiro tipo admitem apenas desencadeadores agentes; as duas seguintes admitem agente ou causa; as do último tipo não admitem desencadeadores. Em outras palavras, isso significa, respectivamente, aceitar *VoicedO*, aceitar *VoicedO* ou *VoicedCAUSE* e não aceitar *Voiced*. As diferenças mais específicas entre cada classificação serão elaboradas nos capítulos 6 e 7, em que derivaremos cada contexto individualmente. Por ora, devemos reforçar que essa é uma classificação enciclopédica, isto é, não é o caso que as raízes devam ser inerentemente especificadas como pertencentes a uma ou outra categoria na lista 1. Em princípio, qualquer raiz poderia ser utilizada em qualquer estrutura sintática; contudo, ao buscar na Enciclopédia uma atribuição de sentido para a combinação, não haverá pareamento possível e a derivação terá produzido um resultado inaceitável.

Como aponta Schäfer (2008), evidência para o estatuto enciclopédico da classificação é o fato de que determinadas combinações de verbo e objeto parecem limitar ou forçar uma ou outra interpretação. Por exemplo, a raiz do verbo “quebrar” é prototipicamente classificada como externamente causada em português e, portanto, deveria aceitar tanto um agente quanto uma causa como argumento externo: *O João quebrou a porta* x *O vento quebrou a porta*. Mas esse segundo tipo de desencadeador é bloqueado caso o argumento interno seja algo como “o recorde mundial”: *O atleta quebrou o recorde mundial* x *?O vento quebrou o recorde mundial*. Isso acontece porque “recordes” são registrados enciclopedicamente como algo associado, no mínimo, a agentividade; isso também explica por que esse verbo, que normalmente aceitaria

(em português) leituras passivas, impessoais ou anticausativas (*O vaso foi quebrado* x *Quebrou-se o vaso* x *O vaso se quebrou*), perde a possibilidade de receber essa última com o argumento interno “recorde” (*O recorde mundial foi quebrado* x *Quebrou-se o recorde mundial* x **O recorde mundial se quebrou*).

Voltemos agora à discussão relacionada a Caso. O latim é uma língua na qual a marcação de Caso dos DPs possui reflexos morfológicos. Em estruturas transitivas simples, como a vista acima, o sujeito se realizará como nominativo e o objeto como acusativo⁷¹. Comumente, a atribuição de nominativo é associada a uma relação com T e acusativo a uma relação com um núcleo *Voice* transitivo (CHOMSKY, 2001). Por outro lado, embora essas relações sintáticas determinem alguns comportamentos linguísticos, há abordagens que defendem que elas não determinam a morfologia de Caso em si, ou que, ao menos, essa relação é indireta. Essas linhas são conhecidas como abordagens de “Caso-m” e são vistas em Marantz (1991) e Harley (1995), entre outros. O Caso-m ajuda a explicar situações de sujeito dativo em línguas como o islandês, por exemplo, e propõe que a marcação realizada de Caso depende de um algoritmo de PF, que leva em consideração a relação hierárquica entre os DPs na estrutura, e não apenas as relações deles com núcleos funcionais. Adotaremos essa visão em nossa análise. Isso não trará grandes repercussões para ela neste momento, mas será importante para explicar alguns dos padrões de comportamento de verbos médios e depoentes.

Mais especificamente, seguiremos as regras de marcação de Caso-m estabelecidas por Anagnostopoulou & Sevdali (2015). Desenvolvidas originalmente para o grego antigo, elas fazem previsões aplicáveis ao latim (como defendido por GRESTENBERGER, 2017). Para este trabalho, apenas o nominativo, o acusativo e o dativo serão relevantes, e suas regras são as seguintes:

(30) Regras de Caso-m (ANAGNOSTOPOULOU & SEVDALI, 2015)

- a. NOM sse o DP não for c-comandado por outro DP com Caso;
- b. ACC sse o DP for c-comandado por outro DP com Caso no mesmo domínio de T;
- c. DAT sse o DP for c-comandado por outro DP com Caso no mesmo domínio de T e for m-comandado por um aplicativo (benefactivo/ alvo).

⁷¹ Alguns verbos latinos possuem regências “especiais”, atribuindo dativo, ablativo ou genitivo. Não abordaremos os mecanismos que produzem esses Casos alternativos.

Essas regras preveem os resultados adequados para um transitivo simples, já que, neles, o argumento externo, mais alto, não é c-comandado por nenhum outro DP, enquanto o interno é c-comandado pelo externo. Dativos serão abordados no capítulo 7. Dessa maneira, a estrutura em (26) deriva verbos transitivos de um modo geral, com sujeitos agentes ou causa, realizados com Caso nominativo e objeto acusativo (quando existe). Essa estrutura não atende, contudo, aos transitivos experienciadores, como *amō* (“amar”), que exploraremos também no capítulo 7.

Tendo todas essas informações, podemos avançar para uma estrutura que contém um argumento não referencial. Como anunciado anteriormente, a proposta de base deste trabalho é a de que a marca sincrética é um elemento dessa natureza, uma variável. No caso do latim, ele geralmente estará na posição de argumento externo. Mas também é possível que a posição de argumento interno seja ocupada por uma variável, o que resulta em um reflexivo. Devido a essa possibilidade existir, abordaremos agora, brevemente, a derivação desse domínio, para que a contraposição às construções com o afixo sincrético *-r* possa ser explorada com mais cuidado à frente.

5.2.2 Verbos reflexivos

Como discutido no capítulo 3, o domínio reflexivo é, por vezes, parte do sincretismo que tratamos neste trabalho. Embora no latim ele não o seja, pois se realiza com a presença do pronome *sē*, e não com o sufixo *-r*, entender minimamente sua derivação ajudará a elucidar o que ocorre nos demais contextos. Retomemos o dado em (14b), no qual vimos uma construção reflexiva: *sē populus teneat* (“que o povo se controle/ controle a si mesmo”). Tal estrutura é o resultado da presença de uma anáfora – o item *sē* – na posição de argumento interno do verbo. Pode-se evidenciar a natureza argumental do *sē* devido ao fato de que seria possível que uma expressão referencial ocupasse essa posição, numa sentença como *hostēs populus teneat* (“que o povo controle os inimigos”), por exemplo. Anáforas são definidas como DPs defectivos em termos de traços- ϕ (HEINAT, 2006a). Por isso, precisam estabelecer uma ligação com outro DP na estrutura, que servirá como seu referente e, portanto, fará a valoração desses traços. Essa ligação também criará uma relação de identidade entre os dois elementos.

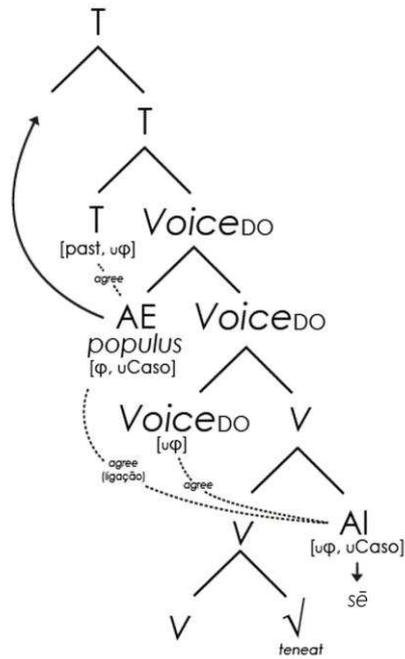
Atualmente, os princípios da Teoria de Ligação clássica têm sido revistos, em grande medida devido à dificuldade de se incorporar o conceito de índices a um modelo minimalista, já que eles são um primitivo intrateórico. Heinat (2006a, 2006b), então, propõe reformular a ligação como uma operação de *Agree*, e alcança os objetivos almejados apenas a partir da

estipulação de que não apenas núcleos, mas também sintagmas podem atuar como sondas, algo até então não previsto no sistema de Chomsky (1999, 2000). Assim, o que ocorre é que, quando o DP argumento externo, que tem seus traços- ϕ completos, entra na estrutura, ele atua como sonda em busca de algo para valorar um dos seus traços não valorados – mais especificamente, o de Caso. Como a anáfora, um DP de traços- ϕ defectivos, se encontra em seu domínio de sondagem, pois é c-comandada por ele, isso faz com que os traços dela sejam valorados, de maneira idêntica aos do DP mais alto. Daí, portanto, tem-se o reflexivo. O passo a passo da derivação segue abaixo:

- i. a raiz faz *merge* com *v*;
- ii. *v* introduz o argumento interno: uma variável sem traços- ϕ valorados;
- iii. *v* faz *merge* com *Voice*;
- iv. *Voice* sonda a estrutura para valorar seus traços- ϕ e encontra a variável. Os traços- ϕ desse elemento não foram valorados, mas mesmo assim é estabelecido o *Agree* entre os dois, posto que isso também ocorre entre negativos (HEINAT, 2006a). Contudo, como os traços- ϕ de *Voice* não foram valorados pela variável, ela não recebe Caso.
- v. *Voice* introduz o argumento externo;
- vi. o argumento externo sonda a estrutura. *Voice* está em uma relação de *Agree* com a variável e, portanto, indisponível para ele. A sonda chega à variável, que, ainda com os seus próprios traços- ϕ não valorados, continua disponível e estabelece *Agree* com ela. Devido à sua relação com *Voice*, os traços- ϕ de *Voice* também recebem o novo valor e a variável recebe Caso. O DP argumento externo continua sem Caso;
- vii. *Voice* faz *merge* com T;
- viii. T sonda a estrutura para valorar os seus traços- ϕ , encontrando o argumento externo e estabelecendo *Agree* com ele. T é valorado e o argumento externo recebe Caso.
- ix. o argumento externo se desloca para *spec.* de T e se torna sujeito sintático.
- x. em PF, o argumento externo, que não é c-comandado, é marcado com nominativo, e o reflexivo, c-comandado por ele, é marcado com acusativo.

A partir desse raciocínio, o diagrama abaixo traz a derivação relevante. Observe-se que apresentamos uma versão simplificada do processo, com o conteúdo fonológico dos objetos já na representação sintática; mas deve ser mantido em mente que a inserção de vocabulário ocorre apenas depois, no ramo de PF, como demonstrado em (26b).

(31) Derivação de um reflexivo (simplificado)



No ramo de PF, essa anáfora valorada receberá fonologia e se realizará como *sē* (ou suas variações, a depender da pessoa – *mē, tē, uōs* etc.)⁷². Em LF, por sua vez, o *sē* será lido como se referindo à mesma entidade à qual se ligou. Vale observar que a presença de uma anáfora parece limitar a estrutura a uma de agentividade, ou seja, a uma que contenha *Voice_{DO}*; não parece ser possível um argumento entendido como causa desencadear uma ação reflexiva (**O terremoto se destruiu / destruiu a si mesmo*). Isso pode ser mapeado, por exemplo, postulando que a anáfora carrega algum traço relacionado a animacidade ou volição, o que causaria uma incompatibilidade com o *Voice_{CAUSE}*. Como previsto anteriormente, isso é algo a ser avaliado pelas condições de licenciamento na Enciclopédia, onde a derivação então seria abortada.

Essa análise de reflexivos como DPs defectivos, combinada com a reinterpretação de ligação como anáfora, permite derivar de maneira mais direta, sem estipulações adicionais, os efeitos antes atribuídos a índices na Teoria de Ligação. Também permite explicar por que em orações infinitivas nós encontramos *sē* em latim, embora elas não sejam exatamente reflexivas, ou seja, não configurem um sentido de ação que recaia sobre o próprio sujeito. Um exemplo de oração infinitiva em latim seria *Miles dixit sē amāre puellam* (“O soldado disse se amar a moça”

⁷² Nosso diagrama gerou a ordem *populus teneat sē*, e não *sē populus teneat* como no exemplo (14b). Todavia, (31) é apenas uma representação hierárquica. Questões de ordenação superficial extrapolam o escopo do trabalho e serão deixadas de lado.

numa tradução literal, ou “O soldado disse que amava a moça”, numa mais adequada). Esse *sẽ* é um DP sem traços- ϕ que, ao se ligar, ou seja, fazer *Agree* com *mĩles*, passa a apontar para a mesma entidade no mundo, apesar de serem duas ações diferentes. Ou seja, interpreta-se que o mesmo indivíduo realizou as duas. A ideia de que anáforas deveriam se ligar dentro do seu domínio de T pode se manter nessa visão de *Agree*, mas também pode ser reanalisada como um efeito da derivação por fase; como C, o próximo núcleo acima de T, é um domínio de fase, qualquer variável abaixo dele será enviada para *spell-out* quando da sua entrada e, caso não tenha se ligado, isso não será mais possível. É por essa razão que as subordinadas do português não admitem o *se* na sua posição de sujeito⁷³, pois são conectadas à principal pelo núcleo C, ao contrário do que se vê em latim.

Adquirido esse conhecimento inicial do funcionamento das anáforas em nosso modelo, podemos finalmente derivar os contextos sincréticos, objeto central de análise neste trabalho. A ideia geral é simples: diferentemente dos reflexivos, essa mesma anáfora se localiza não na posição de argumento interno, mas sim na de externo. Isso desencadeará várias consequências, devido ao fato de não haver nada com o que ela possa se ligar. No caso do latim, isso acarretará, como consequência final, sua realização como o sufixo *-r*.

5.3 DERIVANDO O SUFIXO *-r*: PADRÃO GERAL

Propusemos, diversas vezes ao longo do trabalho, que o sufixo *-r* é a realização de um argumento não referencial incorporado ao domínio verbal. Com a estrutura desenvolvida até agora, esse argumento pode ser entendido como uma anáfora numa posição em que não pode se ligar a outro DP. Ainda que a entrada de tal elemento nessa posição exija alguma explicação, é, independentemente disso, uma possibilidade lógica do sistema que desenvolvemos até aqui. Sendo assim, nesta seção exploraremos as consequências dessa possibilidade, derivando uma estrutura genérica a partir dela. Na próxima seção, motivaremos a razão para a entrada da variável nessa posição e, nos próximos capítulos, aplicaremos esse conhecimento para derivar os vários contextos de SPR em latim.

Numa estrutura transitiva padrão como a em (26), os traços- ϕ do argumento interno valoram os de *Voice* e os do externo valoram os de T. Ambos, então, têm seu Caso valorado. No caso de uma anáfora ocupar a posição de argumento externo, nenhum outro DP poderá

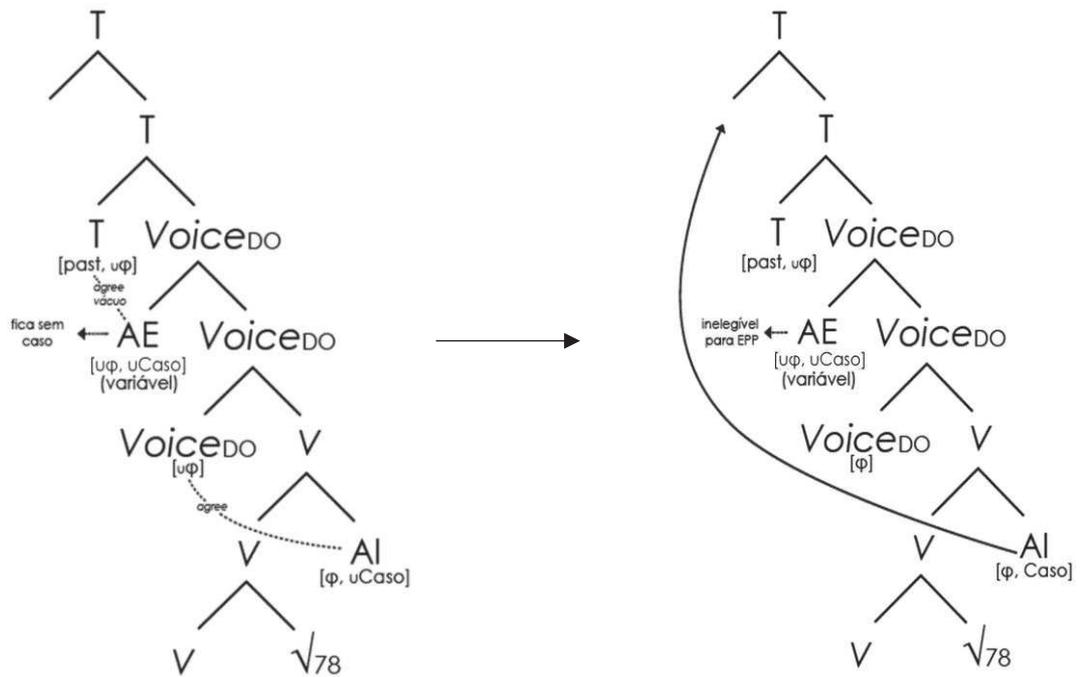
⁷³ A menos que como uma anáfora não ligada, como defendemos que é o caso nas passivas sintéticas. Como não se liga, não há interpretação correferencial, mas sim genérica, como em *O soldado disse que se luta muito na guerra*. Não é ele, especificamente, que luta muito, mas qualquer pessoa.

valorá-la (ou seja, ligá-la). Isso, por sua vez, a tornará inelegível para receber Caso, já que ela também não poderá valorar os traços- ϕ de nenhum núcleo funcional. Todo o resto sendo igual, portanto, o ponto de interesse aqui é a substituição do argumento externo pela variável. Vejamos isso na seguinte sequência de interações:

- i. após o *merge* da raiz com *v*, da introdução do argumento interno e do *merge* de *Voice*, este núcleo introduz o argumento externo: uma variável sem traços- ϕ valorados;
- ii. a variável sonda a estrutura. Como tanto *Voice* quanto o argumento externo estão com todas as suas necessidades de traços resolvidas, não estão mais acessíveis (inativos) para *Agree*. A variável permanece sem traços- ϕ e sem Caso;
- iii. *Voice* faz *merge* com T;
- iv. T sonda a estrutura para valorar os seus traços- ϕ e encontra a variável. Faz-se o *Agree* negativo, também chamado de vácuo (HEINAT, 2006a), entre os dois. Como os traços- ϕ de T não foram valorados pela variável, ela não recebe Caso;
- v. o argumento interno se desloca para *spec*. T e se torna sujeito sintático. Ele é escolhido em detrimento da variável, embora esteja mais distante, devido à composição defectiva dela. Como estabelecemos antes, o EPP é ativado após a valoração de Caso e, como o sujeito sempre carrega algum Caso (mesmo que não nominativo), pode-se reinterpretar que o que ele faz de fato é buscar o DP com Caso mais próximo.
- vi. o argumento interno movido não desencadeia uma nova sonda, porque esse processo só ocorre em *merges* externos (HEINAT, 2006a). A parte sintática da derivação termina com a variável sem Caso.

Essa configuração gera uma estrutura que será enviada para *spell-out* sem que todas as necessidades de traços de alguns dos seus elementos sejam resolvidas. Heinat (2006a) define que isso deveria fazer a estrutura sofrer um *crash*. Contudo, em linha com Premiger (2011), Schäfer (2008), Lazzarini-Cyrino (2015) e Levin (2015), que defendem a possibilidade de que certos traços sobrevivam à derivação mesmo não valorados, proporemos que esse *crash* não ocorre. Discutiremos em breve as consequências de prosseguir com a derivação, mas primeiro apresentamos, em (32), a derivação descrita acima em diagrama arbóreo. Mantemos a mesma raiz 78 no pretérito imperfeito.

(32) Derivação sintática com uma variável na posição de argumento externo

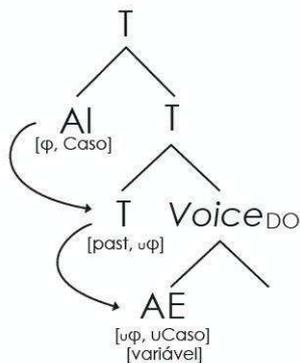


Resta, então, discutir, o que acontece com uma estrutura como essa nas interfaces se ela não é barrada na sintaxe. Tenhamos em mente que os pontos em que algo diferente está em curso são T e a própria variável. Os traços- ϕ continuaram sem valor em ambos, já que a variável não os tinha. Ela, por sua vez, além de estar com traços- ϕ sem valor, também não recebeu Caso. Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) argumentam que não há nada na sintaxe estrita que impeça a presença de uma variável não ligada, mas os componentes de interfaces reagirão de maneiras distintas a isso. LF também não tem problemas com isso: simplesmente o argumento não referencial, ou seja, os traços- ϕ sem valor, configura uma informação expletiva. Com isso, a presença de traços- ϕ não valorados não é um problema nesse componente.

No ramo de PF, a ausência de traços poderia causar problemas para a inserção de Itens de Vocabulário, já que o processo não terá valores para procurar um pareamento na lista 2. Aqui seguiremos Lazzarini-Cyrino (2015), que, para explicar os efeitos de concordância observados em anticausativos, nos quais o pronome reflexivo varia de acordo com o sujeito sintático, mas não é interpretado (por exemplo, em dados como *Eu me machuquei / Ele se machucou*, quando não há interpretação de “machucar a si mesmo”), propõe a aplicação de um mecanismo de cópia de traços pós-sintática (NOYER, 1997). Esse mecanismo copia traços de nós mais altos para nós mais baixos no caminho para PF. Assim, como existe um argumento referencial – com traços- ϕ completos – na posição de *spec.* de T, esses traços seriam copiados para os núcleos abaixo

dele cujos traços- ϕ não estão valorados ou estão incompletos, nesse caso, o próprio T e a variável. Como isso ocorre no ramo de PF, não há efeito de interpretação, pois LF não vê o processo, mas ele é suficiente para desencadear uma concordância “superficial” (apenas fonológica), já que o processo de inserção de vocabulário, que vem depois, verá os traços em todos os nós. Isso, então, resolve a questão dos traços- ϕ em PF⁷⁴. O diagrama abaixo demonstra o processo em ação:

(33) Cópia de traços- ϕ pós-sintática



Com relação a Caso, averiguemos o que pode acontecer. Lazzarini-Cyrino (2015), assim como Schäfer (2008), postula que a ausência de Caso não seria problema em LF, argumentando que, por não carregar informação interpretativa, é irrelevante nesse componente. Percepção similar é compartilhada por Levin (2015). Esse autor investiga dados em que um nominal consegue se manifestar na língua, sobrevivendo até o fim da derivação, sem Caso. Isso pode ser constatado, por exemplo, no fenômeno conhecido como o sujeito *in situ* de algumas línguas austronésias, como o balinês e o malgaxe. Essas línguas possuem uma marcação morfológica de Caso robusta e ordem linear muito variável nos seus DPs. Mas há um conjunto de dados em que o argumento sujeito não expressa a morfologia de Caso e, neles, essa liberdade de linearização se perde: o argumento só pode se manifestar linearmente adjacente ao verbo, na

⁷⁴ É possível que a ausência de traços- ϕ na verdade nem sequer constitua um problema para PF, caso se pense que, na ausência de traços a serem buscados, a inserção de vocabulário aplique um *default*. Isso faz sentido quando pensamos em dados de passivas sintéticas do português, por exemplo, em que não ocorre essa concordância superficial, como “Vende-se casas” (em oposição a “Vendem-se casas”). Há dados parecidos também em anticausativos, como “Eu se machuquei”. A forma de 3ª pessoa singular, menos marcada, estaria desempenhando essa função *default*, portanto. Como no latim, porém, isso não ocorre, sendo tal concordância sistemática, assumiremos que o processo ocorre, seja por necessidade do sistema geral ou alguma exigência especificamente da língua.

sua posição de base. Como a convergência da derivação parece depender de um requerimento de linearização, Levin (2015) conclui que, qualquer que seja o mecanismo utilizado para salvá-la, precisa ser implementado em PF, pois é lá que a linearidade importa, não na sintaxe, que trabalha com hierarquias. Assim, o Caso teria de ter sobrevivido à sintaxe, ser desconsiderado por LF e verificado em PF. Em outras palavras, o filtro do Caso seria checado nesse componente.

Nossa variável sem Caso, logo, só possuiria o potencial de prejudicar a derivação de fato em PF. Lazzarini-Cyrino (2015) então propõe que, nesse momento, ocorre um processo para salvar a derivação, movendo a variável para junto do núcleo verbal, o que elimina a necessidade de Caso. O estatuto morfológico dependente ou preso das marcas de SPR seria exatamente uma consequência desse problema da ausência de Caso em PF, porque elas seriam “transformadas” em uma parte do verbo. A depender do tipo de operação aplicada, isso pode resultar num afixo, como o *-r* latino, ou num clítico, como o *se* do português. A natureza dessas operações será discutida a seguir.

5.3.1 O estatuto afixal da variável

Ao abordar o estatuto dependente da marca sincrética, Lazzarini-Cyrino (2015) afirma que, dentro dos preceitos da MD, clíticos devem ser derivados via Deslocamento Local e afixos por movimento de núcleo. O primeiro processo pode derivar facilmente o *se* das línguas latinas a partir da posição de argumento externo, uma vez que é definido com base em adjacência linear: “em condições específicas, essa operação gera uma afixação sob adjacência, o que pode, potencialmente, inverter a ordem dos elementos envolvidos”⁷⁵ (EMBICK & NOYER, 2001, p. 2005). Como é em T, o núcleo linearmente adjacente ao DP argumento externo, que a forma verbal como um todo se realiza (após movimento de núcleo dos outros núcleos funcionais que a compõem), o Deslocamento Local moveria a peça para ela, e por isso ela ficaria dependente do verbo.

Uma observação importante é que o Deslocamento Local ocorre depois da inserção de vocabulário (EMBICK & NOYER, 1999), o que faz todo o sentido considerando-se que é sensível a informação de natureza linear. Como já havia fonologia no DP em si, sua forma não será afetada pelo processo (não terá morfologia de Caso), e haverá duas possibilidades de

⁷⁵ “Under specified conditions, this operation effects affixation under adjacency, which can potentially reverse the order of the elements involved.”

linearização para ele, imediatamente antes ou depois do verbo. Para Lazzarini-Cyrino (2015), é por esse mecanismo que se deriva o *se* sincrético do português e de outras línguas, grosso modo⁷⁶.

Ainda acompanhando a linha de raciocínio de Lazzarini-Cyrino (2015), o autor conclui que afixos são derivados por outro mecanismo que não o Deslocamento Local. Há dois motivos para isso, segundo ele: o primeiro é que, em termos teóricos, afixos são geralmente derivados via movimento de núcleo, e o segundo é que existe uma diferença entre eles e os clíticos com relação à possibilidade que os clíticos possuem, mas não os afixos, de se linearizarem antes ou depois do verbo, livremente. A posição dos afixos é mais rígida e, por isso, eles não devem resultar do mesmo processo. Por outro lado, um DP na posição de argumento externo não pode ser submetido ao movimento de núcleo, porque isso violaria o *Head Movement Constraint*: “um X^0 só pode se mover para o Y^0 que o governa propriamente”⁷⁷ (TRAVIS, 1984). Como o núcleo D do DP não é propriamente governado por T, mas sim pela projeção de outro núcleo, *Voice*, haveria uma violação dessa restrição.

Na busca por outro dispositivo capaz de derivar o resultado esperado, Lazzarini-Cyrino (2015) chega à ideia de uma incorporação. Originalmente, esse processo foi proposto por Baker (1988) e consiste no movimento de núcleo de um nominal para outro núcleo, verbal, de modo que os dois passam a constituir uma única unidade sintático-semântica. Como consequência disso, pode ser atribuída uma interpretação nova ao complexo (diferente das interpretações individuais dos núcleos que o formam) e, crucialmente, o nome ficará livre da necessidade de ser marcado com Caso. Desde a proposta inicial de Baker (1998), a incorporação já foi revisada muitas vezes e usada para explicar diversos fenômenos. Mas ela também não pode ser aplicada a um nominal na posição de argumento externo, porque é um movimento de núcleo, sujeito ao HMC, portanto.

Lazzarini-Cyrino (2015) busca uma solução no mecanismo de pseudoincorporação de Öztürk (2005), desenvolvido para explicar dados de aparente incorporação de agentes – isto é, argumentos externos – em turco. Nesse sistema, baseado, por sua vez, na proposta anterior de Massam (2001), um nome faria *merge* com a raiz num momento muito inicial da derivação,

⁷⁶ No português, o SPR envolve também o domínio reflexivo, o que significa que o seu *se* pode aparecer numa posição com Caso. Nessa situação, algo mais precisa dar conta da sua dependência morfológica, pois ela não pode ser decorrente da ausência de Caso. Na proposta de Lazzarini-Cyrino (2015), isso é explicado porque a própria variável já seria marcada para o movimento. Como discutimos no capítulo 4, porém, isso não parece adequado, pois deixa o sistema redundante. Não investigaremos a fundo essa propriedade do *se* do português, pois foge ao nosso escopo, mas ainda teceremos alguns comentários a respeito do SPR em marcas não dependentes adiante, ainda neste capítulo.

⁷⁷ “An X^0 may only move into the Y^0 which properly governs it.”

antes da entrada de qualquer posição temática⁷⁸, e, portanto, não receberia uma interpretação específica, mas sim genérica – ou seja, apesar de ser identificado um nome naquela construção, ele não aponta especificamente para nenhuma entidade. O termo “pseudoincorporação”, em vez de simples incorporação, vem dessa interpretação genérica, pois não há uma combinação entre verbo e nome pleno, mas sim entre verbo e um “pseudonome”. Para isso, ele precisaria ser um nome nu, ou seja, sem D, o que o livraria da necessidade de Caso, já que a autora assume que esse traço só existe em DPs. Raiz e argumento formariam uma espécie de unidade, porque o primeiro núcleo funcional na estrutura faria *merge* com a projeção resultante propriamente do *merge* entre a raiz e esse argumento.

A derivação prossegue normalmente até o momento da inserção do argumento externo. Caso não haja um DP disponível para ser introduzido nessa posição, o complexo raiz-argumento sobe para ocupá-la. Isso porque o N que sofreu a pseudoincorporação nunca recebeu papel- θ , então pode fazê-lo agora. Desse modo, cria-se uma leitura agentiva para a ação, mas que não aponta para uma entidade em específico, já que o complemento dessa raiz agora faz parte do complexo verbal, não sendo mais uma expressão referencial comum. Também por isso, morfologicamente esse complemento não é livre, o que explica sua adjacência ao verbo nos casos de pseudoincorporação.

Considerando o processo promissor, Lazzarini-Cyrino (2015) propõe simplesmente que a variável pode ser pseudoincorporada desse modo, no início da derivação. Essa proposta pode encaixar as peças dentro do previsto, mas parece esbarrar num sério problema de motivação. Se o raciocínio que viemos construindo até agora para motivar a incorporação da variável (isto é, a impossibilidade de ligação seguida da inelegibilidade para Caso) está correta – e isso é algo que Lazzarini-Cyrino (2015) também defende longamente – essa pseudoincorporação não faz muito sentido. Verifiquemos o porquê.

Em primeiro lugar, ao menos na lógica da nossa análise, o *merge* de raízes diretamente com complementos não deveria ser permitido, exatamente por não haver motivação aparente para uma raiz, que não detém informações, selecionar um argumento; estabelecemos que os categorizadores são os objetos que permitem que elas interajam com a sintaxe. Ainda que se possa aceitar o *merge* de raízes com argumentos, e mesmo num nível tão inicial da derivação, é difícil entender por que uma variável, um elemento que por si só não significa nada, seria usado num processo tão específico. A única explicação seria postular um tipo de *look-ahead*:

⁷⁸ O sistema é explicitamente baseado no modelo neodavidsoniano (LIN, 2001; BORER, 2004), que contém posições temáticas específicas dentro da estrutura sintática.

sabendo que causará problemas se ocupar a posição de argumento externo, a variável “opta” por esse outro caminho. Mas mesmo isso é pouco convincente, pois, estando ela nessa primeira posição da derivação, haveria muitas chances de ter seus traços- ϕ valorados por outro DP posteriormente.

Uma outra questão a se pensar é que a pseudoincorporação de Özturk (2005) só pode funcionar a partir de um nominal nu, enquanto a marca sincrética de Lazzarini-Cyrino (2015) é um DP. Seria preciso avaliar com mais cuidado se o mecanismo pode ser transferido a DPs, mas não há essa reflexão no trabalho do autor. Tudo isso aponta para a necessidade de uma outra saída e há, de fato, propostas na literatura que avançam nesse sentido. As propostas de pseudoincorporação supostamente compatíveis com a incorporação de agentes levaram outros autores a reavaliarem a questão, e a literatura recente apresenta alternativas que podem explicar os efeitos antes atribuídos a esse processo por outros caminhos. Aplicando essas descobertas a uma variável, será possível manter todo o raciocínio relacionado ao problema de Caso em PF, como tentaremos demonstrar a seguir.

Baker (2014), reavaliando a pseudoincorporação de Massam (2001), acaba por chegar à conclusão de que tal mecanismo não precisa se limitar a nomes nus, podendo englobar NPs complexos, que contenham adjetivos, por exemplo. Isso já abre mais possibilidades para esse mecanismo. A única condição real para que a pseudoincorporação ocorra, segundo o autor, é a de que o elemento incorporado e o núcleo ao qual ele se incorpora sejam linearmente adjacentes. Isso porque, para Baker (2014), a pseudoincorporação é simplesmente uma operação na qual um núcleo localizado dentro de um sintagma (como o N de um NP) é movido e concatenado a outro núcleo – no caso, um núcleo de natureza verbal. Tendo em mente que movimento é, na verdade, cópia, e assumindo que PF apaga cópias redundantes com base em um algoritmo que tem como parâmetro de decisão a saturação de traços, Baker (2014) conclui que um movimento desse tipo criaria dificuldades para a decisão de qual cópia apagar, já que movimento de núcleo não é motivado por traços, ou seja, seu resultado são duas cópias idênticas quanto a informações dessa natureza. É, então, por essa razão que a pseudoincorporação só ocorre entre elementos lineares: como há uma sequência de dois elementos idênticos, não há diferença em PF quanto a qual dos dois deletar, pois o resultado, em termos de pronúncia, será o mesmo.

O procedimento de Baker (2014) faz as previsões necessárias, mas também incorre em alguns problemas de motivação. O próprio autor admite que sua operação não possui motivação sintática, mas defende que ela se dá na sintaxe por ter efeitos tanto em PF (a realização num único domínio de palavra fonológica), como em LF (leitura genérica do elemento incorporado).

Caso tentemos aplicá-lo à nossa variável em posição de argumento externo, surgem problemas adicionais. Como a proposta de Baker (2014) ainda mantém a pseudoincorporação como um movimento de núcleo, na sintaxe, o argumento externo continua impedido de participar do processo. Além disso, também não seria possível aplicá-la a DPs, pois, de um lado, não seria possível extrair o N encaixado nesse sintagma e linearizá-lo ao lado do NP sem passar pelo D, e, de outro, não seria possível mover apenas o D localizado no meio dessa sequência de núcleos funcionais. Com isso, nossa variável parece inelegível para o processo.

Uma outra reanálise da pseudoincorporação é vista em Levin (2014, 2015). Ele observa que as propriedades básicas atribuídas à pseudoincorporação de nomes – adjacência ao verbo, ausência de Caso e leitura genérica – possuem muito em comum com o sujeito *in situ* das línguas austronésias, discutidos previamente. Ambas são sequências absolutas entre verbo e nome, com este último não exibindo marcas de Caso. A única diferença é que tal nome é mais comumente um objeto na pseudoincorporação, mas um sujeito no fenômeno austronésio. Ele também nota que, em ambos os casos, sintagmas complexos são permitidos, como a pseudoincorporação de Baker (2014) já previa. Ao contrário deste último autor, porém, Levin (2014) identifica casos de pseudoincorporação e sujeito *in situ* de DPs, simples ou complexos. E, nesses casos, não há a leitura genérica estipulada. Considerando tudo isso, Levin (2014, 2015) chega à conclusão de que pseudoincorporação e sujeitos *in situ* das línguas austronésias são o mesmo fenômeno, com suas propriedades principais sistematizadas abaixo:

- i. ausência de marcação de Caso no elemento nominal;
- ii. verbo e elemento nominal são tratados como uma única palavra fonológica;
- iii. o núcleo do nominal possui uma relação de adjacência linear (fonológica) absoluta com o verbo (não pode haver qualquer material interveniente);
- iv. pode ocorrer com NPs ou DPs, simples ou complexos;
- v. o argumento incorporado pode, mas não precisa, receber uma leitura genérica;
- vi. a operação é licenciada tanto para o argumento interno quanto para o externo.

As propriedades de (i) a (iii) já eram esperadas nas propostas anteriores, mas a novidade do sistema fica por conta das generalizações de (iv) a (vi). (iv) e (v) possuem uma relação direta na análise de Levin (2014, 2015): a leitura genérica, segundo ele, não advém do processo de pseudoincorporação em si, mas sim do fato de que esse processo pode se aplicar a nomes que não fizeram *merge* com um D na sintaxe e, por isso, não terão definitude. Quando o processo

se aplica a um DP, contudo, não há requerimento de genericidade. Em outras palavras, não é a pseudoincorporação que produz a leitura genérica, mas as informações (ou ausência delas) no próprio elemento pseudoincorporado. Levin (2014) defende que até mesmo pronomes e nomes próprios – os quais ele entende como DPs sem N – podem entrar numa pseudoincorporação em balinês, por exemplo. A propriedade (vi) também sugere que a pseudoincorporação precisa ser implementada pós-sintaticamente, ou os argumentos externos não seriam elegíveis, devido ao *HMC*.

Em Levin (2015), o autor apresenta mais dados e estabelece de maneira mais formal o mecanismo e as razões para essa pseudoincorporação. Mais especificamente, a propriedade (i) é a chave. Elementos pseudoincorporados não têm Caso e, por isso, Levin (2015) propõe que a pseudoincorporação é um dispositivo para licenciar projeções nominais sem Caso, ou, visto de outra maneira, para impedir que um elemento desse tipo não cause um *crash* na derivação. Seria, portanto, um dispositivo de último recurso de PF. Essas estipulações se acomodam bem ao funcionamento de Caso que estabelecemos nas seções anteriores deste trabalho. Como nós, Levin (2015) estabelece que a valoração de Caso depende das relações de *Agree* formuladas na sintaxe, o que garantiria seu envio “pronto” para as interfaces. A morfologia de Caso, por sua vez, em nossa análise, não depende exatamente disso, mas sim dos processos de externalização. Dada a convergência da análise de Levin (2015) com a nossa, empregaremos o seu mecanismo para derivar a nossa variável⁷⁹.

Ironicamente, o dispositivo empregado pelo autor nos traz de volta ao início de toda essa discussão. Baseado na estrita condição de adjacência para a ocorrência do fenômeno, Levin (2014, p. 4) propõe que essa chamada pseudoincorporação nada mais é que uma operação de *m-merger*, que “troca a relação de c-comando imediata entre T⁰ e spec. de vP por uma relação linear de adjunção”⁸⁰. Isso é basicamente a definição de Deslocamento Local nos moldes da MD. De fato, em Levin (2015), é esse o termo utilizado pelo autor para descrever o processo, e sua definição é idêntica à encontrada em Embick & Noyer (2001). A conclusão a que devemos

⁷⁹ Com uma ligeira diferença, há que se ressaltar. Levin (2015) assume que todos os nominais possuem uma projeção estendida, composta dos núcleos N, D e K, sendo este o que carrega o traço de Caso, e não o DP. Esse núcleo adicional é importante para o autor porque ele identifica processos que afetam os três níveis de maneira diferente nos seus dados. Embora sua argumentação seja convincente, a distinção entre D e K não é particularmente relevante para o nosso trabalho, posto que, independentemente da localização exata do traço de Caso no nominal, o problema (e a solução) se mantém o mesmo. Assim, optamos pelo mais tradicional DP, para simplificar os processos derivacionais e tornar a exposição mais objetiva.

⁸⁰ “[...] exchanges the immediate c-command relation between T⁰ and Spec-vP for a linear adjunction relationship.”

chegar é que, se essa análise está correta, então, desde o começo não era necessário buscar um dispositivo alternativo para derivar afixos ou clíticos: o processo é o mesmo.

Nesse sentido, tanto o *se* do português quanto o *-r* do latim seriam derivados do mesmo modo. Embora isso possa parecer problemático à primeira vista, dadas as diferenças existentes entre clíticos e afixos, também há argumentos contra uma divisão tão categórica entre eles. Uma primeira observação importante é a de que a distinção como estipulada por Lazzarini-Cyrino (2015) – a de que clíticos são derivados via Deslocamento Local e afixos via movimento de núcleo – não parece tão uniforme assim. Mesmo em Embick & Noyer (2001), o Deslocamento Local já é usado para derivar ambos, bem como em Harley (2011). Weisser (2019), por sua vez, até chega a afirmar que a distinção clítico x afixo não existe fundamentalmente na Morfologia Distribuída.

Esse debate é um tema que não pode ser explorado a fundo no escopo deste trabalho, mas parece precipitado reduzi-lo a uma especificação para Deslocamento Local ou movimento de núcleo. Sendo assim, pode ser válido buscar outra explicação para a impossibilidade de o *-r* do latim se realizar à esquerda do verbo. Uma primeira possibilidade surge quando se observa os padrões de formação da língua de maneira mais ampla: elementos de natureza flexional, isto é, que carregam relevância sintática, sempre se concatenam à direita no domínio das palavras, enquanto modificadores derivacionais são proeminentes à esquerda. Como o *-r* constitui uma instância de sincretismo, por si só um fenômeno que afeta elementos flexionais, e até mesmo é sensível a concordâncias, é razoável pensar que o padrão da língua simplesmente o força a ser linearizado à direita, bloqueando a esquerda por uma questão de incompatibilidade.

Outra alternativa, relacionada mais a princípios universais que específicos da língua, é vista em Harizanov (2014), com um princípio chamado *strong start* (“início forte”), segundo o qual o primeiro constituinte de uma sequência fonológica não pode ser defectivo, isto é, que não está de acordo com as regras de pronúncia exigidas daquele domínio. Basicamente, o que isso significa é que ele precisa ser capaz de constituir uma sílaba. Considerando que o latim se configura como uma língua de padrão silábico CV (ARONOFF, 1994), um *r* jamais poderia ser um primeiro constituinte fonológico, por não configurar uma sílaba. Com isso, só haveria uma posição disponível para a variável movida via Deslocamento Local. Já o *se* do português, por outro lado, que fonologicamente atende aos requisitos para constituir uma sílaba, não sofre a mesma restrição, sendo admitido antes ou depois do verbo.

Determinar a razão exata para a limitação na linearização do *-r* latino exigiria que nos aprofundássemos ainda mais na distinção clítico x afixo, não sendo factível dentro dos limites

desta dissertação. O que os dois parágrafos acima pretendem é, mais que oferecer uma resposta definitiva, apontar que há outras possibilidades para se limitar o comportamento de um, mas não o do outro, além da prevista em Lazzarini-Cyrino (2015). Defendemos, assim, que ter a distribuição afixal ou clítica está relacionada a outros fatores que não uma especificação *a priori* e, por isso, não existe a necessidade absoluta de que afixos sejam derivados via movimento de núcleo. Eles também são licenciados via Deslocamento Local.

Assumiremos, então, com Levin (2015), que é esse o processo que retira a variável da sua posição de base e move para o domínio verbal. Usaremos, a partir de agora, simplesmente o termo “incorporação pós-sintática” para esse processo, seguindo o mesmo autor. Isso porque “pseudoincorporação”, classicamente, remete a conceitos específicos que foram desconstruídos ao longo da exposição. Antes de aplicar o Deslocamento Local propriamente, ainda é válido mencionar que ele já é atestado em latim para outros fenômenos, como na análise de Embick (2007) para o comportamento do *-que* coordenativo (embora, nessa situação, ele seja ativado por outros motivos), o que torna mais robusta a sua disponibilidade como recurso em nossos contextos.

Vejam como tudo isso se adequa ao latim, então, revisitando algumas características do nosso sufixo, *-r*:

- (i) assumimos que ele é um argumento verbal que possui o estatuto de uma variável, um DP defectivo em termos de traços- ϕ .
- (ii) se esse elemento é um DP e se realiza simplesmente como *-r*, isso significa que não há morfologia de Caso nele. Em outras palavras, algo aconteceu para licenciar um DP sem Caso nessas estruturas.
- (iii) sendo um argumento, mas se comportando como um afixo, algo mudou seu estatuto. Deslocamento Local é a operação que pode fazer isso e, como consequência, dispensar a necessidade de Caso.

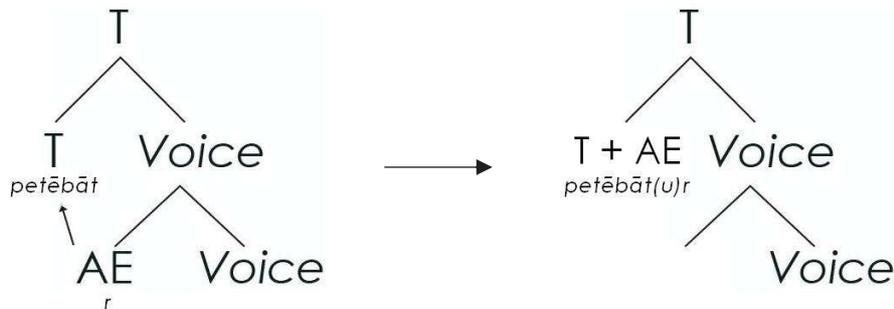
Dada a discussão acima, descartaremos a proposta de pseudoincorporação de Lazzarini-Cyrino (2015) e adotaremos o simples Deslocamento Local. A seguir, retomaremos a derivação iniciada em (32) e aplicaremos os processos pós-sintáticos para finalizá-la, chegando às formas latinas que contêm o *-r*.

5.3.2 Incorporação pós-sintática

Na subseção anterior, definimos o Deslocamento Local como o mecanismo que desloca a variável pós-sintaticamente para a posição afixal. Vejamos como isso se daria em latim, por meio de representações arbóreas. Após a derivação sintática, vista em (32), a estrutura é enviada para *spell-out*. Em LF, os traços de pessoa não valorados são ignorados e lidos como expletivos. Caso também não é um fator aqui, então é com PF que precisamos nos preocupar.

Em PF, ocorre a cópia dos traços- ϕ do argumento externo, que havia se deslocado para *spec.* de T, para os nós abaixo dele – T e a variável. Isso promove um efeito de concordância entre o argumento interno e o externo. Tendo sido feita essa cópia, o único problema restante é a ausência de Caso na variável, que será resolvido com a incorporação pós-sintática, seguindo a análise de Deslocamento Local de Levin (2015). Isso significa que o DP da variável se moverá para o núcleo mais próximo, T, e, com isso, se tornará parte do seu domínio morfológico, não necessitando mais da valoração de Caso. A aplicação da operação segue no dado (34), em que utilizamos a forma de terceira pessoa como exemplo:

(34) Incorporação pós-sintática da variável não ligada ao domínio verbal

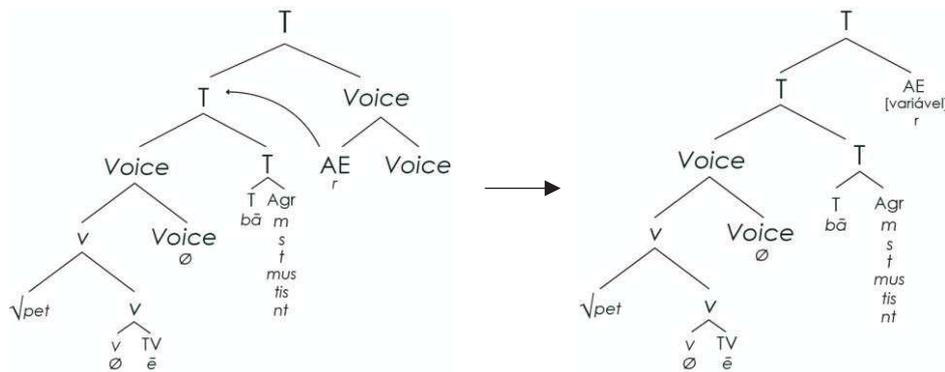


O esquema em (34) demonstra que a operação em verdade é simples: T e argumento externo são linearmente adjacentes, então, contanto que nenhum material intervenha entre eles, é possível aplicar o Deslocamento Local em caso de necessidade. O *r* então se torna um sufixo da forma verbal *petēbāt* (que é essencialmente a forma ativa do verbo), formando *petēbātur*⁸¹. Naturalmente, como isso se dá em PF, a essa altura, T na verdade é um núcleo complexo,

⁸¹ Há um ligeiro ajuste fonológico aqui, com a inclusão de uma vogal *u* epentética. Abordaremos esse processo e outros semelhantes que ocorrem em outras pessoas imediatamente a seguir, em 5.3.3.

contendo não apenas o complexo formado via movimentos de núcleo na sintaxe, mas também as adições nos nós VT e Agr. É por isso que, como a variável se lineariza à direita, sempre surge após os morfemas de concordância. Vejamos isso numa versão mais detalhada do esquema em (34), abaixo, em que desmembramos o núcleo T e também apresentamos as peças vocabulares correspondentes às outras pessoas:

(35) Incorporação pós-sintática da variável não ligada ao domínio verbal – expandido



Apesar de o sistema geral ser simples, restam alguns ajustes a serem feitos. As formas finais que a estrutura em (35) gera incorrem em problema semelhante ao que vimos antes, em (27), ou seja, não correspondem plenamente ao paradigma verbal latino. Será preciso recorrer novamente a regras de reajuste fonológico específicas da língua.

5.3.3 Inserção de vocabulário

A incorporação proposta para remover a variável sem Caso de uma posição argumental, fazendo-o se tornar parte do verbo, agora permite que a derivação siga adiante. Todavia, como mencionado, os diagramas em (35) preveem formas superficiais equivocadas. Como fizemos antes, apresentamos uma comparação entre as formas previstas (36a) e as da língua (36b):

(36) Comparação entre formas previstas e encontradas – imperfeito passivo

a. formas previstas

petēbāmr*petēbāsr***petēbātr***petēbāmsr***petēbātisr***petēbāntr*

b. formas da língua

*petēbar**petēbāris**petēbātur**petēbāmur**petēbāminī**petēbantur*

Desta vez, há algo a ser ajustado em todas as pessoas, e todas serão resolvidas através de reajuste. Isso porque, mesmo após os reajustes que as vogais longas sofrem em determinados contextos (cf. regra em (28)), os quais se ativarão também nesse conjunto de dados, ainda assim os resultados fonológicos em (36a) são malformados, porque apresentam duas consoantes em posição de coda na última sílaba, e apenas uma pode ser licenciada. Há duas saídas lógicas para esse problema: deletar uma das duas consoantes ou adicionar uma vogal entre elas, dividindo-as em duas sílabas. Na primeira pessoa singular e plural, a primeira estratégia é adotada (deleta-se *m* e *s*, respectivamente); na terceira singular e plural, a segunda é empregada (adiciona-se *u* como vogal epentética). Essas regras são sistematizadas a seguir:

(37) Regras fonológicas: sequência de consoantes

a. /cons/ → /∅/ / ____ ^ /cons/ [+1]⁸²

b. /cons/ ^ / cons/ → /cons/ ^ /u/ ^ /cons/

A regra em (37a) deve ser lida como “consoante passa a ∅ se seguida de outra consoante em contexto de primeira pessoa”; (37b) é lida como “uma vogal *u* deve ser inserida se houver uma consoante seguida de outra consoante”. Observe-se que essas regras fazem previsões específicas, em verdade, apenas para a primeira pessoa. A regra em (37b) não traz nenhuma informação nesse sentido e, portanto, poderia ser aplicada também na segunda pessoa. Mas isso não acontecerá, porque as segundas pessoas possuem regras próprias, mais específicas, que farão com que funcionem de outra maneira.

⁸² Não exploraremos um sistema de decomposição de pessoas gramaticais, pois a caracterização desses traços não afeta diretamente nossa análise, que pode ser adaptada para diferentes tipos de proposta. Usaremos traços simples, [+1] e [+2], apenas como dispositivo de rotulação.

Olhando novamente para os dados em (36b), pode-se ver que, em ambas as segundas pessoas, singular e plural, encontram-se alomorfes do *-r*: *-is* no singular e *-minī* no plural. A segunda singular, portanto, deveria ser **petēbāsis*. Isso não acontece devido a outra regra fonológica do latim, a do rotacismo: nessa língua, ocorre um fenômeno por meio do qual a consoante *s*, quando intervocálica, transforma-se em *r*. Temos, assim, *petēbāris*. (38) sintetiza a regra, de acordo com Embick (2015):

(38) Regra de reajuste: rotacismo (EMBICK, 2015)

$/s/ \rightarrow /r/ /V _ V$

A regra em (38) afirma que “*s* passa a *r* quando localizado entre duas vogais”. Com isso, resta apenas a segunda pessoa do plural. Nesse caso, pode-se observar que *-minī* sobrepõe até a desinência número-pessoal que deveria haver ali (*-tis*). Embick (2015) propõe que isso resulta de uma operação de fusão de nós. Essa operação combina dois morfemas adjacentes em apenas um, fazendo com que apenas um IV possa ser inserido naquela posição. Na análise do autor, o nó Agr seria fundido a um nó de voz passiva, já que seu sistema, diferentemente do nosso, é um que considera que o *-r* é uma realização de *Voice*. Tal caracterização não parece compatível com o nosso sistema, porque a fusão de nós ocorre antes da inserção de vocabulário, enquanto o Deslocamento Local ocorre depois. Ou seja, fundir o nó Agr com a variável exigiria que esse mecanismo envolvesse elementos até então localizados em domínios morfológicos distintos.

O que pode ocorrer nessa configuração, contudo, é que esses dois elementos influenciem um ao outro, devido à sua proximidade hierárquica e linear. Relembremos que, como os traços- ϕ do argumento interno movido foram copiados para T – e, portanto, Agr – e para a variável, haverá dois nós adjacentes contendo uma especificação de segunda pessoa de plural. Segundo Calabrese (2011), essa é uma configuração marcada nas línguas que derivam do latim (assim como a primeira pessoa plural) e ocorrem fenômenos morfológicos para evitar idiosincrasias na sua realização fonológica. Isso é uma recuperação do Princípio da Compensação de Brøndal (1940, 1943), que identifica que categorias marcadas evitam se relacionar, reinterpretado em moldes de MD como um desfavorecimento de Itens de Vocabulário específicos concomitantes. Se possível, o sistema linguístico fará algo para evitar que isso aconteça.

Traduzindo em termos mais concretos e aplicando à nossa estrutura, temos dois nós de grande especificação (segunda pessoa e plural) em sequência e cuja realização fonológica não é a *default* para nenhum deles (pode ser difícil identificar qual seria o *default* de Agr, mas com

certeza não é *-tis*; quanto à variável, o *default* é claramente *r*). O Princípio da Compensação não permitirá que os dois se realizem, pois isso constituiria uma idiosincrasia nos seus termos. A nossa proposta é que, então, o nó *Agr* é deletado nessa configuração, com *min̄* se incorporando diretamente ao expoente do próprio *T* – ou seja, a *bā*. Como os dois nós incompatíveis possuem exatamente a mesma configuração de traços, poder-se-ia questionar por que é *Agr* que é deletado, e não a variável. Isso ocorre porque a inserção de vocabulário se dá de baixo para cima. Assim, necessariamente seu expoente será introduzido primeiro. Como o sistema não tem como prever que o *IV* não é o *default* antes da busca vocabular, não faz sentido deletar o nó antes disso. Após sua inserção, porém, quando o próximo nó, também marcado, encontrar um não *default*, ao invés de inseri-lo, ativará a deleção. A regra é estipulada em (39):

(39) Regra de apagamento de nó

$$[+2, +pl] / \text{n\~{a}o default} \wedge [+2, +pl] / \text{n\~{a}o default} \rightarrow [+2, +pl] / \text{n\~{a}o default}$$

Essa regra deve ser lida como: “em contexto de segunda pessoa plural imediatamente seguida de segunda pessoa plural em que ambos os expoentes fonológicos são não *default*, uma deve ser deletada”. A estruturação do sistema garante naturalmente que será a mais alta. Cabe ressaltar que o princípio não será ativado em nenhuma outra situação com nossa anáfora, porque o único outro expoente não *default* para a variável é o de segunda pessoa singular, que não considerado um contexto marcado (CALABRESE, 2011, 2012), portanto nada é deletado. A primeira pessoa plural, essa sim marcada, usa o expoente *default* e, portanto, também não há necessidade de apagamento

Cabe ainda um último comentário com relação à primeira pessoa singular, que possui outra possibilidade de realização em latim, *-ō*, ao invés de *-m*. Essa alomorfia é condicionada pelo tempo *e/* ou pela categoria de conjugação. Seja qual for a configuração que a gera, quando ocorre a afixação de *-r* numa forma fonológica terminada em *-ō*, como *petō* (1ª pessoa singular do presente do indicativo) ou *monēbō* (1ª pessoa singular do futuro), o conflito do encontro de consoantes em coda não ocorre. A única operação necessária será a de redução da duração da vogal, pois o *ō* ficaria seguido de *-r*, o que é inaceitável para os padrões da língua. Essa operação é aplicada e a forma esperada é gerada: *petor/ monēbor*.

Tendo definido todas essas possibilidades, os Itens de Vocabulário da variável afixal em latim são estipulados como:

(40) Itens de Vocabulário: *-r* e seus alomorfes

[anáfora, +2, +pl] \leftrightarrow *-minī*⁸³

[anáfora, +2] \leftrightarrow *-is*

[anáfora] \leftrightarrow *-r*

Lendo de outro modo, (40) nos informa que há um objeto anafórico na língua, que é realizado, por *default*, pelo Item de Vocabulário *-r*. Condições mais específicas ativam os outros dois expoentes fonológicos. *-is* entra em cena apenas quando essa anáfora possui um traço de segunda pessoa. Já *-minī* é a peça mais especificada, devendo vencer a competição em caso de um mesmo nó conter traços de segunda pessoa e plural simultaneamente.

Retomando a discussão mais ampla da extensão do sincretismo passivo, o motivo para diferentes línguas apresentarem diferentes graus desse fenômeno também pode ser formalizado com Itens de Vocabulário. Ainda que, semântico-conceitualmente, esse tipo de sincretismo seja motivado por um entendimento geral de que há algo em comum nessas estruturas (a afetação do sujeito), a realização dos contextos de maneira superficialmente idêntica só se dará se não houver IVs mais especificados para um ou outro⁸⁴. O latim, por exemplo, dispõe de IVs mais especificados em posições de Caso e é por isso que reflexivos se realizam como alguma variação de *sē* e não *-r*⁸⁵. Outras línguas podem possuir IVs diferentes com especificações variadas. Apenas por razão de completude, apresentamos a seguir especificações de vocabulário para as variantes de *sē* encontradas em latim. Essas classificações têm o único intuito de estabelecer um contexto de inserção diferente dos de *-r* e, como tal, não serão tão elaboradas quanto poderiam ser; as propriedades exatas do *sē* não fazem parte do escopo delimitado para este trabalho:

⁸³ Usamos a representação [anáfora] também como um traço genérico para representar esse elemento, embora reconheçamos que ele na verdade deve ser composto por um feixe de traços mais complexo. Assim como a decomposição de pessoas, a decomposição do DP não referencial não afeta diretamente o funcionamento do sistema, então não nos ateremos a ela. Uma decomposição em termos de traços +HUMANO, -LOCUTOR etc., como propõe Lazzarini-Cyrino (2015), pode gerar o mesmo resultado, bem como uma baseada em um traço [Ag(ente)], como a de Embick (2004).

⁸⁴ Decerto, a associação entre esses domínios num nível semântico pode motivar o abandono de uma ou outra peça fonológica, pois não seria mais considerado necessário, na língua em questão, diferenciar tais domínios. Diacronicamente, isso levaria à expansão do SPR.

⁸⁵ No caso do latim, portanto, a não extensão do SPR não se dá exatamente com base no contexto em si, mas em como ele é codificado na sintaxe.

(41) Itens de Vocabulário: *sē* e seus alomorfes⁸⁶

[anáfora, +dat⁸⁷] \leftrightarrow *sibi*

[anáfora, +gen] \leftrightarrow *suī*

[anáfora, +Caso] \leftrightarrow *sē*

De maneira semelhante às realizações do *-r*, temos três IVs em competição aqui. A classificação em (41) prevê um IV anafórico específico apenas para os Casos dativo e genitivo – *sibi* e *suī*, respectivamente. O *sē* na verdade é subespecificado e, portanto, a princípio caberia em todas as posições marcadas com Caso. É por isso que ele é visto tanto no acusativo quanto no ablativo. Em termos de especificação, isso também prevê que ele poderia ser inserido num nó de nominativo. Isso só não acontece porque, de acordo com a visão de Caso que estamos seguindo (ANAGNOSTOPOLOU & SEVDALI, 2015), nominativo é a realização do traço de Caso de um argumento não c-comandado por outro DP. Isso, por sua vez, para uma anáfora, significa não ficar ativa para a marcação de Caso, porque ela não se liga a nada, então a inserção de *sē* não pode acontecer. A incorporação ocorre e ele se realiza como alguma das variantes de *-r* listadas em (40), já que a nova posição não possui Caso⁸⁸.

A estrutura geral apresentada e discutida até aqui servirá de base para a maioria das instâncias do SPR em latim, sendo elas desencadeadas pela presença da variável na posição de argumento externo. Mas veremos também que é possível que ela se origine em outra posição alta, não c-comandada por DPs, o que acarretará o mesmo efeito geral. A derivação de todos esses contextos será abordada nos capítulos 6 e 7. Antes de concluir o capítulo atual, faremos, ainda, mais alguns comentários sobre o estatuto morfológico da marca de SPR.

⁸⁶ Por brevidade, listamos apenas as variantes do *sē* propriamente dito, deixando de lado aquelas que envolvem concordância com primeira ou segunda pessoa, como *mē* e *tē*. Elas teriam basicamente as mesmas especificações, mas acrescidas dos traços [+1] ou [+2], respectivamente (e [+pl] quando há essa distinção).

⁸⁷ Não estamos seguindo a decomposição de traços de Caso de Halle (1997) vista no capítulo 2 (cf. tabela 4), uma vez que ela depende de traços sintáticos para Caso e aqui assumimos que a morfologia de Caso depende de outros fatores, seguindo a proposta de Caso-m de Anagnostopoulou e Sevdali (2015). Assim, não é certo que as duas perspectivas sejam compatíveis.

⁸⁸ Naturalmente, os itens em (40) também seriam suscetíveis, teoricamente falando, a serem introduzidos em posições de Caso, já que são subespecificados quanto a esse tipo de informação. Entretanto, como há na língua os itens em (41), mais especificados, estes sempre vencem a competição nessas posições.

5.3.4 O estatuto morfológico das marcas de SPR

Como já foi discutido, translinguisticamente, a marca de SPR pode se realizar como um pronome, um clítico ou um afixo. Lazzarini-Cyrino (2015) estabelece o Deslocamento Local como dispositivo para derivar os dois primeiros e a pseudoincorporação para o terceiro. O autor estipula que a natureza da marca está relacionada à utilização de um ou outro mecanismo, e, recorrendo a Heinat (2006a), propõe que pronomes seriam compostos por um D e um nome e clíticos e afixos por apenas um D. Há dois problemas na análise de Lazzarini-Cyrino (2015) no que diz respeito a essa natureza das marcas.

Em primeiro lugar, a proposta de Heinat (2006a) tem como efeito que os pronomes não precisem de antecedente, ou seja, não precisam se ligar a nada na estrutura, porque o N, que já possui traços- ϕ valorados, valoros os de D. Em outras palavras, não haveria nenhum problema em ter esse elemento na posição de argumento externo. Da mesma maneira, colocá-lo na de argumento interno não deveria gerar um reflexivo, pois, como seus traços já estão valorados, não haverá ligação com o argumento externo. Em outras palavras, a defesa de Lazzarini-Cyrino (2015) de que o *sich* alemão é um pronome não parece adequada nesses termos.

O *sich*, no mínimo, estabelece ligação com um argumento externo quando é introduzido como argumento interno e, como já defendido em Schäfer (2008) e também assumido neste trabalho, fica sem referência quando é argumento externo. Se todos os seus traços já estão valorados, não haveria motivação para o Deslocamento Local se aplicar a ele, ou, ao menos, esse deslocamento teria que ocorrer por algo que não o problema de ligação/ Caso. Ademais, é notável que o *sich* alemão não precisa se linearizar adjacientemente ao verbo (nem o auxiliar, nem o principal), o que indica que ele não sofreu movimento para o seu domínio. O dado abaixo, de Schäfer (2008, p. 171), demonstra isso:

(42) ... *dass Heidi sich gestern Morgen davon-geschlichen hat.*
 “que a Heidi se esgueirou para fora ontem de manhã.”

Com isso, parece claro que a análise de Lazzarini-Cyrino (2015) não está adequada. Um desdobramento do comportamento do *sich* em alemão é, também, que ele demonstra que não há uma necessidade absoluta de que a marca de SPR seja morfológicamente dependente, que é outra das estipulações do sistema do autor. Isso é importante porque, se a motivação para o deslocamento da marca para o domínio verbal é a não ligação/ ausência de Caso, um pronome,

que não tem esses problemas, não teria por que fazer essa operação. Logo, mesmo que o *sich* fosse morfológicamente dependente, se ele também fosse um pronome, não haveria como derivar essa dependência da mesma maneira que os reflexivos. Certamente, o *sich* alemão possui um domínio de sincretismo muito mais reduzido que o *se* do português ou o *-r* do latim, mas o sincretismo ainda existe, entre anticausativos, médios e reflexivos. Portanto, defendemos que ele também é uma anáfora. Por outro lado, algo mais precisa explicar por que em alemão essa anáfora, mesmo quando não ligada, é livre.

Para isso, abordemos brevemente o segundo problema da análise de Lazzarini-Cyrino (2015) para as marcas decausativas dependentes. O próprio autor classifica clíticos e afixos como sendo constituídos de uma mesma maneira (apenas um núcleo D, sem N), mas os deriva via mecanismos diferentes – Deslocamento Local e pseudoincorporação, respectivamente. Para o autor, os Itens de Vocabulário devem ser marcados para uma ou outra operação, garantindo o funcionamento do sistema. Mas essa proposta contradiz o raciocínio de que o deslocamento é motivado pela ausência de Caso, já que, se já há uma marcação, é por causa dela que o deslocamento ocorre. Qualquer outro fator se tornaria supérfluo, e nem seria preciso fazer toda a discussão com relação ao papel de Caso em PF, se a operação é estipulada como integrante da especificação do IV relevante.

A conclusão a que chegamos ao longo do trabalho foi a de que não há, necessariamente, diferença entre o mecanismo que deriva clíticos ou afixos: ambos decorrem de Deslocamento Local em PF, com as diferenças de realização dependendo das propriedades fonológicas do elemento deslocado e/ ou características específicas da língua em questão. Essa conclusão se alinha com a proposta de incorporação pós-sintática de Levin (2015), um recurso para licenciar DPs sem Caso. É esse mesmo trabalho que também nos oferece uma saída para o dilema de que há marcas de SPR não dependentes, isto é, que não foram deslocadas para dentro do domínio verbal.

Levin (2015) propõe que o Deslocamento Local não é o único mecanismo disponível para licenciar os DPs sem Caso. Uma outra possibilidade é que uma projeção K, contendo um traço de Caso valorado, seja introduzida pós-sintaticamente, via adição de nós, tornando o DP completo. Tal conclusão vem da observação do comportamento das antipassivas, que, segundo o autor, configuram uma estrutura sintática em que, ao mesmo tempo, não é possível atribuir Caso e não há condição de linearidade que permita o Deslocamento Local. Como, mesmo assim, elas convergem, algum outro mecanismo teria sido empregado. Como antipassivas

também são estruturas de argumentos não plenos, não é impensável que a inserção de K possa ser utilizada por alguma língua e não o Deslocamento Local em situação semelhante.

A inserção de K licenciaria um DP sem Caso sem que ele precise se tornar dependente morfológicamente do verbo, porque, com esse mecanismo, o DP poderia receber Caso. Numa análise preliminar, o *sich* do alemão parece compatível com ambas as características. Nesse sentido, seria uma maneira mais formal de explicar o que Schäfer (2008) chamou simplesmente de acusativo *default*. Levin (2015) admite que o processo de inserção de K não é tão motivado, ou, ao menos, que não há, no momento, um entendimento claro de por que um ou outro recurso seria ativado. Também não buscaremos essa resposta neste trabalho, mas assumiremos que a proposta, de modo geral, aponta para o caminho adequado para explicar as marcas de SPR que não são dependentes.

Ainda com relação a essa questão, o latim também é uma língua que parece sugerir um comportamento empírico diferente da estipulação de Lazzarini-Cyrino de que as marcas do SPR precisam ser dependentes. Como abordado no capítulo 2, os mesmos domínios de SPR que o sufixo *-r* realiza também podem ser vistos nas construções de passiva analítica da língua, formadas via verbo *sum* (“ser”) + participio. A passiva analítica, em latim, é condicionada pelo aspecto perfeito (*perfectum*), o que, a princípio, não deveria afetar o comportamento do restante da derivação. Como não incluímos o *perfectum* no escopo deste trabalho, não procederemos a uma investigação refinada quanto ao que ocorre nas suas formas. Mesmo assim, consideramos plausível a ideia de que as estruturas analíticas se formam de maneira diferente, possivelmente com um núcleo específico como o Pass de Alexiadou (2013), dada a aparente ausência da marca de SPR na sua formação.

Uma última reflexão é com relação à ideia de que anáforas são Ds sem Ns, como visto em Heinat (2006a). Assumiremos que esse é o caso, pois deriva de maneira mais natural o fato de elas não terem traços- ϕ valorados, não sendo necessário estipular a presença de elementos inerentemente defectivos na lista 1. Assim, é importante abordar a crítica feita por Carvalho (2016) a essa proposta. Para a autora, a composição interna de um DP não deveria influenciar em como a sintaxe lida com ele, já que, de todo modo, o objeto a ser manipulado é um D. Além disso, ela argumenta, um D, que é o *locus* da definitude, não deveria ser a realização de um elemento não referencial. Quanto à primeira questão, o problema não é o fato de ser um DP ou um DP + NP em si, mas sim que há traços- ϕ não valorados no primeiro caso, mas não no segundo. Portanto, o que a sintaxe vê e com o que tem de lidar é um DP sem traços- ϕ e com traços- ϕ , respectivamente. De fato, pouco importa se há mais alguma informação dentro desse

DP. Quanto à segunda questão, também não é claro que Ds precisam envolver uma semântica de definitude, uma vez que existem artigos indefinidos. Ademais, definitude e referencialidade não são necessariamente o mesmo conceito, portanto talvez a crítica nem esteja atingindo um ponto relevante. Consideramos, assim, que a proposta de anáforas como Ds é válida.

Dito tudo isso, o sistema que delineamos deriva a marca a partir de um item sintático específico, uma variável, isto é, um DP sem traços- ϕ valorados, localizado em uma posição específica, a de argumento externo, a partir da qual se incorpora ao verbo. Resta discutir, um pouco mais a fundo, as razões para a presença desse elemento numa configuração pouco usual, em que suas necessidades não podem ser plenamente atendidas.

5.4 MOTIVAÇÕES PARA O SURGIMENTO DA MARCA

Anteriormente, defendemos que a presença do morfema de voz passiva, em línguas em que esta se realiza sinteticamente, é o resultado de uma sequência de interações complexas desencadeadas a partir da introdução de um argumento não referencial na posição de *spec.* de *Voice*. Todavia, esse morfema pode não só gerar mais de um significado (passiva/ impessoal, anticausativa etc.), como também é possível que alguns verbos o rejeitem (particularmente os inacusativos). Diante desse cenário, a nossa proposta é que a disponibilidade ou não da marca está diretamente relacionada à classificação de raízes que expusemos em (21) e (29). Como discutido, de acordo com Alexiadou *et al.* (2006), raízes podem ser classificadas em quatro tipos com relação à sua semântica enciclopédica, e isso se reflete na exigência da presença de *Voice* ou não. Entendemos, então, *Voice* como um núcleo responsável pela introdução de um desencadeador para o evento. Assim, a presença obrigatória de *Voice* necessariamente inclui também um argumento externo (*i.e.*, não haveria um *Voice* sem posição *spec.*). Em suma, quando *Voice* está presente, mas não há um elemento nominal/ DP disponível para ocupar sua posição de especificador, a variável, que não possui referência, entra como um *default* apenas para garantir o preenchimento da posição. Isso, em contrapartida, gera os efeitos abordados em todo este capítulo.

Para citar um exemplo, peguemos um verbo como “assassinar”, do tipo agentivo. Essa ação é conceptualizada como dependente de um desencadeador externo e, mais ainda, com a semântica de agente. Isso significa que não é possível conceber essa ação como espontânea; alguém teve de realizá-la. Logo, *Voice*_{DO} sempre será projetado acima desse *v*. Quando, por alguma razão, se quer omitir o desencadeador da ação (por exemplo, para dar foco ao evento

ou à entidade afetada), mesmo assim permanece implícito que o ato foi cometido por alguém – ou seja, *Voice*_{DO} permanece. Desse modo, a variável, que não aponta para nenhuma entidade em específico, desempenha a função sintática de ocupar *spec.* de *Voice*. Como um argumento não ligado não recebe papel temático, uma vez que não aponta para uma entidade (SCHÄFER, 2008), essa informação não é atribuída e apenas a estrutura como um todo é entendida como agentiva.

Similarmente, verbos como “quebrar”, externamente causados, também precisam de um *Voice*, mas admitem desencadeadores agentivos ou meramente causativos. Desse modo, sempre haverá o núcleo *Voice* na estrutura verbal gerada a partir dessa raiz, mas ele pode ser do tipo DO ou CAUSE. O mesmo processo ocorre, mas, no caso de um *Voice*_{CAUSE}, a interpretação será ligeiramente diferente. A interpretação não será a de que um agente produziu o evento, mas sim apenas a de que a ação não ocorreu simplesmente sozinha; algo – não volitivo – o causou (como um fenômeno natural, por exemplo, e por isso a interpretação como um todo se assemelha à de um evento espontâneo)⁸⁹. Novamente, reforçamos que a conceptualização do evento é algo que só será checado no momento do acesso à Enciclopédia, e que a interação com determinados argumentos pode afetá-la. Retomando o exemplo visto anteriormente, a presença de “recorde mundial” como argumento interno bloqueia a leitura de causa para “quebrar”, já que se entende que apenas um agente poderia realizar tal façanha⁹⁰.

Nos verbos dos outros dois tipos, a marca não ocorre. Aqueles classificados como de causa não especificada, como “explodir”, são entendidos como ações que podem ser causadas por alguém ou algo, mas que também podem ocorrer sozinhas. Desse modo, *Voice* não precisa ser projetado necessariamente, apenas quando se quer expressar esse desencadeador. Por isso, os anticausativos dessa classe não recebem nenhuma marca⁹¹. Por fim, os verbos internamente

⁸⁹ Como mencionado brevemente, em alguns dialetos do português, o *se* de verbos como *quebrar* e *abrir* vem desaparecendo, ou se tornando opcional, o que pode indicar que eles passaram a ser caracterizados como de causa não especificada.

⁹⁰ Línguas que utilizam a mesma marca para ambos os contextos, como o português, podem empregar estratégias para diferenciar a interpretação de uma ou outra, como a ordenação. Por exemplo, *Quebrou-se o recorde* parece muito mais aceitável do que *?O recorde se quebrou*. Isso porque a posição enclítica é fortemente associada a expressões de cunho impessoal/ genérico na língua, enquanto a proclítica o está a uma anticausativa.

⁹¹ É possível, contudo, haver passivas/ impessoais; como o *Voice* não é obrigatório, mas permitido, pode-se usá-lo em combinação com a variável para expressar uma causa desencadeada por um agente. Isso é semelhante ao efeito de ordenação discutido na nota anterior: como, sem a marca de SPR, anticausativos e passivas/ impessoais ficariam idênticos, ela pode ser usada apenas num dos casos para explicitar a diferença interpretativa. Como o desencadeador agente é mais específico que o causa, faz sentido que ele seja marcado. Alternativamente, considerando-se que a diferença entre um *Voice*_{DO} e um CAUSE pode estar relacionada à presença de traços de pessoa no primeiro, mas não no segundo (PUJALTE &

causados, como “crescer”, nunca projetam *Voice*, pois não se concebe que alguma força externa possa desencadear o evento – é, de fato, um evento espontâneo/ natural. Conseqüentemente, nunca são marcados (não passivizam).

Uma última observação é a de que, embora as raízes verbais pareçam se distribuir de maneira semelhante em muitas línguas (“crescer” é comumente internamente causado), pode haver variações entre elas. Por exemplo, o próprio “crescer” pode ser usado como transitivo em inglês (*John grows tomatoes*). Em português, “limpar” parece ser entendido como agentivo, admitindo a forma passiva/ impessoal, mas não anticausativa (*O João limpou a casa x Limpou-se a casa x *A casa se limpou*), enquanto em grego se comporta como de causa não especificada, já que há dados como *To spiti katharise* – “A casa limpou” (ALEXIADOU, 2010)⁹². No latim, o verbo *occīdō* pode ser empregado com o sentido de “matar” ou “morrer”, configurando, portanto, uma alternância decausativa não marcada. Como essa informação é enciclopédica, tal variação não é realmente uma surpresa, e não afeta a construção sintática proposta.

Dadas essas considerações, vamos aplicá-las ao latim. Apresentamos, abaixo, uma nova versão da classificação em (21) e (29), com exemplos da língua e associando-a aos diferentes sabores de *Voice* propostos e seus efeitos:

Tabela 3 – Classificação de raízes e seus efeitos sintáticos (aplicado ao latim)

Tipo de raiz	√ agentiva	√ externamente causada	√ não especificada	√ internamente causada
Exemplos	<i>neō</i> ("assassinar")	<i>rumpō</i> ("quebrar")	<i>occīdō</i> ("matar", "morrer")	<i>crēscō</i> ("crescer")
	<i>petō</i> ("atacar")	<i>aperiō</i> ("espalhar")	<i>contrīstō</i> ("entristecer", "-se")	<i>iaceō</i> ("jazer")
	<i>edō</i> ("comer")	<i>ruō</i> ("arruinar")	<i>inclīnō</i> ("dobrar", "curvar-se")	<i>sīdō</i> ("afundar")
Relação com <i>Voice</i>	exige <i>Voice</i> _{DO}	exige <i>Voice</i> _{DO} ou <i>Voice</i> _{CAUSE}	aceita <i>Voice</i> _{DO} ou <i>Voice</i> _{CAUSE}	recusa <i>Voice</i>
Leitura da marca	passiva / impessoal	passiva/ impessoal ou anticausativo	apenas passiva/ impessoal; anticausativo não marcado	nunca é marcado (não alterna); i.e. inacusativo

Fonte: elaborado pelo autor.

Schäfer (2008) propõe que essa classificação de raízes deve ser entendida como um contínuo; dessa forma, pode haver algumas localizadas em pontos tão limítrofes que seu funcionamento alterna. Isso produziria situações, por exemplo, em que a marcação pode se

SAAB, 2012), a configuração de traços da estrutura pode forçar apenas a sua entrada para determinadas raízes, o que não ocorrerá com o CAUSE.

⁹² Esse dado parece aceitável para alguns falantes de determinados dialetos do português brasileiro, bem como “O céu limpou”, entre outros. Isso indicaria que o verbo tem sido reclassificado como de causa não especificada, como em grego, ou que, em combinação com determinados objetos, um uso diferente do padrão é desbloqueado.

tornar “opcional” – na verdade, a raiz está oscilando entre um e outro domínio. Esse seria o caso dos dialetos do português brasileiro que marcam alguns verbos anticausativos ou não, e do verbo *aperiō* em latim, que é encontrado como anticausativo marcado e não marcado em diferentes fontes.

De posse das informações construídas neste capítulo, é possível derivar a presença da marca em todos os contextos do SPR em latim. As passivas e anticausativas já foram muito discutidas, e será relativamente simples formalizá-las separadamente. Os contextos médios e depoentes exigirão um maior esforço. Esses serão os próximos passos da nossa pesquisa.

5.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo foi dedicado à proposta de derivação dos dados, tendo como foco não as especificidades de cada construção, mas a posição da marca sincrética na estrutura sintática. Para tanto, apresentamos, a partir do estabelecimento de alguns pressupostos básicos, nossa visão de como se estrutura o verbo em latim e as consequências de se introduzir uma variável em posição de argumento interno ou externo. Como argumento interno, tem-se a derivação de um reflexivo. Como externo, por sua vez, ocorre uma série de efeitos, devido à impossibilidade de essa variável se ligar. É essa variável não ligada que derivará os diversos contextos do SPR em latim.

Para organizar as informações do capítulo, a seguir apresentamos a síntese das ideias principais nele desenvolvidas:

a. Funcionamento do SPR: a variável se concatena numa posição muito alta, e nenhum outro DP entrará acima dela para valorá-la. Quando T entra na estrutura, faz *Agree* com a variável, mas não tem seus traços- ϕ valorados e ela não recebe Caso. Por essa razão, o argumento interno é que sobe para *spec.* de T. A parte sintática do processo derivacional termina com a variável sem traços- ϕ e de Caso valorados.

b. consequências pós-sintáticas da variável não ligada:

(i) em LF, a ausência de traços- ϕ é lida como expletiva;

(ii) em PF, os traços- ϕ são copiados do DP mais alto para os núcleos abaixo dele que estão com os seus não valorados (T e a variável), promovendo concordância, mas sem reflexo interpretativo. Esse recurso não está disponível para o traço de

Caso, contudo. Manter a variável assim violaria o filtro do Caso (LEVIN, 2015). A solução é incorporá-la ao verbo, onde não há necessidade de Caso. Por isso, ele se torna morfológicamente dependente (um clítico ou um afixo). Isso é feito via Deslocamento Local.

c. Inserção de vocabulário: o latim dispõe de dois conjuntos de Itens de Vocabulário associados a variáveis. O primeiro, *sē* e seus alomorfes, é utilizado em posições de Caso, e o segundo, *-r* e seus alomorfes, em posições sem Caso. Suas regras de inserção são:

(i) Itens de Vocabulário: *sē* e seus alomorfes

[anáfora, +dat] \leftrightarrow *sibi*

[anáfora, +gen] \leftrightarrow *suī*

[anáfora, +Caso] \leftrightarrow *sē*

(ii) Itens de Vocabulário: *-r* e seus alomorfes

[anáfora, +2, +pl] \leftrightarrow *-minī*

[anáfora, +2] \leftrightarrow *-is*

[anáfora] \leftrightarrow *-r*

d. Motivação para o aparecimento da marca: a introdução de um argumento que não possui referente numa posição em que também não poderá adquirir um é uma estratégia deliberada, ativada para atender a uma necessidade sintática. Seguindo Alexiadou *et al.* (2006), determinamos que raízes podem ser conceptualizadas de quatro maneiras e que algumas delas sempre exigem *Voice*. Havendo a exigência de *Voice*, mas nenhum DP para ocupá-lo, a variável entrará como *default*. Os tipos de raízes e sua relação com os sabores de *Voice* são:

(i) Tipos de raízes e sua relação com *Voice*

a. agentiva – exige *VoiceDO*

b. externamente causada – exige *VoiceDO* ou *VoiceCAUSE*

c. causa não especificada – aceita, mas não exige, *VoiceDO* ou *VoiceCAUSE*

d. internamente causada – não aceita *Voice*

6 O SPR NOS CONTEXTOS: ESTRUTURAS SIMPLES

A partir deste capítulo, nos dedicamos à derivação particular de cada um dos contextos sincréticos que abordamos no trabalho. As passivas, impessoais e anticausativos não exigirão grandes adições em relação ao que já foi estabelecido, mas os contextos médios e os depoentes requerem mais atenção, pois incluem uma estrutura sintática diferenciada. Assim, abordaremos apenas os três primeiros contextos neste capítulo, deixando os dois últimos para o próximo.

O capítulo se divide em seções dedicadas a cada um dos contextos, quais sejam: 6.1 para as passivas; 6.2 para as impessoais e 6.3 para anticausativos. Uma seção 6.4 finaliza o capítulo, sintetizando as propostas.

6.1 PASSIVAS

Começamos as derivações dos contextos específicos pelas passivas. Cabe salientar que esta seção tem como foco as passivas canônicas, embora defendamos que as chamadas passivas impessoais constituam o mesmo fenômeno, ao menos no que diz respeito às passivas sintéticas, ponto que deixamos para discussão na próxima seção.

De maneira geral, as passivas são uma construção sintática na qual parece ocorrer uma reconfiguração do sujeito e do objeto. O sujeito, que comumente corresponde ao argumento externo, é removido – ou passa à condição de agente da passiva –, e o objeto direto, argumento interno, passa a ocupar a posição de sujeito sintático. Os exemplos em (43) demonstram isso⁹³:

(43) Alternância ativa x passiva

- | | |
|--|-----------|
| a. Roma sempre vence os bárbaros. | (ativo) |
| b. Os bárbaros sempre são vencidos (por Roma). | (passivo) |
| c. <i>Rōma semper barbarōs uincit.</i> | (ativo) |
| d. <i>Barbarī semper (a Rōmā) uincuntur.</i> | (passivo) |

As sentenças em (43a) e (43c) são equivalentes às em (43b) e (43d) do ponto de vista da sua semântica básica. Contudo, elas diferem nas relações estruturais dos constituintes. O

⁹³ Excepcionalmente nos exemplos deste capítulo, eventualmente formulamos as sentenças do latim ao invés de utilizar trechos da literatura, devido à dificuldade de se encontrar pares de alternâncias exatas. Quando forem extraídos de fontes antigas, traremos a referência como nos demais casos. Quando não há referência, é porque trata-se de uma sentença formulada por nós.

sujeito “Roma” de (43a) e (43c) se torna opcional em (43b) e (43d), enquanto o objeto de (43a) e (43c) passa a sujeito em (43b) e (43d), ditando a forma do verbo em termos de concordância. Essa alteração na posição sintática não se limita a isso, afetando também a atribuição de Caso desses DPs. O objeto, que normalmente recebe acusativo, torna-se nominativo na passiva, e o sujeito, normalmente nominativo, recebe um Caso oblíquo (ablativo no latim). Outra diferença crucial é a presença de material morfológico adicional nas versões passivas.

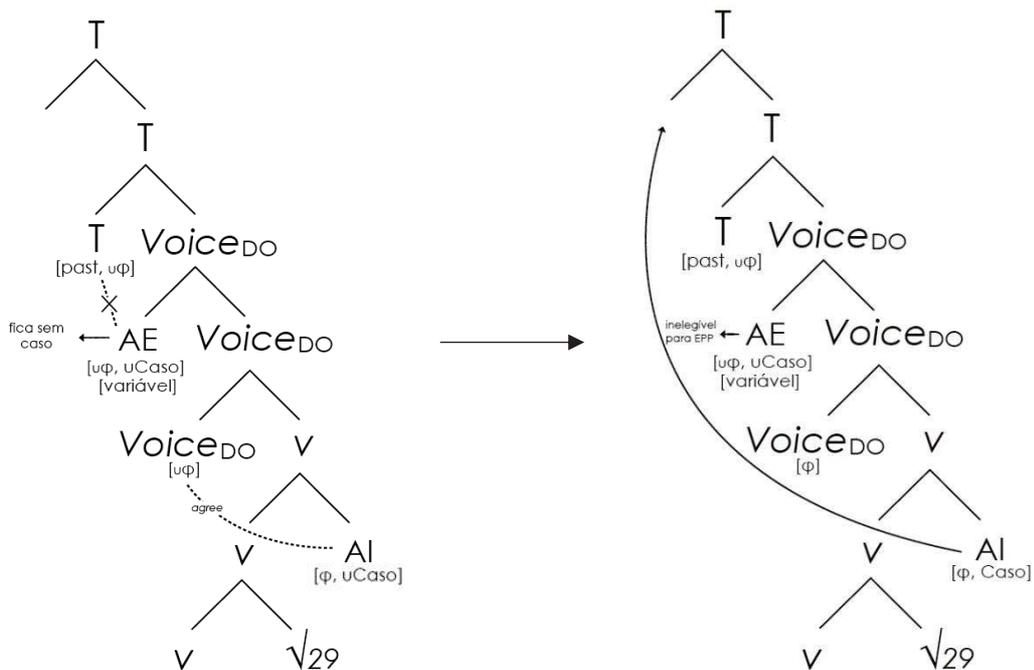
Nossa proposta, como já amplamente discutido no capítulo anterior, é que o material adicional da passiva corresponde a um argumento externo genérico – uma variável – presente nela, que se incorpora ao complexo verbal. A derivação que usamos para construir o raciocínio até aqui foi, essencialmente, a de uma passiva. Por essa razão, não há necessidade de discutir novamente todos os seus detalhes a fundo. Para fins de completude, rerepresentaremos, a seguir, a derivação da passiva, ressaltando apenas seus pontos únicos.

(44) Derivação de uma sentença passiva

Nūntiī tardī necābantur.

“Messageiros lentos eram assassinados.”

a. Derivação sintática



Desta vez, usamos como base uma sentença contendo o verbo agentivo *necō* (“matar”, “assassinar”), codificado, aleatoriamente, com o índice 29. Como no capítulo anterior, neste também daremos preferência às formas do pretérito imperfeito, por serem mais regulares.

A derivação começa com o *merge* da raiz com o categorizador verbal *v*; este introduz o argumento interno, um DP. Como a raiz é agentiva, também será projetado um *Voice*_{DO}, que precisa de um argumento. Como não há nenhum DP pleno disponível, a variável é introduzida como *default*. Ela sonda a estrutura, mas nem *Voice* nem o AI podem estabelecer *Agree* com ela, pois não possuem nenhum traço não valorado, ficando inacessíveis (a condição de ativação; CHOMSKY, 2001). T entra na estrutura e, tendo traços- ϕ não valorados, inicia uma sonda, mas a variável não pode valorá-los, pois não possui valor nos seus próprios traços- ϕ . Para satisfazer o EPP, T atrai o DP mais próximo para a sua posição de especificador. Como a anáfora não se ligou, está defectiva, inelegível para essa posição. Com isso, o único outro DP disponível, o AI, é atraído em seu lugar. A parte sintática termina com T e a anáfora com traços não valorados (traços- ϕ em T e traços- ϕ e Caso na anáfora)

Em LF, a variável não ligada é lida como expletivo (SCHÄFER, 2008; LAZZARINI-CYRINO, 2015)⁹⁴, enquanto o Caso é desconsiderado, por não ser interpretado (LAZZARINI-CYRINO, 2015; LEVIN, 2015). Em PF, os traços- ϕ do argumento interno movido são copiados para T e para o argumento externo (NOYER, 1997; LAZZARINI-CYRINO, 2015), garantindo concordância entre eles. A ausência de Caso poderia interromper a derivação (LEVIN, 2015) e, para que isso não aconteça, a variável se move para o complexo verbal, onde não há esse traço. Isso é feito via Deslocamento Local (EMBICK & NOYER, 2001).

O Deslocamento Local atua substituindo a relação de c-comando entre dois elementos linearmente sequenciais por uma de adjunção, tornando a parte movida parte dependente do complexo alvo. Por considerar a linearidade, seu emprego se dá após a inserção de vocabulário. Considerando nosso dado em (44), o material que ele tem para trabalhar a essa altura, portanto, é a sequência AI-verbo-AE, uma vez que o argumento interno subiu para *spec*. T ainda na sintaxe e a raiz, *v* e *Voice* também sofreram movimento de núcleo para T nesse componente, deixando apenas o AE variável para trás, numa posição pós-verbal. A cadeia, então, é *Nūntiī tardī necābant r*. Isso significa que a variável pode ser deslocada para junto de T, pois não há

⁹⁴ O funcionamento dos expletivos no ramo de LF é alvo de algum debate. Alguns autores, como Yoon (2001), propõem que ele recebe uma leitura “nula”, enquanto outros, como Holmberg (2000, 2005), se filiam à ideia de que ele é deletado nesse ramo, e por isso não há interpretação do elemento em última análise. Essa questão vai além do âmbito do nosso estudo e limitamo-nos a dizer que, seja qual for o mecanismo de LF para lidar com expletivos, ele será aplicado também à variável.

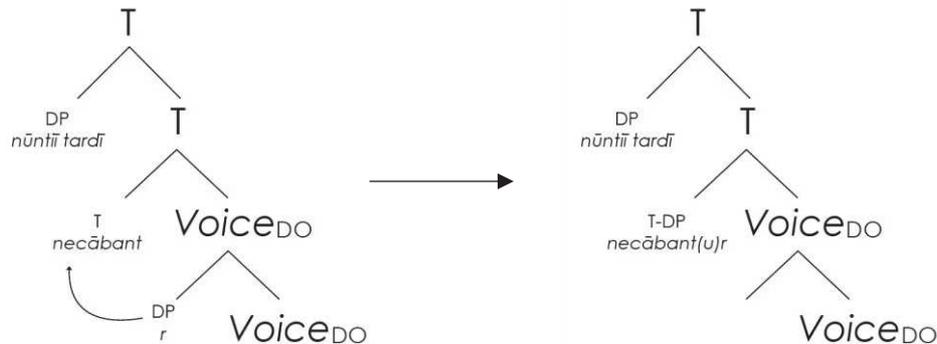
nenhum material interveniente. O resultado da operação é *Nūntiī tardī necābantr*, forma à qual algumas regras de reajuste serão aplicadas (cf. capítulo 5) para gerar *Nūntiī tardī necābantur*. Essa segunda parte da derivação é ilustrada a seguir:

(44) Derivação de uma sentença passiva

Nūntiī tardī necābantur.

“Messageiros lentos eram assassinados.”

b. PF / Inserção de Vocabulário



Isso deriva a forma esperada e, como a operação de incorporação ocorreu no ramo de PF, ela não influencia em nada a interpretação da estrutura. O que chegou para LF foi o dado de que “alguém” (ou, no mínimo, algo animado, dotado de volição) assassinava os messageiros lentos – não se sabe quem é esse alguém, apenas que há, necessariamente, um desencadeador para essa ação e que ele, devido a ser o argumento de um *Voice_{DO}*, é agentivo. De fato, mesmo não havendo agente da passiva, essa sentença não pode ser interpretada como referindo-se a um evento espontâneo.

Finalizada a retomada da passiva canônica, o próximo domínio é o das impessoais, que, como veremos, não trará muitas novidades, já que, como defendemos, constitui em verdade um tipo de passiva.

6.2 IMPESSOAIS

As passivas impessoais são associadas em geral a verbos intransitivos e caracterizadas por uma indeterminação total do seu desencadeador, muito embora denotem uma interpretação

agentiva para o evento. É por isso que, em português, o clítico *se* é chamado de “índice de indeterminação do sujeito” nas gramáticas tradicionais quando aparece nessa construção. Por sua vez, a forma verbal *se* assemelha a uma voz ativa, mas sem o sujeito indicado:

(45) Impessoais em português

- a. Trabalha-se muito neste país.
- b. Vive-se bem na Itália.

As sentenças em (45) podem ser parafraseadas como “Qualquer pessoa trabalha muito neste país” e “Qualquer pessoa vive bem na Itália”. Nesse sentido, a interpretação não difere muito da que propusemos para as passivas na seção anterior, a de que “alguém realiza a ação, mas não se sabe quem”. De fato, nossa proposta é a de que esses dois domínios são o mesmo – ao menos no que diz respeito a construções sintéticas. Observe-se que, mesmo nas gramáticas, a diferença entre as duas essencialmente se limita à natureza do verbo: construções com *se* de verbos transitivos (diretos) são passivas sintéticas, enquanto construções com *se* de intransitivos são impessoais. Uma evidência de que essa distinção não é absoluta, porém, vem de construções como as em (46), em que uma construção de *se* com verbo transitivo – ou seja, que seria uma passiva – não apresenta concordância:

(46) Passivas sintéticas sem concordância

- a. Vende-se máscaras.
- b. Compra-se cabelos naturais.

Numa passiva analítica, seria esperada uma forma de plural nos dados em (46). Essa forma não marcada é esperada das impessoais. Essas sentenças indicam que o falante entende tais formações como impessoais, análogas às de (45). Não há concordância de plural porque há a percepção de que o sujeito dessas frases é o próprio *se*. Essa observação também é feita por Lazzarini-Cyrino (2015), que, como nós, chega à conclusão de que devem ser derivadas pelos mesmos mecanismos gerais. O autor ainda cita como exemplo a frase “Produziu-se muita carne nos últimos anos”, a qual, tendo um sujeito singular, torna-se ainda mais ambígua com relação à leitura de passiva ou impessoal.

Tendo isso em mente, e considerando a leitura não específica tanto da chamada passiva quanto da chamada impessoal, parece-nos aceitável considerá-las como um mesmo domínio.

No caso do latim, as construções sintéticas aceitam agente da passiva, e esse é o único jeito de remover efetivamente a leitura impessoal. Sem essa informação, não há, *a priori*, qualquer distinção em termos morfológicos entre as duas.

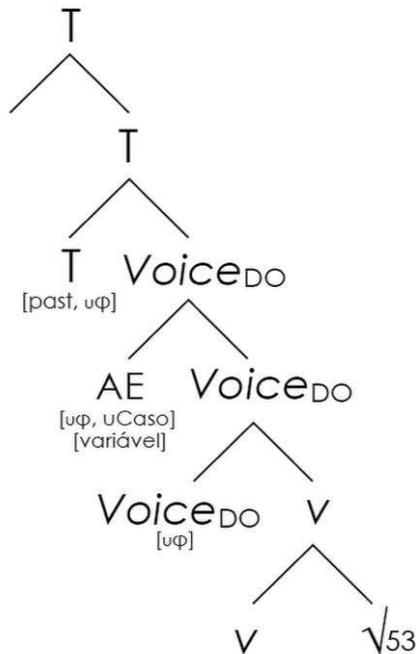
Feitas essas considerações, a derivação deste domínio em verdade já foi apresentada na seção anterior. A derivação em (44), da sentença *Nūntiī tardī necābantur* (“Mensageiros lentos eram assassinados”) é, de fato, uma impessoal. A projeção de um agente da passiva, como *aducibus* (“pelos generais”) é que a torna uma passiva canônica. Por isso, não apresentaremos uma nova derivação aqui, pois seria redundante. Mas a derivação da impessoal de um verbo intransitivo merece atenção específica, já que a inexistência de um argumento interno trará consequências – afinal, era esperado que ele subisse para *spec.* de T para satisfazer o EPP, desencadeando concordância no verbo. Vamos explorar isso derivando a seguinte sentença:

(47) Derivação de uma sentença impessoal (sem argumento interno)

*(In exercitū) (multō) labōrābātur*⁹⁵.

“Trabalhava-se (muito) (no exército).”

a. Derivação sintática



⁹⁵ Por simplificação, traremos apenas a representação arbórea do próprio verbo nesse caso, já que os demais elementos são adjuntos, não interagindo diretamente com o fenômeno aqui trabalhado, portanto.

A derivação começa, como usual, com o *merge* da raiz (à qual atribuímos o índice 53) com *v*. Desta vez, não há argumento interno a ser introduzido⁹⁶. Assim, a derivação prossegue imediatamente para o *merge* de *Voice* (do tipo DO, já que esse também é um verbo agentivo). Aqui há a primeira consequência: os traços- ϕ de *Voice* não poderão ser valorados, já que, como não há nenhum DP mais baixo, esse núcleo funcional não estabelecerá nenhum *Agree*. Também não há um DP pleno para ser introduzido na posição de argumento de *Voice*, sendo ativada a inserção da variável por *default*. Os efeitos já discutidos em outras estruturas se repetem: não há DP mais baixo, portanto a sonda da variável não é suficiente para valorar seus traços- ϕ e ela permanece, como consequência, sem Caso. T entra na estrutura e, como *Voice* e a variável, não pode valorar seus traços- ϕ também. Com isso, nenhuma das necessidades de traço de nenhum elemento da derivação será satisfeita. Como a variável não pode ocupar *spec.* de T, o EPP não poderá atendido também. Algo precisa ser feito na derivação com a relação a essas questões para que a derivação consiga convergir.

No caso do EPP, é importante a informação de que o latim é uma língua *pro-drop*, ou seja, permite que um *pro* ocupe a posição de *spec.* de T. Isso é mais notável nos verbos que não possuem argumentos, como os de fenômenos da natureza como *pluō* (“chover”). Nesses verbos, também não há nenhum elemento disponível na estrutura para satisfazer o EPP, e um *pro* ocupa então a posição, inserido por padrão. É exatamente o mesmo que ocorre nas nossas impessoais, com a diferença de que verbos como *pluō* não projetam *Voice*⁹⁷, então não há necessidade de incorporação do argumento externo em PF e a forma final é como a de um verbo na voz ativa. Nesse sentido, (47b) apresenta a estrutura arbórea final da parte sintática da derivação.

(47) Derivação de uma sentença impessoal (sem argumento interno)

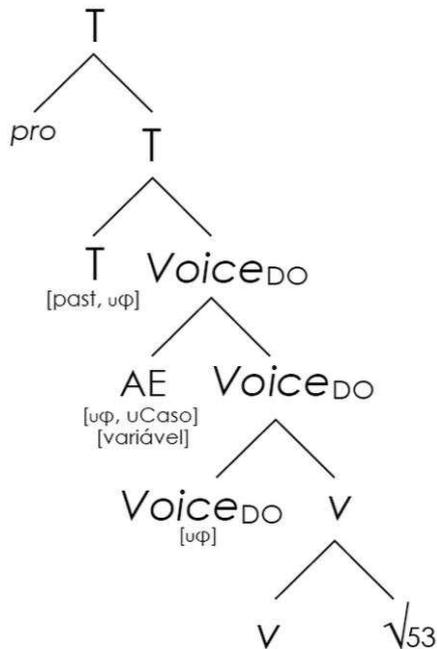
(*In exercitū*) (*multō*) *labōrābātur*.

“Trabalhava-se (muito) (no exército).”

⁹⁶ Propomos que, ao contrário de *Voice*, *v* não tem o requerimento de que um argumento seja projetado sempre que ele está na estrutura. Essa diferença se deve porque *v* apenas codifica a informação de evento, enquanto *Voice* codifica a agentividade em si. Ou seja, sua função é basicamente introduzir um agente. Já *v* pode codificar uma variedade de eventos, com diferentes propriedades. Assim como há um *v* que requer a projeção adicional de um *Voice*, há sabores de *v* que abrem ou não uma posição de argumento.

⁹⁷ São verbos do tipo internamente causado pela tipologia adotada aqui.

b. Derivação sintática (segunda parte)



Com relação aos traços- ϕ não valorados, já estabelecemos que isso não é problema para LF, porém, em PF, ocorreria uma operação de cópia de traços do argumento externo para T e a variável. Aqui há um *pro*, mas, considerando que passivas de verbos intransitivos sempre se manifestam na terceira pessoa singular, que também é a menos marcada na língua, assumiremos que esse elemento nem sequer possui valores de traços- ϕ . Em outras palavras, os expoentes de terceira pessoa singular seriam o *default* da língua. Isso faz mais sentido do que postular traços- ϕ nessa situação, pois, se *pro* os possuísse, sua introdução via *merge* externo desencadearia uma sonda, o que valoraria os traços- ϕ da variável. Com isso, ela também poderia receber Caso e não haveria incorporação em PF.

Em suma, esses traços permanecem sem valor até o fim dos processos de PF nessa configuração específica. Ainda assim, não é o suficiente para barrar a derivação, pois, como defendemos antes com base em Preminger (2011, 2013) e Levin (2015), a falha desse tipo de *Agree* é permitida. De todo modo, é importante ressaltar que quando há um argumento pleno em *spec. T*, é certo que a operação de cópia de traços ocorre, pois essa concordância é sistemática em latim. Isso se explica porque, como aponta Levin (2015), o sistema linguístico sempre tentará valorar os traços de todos os seus elementos, mas, em caso de falha, não necessariamente haverá um *crash*.

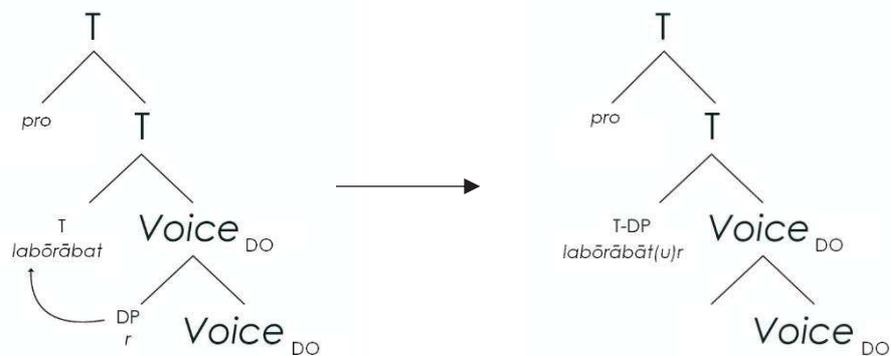
A variável, por sua vez, será submetida aos mesmos processos já conhecidos, movendo-se para o domínio de T para escapar à necessidade de marcação com Caso – esse sim um traço que não pode ficar sem valor. O resultado final será a forma *labōrābātur* – “trabalhava-se”:

(47) Derivação de uma sentença impessoal (sem argumento interno)

(*In exercitū*) (*multō*) *labōrābātur*.

“Trabalhava-se (muito) (no exército).”

c. PF / Inserção de Vocabulário



Antes de fecharmos a discussão sobre impessoais, um último comentário a se fazer é que, como no dado em (45b), elas aparentemente podem incluir verbos não agentivos. Em nossa análise, defendemos que esses dados realmente ilustram algo como um impessoal, já que sua leitura é a de que “qualquer um vive bem”. Contudo, falta um ingrediente essencial, que é a interpretação agentiva. Sendo assim, essas formações precisam possuir outra estrutura. Voltaremos a elas no próximo capítulo, quando explorarmos o comportamento dos verbos de sujeito experienciador.

Com isso, encerramos o domínio das passivas e impessoais. Avançaremos agora para os anticausativos.

6.3 ANTICAUSATIVOS

As construções conhecidas como anticausativas também podem ser consideradas, como as passivas de verbos transitivos, uma espécie de alternância de valência: o objeto é promovido à condição de sujeito sintático e o elemento que seria o sujeito na versão transitiva é removido

da estrutura. As similaridades entre passivas e anticausativos são conhecidas; Kulikov (2011), por exemplo, afirma que é devido a tais semelhanças que, por vezes, os dois tipos de construção compartilham da mesma marcação morfológica. Nesses casos, a única maneira de distinguir uma passiva de uma anticausativa seria o critério semântico, uma vez que a anticausativa não acarreta a leitura de que há um agente desencadeador da ação implícito, ao contrário da passiva. Os dados em (48) ilustram essa diferença no português, com a formação de uma passiva e de uma anticausativa a partir do mesmo verbo, “quebrar”:

(48) Alternância passiva e anticausativa

- | | |
|---|-----------------|
| a. O Marcos quebrou a janela da escola. | (transitiva) |
| b. A janela da escola foi quebrada. | (passiva) |
| c. A janela da escola se quebrou. | (anticausativa) |

Como se observa, as sentenças em (48b) e (48c) promovem o mesmo deslocamento do objeto de (48a), “a janela da escola”, à posição de sujeito sintático, ainda que ele mantenha o mesmo papel temático de tema da ação. Diferem, contudo, pois, ainda que não se expresse o desencadeador da ação em (48b), algo que poderia ser feito via um agente da passiva, não é licenciada uma leitura em que tal desencadeador inexistente. Já em (48c), em oposição, o que se tem é uma leitura próxima da de um evento espontâneo, que não pode ter sido desencadeado volitivamente. Não se trata de um evento verdadeiramente natural, contudo, já que é possível expressar uma causa indireta, como em “A janela da escola se quebrou com o vento”, o que, na verdade, é mais uma semelhança entre anticausativas e passivas: enquanto nestas se infere um agente, naquelas se infere uma causa.

Em nossa análise, há uma razão muito clara para esses paralelos: as duas estruturas são quase idênticas sintaticamente, diferindo apenas no saber do núcleo *Voice*. Aqui ele é do sabor CAUSE, e não DO como nas passivas. O sabor de *Voice* não mudará o processo, mas fará com que a estrutura seja interpretada de maneira diferente. O resultado será, como nas passivas, uma forma verbal com material morfológico adicional, o sufixo *-r*.

Feita essa retomada, vamos proceder a uma derivação de anticausativo. É importante ter em mente que os anticausativos não são tão uniformes quanto as passivas na expressão da marca de SPR. Isso porque existem os anticausativos “não marcados”, contrapartes como as vistas acima, em (48), mas sem o *se* do português ou o *-r* do latim. (48c), por exemplo, também ocorre

como “A janela da escola quebrou”. Para dar conta dessa variação, dividiremos esta seção em duas partes, para derivar os anticausativos marcados e os não marcados.

6.3.1 Anticausativos marcados

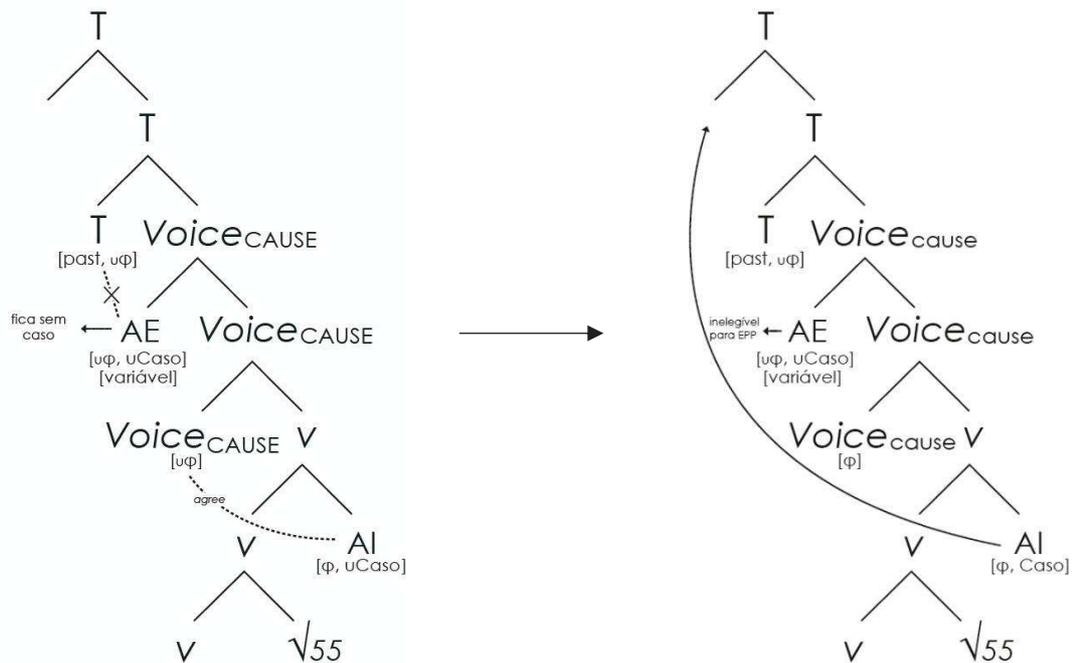
Tomemos a sentença em (49), abaixo, como ponto de partida para a nossa derivação.

(49) Derivação de uma sentença anticausativa

Mūrī castrī (semper) (uentō) rumpēbantur.

“Os muros do castelo (sempre) se quebravam (com o vento).”

a. Derivação sintática

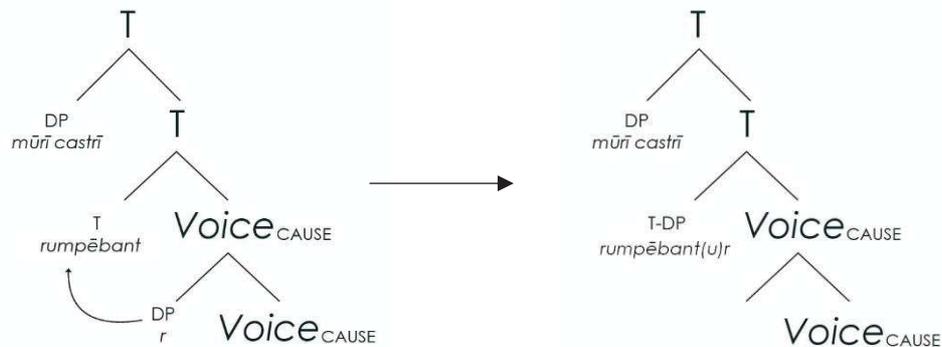


Como se pode observar pela representação arbórea, o que ocorre aqui é basicamente o mesmo processo que o visto na seção 6.1. Como sempre, a derivação começa com o *merge* da raiz com o categorizador *v*. Para a raiz de *rumpō*, atribuímos o índice 55. O categorizador abre uma posição para argumento (*mūrī castrī*), e o próximo núcleo da derivação é *Voice*. *Rumpō* se configura como um evento externamente causado (cf. Tabela 3), exigindo *Voice* e estando apto a uma leitura causativa – ou seja, aceita *Voice_{CAUSE}*. Como o que se pretende construir é uma

estrutura de causa não especificada, será projetado esse sabor do núcleo. Essa é a única mudança desta estrutura com relação à das passivas, e o restante da derivação prosseguirá igualmente.

Voice precisa do seu próprio argumento e, como não há mais nenhum DP disponível, a variável é inserida por *default*. T entra na estrutura e desencadeia uma sonda. Não possuindo valor nos seus traços- ϕ , a variável não poderá satisfazer às necessidades desse núcleo e, por conseguinte, não receberá Caso. O argumento interno então sobe para satisfazer o EPP de T. Terminada a parte sintática, a estrutura enviada para *spell-out* conterá um DP sem Caso, o que precisará ser corrigido em PF.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Chegando a PF, via Deslocamento Local, a variável se incorpora a T, sufixando-se ao verbo. Eventuais regras de reajuste se aplicam, e tem-se o anticausativo. No lado de LF, como a variável não se ligou, não será interpretada, e a estrutura como um todo é entendida como detentora de uma causa implícita.

Essa sistematização estabelece uma forte relação entre passivas e anticausativas, o que vai ao encontro da percepção discutida acima de que possuem muito em comum. A justificativa para que compartilhem de uma mesma marca é a estrutura quase idêntica das duas construções, aliada à presença de um mesmo tipo de DP, uma variável, em posição equivalente.

6.3.2 Anticausativos não marcados

O sistema recuperado em 6.3.1 deriva os anticausativos marcados, isto é, que contêm uma marca adicional em relação à sua contraparte ativa. Em nossa análise, os não marcados resultam de uma estrutura na qual *Voice* não foi projetado, posto que não trabalhamos com a

hipótese de que o núcleo *Voice* possa não ser um introdutor de argumento. Assim, existem duas possibilidades para um anticausativo não marcado: (1) uma construção iniciada a partir de uma raiz de causa não especificada ou (2) uma construção iniciada a partir de uma raiz em oscilação, localizada no limite entre causa externa ou não especificada.

Como discutido nos capítulos anteriores, particularmente no capítulo 5, adotamos um sistema de classificação de raízes derivado do de Alexiadou *et al.* (2006) no qual elas podem ser de natureza agentiva, externamente causada, de causa não especificada ou internamente causada. Enquanto as raízes dos dois primeiros tipos exigem a projeção de um núcleo *Voice*, por gerarem eventos conceptualizados como desencadeados por alguma força externa (agentiva ou causativa, respectivamente), as do último tipo não são compatíveis com tal núcleo, qualquer que seja o seu sabor, por expressarem eventos cuja causa se origina neles mesmos – ou seja, verdadeiramente espontâneos, incompatíveis com a ideia de que algo ou alguém pudesse tê-los desencadeado (como *crēscō*, “crescer”). Raízes do tipo internamente causada produzem verbos inacusativos canônicos, pois, devido à ausência de *Voice*, não será projetado argumento externo e o argumento interno precisará subir para atender ao EPP em seu lugar. Sem *Voice*, também não há a projeção da variável nessas construções, e por isso tais verbos se manifestam com a morfologia considerada ativa na língua.

Já as raízes de causa não especificada, que não exigem e nem rejeitam *Voice*, são, nesse sentido, ambíguas com relação à espontaneidade do evento que denotam. Entende-se que tais eventos possuem um grau de espontaneidade suficiente para que possam ocorrer naturalmente, sem que um agente ou causa externa os desencadeie – e, nessa percepção, assemelham-se aos internamente causados, podendo dispensar o núcleo *Voice*. No entanto, ao contrário dos eventos internamente causados, não é inconcebível que possa existir um desencadeador para eles – o que, então, permite que aceitem *Voice*, de um ou outro sabor. Em outras palavras, encontram-se construções transitivas com tais verbos e, por vezes, também passivas/ impessoais, mas seus anticausativos são não marcados, em um uso inacusativo, já que *Voice* é compatível, mas não obrigatório.

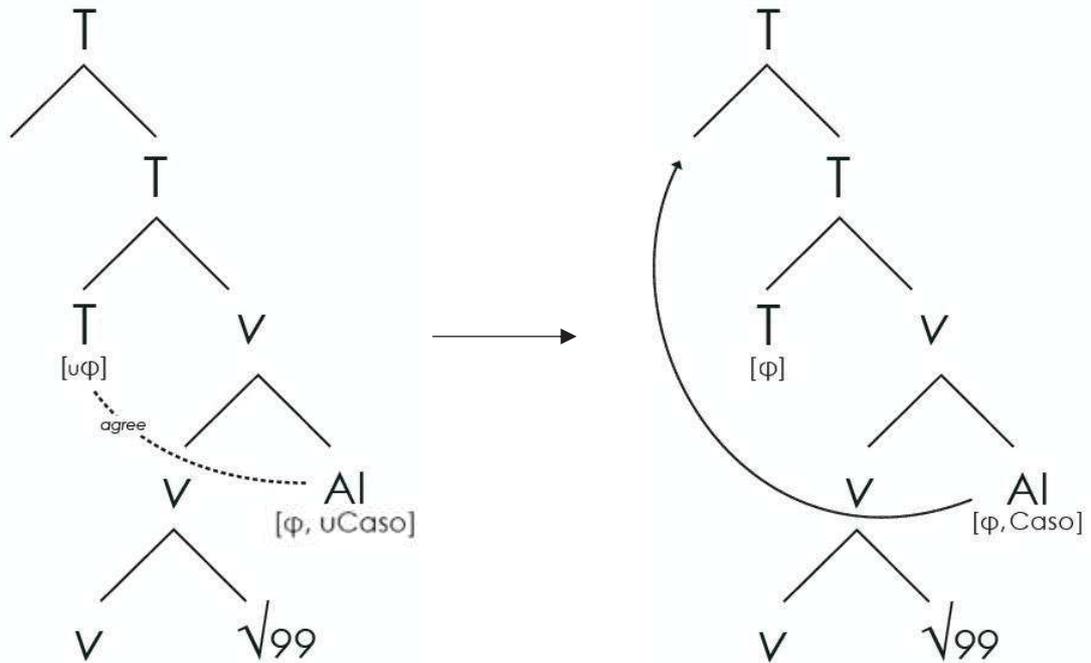
A derivação de um anticausativo não marcado é, portanto, muito mais simples dentro do nosso sistema, já que, após a introdução do argumento interno, não se projetará *Voice* e nem a variável, com o próximo passo sendo a entrada de T. Com isso, os problemas de ausência de traços- ϕ e Caso, que são o que motiva a incorporação pós-sintática, nem sequer ocorrerão, e a estrutura será enviada para *spell-out* sem nenhuma inconsistência. Vejamos um exemplo de derivação desse tipo com o verbo *occīdō*, ao qual atribuiremos o índice 99:

(50) Derivação de uma sentença com anticausativo não marcado

Eurydicē occidit.

“Eurídice morre.”

a. Derivação sintática



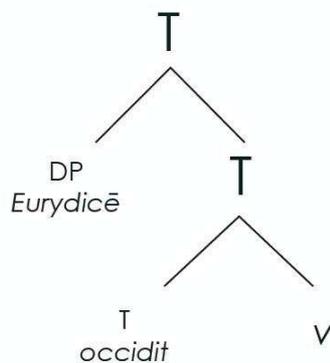
No primeiro *merge*, tem-se raiz e *v*. Em seguida, *v* introduz *Eurydicē* como argumento interno, já que sua interpretação é de tema da ação. Como essa raiz é de causa não especificada e não se deseja explicitá-la, não há necessidade de projeção do núcleo *Voice* e, logo, também não haverá qualquer espaço para um argumento externo. À primeira vista, a ausência de *Voice* parece desencadear o mesmo problema visto nas derivações anteriores, pois era o seu *Agree* com o argumento interno que garantia a marcação de Caso neste. Mas isso será resolvido ainda na sintaxe, com a introdução de T, o próximo núcleo da estrutura⁹⁸.

Em condições transitivas padrão, a sonda de T encontraria o argumento externo e faria *Agree* com ele, tendo seus traços- ϕ valorados e, em troca, atribuindo Caso a ele. Como não há argumento externo nessa estrutura, a sonda continuará até uma posição mais baixa, encontrando

⁹⁸ Diferentemente das sentenças anteriores, que eram no imperfeito, esta está no presente, e por isso T não vem com nenhum traço específico. Seguindo Embick (2015), assumiremos que a leitura de presente é a *default*, sem a necessidade de um traço para ele. Outras sentenças no presente aparecerão adiante, e T sempre virá sem especificações de traço nelas.

desta vez o argumento interno, que ainda está ativo. É feito o *Agree* entre eles e, com isso, todos os traços da estrutura são valorados, o que garante a concordância entre T e argumento interno. Em seguida, o argumento interno é alçado à posição de especificador de T, já que não é só o DP mais próximo, como na verdade o único. Em PF, a fonologia é atribuída normalmente e, como *Voice* não possui expoente fonológico em latim, o resultado aqui é uma estrutura com “aparência” transitiva, mas que nem mesmo projetou *Voice*.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Esse processo é exatamente o mesmo que ocorre com um inacusativo canônico, ou seja, um verbo de raiz internamente causada. Dessa forma, o que se defende aqui, na prática, é que anticausativos não marcados do latim são, na verdade, inacusativos. As raízes de causa não especificada se definem por seu comportamento múltiplo, que oscila para um padrão ou outro a depender do uso que se faz delas.

Essa foi a primeira possibilidade de formação de um anticausativo não marcado, isto é, originar-se de uma raiz de causa não especificada. Para a segunda possibilidade, originar-se de uma raiz oscilante, pouco mudará, e nada na derivação em si. Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) apontam que a classificação enciclopédica de raízes é um contínuo cujos limites não são plenamente delimitados nem mesmo dentro de uma única língua. Existe a possibilidade, então, de determinadas raízes se encontrarem em posições de interseção de domínios, o que fará com que se comportem de forma irregular, ora formando anticausativos marcados, ora formando não marcados. Um verbo que se comporta assim em latim é *aperiō* / “espalhar”. Uma variedade de fatores contextuais pode influenciar nesse uso, como a natureza do argumento interno, por exemplo, forçando ou bloqueando uma leitura em que se necessita de uma causa externa – como no exemplo do “recorde mundial” discutido anteriormente para o verbo “quebrar”.

Delimitar todos os fatores que podem influenciar todos os verbos oscilantes extrapolaria as possibilidades deste trabalho. O que é realmente relevante para nossa proposta é que, independentemente do motivo exato, eventualmente será habilitado um uso de causa não especificada para verbos que mais comumente seriam tratados como sendo de causa externa – ou seja, uma estrutura sem *Voice*. A derivação prosseguirá, então, como a vista em (50).

Com isso, encerramos a discussão sobre os anticausativos. Os próximos dois domínios, os médios e os depoentes, apresentam propriedades mais complexas, e suas estruturas diferem de maneira mais significativa dos domínios anteriores. Por isso, os abordaremos no próximo capítulo. Antes disso, porém, vamos sintetizar o que foi proposto até aqui.

6.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo iniciou a derivação passo a passo dos contextos do SPR em latim, que são cinco: passivas, impessoais, anticausativos, médios e depoentes. Apenas os três primeiros foram contemplados neste momento, por serem os mais simples. Abaixo sistematizamos o que ocorre em cada um deles:

- a. passivas: variável não ligada na posição de argumento externo de um *Voice*_{DO}. A estrutura é lida como desencadeada por um agente sobre o qual não há informação (pode ser qualquer indivíduo). A variável não ligada se incorpora a T em PF. No caso do latim, existe a possibilidade de incluir um agente da passiva na estrutura, porque o argumento externo não tem referencialidade. Nesse caso, perde-se a leitura genérica, mas o foco se mantém sobre a entidade afetada pela ação (o argumento interno promovido a sujeito).
- b. impessoais: são simplesmente passivas, mais especificamente quando não há agente projetado. A distinção entre passivas impessoais e sintéticas, feita nas gramáticas do português e outras línguas, se baseia na transitividade do verbo, não se justificando mantê-la no tipo de análise que desenvolvemos aqui, na qual é o argumento externo, que existe em ambas, a chave para o fenômeno.
- c. anticausativos: a variável não ligada está na posição de argumento externo de um *Voice*_{CAUSE}. A estrutura é lida como desencadeada por algo qualquer, não volitivo, e por isso se assemelha a um evento do tipo espontâneo. Como na estrutura anterior,

a variável não ligada se incorpora a T em PF. Também existem anticausativos que não apresentam a marca de SPR. Nesse caso, *Voice* não foi projetado.

7 O SPR NOS CONTEXTOS: ESTRUTURAS COMPLEXAS

Neste capítulo, derivaremos os dois contextos restantes do SPR em latim. Assim como os vistos no capítulo anterior tinham muito em comum, veremos que há uma forte relação, em termos estruturais, entre os abordados aqui. Esses dois contextos são o domínio médio, que exploramos na seção 7.1, e os verbos depoentes, na seção 7.2. O capítulo se encerra, como os demais, numa seção 7.3 reservada à síntese das propostas. Começemos, então, com o domínio médio.

7.1 O DOMÍNIO MÉDIO

O domínio médio, que por vezes é considerado um tipo específico de voz, tanto pelas gramáticas das línguas quanto pela literatura, pode ser caracterizado como um intermediário entre a voz ativa e a passiva. Verbos na voz ativa denotam eventos desencadeados por um sujeito e cujo efeito recai sobre algum outro elemento, expressado pelo objeto; já verbos na voz passiva têm o sujeito como tema/ paciente da ação. Na voz média, por sua vez, o sujeito é, simultaneamente, o originador e o destino da ação ou, como coloca Kemmer (1993), ele é o iniciador e o ponto final do evento.

Essa descrição inicial coloca a voz média num espaço muito próximo do dos reflexivos, que também denotam ações que se iniciam e se encerram no sujeito. Estabelecer limites claros para os dois domínios é, devido a isso, um grande desafio na literatura, que se torna ainda maior quando se considera que é possível haver um sincretismo entre eles. Mas tal sincretismo não é absoluto: existem línguas que diferem a marcação dos médios da dos reflexivos, como o próprio latim. Nessa língua, enquanto os reflexivos incluem o reflexivo *sē*, o domínio médio inclui o sufixo *-r*, sendo sincrético, na verdade, com as passivas e as anticausativas. Se todas as línguas se comportassem como o latim, talvez fosse possível subordinar o domínio médio às passivas, então. Mas essa ideia não se sustenta caso o escopo de investigação seja expandido, pois há outras línguas, como o grego antigo, que o marcam de modo específico, reconhecendo uma voz média morfológica.

Nessa linha de raciocínio, o médio também estaria entre as passivas e os reflexivos: com a passiva, compartilha as propriedades de ser um evento agentivo e no qual o sujeito sofre a ação, o que justifica sua semelhança formal; mas na construção média o desencadeador da ação é o próprio sujeito. Isso já é similar aos reflexivos, mas há uma diferença na maneira como o

resultado dessa ação se volta para o sujeito nos dois casos: ações reflexivas são aquelas em que um agente faz algo consigo mesmo; ações médias são ações que o afetam invariavelmente, mas não diretamente. Recuperemos o dado em (3), agora como (51), abaixo, para observar isso:

(51) Contexto médio

Abditur Ōrīōn.

“Órion se esconde.”

Essa sentença se configura como média, em primeira análise, por conter a marca de SPR (o *-r* final) e por representar uma ação que se origina no sujeito e que o afeta. Não pode ser um reflexivo, porque não há *sē* na estrutura, e também porque não é uma ação que Órion aplica diretamente a si mesmo: ele não “escondeu a si mesmo”, no sentido de tomar a si mesmo nas mãos e colocar num lugar escondido, mas sim agiu de tal modo que o resultado foi ficar escondido.

Seguindo a proposta desenvolvida até o momento no trabalho, a presença do *-r* significa que em algum momento foi introduzida uma variável que não se ligou ao longo da derivação, incorporando-se depois ao verbo. Isso, por sua vez, significa que há um núcleo *Voice* nessa estrutura. Considerando-se que o domínio médio sempre envolve uma ação volitiva, esse *Voice* precisa ser do tipo DO.

Numa estrutura como a que viemos utilizando até agora, com apenas duas posições para argumentos, se *Voice* é responsável pela variável, só sobraria a posição de argumento interno para o outro elemento. Todavia, não pode ser o caso que *Ōrīōn* ocupe tal posição, posto que isso criaria uma sentença passiva; a leitura seria “Órion foi escondido”, subentendendo-se um agente diferente dele mesmo. Como *Ōrīōn* parece deter ao menos algum grau de atuação nessa construção, também não seria prudente considerar que seu papel temático seja paciente ou tema, que é o atribuído aos argumentos de *v*. Sendo assim, estamos diante da necessidade encontrar um espaço para a projeção de um novo argumento, que seja capaz de capturar o comportamento ambíguo (atuante e receptivo) que ele exhibe. Reservaremos a subseção a seguir para discutir esse ponto.

7.1.1 Estruturando o domínio médio

Como recém-discutido, o sujeito de uma estrutura média não parece ser introduzido por *v*. Ao mesmo tempo, se a variável permanece na posição de *spec.* de *Voice*, esse novo argumento precisa estar situado entre *v* e *Voice*. Isso porque, numa posição mais alta que *Voice*, ele poderia ligar a variável. Nossa proposta é a de que tal elemento também é um argumento externo no sentido mais puro – isto é, que é projetado por um núcleo específico, como *Voice*, não fazendo parte da camada *v*. Esse núcleo é o aplicativo, ou apenas Appl (PYLKKÄNEN, 2008).

Extensamente explorado pela autora, o núcleo Appl adiciona à estrutura um elemento cuja função geral seria estabelecer uma relação entre dois outros. Identificam-se dois tipos de Appl inicialmente em Pylkkänen (2008), o Appl alto e o Appl baixo⁹⁹:

[...] há dois tipos diferentes de núcleo aplicativo: aplicativos altos, que denotam uma delação entre um evento e um indivíduo, e aplicativos baixos, que denotam uma relação entre indivíduos. Aplicativos altos são introduzidos acima do verbo e aplicativos baixos abaixo dele.¹⁰⁰ (p. 19)

O Appl baixo, então, estabelece, mais especificamente, uma relação entre o argumento aplicado e o interno. Dados de objeto duplo não preposicionado do inglês, como *I gave him a gift* (“Eu dei um presente a ele”), são possivelmente os exemplos mais clássicos desse tipo de Appl em ação. O argumento de Appl nessa construção é *him*, entendido como um beneficiário, não da ação do sujeito em si, mas do objeto dela (o presente é para ele, não o “dar”). Não nos aprofundaremos na discussão sobre o Appl baixo, porém, já que, no nosso caso, o que está em jogo é o Appl alto, que denota uma relação entre um indivíduo e um evento.

Pylkkänen (2008) afirma que esse núcleo é muito similar ao que introduz o argumento externo, pois ambos adicionam um participante ao evento. Desse modo, o Appl precisa, como *Voice*, ser projetado acima da camada *v*. A relação específica que esse participante estabelece com o evento pode ser de diferentes naturezas: “o inventário universal de núcleos funcionais inclui vários núcleos aplicativos diferentes (instrumental, benefactivo, malefactivo, e daí por diante)”¹⁰¹ (PYLKKÄNEN, 2008, p. 21), como os dados abaixo demonstram:

⁹⁹ Outros autores ocasionalmente admitem tipos adicionais de Appl, como o periférico de Kim (2012).

¹⁰⁰ “[...] there are two different types of applicative heads: *high applicatives*, which denote a relation between an event and an individual and *low applicatives*, which denote a relation between two individuals. High applicatives attach above the verb and low applicatives below it.”

¹⁰¹ “[...] the universal inventory of functional heads includes several different high applicative heads (Instrumental, Benefactive, Malefactive, and so forth).”

(52) Aplicativos altos com interpretações diversas

a. Benefactivo em chaga

Naizricia mbitya.

“Ele está correndo por um amigo.”

(BRESNAN & MOSHI, 1993, *apud* PYLKKÄNEN, 2000, p. 197)

b. Instrumental em chichewa

Msangalatsi akuyendcra ndodo.

“O artista está caminhando de muleta.”

(BAKER, 1998, *apud* PYLKKÄNEN, 2000, p. 197)

O que unifica todas essas construções como aplicativos não é exatamente a interpretação do argumento aplicado, mas sim o fato de ele denotar uma relação específica com o evento. No caso de (52a), o amigo se beneficia da ação de correr (que nem é realizada por ele); já em (52b), a muleta, um instrumento, é o que de fato permite que a ação de caminhar aconteça – e, nesse sentido, pode ser visto como um causativo não intencional (cf. KIM 2012).

Argumentos que estabelecem relações particulares com o verbo – isto é, fora do padrão mais básico de desencadeador agente ou causa visto até agora – comumente se manifestam em latim com o Caso dativo. Esse fato, quando aliado à proposta de realização de Caso que estamos seguindo (ANAGNOSTOPOULOU & SEVDALI, 2015), que prevê o Caso dativo para DPs m-comandados por um núcleo aplicativo, sugere que muitos dativos podem ser, de fato, instâncias desse núcleo em ação na língua. Vejamos os dados abaixo, colhidos de Faria (1958) e listados segundo a sua nomenclatura:

(53) Diferentes usos do dativo em latim

a. *Non solum nobis dīuitēs esse uolumus.*

(dat. de interesse)

“Não só para nós queremos ser ricos.”

b. *Nihil est mihi cum eo.*

(dat. de posse)

“Quanto a mim, nada tenho com ele.”

(lit. “Nada há para mim com ele”)

c. *Vox mihi ad auris aduolāuit.*

(dat. de referência)

“A voz me voou aos ouvidos.”

d. *Quid tibi uis, inquit, īnsāne?*

“Pergunta-se: que tanto queres, insensato?”

(dat. ético)

(lit. “O que queres para ti, insensato?”)

e. *Haec praecipuē colendast nobis.*

(dat. de agente)

“Esta (diligência) deve ser especialmente cultivada por nós.”

(adaptado de Faria, 1958, p. 351-353)

Apesar de a nomenclatura gramatical distinguir os dativos vistos nas sentenças acima, isso não é o mais relevante aqui, mas sim o fato de todos eles adicionarem um participante extra à ação, que estabelece uma relação muito específica com o próprio evento. Também é válido observar que todos esses usos do dativo parecem passíveis de ser condensados de maneira geral sob uma ideia ampla de um elemento “afetado”, sobre quem a ação tem algum tipo de efeito, indireto. Pode-se pensar, como sugere o próprio Faria (1958) e outros gramáticos, numa ideia de envolvimento ou comprometimento acentuado para com a ação em todos eles, seja por interesse ou uma “participação afetiva”, que é como o autor define o dativo ético, por exemplo. Tal percepção é condizente com a análise de Pylkkänen (2008) para os aplicativos, posto que a autora reconhece a “afetação” como um escopo geral do aplicativo. Sendo assim, é plausível que, se não todos, ao menos parte dos dados em (53) configurem instâncias de aplicativo alto.

Não cabe aqui entrar em todas as nuances interpretativas ou papéis temáticos licenciados pelo aplicativo alto; o que é importante extrair de tudo isso é que existe em latim a possibilidade de projeção de um novo argumento na estrutura verbal, numa posição alta, e que desempenha uma função diferente da que o argumento de *Voice* faria. Nossa proposta, então, é a de que o núcleo Appl está disponível na língua para introduzir tal argumento e, mais importante, que é justamente essa a posição de base do sujeito sintático de uma voz média. Em outros termos, a proposta é a de que esse não é um agente canônico, mas sim um elemento afetado pela ação. O verdadeiro “agente” seria a variável, que é quem ocupa *spec.* de *Voice*.

Para entender isso melhor, retomemos o dado em (51). Nele, é possível verificar que há algo compatível com uma ideia de afetação secundária, já que não é a ação de “esconder” que Órion desempenha, mas sim alguma outra que faz com que ele “se torne” escondido. Em outras palavras, ele é afetado pelo ato de esconder. A grande questão é que, numa sentença como essa, entende-se que tal ato não apenas recaiu sobre o indivíduo, mas que ele também se relaciona ao seu desencadeamento. Nesse sentido, ele seria como um autobenefactivo, pois age de modo a beneficiar/ afetar a si mesmo.

O termo “autobenefactivo” aparece eventualmente na literatura como um papel temático em si mesmo, mas, mais comumente, ele é visto como uma amálgama, seja de papéis temáticos propriamente, seja de operações sintáticas que terminam por criar a “ilusão” de que um mesmo termo recebe mais de uma interpretação. Alexiadou (2013), por exemplo, conclui que há dois papéis temáticos atribuídos ao mesmo DP num autobenefactivo, sendo ele introduzido por Appl e depois se movendo para *Voice*. Com isso, é tanto benefactivo quanto agente. Contudo, numa visão localista de atribuição de papéis- θ como a nossa, baseada na UTAH, isso não deveria ser possível. Além disso, como nossa estrutura tecnicamente já inclui um DP em *spec.* de *Voice* (a variável), não seria possível realizar tal movimento¹⁰². Por isso, nosso caminho será o de não acumular papéis temáticos, mas sim promover tal interpretação de outra maneira. Em verdade, se considerarmos que a relação do aplicativo com o evento pode até ser similar a algo agentivo (53e), já há um caminho a ser explorado. Prossigamos, então, para a derivação deste domínio, para demonstrar como isso ocorre.

7.1.2 Derivando o domínio médio

Seguindo o raciocínio delineado até agora, há dois ingredientes principais no domínio médio em nossa análise: um DP introduzido via Appl e uma variável introduzida por *Voice*_{DO}, que não se ligará e, portanto, precisará se incorporar. Exemplificamos o funcionamento do Appl com algumas sentenças (53) que não são tecnicamente médias, por não conterem a marca de SPR, e é válido proceder a uma derivação desse tipo para estabelecer a posição e as propriedades desse núcleo na estrutura antes de avançarmos para o domínio médio em si, que tem a mesma base, mas se mostra um pouco mais complexo. Assim, empreendamos esse esforço, de maneira simplificada, com a sentença (54), abaixo, mais um exemplo adaptado de Faria (1958, p. 352) para o chamado dativo de referência:

(54) Derivação de uma sentença contendo um Appl alto

*Elephanto tu praeFRINGĒbās bracchium.*¹⁰³

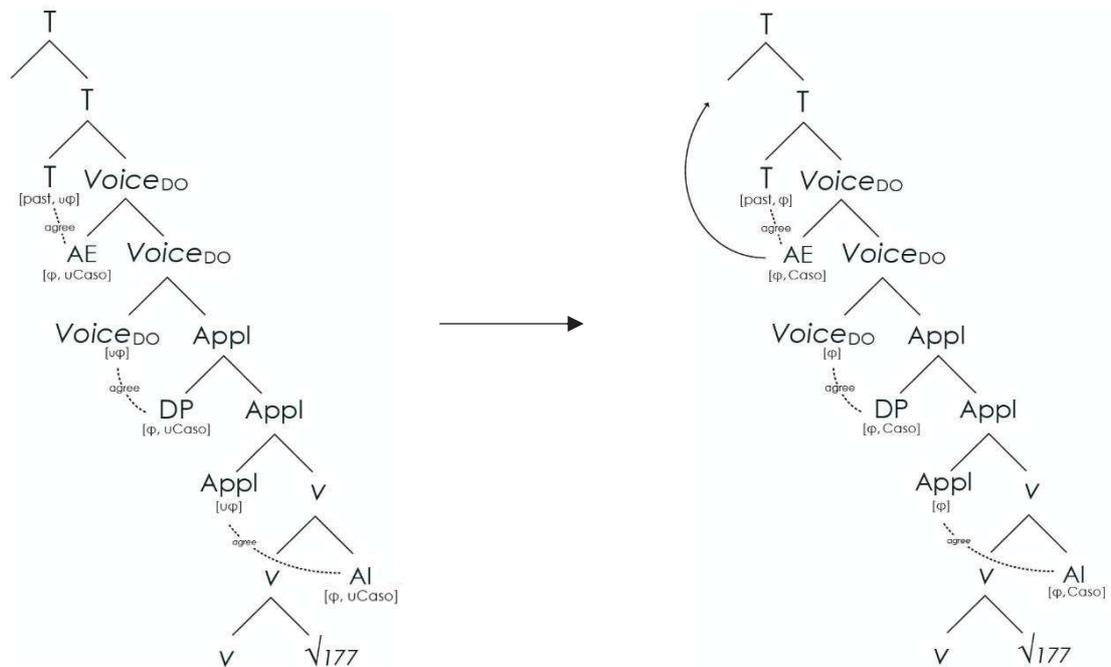
“Tu quebravas o membro do elefante.” (lit. “ao elefante”)

¹⁰² Isso é possível na proposta de Alexiadou (2013) porque, para a autora, a marca de SPR é a realização do próprio núcleo *Voice*, não do seu especificador.

¹⁰³ Originalmente essa era uma sentença no perfeito (com *praeFREGISTI*). Alteramos a forma do verbo por ele envolver uma construção de perfeito, que requereria uma discussão adicional sobre aspecto.

Essa sentença se enquadra na definição de Appl como introdutor de um argumento que é afetado secundariamente, já que as duas entidades a quem o verbo *praefringō* (“quebrar”) se refere são *tu* (“tu”), aquele que quebra, e *bracchium* (“membro”), o que é quebrado. Todavia, a quebra de um membro se reflete no elefante como um todo, que é então introduzido na oração como um aplicativo. Não é o caso de ser um aplicativo baixo, porque não há uma relação de transferência entre o braço e o elefante. Na verdade, a ação ultrapassa o braço e afeta o animal de maneira mais ampla. Sendo assim, a nossa proposta é a de que, na estrutura da sentença em (54), há um Appl após a camada *v*, mas antes de *Voice*. A representação arbórea segue abaixo, e nela adotamos o índice 177 para a raiz do verbo.

a. Derivação sintática

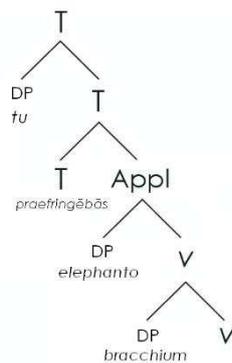


Na derivação da estrutura acima, a raiz faz *merge* com *v* e introduz o argumento interno, *bracchium*. Até aqui, nada de novo na estrutura. Em seguida, devido ao intuito de se adicionar um elemento afetado, projeta-se o núcleo Appl. Esse núcleo, como a maioria dos funcionais, deve ter os seus próprios traços-φ, que não vêm valorados da numeração e, como todo *merge* externo, desencadeia uma sonda em busca de valores. O argumento interno, um DP, possui traços-φ e será feito o *Agree* entre eles, deixando ambos no estado inativo. Aqui poder-se-ia pensar que esse *Agree* com um novo núcleo causaria alguma atribuição particular de Caso, mas, como separamos a valoração desse traço da sua realização concreta, seguindo Anagnostopoulou

& Sevdali (2015), o que realmente importa é a posição que os DPs estarão ocupando, bem como as relações de c-comando entre eles, no momento do *spell-out*.

Appl introduzirá o seu próprio argumento, *elephanto*, e em seguida *Voice_{DO}* é projetado, uma vez que a raiz 177 se configura como agentiva¹⁰⁴. O *merge* de *Voice* desencadeia mais uma sonda, que desta vez encontrará o DP *elephanto* como alvo¹⁰⁵. Novamente, as necessidades de ambos são satisfeitas, com *Voice* tendo seus traços- ϕ valorados e o DP adquirindo Caso. *Voice* então introduz o seu próprio argumento, *tu*. Quando T é projetado, estabelece *Agree* com ele, valorando seus próprios traços- ϕ e garantindo o Caso de *tu*. O EPP de T atrai o DP pleno mais próximo, que também é *tu*. Assim, na sintaxe, não resta nenhuma falha. Em PF, após o *spell-out*, a fonologia será atribuída sem problemas e a derivação convergirá.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Deixando de lado a atribuição de fonologia ao complexo verbal em si, a estrutura que chega a PF possui três DPs a receberem morfologia de Caso. Vamos retomar as regras de Caso-*m* de Anagnostopoulou & Sevdali (2015), originalmente listadas como (30) e recuperadas em (55), para verificar como fica a realização concreta desses DPs:

¹⁰⁴ Embora também traduzido como “quebrar”, esse verbo é diferente de *rumpō*, não sendo encontradas ocorrências de usos anticausativos ou de transitivos com sujeitos causativos.

¹⁰⁵ Tecnicamente, *elephanto* também desencadeou uma sonda, mas, não havendo nada em sua cadeia de c-comando, ela termina sem sucesso, como ocorre inicialmente com os argumentos interno e externo quando são introduzidos. O mesmo vale para *tu*, logo em seguida.

(55) Regras de Caso-m (ANAGNOSTOPOULOU & SEVDALI, 2015)

- a. NOM sse o DP não for c-comandado por outro DP com Caso;
- b. ACC sse o DP for c-comandado por outro DP com Caso no mesmo domínio de T;
- c. DAT sse o DP for c-comandado por outro DP com Caso no mesmo domínio de T e for m-comandado por um aplicativo (benefactivo/ alvo).

As regras preveem o que o dado realmente traz: o nominativo foi para o argumento de *Voice*, *tu*, já que ele, por ser o DP mais alto ao final da derivação, não é c-comandado por outro DP; o acusativo foi para o argumento de *v*, *bracchium*, já que ele é c-comandado por outro DP (o próprio *tu*); o dativo ficou com o argumento de Appl, *elephanto*, porque ele é c-comandado por outro DP (*tu* novamente) e m-comandado por um núcleo aplicativo.

Verifiquemos agora uma estrutura em que o argumento externo não pode ser marcado com Caso. Para isso, vamos derivar a sentença que viemos utilizando recorrentemente:

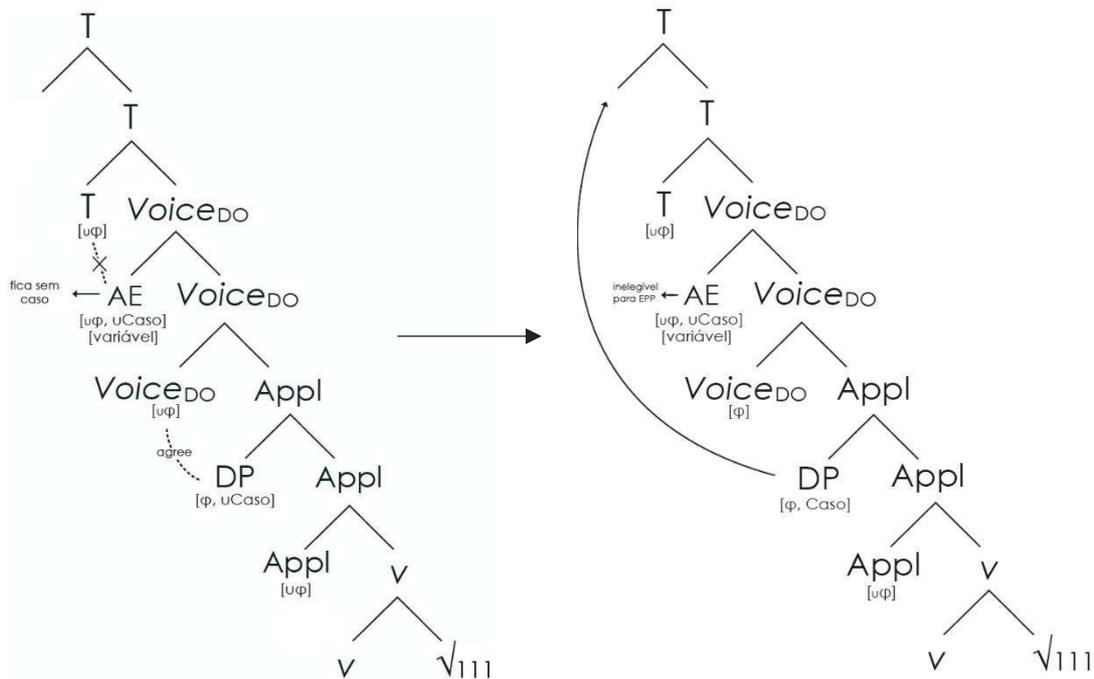
(56) Derivação de uma sentença média

Abditur Ōrīōn.

“Órion se esconde.”

Como nas derivações de passivas e anticausativos, pouca coisa mudará nessa construção média em relação a uma derivação com Appl como a vista em (54); as únicas diferenças são a presença da variável em *Voice*, e não um DP pleno, e, nesse caso, a ausência de um argumento interno (de *v*). Já adiantamos que é possível haver construções médias com argumentos internos, mas isso é mais comum numa parte dos verbos depoentes, que abordaremos na próxima seção. Os médios “canônicos”, por assim dizer, não costumam ter objetos.

a. Derivação sintática

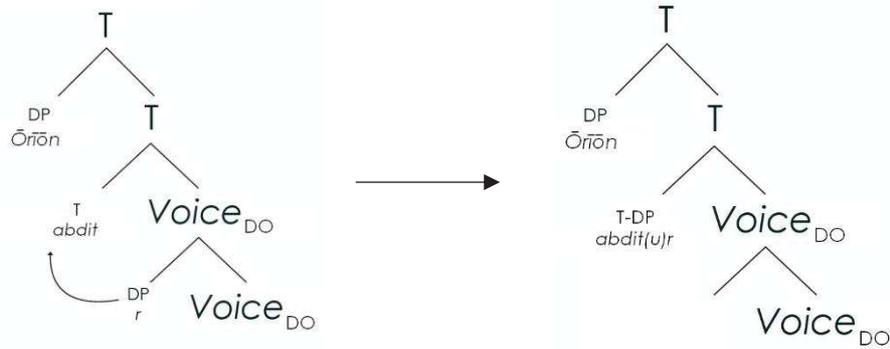


Para a raiz do verbo *abdō*, atribuímos o índice 111. Ela faz *merge* com *v* e, como nessa estrutura não há argumento interno, o próximo núcleo já é o próprio Appl, que introduz o DP *Ōrīōn*. Em seguida, projeta-se *Voice*_{DO}, posto que estabelecemos que o médio induz uma leitura agentiva. Note-se que, até esse momento, o núcleo Appl ainda não valorou seus traços, e *Ōrīōn*, por sua vez, ainda não tem Caso. *Voice* ativa uma sonda, e o DP argumento de Appl atenderá às suas necessidades, compartilhando valores de traços-φ e tendo o seu traço de Caso valorado em troca. *Voice* precisa de um argumento e, como não há mais nenhum DP disponível, será feita a introdução *default* da variável. Quando T entra na estrutura, dá início à sua sonda em busca de valoração dos seus traços-φ. A variável não poderá fazê-lo, e o próximo DP, o argumento de Appl, está inativo. T não tem seus traços-φ valorados, e ele e Appl terminam a derivação assim. O EPP de T, porém, ainda precisa ser satisfeito. Como *Ōrīōn* é o único DP pleno na estrutura, sobe e o satisfaz, adquirindo o *status* de sujeito sintático. Não havendo mais nada a ser concatenado, a estrutura é enviada para *spell-out*.

Ao fim desse processo, há vários elementos com traços não valorados: a variável, sem Caso e traços-φ, e os núcleos funcionais T e Appl, sem traços-φ. Os traços-φ não representam algo de grande relevância, uma vez que podem ser copiados dos nós mais altos em PF. Restará, porém, o Caso da variável, o que motivará sua incorporação como nos demais domínios. *Ōrīōn*,

o DP que restou na estrutura para receber Caso, não é mais m-comandado por Appl e, por isso, não se manifesta com dativo, mas sim nominativo, já que nenhum outro DP o c-comanda.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Resta analisarmos a questão da interpretação de *Ōrīōn*. Uma possibilidade é a de que ele receba um papel temático específico, como o autobenefactivo, o que resolveria a questão de imediato. Sendo essa uma análise um pouco controversa, propomos seguir a linha de raciocínio vista em Schäfer (2008) e Saab (2020), retomando o fato de a variável não ligada não receber papel temático, o que faz com que ele seja absorvido pela estrutura verbal. Isso já foi discutido em capítulos anteriores e é o que permite, em verdade, inferir que há um agente implícito nas passivas. Relembremos que a variável é lida como um expletivo em LF, então não vem dela a leitura agentiva, mas sim do papel temático que se manteve no complexo. Nas construções que exploramos no capítulo 6, passivas e anticausativas, o argumento restante após a introdução da variável (o argumento interno) continua sendo visto simplesmente como paciente/ tema. Aqui, no domínio médio, nossa proposta é a de que sua interpretação interagirá com a agentividade do verbo, causando o efeito de associá-lo tanto ao seu desencadeamento quanto à sua conclusão.

Os argumentos de *v* e *Voice* possuem uma interpretação definida (tema, agente, causa). Mas o núcleo Appl, como a própria Pylkkänen (2008) estabelece, engloba mais possibilidades para a interpretação do seu argumento. Verificamos, com os dados do latim em (53), que boa parte delas pode ser subscrita a um conceito maior de “afetação indireta”, o qual se manifesta concretamente com certas nuances a depender da estrutura. Como vimos, mesmo um sentido muito próximo ao de um agente, como o de (53e), pode ser licenciado pelo aplicativo¹⁰⁶. Em

¹⁰⁶ O dado em questão não pode ser analisado como agente da passiva, porque esse tipo de informação se manifesta com ablativo em latim.

suma, o núcleo Appl seria, nos termos de Alexiadou (2013), subespecificado quanto ao sentido, o que permite que ele seja negociado em LF. Seu argumento precisa ser afetado de algum modo pela ação, mas não há definição *a priori* de como. Paralelamente, como há, na estrutura média, também uma necessidade de interpretação agentiva, devido ao papel temático que não foi descarregado, ocorre uma interação entre afetação e agentividade, e a interpretação do argumento de Appl é especificada com relação às duas características. O resultado é o aparente acúmulo de papéis por parte desse DP.

Com isso, temos uma derivação da chamada voz média nos termos do sistema proposto neste trabalho¹⁰⁷. Resta-nos apenas os verbos depoentes, que, ao menos em parte, defende-se, são verbos médios.

7.2 VERBOS DEPOENTES

Os verbos depoentes são o último ponto da nossa sequência de derivações, constituindo um domínio adicional em relação àqueles mais comumente identificados como parte do SPR. Isso porque não é em todas as línguas que tais verbos são encontrados – ou, ao menos, não de maneira formal. Dizemos isso porque, como veremos brevemente, nossa proposta é a de que os chamados depoentes na verdade são um conjunto heterogêneo de diferentes tipos de verbos e que, tecnicamente, algo análogo a eles existe em várias línguas que não utilizam o termo nas suas gramáticas, como o próprio português.

Começamos retomando a descrição clássica dos depoentes: segundo as gramáticas, são verbos que possuem sentido ativo, mas forma passiva. O termo “depoente” é usado porque tais verbos teriam abandonado, ou deposto, suas formas ativas. Almeida (1998, p. 283) nos diz:

Chamam-se depoentes certos verbos latinos que se conjugam na forma passiva e, ao mesmo tempo, têm significação ativa. Exemplo: *hortor*; embora termine em *or*, como *amor*, não significa “sou exortado”, mas “exorto”, porque esse verbo só possui essa forma.

¹⁰⁷ Não é impensável que uma estrutura sem *Voice* (com raízes internamente causadas) contenha uma projeção de aplicativo. Isso não fará a marca de SPR aparecer, pois não haverá variável não ligada, então não é tecnicamente parte do fenômeno. De todo modo, isso criará uma relação de afetação secundária, novamente, entre o evento e o argumento de Appl, e é o que parece acontecer em sentenças como “Eu morri o carro” ou “O sol cresceu as plantas”. A primeira frase indica que o carro não “morreu sozinho”, mas sim que o sujeito sintático, “Eu”, de alguma forma está envolvido nisso. “O carro”, então, seria o argumento de *v*, e “eu” o de Appl, que, na ausência da variável, será o mais próximo de T e satisfará o EPP, recebendo nominativo por ser mais alto. Na segunda frase, “o sol” é o argumento de Appl e “as plantas” o de *v*. Não há problema em “sol” não ser animado, já que ele não é um agente de fato.

Essa descrição é quase formulaica nas gramáticas, diferindo em poucas palavras de uma para outra. Ela vem sendo questionada, porém, porque, quando analisados mais a fundo, esses verbos demonstram características muito díspares entre si, o que torna difícil classificar todos dentro de um mesmo conjunto, a começar pela própria semântica.

Existem depoentes, como *nāscor* e *mōrior* (“nascer” e “morrer”, respectivamente), que dificilmente poderiam ser vistos como detentores de significação ativa. Outra inconsistência das gramáticas surge quando relembramos que há diversos verbos em latim que não possuem, em contraste, forma passiva, como *crēscō* e *adolēscō* (“crescer” e “tornar-se adulto”). No entanto, parece que nunca houve a necessidade de classificá-los como um grupo à parte. Isso porque entende-se que são ações que não podem ser passivizadas, já que não seria possível um agente externo desencadeá-las¹⁰⁸. Raciocinando de forma análoga para os verbos sem forma ativa, talvez ela não exista por não ser motivada, considerando-se a concepção que tais termos evocam na mentalidade coletiva dos falantes daquela língua. Infelizmente, essa mentalidade já é hoje inacessível para o latim, mas parece razoável sugerir que ao menos parte dos depoentes simplesmente se manifeste na forma passiva por serem entendidos como passivos.

Por outro lado, a questão não é tão simples quanto meramente dizer que todos esses verbos são detentores de sentidos não ativos também. Embora isso possa ser verdade para os exemplos acima, existem alguns depoentes que realmente parecem expressar uma agentividade, como *aggredior* (“agredir”) e *sequor* (“seguir”). Complicando ainda mais, embora tenham a marcação da chamada voz passiva, eles se comportam sintaticamente como ativos/ transitivos, tomando um objeto direto e lhe atribuindo o Caso esperado, acusativo. Em função desse seu comportamento “misto” (morfologia passiva e sintaxe ativa), há alguns autores de gramática, como Grimal *et al.* (1955), que consideram haver uma terceira voz em latim, a “voz depoente”. Em termos morfológicos, porém, não parece haver justificativa para tal, pois seu paradigma é absolutamente idêntico ao passivo.

Devido a essas variações de sentido e de estrutura, a caracterização formal dos depoentes se mostra desafiadora, e os autores divergem sobre as suas propriedades subjacentes. Para os fins deste trabalho, outra questão que se coloca é que dificilmente, na literatura, eles são vistos como parte de algo maior como o SPR; a maioria das análises tenta dar conta desse *mismatch* aparente entre forma e função sem considerar os contextos ao seu redor. Foi por essa razão que não exploramos especificamente os depoentes no capítulo 4, dedicado à literatura, posto que tentamos nos concentrar em análises unificadas como a nossa. Todavia, as contribuições dos

¹⁰⁸ Aqui, analisamos esses verbos como de causa interna, sem a projeção de *Voice*.

trabalhos existentes acerca dos depoentes nos são válidas e, por isso, procederemos a uma breve revisão dos estudos que consideramos mais salientes antes de empreender a derivação em si.

7.2.1 Os depoentes na literatura

À primeira vista, os verbos depoentes parecem uma anomalia linguística, o que faz com que alguns autores decidam tratá-los simplesmente como idiossincráticos. Embick (2000), por exemplo, no âmbito da MD, apresenta uma proposta influente nesse sentido, segundo a qual a depoência ocorre porque certos verbos teriam codificados um traço [pass] na sua raiz já na lista 1. A simples presença desse traço idiossincrático, cuja atuação sintática não é tão clara, garante também a presença da morfologia passiva. Embick (2000) motiva essa ideia porque considera que o que se chama de depoentes envolve coisas muito diferentes, sendo impossível estabelecer uma identidade com base na semântica – já que alguns parecem mais ativos, outros nem tanto – e nem na própria sintaxe (há depoentes intransitivos, transitivos e bitransitivos). Só restaria, então, segundo o autor, a idiossincrasia.

Para Embick (2000), então, os depoentes são simplesmente verbos que contêm o traço [pass], com qualquer outra característica sendo permitida. Os transitivos ativos, segundo ele, de fato são ativos, já que esse traço [pass] na raiz não é interpretável. Um dos argumentos que o autor usa a esse favor é um dado de depoente passivizado, reproduzido a seguir:

(57) Verbo depoente passivizado

Ab amīcīs hortārētur.

“Que fosse exortado por amigos.”

(Varrão em Prisciano, GL II 387, *apud* EMBICK, 2000)

Para Embick (2000), a existência do dado acima demonstra que *hortor* é um verbo ativo, tanto que pode até ser passivizado. Embora isso possa ser verdade, sua análise parece ter pouco poder explicativo, ao forçar uma morfologia específica sem nenhuma motivação, o que acaba por se aproximar, em última instância, de uma abordagem lexicalista. Isso porque esse tipo de abordagem equivaleria, essencialmente, a dizer que há um traço [+depoente] nessas raízes.

Além disso, Embick (2000) ainda propõe que haveria um outro traço [pass] que se origina não na raiz, mas em *v*, o núcleo introdutor de argumento externo em seu sistema. Esse traço [pass] em *v* possui efeitos sintáticos, proibindo a entrada do argumento externo, o que,

por sua vez, impede a atribuição de Caso acusativo. Ou seja, o traço [pass] em *v* é o que gera a voz passiva canônica, enquanto o traço [pass] só atua morfológicamente. Consideramos, porém, que tal sistema deve ser questionado. Além da arbitrariedade da presença desse traço em certas raízes, existe uma arbitrariedade também no seu funcionamento, que ora age na sintaxe, ora não o faz. Cabe ressaltar que, mesmo quando faz parte da raiz, esse traço está, segundo o autor, visível na sintaxe, já que outras operações são sensíveis a ele, como veremos a seguir.

Outro efeito do traço [pass], independentemente de em onde ele se origina, é que, caso haja também um traço [perf] na estrutura, o movimento do complexo verbal para T é impedido. É através dessa implementação que Embick (2000) explica porque o perfeito passivo é sempre analítico em latim: o bloqueio do movimento faz o sistema atribuir fonologia a dois complexos, que sofrem *spell-out* como duas “palavras”, um verbo auxiliar e um particípio. Aqui há mais uma arbitrariedade não motivada no sistema de Embick (2000): para efeitos de movimento, a origem do traço (raiz ou *v*) não importa, mas, para o bloqueio do argumento externo, sim. Em suma, talvez seja possível dizer que o sistema de Embick (2000) obtém os resultados esperados, em certa medida, via força bruta, estipulando condições. Também vale mencionar que, ainda que a relação [pass] / [perf] possa produzir o resultado esperado em latim, isso não pode ser estendido a outras línguas, em que a distinção sintética/ analítica não se condiciona por aspecto (como português).

Outra análise que segue uma linha semelhante à de Embick (2000) é a desenvolvida em Weisser (2012). Para esse autor, depoentes são contrapartes dos verbos inacusativos: estes são verbos passivos com forma ativa, e aqueles são verbos ativos com forma passiva. Como ambos são comportamentos fora do que se deveria esperar, Weisser (2012) propõe que as raízes desses verbos são marcadas com alguns traços específicos que ditam seu comportamento morfológico. Os depoentes possuem o traço [-ativo], enquanto os inacusativos possuem [+ativo]. Em um efeito similar ao [pass] de Embick (2000), o traço [-ativo] força os depoentes a emergirem com morfologia passiva, independentemente da sua estrutura sintática; por sua vez, o traço [+ativo] faz o oposto para os inacusativos.

A análise de Weisser (2012) carrega o mesmo problema da arbitrariedade de Embick (2000), e ainda possui algumas questões adicionais. A primeira se relaciona à disponibilidade dos depoentes translinguisticamente: por que eles são tão raros, enquanto inacusativos são tão comuns, se os dois constituem o mesmo fenômeno? Weisser (2012) não oferece uma resposta conclusiva para tal questão, apenas estipulando que a disponibilidade do traço [-ativo] pode estar relacionada à maneira como as línguas organizam sua passiva. Como, segundo ele, não há

depoentes em línguas cuja voz passiva é totalmente analítica, esse tipo de línguas seria incompatível com os depoentes. Uma segunda questão é que essa análise não permite, por natureza, que exista um depoente inacusativo. Mas um verbo como *morior* (“morrer”), citado previamente, parece possuir ao menos as características semânticas de um inacusativo. Weisser (2012) reconhece que isso pode ser um problema para a análise, mas, como não é possível aplicar testes de inacusatividade aos dados do latim, o autor não explora tal questão.

Há, ainda, um outro ponto que decorre de análises baseadas em traços arbitrários como as de Embick (2000) e Weisser (2012): elas não capturam de modo algum o sincretismo da voz passiva com outros domínios que se observa em muitas línguas – o SPR. Se depoentes carregam traços arbitrários que os forçam a ser morfologicamente passivos mesmo não o sendo em termos sintáticos, o que acontece com outras construções, como os anticausativos ou reflexivos, que muitas vezes compartilham da mesma marca? Se eles carregam o [pass] na raiz, corre-se o risco de ser preciso dizer que há duas raízes para “quebrar”, por exemplo, uma com e uma sem [pass]. Se carregam o [pass] de *v*, não fica claro como seria possível garantir as diferentes leituras, pois a estrutura sintática seria a mesma. Ou, ainda, se a estrutura desses outros contextos é diferente, não recorrendo ao traço [pass], seria o mesmo que dizer que depoentes só são sincréticos com eles por coincidência, um resultado pouco desejável. Com relação à duplicação de raízes citada acima, os *uerba commūnia*, ou “depoentes opcionais”, são mais um problema. Verbos como *procō/ procor* podem ser usados tanto na forma ativa quanto na passiva mantendo o mesmo sentido, ou seja, sua depoência não é absoluta. Se o [pass] é uma propriedade da raiz, é preciso haver duas raízes em jogo pelo menos para esses casos.

Em essência, análises baseadas em traços arbitrários parecem ser pouco explicativas e, por isso, tendem a deixar de lado a importante relação entre depoentes e outros contextos. Nesse sentido, existe a percepção, tanto entre gramáticos quanto teóricos, de que parece haver uma relação entre depoentes e o domínio médio – seja ele entendido como uma voz em si mesma no sistema da língua ou como um fenômeno linguístico mais abstrato. O trabalho de Zombolou & Alexiadou (2012), que almejou mapear a interpretação dos depoentes do grego moderno, traz contribuições importantes aqui.

Um primeiro dado foi a constatação de que todos os depoentes intransitivos dessa língua envolviam ações que podem não ser consideradas ativas canônicas, envolvendo sujeitos do tipo experienciador ou benefactivo. Uma segunda conclusão notável das autoras é a de que, mesmo nos depoentes transitivos, cujo sentido se aproxima mais de um ativo, seria possível interpretar ou inferir que essa agentividade vem acompanhada de interesse próprio, no sentido de que a

ação é realizada pelo sujeito com o intuito de que se beneficie dela – em outras palavras, seria um tipo de autobenefactivo, que também não se enquadra exatamente numa definição de ativo canônico. Esses resultados levam Alexiadou (2013) a propor que todos os depoentes são não ativos em alguma medida em grego, o que motivaria a morfologia passiva de modo natural, sem a necessidade de se apoiar em idiossincrasias.

A proposta de Alexiadou (2013) se baseia num sistema de *Voice* elaborado pela autora que se divide em três: ativo, passivo e médio (ou não ativo). Como discutimos no capítulo 4, o *Voice* ativo está relacionado à interpretação agentiva ou causativa; o *Voice* passivo é um núcleo altamente especificado cuja função é reorganizar as relações argumentais já estabelecidas por um *Voice* ativo; e o *Voice* médio, que é subespecificado com relação ao sentido, pode negociar o sentido da construção com o complexo verbal. Em outras palavras, ele carrega apenas uma leitura geral de “não ativo”, e a negociação desencadeada por ele pode, segundo a autora, gerar diferentes leituras, como a própria passiva ou a média.

Esse sistema é como Alexiadou (2013) deriva não só os depoentes, mas o próprio SPR de maneira mais ampla (novamente como visto no capítulo 4). O sincretismo ocorre porque o *Voice* não ativo é capaz de atender a todos os sentidos considerados não ativos por uma dada língua. Usando essa tipologia de *Voice*, Alexiadou (2013) prevê que os depoentes, por não serem ativos canônicos, projetariam o *Voice* médio/ não ativo, assim como as construções médias canônicas, os anticausativos e as passivas da língua.

Para Alexiadou (2013), o que ocorre num verbo depoente transitivo, então, é que, além de um argumento interno canônico, interpretado como paciente/ tema, há mais um elemento na estrutura, introduzido por um núcleo Appl. Essa entidade, como na análise que empreendemos para os verbos médios, é entendida como detentora de um forte envolvimento ou afetação com relação à ação. Posteriormente, o mesmo elemento se move para *spec.* de *Voice*, recebendo um papel temático adicional de agente. Como esse *Voice* é médio, já que o depoente é não ativo, o resultado final é um verbo morfologicamente passivo, mas sintaticamente ativo.

Como já exploramos no capítulo 4, contudo, esse sistema apresenta diversos problemas. Além do acúmulo de papéis- θ no sujeito, existe também a questão de que o *Voice* médio não deveria possuir a posição de especificador, segundo a própria Alexiadou (2013). No caso em questão, ela afirma que esse movimento de Appl para *Voice* torna o núcleo ativo, permitindo a atribuição de acusativo ao objeto. Mas essa transformação em *Voice* não é explorada para além disso, o deixam algumas questões importantes incipientes. A mais importante delas, em nossa visão, seria como esse *Voice* que se tornou ativo, até atribuindo Caso, continua se realizando

morfologicamente como não ativo, já que a atribuição de fonologia ocorre posteriormente à derivação sintática.

Grestenberger (2017) propõe, para os depoentes latinos, um sistema semelhante ao que Alexiadou (2013) desenvolvera para os gregos. A autora também defende que o que é chamado de depoente é um conjunto misto, com alguns deles, inclusive, recebendo tal nomenclatura de maneira errônea. Mais especificamente, para ela, apenas verbos realmente ativos (semântica e sintaticamente, como *sequor*) é que deveriam ser considerados depoentes. Grestenberger (2017) entende que tais elementos estariam num processo de reanálise, passando de médios a ativos – daí o comportamento ambíguo. Os *uerba commūnia*, inclusive, seriam evidência dessa reanálise num estado ainda mais avançado, pois eles já aparecem como verbos verdadeiramente ativos.

Na implementação de Grestenberger (2017), como os depoentes são verbos médios em transição para ativos, sua estrutura conteria um argumento introduzido por um núcleo específico abaixo de *Voice* (Appl ou outro mais específico), que originalmente seria realizado como um dativo. Devido ao entendimento ativo adquirido por eles, também seria projetado na estrutura um núcleo agentivo (*Voice*), para o qual esse antigo dativo se moveria. O resultado é muito próximo do de Alexiadou (2013): um sujeito de interpretação ambígua entre agente e afetado/envolvido e a projeção de morfologia passiva devido à presença de uma estrutura média abaixo de *Voice*. Grosso modo, podemos dizer que os mesmos problemas da análise anterior se repetem nesse sistema, posto que o estatuto de *Voice*, na prática, muda de passivo/ médio para ativo também aqui.

Ainda que questionemos as análises de Alexiadou (2013) e Grestenberger (2017), elas nos abrem a perspectiva de que é possível que existam mecanismos para realmente derivar a forma e o sentido desses verbos, sem precisar forçá-los como algo idiossincrático. A pesquisa de Zombolou & Alexiadou (2012) tem também bastante a contribuir com essa visão. Após catalogar o repertório verbal do grego moderno, as autoras determinaram que os depoentes respondem por cerca de 20% dele. De imediato, esse número já parece alto demais para ser gerado de maneira idiossincrática. Para além disso, quando as autoras estabeleceram uma comparação com o grego antigo, constataram que novos depoentes continuaram surgindo durante todo o período de desenvolvimento da língua, o que não seria esperado de uma idiossincrasia, que não deveria possuir um mecanismo produtivo. Alguns depoentes do grego antigo, de fato, foram reanalisados como ativos, mas outros se mantiveram, o que indica que não havia necessariamente um “erro” a ser corrigido na sua estrutura.

Quanto ao latim, não dispomos de um estudo tão detalhado quanto o de Zombolou & Alexiadou (2012), mas Xu *et al.* (2007), em um levantamento dos papéis temáticos associados aos depoentes nessa língua, concluem que há uma forte tendência de que o seu objeto não seja afetado física ou diretamente pela ação do sujeito, mas sim de maneira indireta ou secundária. Isso faz todo o sentido se a posição de base desse sujeito não é a mesma da de um transitivo canônico, que é o que Alexiadou (2013) e Grestenberger (2017) defendem. Também partiremos desse ponto, da mesma forma que o fizemos com os médios. Se esse raciocínio estiver no caminho certo, então, os depoentes podem ser entendidos simplesmente como verbos médios transitivos, o que é bastante possível de ser implementado no sistema que desenvolvemos.

Seguindo esse raciocínio de base, se os depoentes podem ser entendidos como médios, isso significa, em nosso sistema, que eles projetarão um argumento via Appl. Mas, em oposição às análises de Alexiadou (2013) e Grestenberger (2017), esse argumento não deve se mover para *spec.* de *Voice*, porque, se há morfologia passiva, há também, na nossa implementação, uma variável ocupando essa posição. O caminho será então, como na derivação do domínio médio, com a variável se incorporando e o argumento de Appl se tornando sujeito sintático e tendo sua interpretação negociada em função da agentividade da estrutura. A única diferença é que há, além de tudo isso, um argumento em *v*.

Com tudo isso discutido e estabelecido, estamos quase prontos para começar a derivar os depoentes. Cabe apenas mais um comentário com relação à sua disponibilidade nas línguas, algo já tocado no trabalho de Weisser (2012). Se, como temos tentado demonstrar, os depoentes não são algo tão periférico quanto parece, eles deveriam ser encontrados com mais frequência nas línguas do mundo. De fato, há evidências de que na verdade eles o são, apenas com outro nome consagrado. Kallulli (2013), por exemplo, é uma autora que defende isso, e propõe que os verbos pronominais das línguas latinas, os que chamamos de “naturalmente reflexivos” no capítulo 3, seriam contrapartes modernas dos depoentes. Esses verbos possuem uma marcação adicional com relação às estruturas transitivas padrão, representada pelo clítico reflexivo *se*. Como o *se* também marca passivas em várias dessas línguas, há que se reconhecer uma certa semelhança com os depoentes. Assumiremos, então, o mesmo que Kallulli (2013). Espera-se que, portanto, os mecanismos gerais das derivações a seguir também sirvam para os verbos de natureza pronominal do português.

7.2.2 Derivando depoentes

A partir desta subseção, começamos a derivar os depoentes de modo a aplicar todas as contribuições discutidas anteriormente ao nosso sistema. Antes de mais nada, cabe ressaltar que não consideramos que todos os depoentes são derivados da mesma maneira, já que defendemos que não são um conjunto uniforme. O critério morfossintático das gramáticas, ou seja, não ter forma ativa, não é suficiente para unir todos esses verbos. Por outro lado, como todos recebem essa nomenclatura, almejamos fornecer um sistema que possa dar conta de todos eles.

Para alcançar nosso objetivo, dividimos esses verbos em três grandes categorias. Os depoentes “médios transitivos” que foram mais discutidos até o momento constituem apenas a primeira delas. Vamos nos referir a eles por esse termo. A segunda categoria é a que chamamos de “depoentes experienciadores”, porque envolvem sujeitos com esse papel temático. A terceira e última classe chamamos de “depoentes inacusativos”, pois neles não há a presença de *Voice*, sendo uma situação em que a variável se origina em outra posição. Dada essa subdivisão, iniciamos as derivações pelos depoentes médios transitivos.

7.2.2.1 Depoentes médios transitivos

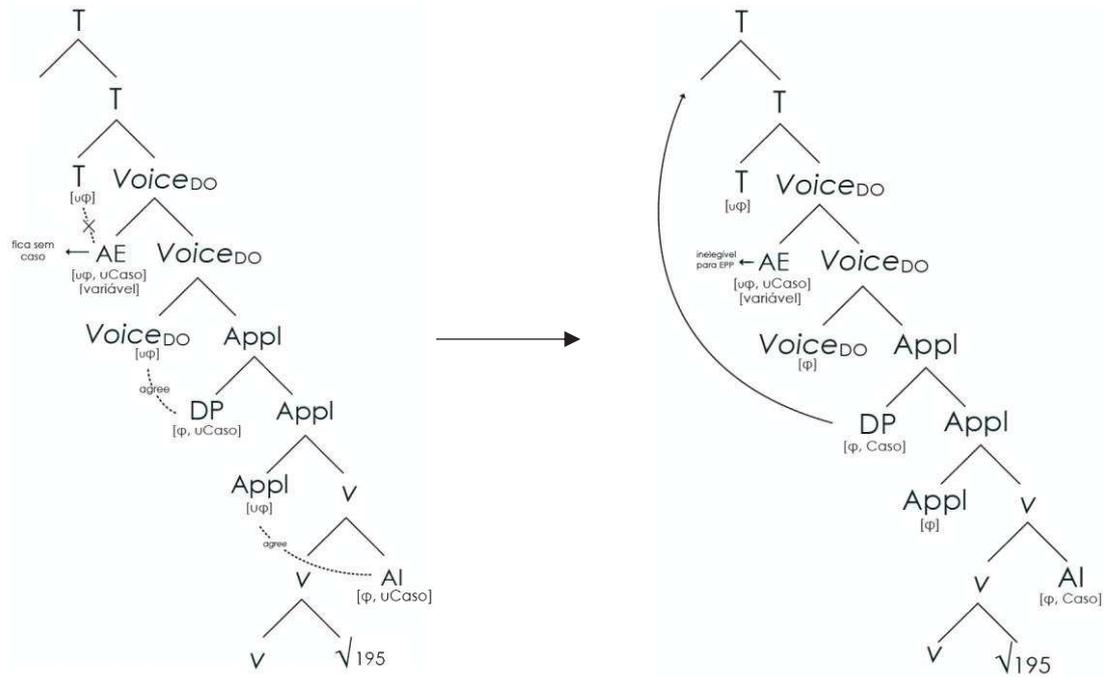
Para iniciar a derivação dos depoentes, abordaremos aqueles que se configuram como mais próximos da definição clássica de “forma passiva, sentido ativo”. Esses verbos, em geral transitivos, denotam ações que realmente parecem carregar uma agentividade, como *sequor*. A proposta é a de que eles são “médios transitivos”, ou seja, carregam a mesma estrutura de base dos médios, mas com um argumento interno adicional. Tomemos parte da sentença em (17), recuperada como (58), como nosso exemplo para essa derivação:

(58) Derivação de um verbo depoente ativo/ médio

(*Ego*) *dēteriōra sequor*.

“(Eu) sigo as piores (coisas).”

a. Derivação sintática



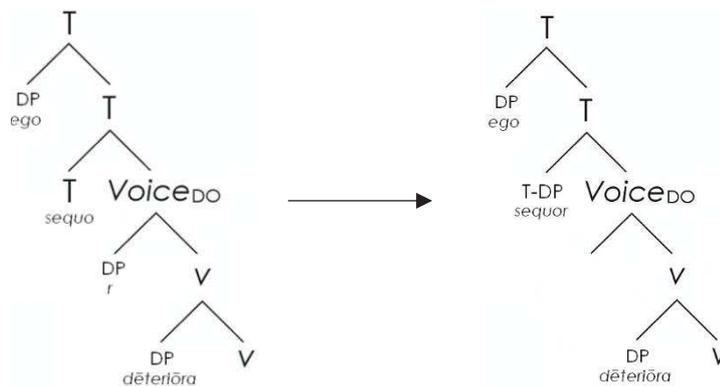
Após o primeiro *merge*, da raiz (aqui identificada como 195) com *v*, é aberta a primeira posição argumental, para que seja introduzido o paciente/ tema da ação – nesse caso, o que se realizará como *dēteriōra*. Essa é a diferença mais clara entre a estrutura atual e a dos médios, que não contém esse argumento. Como defendemos que os depoentes não são anomalias, mas sim meras possibilidades lógicas para uma estrutura sintática de base, de fato nem deveria ser necessária essa distinção entre médios “canônicos” e depoentes, sendo ela feita aqui apenas para contemplar a nomenclatura dos dois. De todo modo, esse argumento projetado por *v* tem, como esperado, traços-φ não valorados, que precisarão de um núcleo para estabelecerem *Agree*. Nas transitivas padrão, de apenas dois argumentos, isso seria feito por *Voice*, mas aqui o núcleo Appl será projetado antes, modificando um pouco as relações.

O próximo núcleo da derivação é Appl, responsável por introduzir o mesmo argumento afetado/ envolvido com a ação dos médios. Uma questão a ser considerada aqui é por que esse argumento é obrigatório nos verbos chamados de depoentes, já que a construção média canônica parece se comportar como uma espécie de alternância de valência, ou seja, é possível utilizar esses verbos sem o núcleo Appl. Exploraremos essa motivação brevemente, mas, por ora, continuemos com a derivação assumindo ser esse o padrão para os depoentes. A entrada do Appl desencadeia uma sonda, que estabelecerá *Agree* entre o núcleo e o argumento interno,

valorando os traços- ϕ daquele e atribuindo Caso a este. O próprio Appl também projeta um argumento na sentença em questão, *ego*, a entidade afetada.

Prosseguindo com a derivação, após Appl, o próximo núcleo da estrutura é *Voice*, que deverá ser projetado porque a raiz 195 é do tipo agentiva. Quando *Voice* entra na estrutura, ele estabelece *Agree* com o argumento de Appl, resolvendo as necessidades de valoração dos dois. *Voice* agora precisa introduzir o seu argumento, mas não há mais nenhum DP, e entra a variável. Como os traços- ϕ desse argumento não são valorados, a sonda de T, que se concatena a seguir, não será capaz de valorar os seus próprios traços ao encontrá-lo. Como consequência, a variável não receberá Caso. No próximo momento, essa defectividade a impedirá de satisfazer o EPP; o DP mais próximo agora, então, é *ego*, que subirá para *spec.* de T. Não há mais nada a se fazer na sintaxe, então as interfaces terão de lidar com essa ausência de Caso mais uma vez.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Os efeitos dessa estrutura no ramo de PF já são conhecidos no nosso sistema. Os traços- ϕ que não foram valorados serão contemplados com a cópia dos traços superiores, de *ego*, daí a forma *sequor*, já que o morfema de concordância se anexa a T, logo abaixo da posição final desse argumento. Para solucionar a ausência de Caso, o DP se incorpora ao verbo. Apesar de essa estrutura ser muito mais complexa, com três argumentos, linearmente a variável ainda se localiza imediatamente à direita do núcleo verbal final. O Deslocamento Local se aplica, e *r* se torna um sufixo. A atribuição de Casos também procede como o esperado. O DP mais alto, *ego*, carrega o nominativo, pois não é c-comandado por nenhum outro DP; o outro DP da estrutura, *meliora*, carrega o acusativo, pois é c-comandado por *ego*.

Paralelamente a isso, em LF, ocorre a mesma negociação de significados do aplicativo que foi vista no domínio médio. Assim, *ego* passa a ser interpretado como relacionado tanto ao

resultado do evento quanto com a agentividade do verbo. Com isso, o aparentemente peculiar caso dos verbos depoentes, com seu sentido ativo mesclado a uma morfologia passiva e uma sintaxe transitiva, passa a ser explicado de maneira derivacional, como o resultado de uma interação de diversos fatores possíveis numa estrutura: argumento interno, Appl, *Voice*_{DO} e variável não ligada em *spec.* de *Voice*, além do sistema de Caso-m, crucial para a permissão da presença de um acusativo mesmo a estrutura sendo “passiva”.

Os passos acima poderiam, em tese, derivar todos os depoentes, caso se aceite que todos possuem uma identidade mais geral unificada pelo aplicativo. Mas nós defendemos que há um pouco mais de variedade nesses verbos e implementamos outras duas estruturas possíveis para o que é chamado de depoente na literatura. Antes de prosseguirmos com elas, vamos retomar duas questões que não ficaram totalmente resolvidas: a necessidade de projeção de Appl nos depoentes (sendo que nos médios canônicos havia margem para variação) e a disponibilidade de projeção de agentes da passiva, como no dado de Embick (2000).

A resposta mais simples para a obrigatoriedade de Appl seria atribuir essa estruturação à conceptualização do evento, como ocorre com a necessidade de projeção ou não de *Voice*. Determinados eventos seriam registrados na Enciclopédia de maneira tal que não se concebe que não envolvam um efeito adicional para além dos dois lugares básicos de agente/ causa e paciente/ tema. Isso já é parcialmente visto em Pykkänen (2008), que relata a obrigatoriedade de uma segunda entidade em eventos do tipo *give* (“dar”) em inglês. Dessa maneira, não é tão peculiar se pensar numa necessidade inviolável do núcleo Appl.

Aplicando esse raciocínio à ideia de alto envolvimento ou comprometimento com a ação que as gramáticas atribuem a determinados usos do dativo em latim e levando em consideração a semântica de depoentes como *aggredior* (“agredir”), faz sentido pensar que eles exigem a projeção de uma entidade a mais para encapsular a motivação, acima do normal, necessária para desencadear um ato como o de agressão. Ou, no caso do próprio *sequor*, pode-se interpretar, como na visão de Alexiadou (2013), que é uma ação que subjaz um autobenefício, obter algum proveito, já que não faria sentido ficar seguindo alguém ou algo apenas por seguir. Por isso, é preciso projetar um argumento que expresse esse interesse.

No entanto, do raciocínio acima surge uma outra questão: no caso dos depoentes, em que o agente e o “interessado” convergem numa mesma entidade, por que é o agente, argumento de *Voice*, que é relegado à variável, e não a outra opção, o argumento Appl? Se isso ocorresse, a variável ocuparia uma posição mais baixa e poderia se ligar, formando um reflexivo indireto,

com Caso dativo. Logo, não haveria problemas de Caso, o que também dispensa a necessidade de incorporação pós-sintática.

É importante mencionar que essa possibilidade existe para verbos não depoentes, com o chamado dativo ético por vezes envolvendo uma correferência entre sujeito e aplicativo. Isso não gera uma leitura de reflexivo canônico, porque a posição do aplicativo não permite que seja entendido como tema da ação. A interpretação resultante é, então, uma espécie de “reflexivo benefactivo” (isto é, em benefício próprio). O fato de essa configuração estar disponível em alguns verbos, os transitivos canônicos, e não em outros, os depoentes (e médios canônicos, em certa medida) só pode ser atribuído à maneira como o evento é conceptualizado: no caso padrão, o aplicativo é licenciado, mas não faz parte intrínseca da abstração verbal; nos depoentes, apesar de também haver a necessidade da projeção de *Voice*, coexiste o requerimento da projeção de Appl, havendo uma espécie de competição entre os dois quando da ausência de argumentos individuais para cada um. Talvez devido à influência da origem medial desses verbos, tendo a ideia de reanálise de Grestenberger (2017) em mente, o Appl acaba vencendo a disputa e o seu argumento é projetado em detrimento do de *Voice*, que recebe a variável.

Uma evidência a favor dessa ideia de competição é, novamente, os *uerba commūnia*. O resultado oscila neles, com ora a posição de *spec.* de *Voice* sendo sacrificada, ora o núcleo Appl. É por isso que encontramos *tricō* ou *trīcor* com o mesmo sentido (“comportar-se de maneira evasiva”). Com verbos como esse, a conceptualização original, de que é preciso haver um certo grau de interesse por trás do comportamento evasivo, estaria se perdendo, com uma reanálise agentiva simples. Isso não significa que é impossível expressar esse interesse próprio, mas se a leitura ativa vence a disputa, isso se dará via um reflexivo indireto, pois a variável estará em Appl e não em *Voice*. Ademais, isso também demonstra que mesmo nos depoentes é possível haver uma alternância de valência, como em todos os outros domínios: os *uerba commūnia* são simplesmente uma ilustração dessa possibilidade. Na verdade, é algo esperado quando se pensa em um sistema que não bloqueia de antemão qualquer estrutura. Em teoria, na verdade qualquer depoente poderia oscilar, mas seu registro enciclopédico fará com que isso seja barrado para muitos deles.

Com relação à projeção de agentes da passiva, na verdade não é de se surpreender que um verbo depoente seja compatível com eles, já que sua estrutura não contém nada de especial em última análise. No nosso sistema, a variável não bloqueia (por si mesma) agentes da passiva e, portanto, não há motivo para que o faça aqui. Nesse sentido, Embick (2000) tem razão em dizer que eles são tão ativos que podem ser passivizados. Assim como a presença desse

elemento nas passivas tinha o efeito de especificar a variável, impedindo a leitura genérica, nos depoentes ele fará algo semelhante, puxando o aspecto agentivo para si e deixando o aplicativo apenas com a sua característica original de afetação. Isso porque, sendo o agente da passiva, evidentemente, especificado para agentividade, não há mais necessidade de que LF busque uma maneira de conciliar o papel temático de *Voice*_{DO} que não foi propriamente descarregado com algum DP de outra natureza. Por isso, o agente da passiva, tecnicamente, transforma um depoente em um passivo canônico.

Também é possível haver um depoente com agente da passiva e sem Appl. O dado que Embick (2000) (cf. 57) apresenta é desse tipo, inclusive. Nesse caso, há ainda menos a se explicar: esse verbo, como os *uerba commūnia*, foi usado com a priorização da leitura agentiva. *Hortor* não é considerado oficialmente um *uerbum commūnis* pelas gramáticas latinas, mas isso não impede que ele – ou quaisquer outros depoentes – exibam, na prática, esse tipo de alternância. Haugen & Siddiqi (2013) apontam que o dado em (57) é o único do tipo disponível para *hortor*, o que deve ser a razão pela qual o *status* de *uerbum commūnis* não recai sobre ele. Ainda assim, um dado é um dado e, como os registros do latim são limitados, não há por que não considerar que esse uso era lícito.

Isso conclui a discussão sobre os depoentes médios transitivos. Nosso próximo passo é derivar o segundo tipo de depoentes, os experienciadores.

7.2.2.2 Depoentes experienciadores

Um segundo tipo de depoente seria os depoentes experienciadores, cujo sujeito realiza uma ação mais mental do que física. Verbos como esse incluem *arbitror* (“julgar”), *mentior* (“mentir”) e *opinor* (“opinar”), entre muitos outros. A necessidade de separá-los em uma outra categoria advém da própria caracterização dos experienciadores, um tipo de argumento que, embora frequentemente ocupe a posição de sujeito, não é nem exatamente um agente e nem uma causa. Além disso, embora não existam números exatos, muitos gramáticos reforçam que parte dos depoentes expressa “ações mentais” (FARIA, 1958; CONTE *et al.*, 2006 e GRIMAL *et al.*, 1955 entre eles), o que, para eles, justifica a morfologia passiva, já que não seriam realizadores tradicionais de eventos.

A posição de base exata dos experienciadores é debatida na literatura. Kim (2012), por exemplo, que considera que Appl é um núcleo introdutor de argumentos externos como *Voice*, mas difere dele por não ser especificado para agentividade, sugere que eles poderiam se originar

simplesmente no próprio Appl. McGinnis (2002) sugere que experienciadores seriam gerados em Asp, quando o experienciador é um objeto, ou em um *v* (entendido como introdutor de argumento externo, como o nosso *Voice*) de propriedades específicas quando o experienciador é um sujeito. Já Pesetsky (1995) propõe que experienciadores precisam ser introduzidos por uma projeção específica, localizada hierarquicamente entre os núcleos que introduzem o argumento externo e o interno (*Voice* e *v*, neste trabalho).

Não será possível empreender uma discussão aprofundada sobre experienciadores, pois isso extrapolaria o escopo do trabalho, e decerto os autores mencionados acima não representam toda a discussão que os envolve. Mas o que é possível extrair deles é que – deixando de lado o experienciador objeto de McGinnis (2002), já que trabalhamos com sujeitos – há uma tendência de analisá-los como algo um pouco mais alto na estrutura, relacionado de certa maneira com o argumento externo canônico. No caso de McGinnis (2002), eles até compartilham da mesma posição de maneira geral, variando apenas a configuração exata de *v*; em Pesetsky (1995) e Kim (2012), eles estão numa posição um pouco abaixo do argumento externo agente/ causativo, o que abre margem para que se tornem o sujeito sintático, na ausência de *v*/ *Voice* na estrutura, ou que apareçam simultaneamente com um argumento agente/ causa.

A visão que submete os experienciadores a um núcleo próprio parece mais interessante porque permite essa coexistência de agente/ causa e experienciador. Kim (2012) traz dados em que isso pode ocorrer, já que o Appl pode vir projetado numa estrutura que também contém *Voice*. Essa interação também se mostrará importante para nós, como veremos adiante, e, por isso, assumiremos que experienciadores são argumentos de uma projeção específica. Ela até poderia ser Appl, mas, como a semântica associada aos argumentos desse núcleo já está associada a uma afetação que pode ser física, não é muito claro se os experienciadores também poderiam fazer parte do seu escopo. Ademais, sendo eles detentores de um papel- θ mais solidificado na literatura e considerando a UTAH, é interessante distingui-los minimamente do Appl. Assim, seguindo uma linha mais próxima da de Pesetsky (1995), postulamos uma projeção adicional para eles, a qual chamaremos apenas de EXP.

Esse núcleo parece carregar muito em comum com o Appl, ocupando essencialmente a mesma posição sintática e introduzindo um outro tipo de argumento externo além dos que *Voice* introduz. Assim, pode até ser que eles sejam contrapartes um do outro, ou seja, que exista na verdade uma projeção maior cujos sabores seriam Appl e EXP. Isso ganha alguma credibilidade quando se observa que, diferentemente de *Voice* e Appl ou *Voice* e EXP, não parece possível que Appl e EXP coexistam. Essa investigação, que envolve a ontologia dos dois núcleos, não

poderá ser aprofundada aqui e, por isso, assumimos a distinção apenas por cautela e para que possamos estabelecer melhor a diferença que percebemos entre os depoentes médios transitivos e os experienciadores.

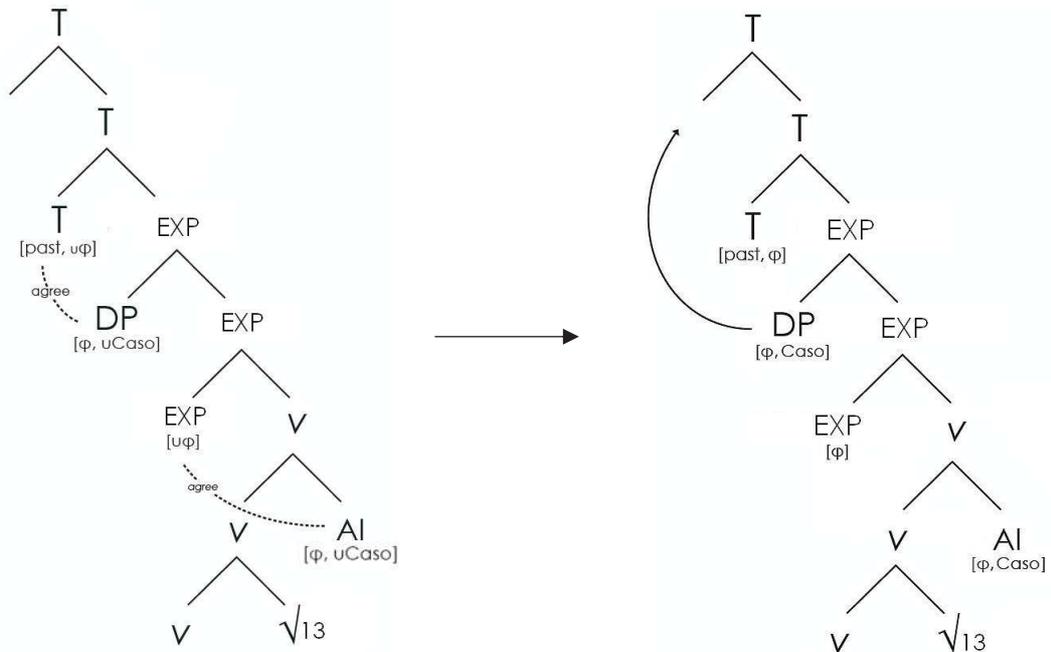
Nossa proposta, então, é a de que experienciadores (sujeitos) são introduzidos por EXP, uma projeção situada acima de v , mas abaixo de *Voice*. Isso acarreta consequências não apenas para os depoentes, mas para verbos experienciadores de maneira geral, já que todo verbo com sujeito experienciador, depoente ou não, projetará seu sujeito via esse núcleo. Assim, vamos, então, proceder a uma rápida derivação de um experienciador simples, para compreender um pouco melhor a ideia e o funcionamento do núcleo. Como ficará claro, a derivação carregará certa semelhança com a dos diferentes dativos do latim, vista em (54). Usemos, para ilustrar a derivação relevante, o verbo *amō* (“amar”), que receberá o índice 13.

(59) Derivação de um verbo experienciador

Juppiter Eurōpam amābat.

“Júpiter amava Europa.”

a. Derivação sintática

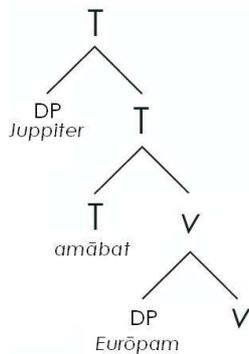


Essa derivação inclui, após o *merge* entre raiz e v e a introdução do argumento interno, esse novo núcleo, EXP. Isso porque a próxima entidade necessária para a expressão do conteúdo

desse evento é um experienciador, aquele que vivencia o sentimento de amar. Se EXP é um núcleo análogo a Appl, ele causará os mesmos efeitos ao se concatenar, estabelecendo *Agree* com o argumento interno (*Eurōpam*), o que valora seus traços- ϕ e atribui Caso. O núcleo Appl então introduz seu argumento (*Juppiter*). Não há mais nenhum argumento e nenhuma marcação adicional em um experienciador simples, então nossa proposta é que eles não projetam *Voice* – afinal, ninguém “faz” ou “causa” o ato de amar (nessa sentença, ao menos). Júpiter apenas experiencia esse sentimento. Sem *Voice*, o próximo núcleo é T, que estabelece *Agree* com o argumento de EXP. Por localidade, este experienciador sobe para satisfazer o EPP e se torna sujeito sintático.

Nas interfaces, Júpiter é interpretado como aquele que vivencia o sentimento de amar, enquanto Europa é sobre quem esse sentimento recai. Em PF, a atribuição de fonologia de Caso encontrará *Juppiter* na posição mais alta, lhe marcando com nominativo, e *Eurōpam*, parte da sua cadeia de c-comando, recebe acusativo¹⁰⁹.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Isso ilustra, de modo muito resumido, um experienciador em nossa análise. Como tais verbos não projetam *Voice*, precisam ser oriundos de raízes internamente causadas ou, no mínimo, de causa não especificada, para que *Voice* não seja obrigatório. Para os depoentes experienciadores, a proposta já é a de que possuem raízes agentivas, que exigem *Voice*. Isso abrirá mais um espaço argumental que, ao não ser preenchido, irá requerer a introdução da variável.

¹⁰⁹ Poder-se-ia questionar se *Eurōpam* não é o argumento de um Appl e não *v*, já que, dada a natureza abstrata desse verbo, não é tão simples determinar se seria uma afetação “direta” ou “indireta”. Contudo, se *Eurōpam* ocupasse a posição de argumento de Appl, se realizaria como dativo e não acusativo, dadas as regras de Caso-m que adotamos.

Uma evidência a favor disso vem da semântica desses verbos. Diferentemente de verbos como *amō*, em que apenas se vivencia algo, depoentes experienciadores deixam subentendido algum grau de agentividade. Enquanto é possível imaginar que alguém ame sem fazer nada especificamente, é difícil pensar que *opinar* (“opinar”) é algo que apenas “acontece” com alguém. Por outro lado, é possível opinar sem agir fisicamente. Essa agentividade subentendida é atribuída, aqui, a uma interação como que ocorreu entre a variável e Appl, mas agora entre a variável e EXP. O resultado é uma sobreposição de interpretações em LF.

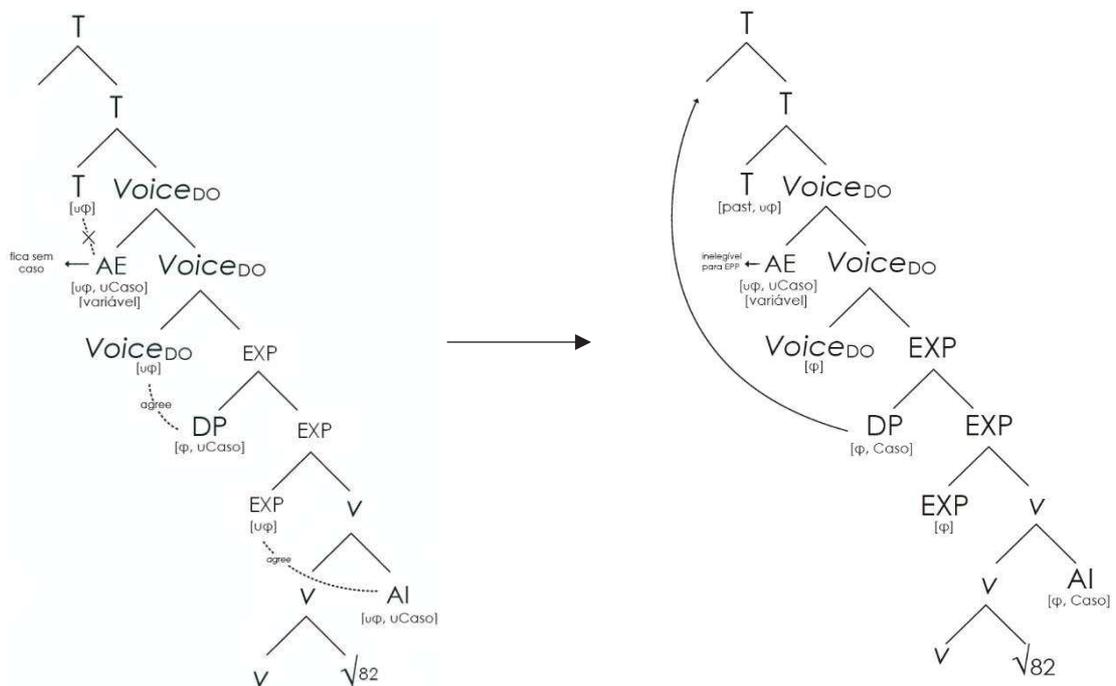
Vejamus isso ocorrendo numa derivação de depoente experienciador. Usaremos o verbo *arbitror* (“julgar”), a cuja raiz atribuiremos o índice 82.

(60) Derivação de um verbo depoente experienciador

Deī hūmānās āctiōnēs arbitrābantur.

“Os deuses julgavam as ações humanas.”

a. Derivação sintática

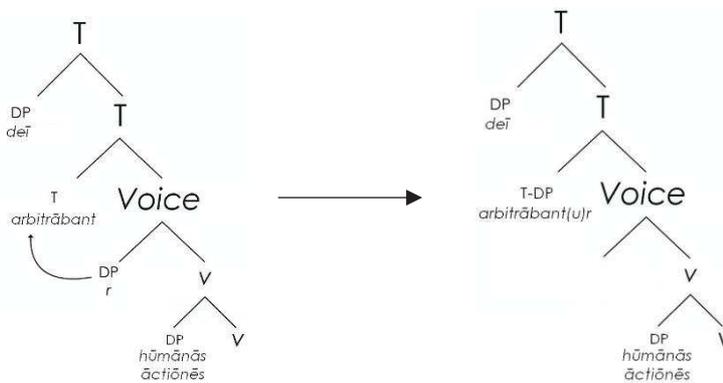


A estrutura em (60a) é uma derivação quase idêntica a (58a), com a mera substituição de Appl por EXP. Se EXP é um núcleo análogo a Appl, contendo traços- ϕ não valorados e a capacidade de atribuir Caso via *Agree*, a única coisa que realmente mudará nessa estrutura com

relação aos depoentes ativos é o papel- θ de base do argumento que se torna sujeito sintático. Para fins de completude da análise, retomemos os passos gerais.

Raiz e v se concatenam, e v introduz o argumento interno (“ações humanas”; tema). O núcleo EXP entra na estrutura a seguir, estabelecendo *Agree* com ele e introduzindo mais um argumento (“os deuses”; experienciador). Até aqui, tudo segue um experienciador básico. Mas, como essa raiz pressupõe agentividade, *Voice*_{DO} será projetado. Como não há mais nenhum DP, entra a variável. O argumento de EXP, que é o mais alto, sobe para satisfazer o EPP, e ganha o estatuto de sujeito sintático. Em PF, a ausência de Caso na variável motivará sua incorporação. *Deī*, que se deslocou da sua posição inicial, recebe nominativo, por não ser c-comandado por nenhum DP, e *hūmānās āctiōnēs*, que é c-comandado, recebe acusativo. Em LF, a agentividade da ação, que permeia a interpretação como um todo, já que o papel- θ não pôde ser descarregado, sobrepõe-se ao experienciador. Assim, entende-se que o ato de julgar é “mental”, mas também envolve alguma volição.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Esse é o segundo tipo de depoente. Consideramos que o sistema captura as diferenças entre eles e os primeiros (médios transitivos), bem como entre os experienciadores agentivos e os não agentivos, de maneira satisfatória, e por isso estamos quase prontos para a última classe de depoentes. O que falta ainda é estabelecer um pouco mais conclusivamente a qual tipo de classificação de raiz os experienciadores não depoentes se inscrevem. Como adiantamos, por eles não projetarem *Voice*, precisam, no mínimo, ser de causa não especificada. A princípio, parece ser assim, pois podem ser passivizados (*Eurōpa ab Joue amābātur*; “Europa era amada por Júpiter”). Mas não é o que defendemos.

Caso se assuma que verbos experienciadores são de causa não especificada, deveriam ser irrestritos com relação à introdução de *Voice*, e deveríamos encontrar construções em que *amō* é usado com algum sentido mais volitivo, o que não ocorre. Outra observação é a de que o agente da passiva desses verbos mantém a mesma interpretação de experienciador que nas construções ativas, sendo algo inesperado caso se projete *Voice* acima de EXP. Por essas razões, argumentamos que as raízes desses verbos são internamente causadas. Num primeiro momento, isso parece significar que não deveriam poder ser passivizadas, mas não é o caso de verdade. Tenhamos em mente que a proposta de todo este estudo é, em suma, abolir o conceito de “voz passiva” enquanto um primitivo em favor de uma derivação simples, que apenas substitui um argumento pleno por um variável. Até agora, esse argumento era de *Voice*, mas nada impede que seja de outros núcleos.

Já vimos que a variável pode ocupar outras posições: como argumento de *v*, ela produz reflexivos; como argumento de Appl, reflexivos indiretos (benefactivos). Mas em ambos esses casos ela encontrava referente para se ligar. Até agora, apenas a variável de *Voice* ficava sem referência, desencadeando a incorporação. Isso ocorria porque o núcleo em si era obrigatório, então a variável surgia para cobrir a ausência de um argumento verdadeiro. E aqui, nos verbos experienciadores, é Appl que é obrigatório. Por conseguinte, existe a possibilidade lógica de que uma variável venha a ser introduzida por ele, na ausência de outro DP. Ela não poderá se ligar e, como resultado, ficará sem Caso e precisará se incorporar em PF. E isso será possível, pois, dada a ausência de *Voice*, linearmente ela se encontra imediatamente após T, o ponto final dos deslocamentos verbais. O resultado é a leitura de que alguém não especificado ou qualquer pessoa experiencia aquela ação (*Eurōpa amābātur* – “Ama-se Europa”, “Europa é amada”). Ainda é possível projetar o agente da passiva, delimitando esse referente.

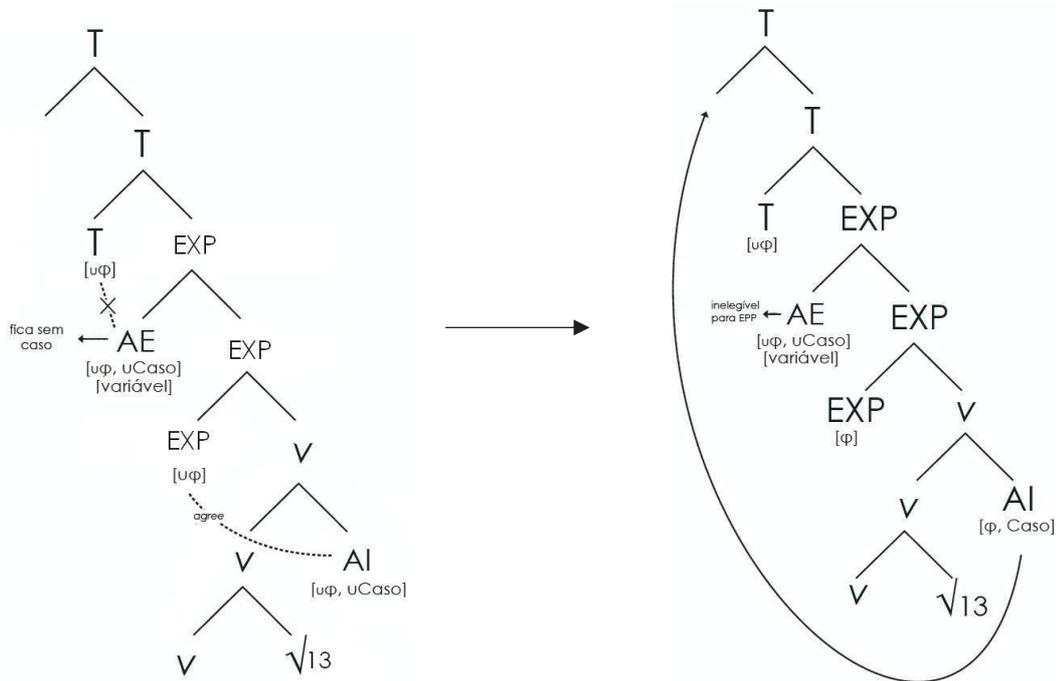
A estrutura dos experienciadores passivos representa a primeira vez em que a variável não ligada se originou fora de *Voice*. Essa importante mudança precisa de representação visual, para que fique demonstrada a sua viabilidade. Derivemos, então, a versão passiva da sentença em (61), que segue abaixo:

(61) Derivação de um experienciador passivo

Eurōpa (ab Joue) amābātur.

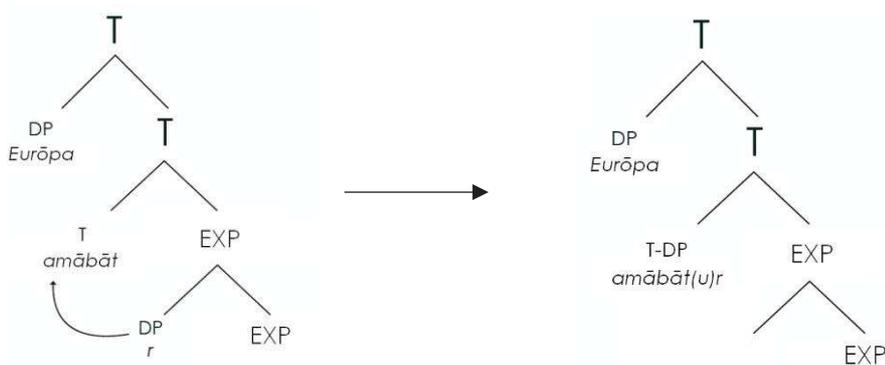
“Europa era amada (por Júpiter).”

a. Derivação sintática



A raiz 13 faz merge com *v* e introduz seu argumento (*Eurōpa*). Appl é obrigatório, então é o próximo núcleo a entrar na estrutura. Sua sonda estabelece *Agree* com o argumento interno. Appl requer um argumento, mas não há um. A variável desempenha seu papel de *default* e vai ocupar essa posição desta vez. Como a raiz 13 é internamente causada, não projeta *Voice*, e, logo, não há mais nenhum DP na estrutura. Isso significa que os traços- ϕ da variável não serão valorados. Com isso, o outro núcleo funcional da construção, T, também não valorará os seus. Para o EPP, só restou agora o argumento interno, e por isso ele sobe.

b. PF / Inserção de Vocabulário



Em PF, há um problema: o Caso da variável, novamente. Note-se que, felizmente, não haverá um *crash* aqui também, pois o argumento de EXP é linearmente adjacente a T. Ocorre o Deslocamento Local e a derivação converge.

Feitas as últimas considerações sobre os depoentes experienciadores, a última parada de toda esta pesquisa são os depoentes inacusativos, tema da próxima subseção.

7.2.2.3 Depoentes inacusativos

Os verbos que chamamos aqui de depoentes inacusativos são aqueles que não carregam nenhuma leitura agentiva e nem mesmo de experienciador. Nesses, o sujeito parece realmente sofrer ou ser tema da ação, como o que ocorre com o dos verbos inacusativos. Eles seriam como “inacusativos marcados”, de certo modo, e incluem termos como *nāscor* (“nascer”), *morior* (“morrer”) e *ferior* (“descansar do trabalho”). Esses verbos, na verdade, trazem questões contra a análise de Weisser (2012), que não prevê a possibilidade de depoentes inacusativos.

Antes de falarmos deles propriamente, cabe ressaltar que o latim possui inacusativos que não são depoentes: são os verbos de causa interna, como *crēscō* (“crescer”). Também, em certa medida, os experienciadores como *amō* podem ser vistos como inacusativos, já que não projetam *Voice* e são considerados de causa interna. Essas possibilidades já foram exploradas, não havendo necessidade de retomá-las aqui. O que é importante de fato nesse ponto do texto é deixar evidente que mesmo este fenômeno, a inacusatividade aliada à depoência, é apenas mais um efeito das possibilidades combinatórias oriundas do sistema linguístico. Trabalhamos até agora com quatro núcleos introdutores de argumento – *v*, *Voice*, *Appl* e *EXP* – e já vimos o que acontece quando o argumento de cada um é variável. Dentre tudo o que foi explorado até agora, resta uma única possibilidade lógica que ainda não foi abordada: uma estrutura sem *Voice* e com a variável em *Appl*. É exatamente a estrutura que propomos para o depoente inacusativo. Tal possibilidade existe em paralelo com a que gera os experienciadores passivos e, por isso, sua derivação será muito similar.

Para entender a motivação de como um verbo como esse se constrói, vamos retomar as ideias de classificação enciclopédica. Os depoentes inacusativos são internamente causados, nunca projetando o núcleo *Voice* e rejeitando leituras agentivas ou causativas – como os inacusativos canônicos. Mas eles também se configuram como ações que necessariamente requerem um ente adicional afetado/ envolvido com a ação, e daí a projeção do *Appl*. Isso, então, acarreta a introdução da variável, já que, a essa altura do desenvolvimento diacrônico

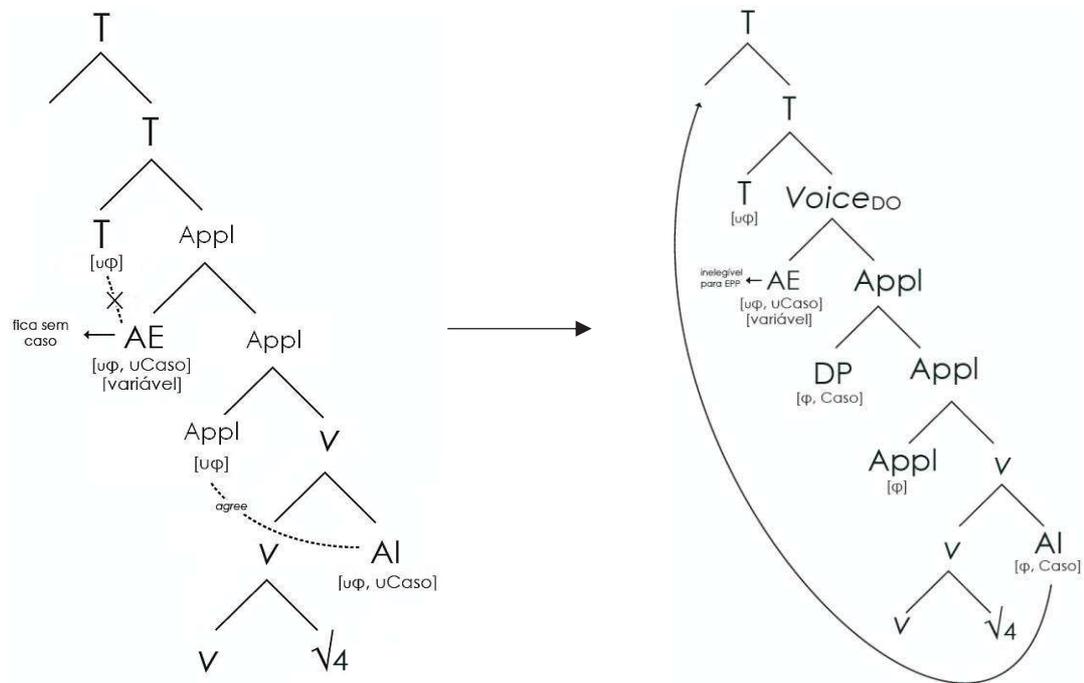
dos verbos, já se faz um uso deles com apenas um argumento pleno. Ela entrará por *default* e os mesmos passos já extensamente explorados se repetem, com o resultado final sendo um sufixo adicional no verbo, o *-r*. Nossa última representação arbórea, em (62), abaixo, registra visualmente esse processo.

(62) Derivação de um depoente inacusativo

Hērōēs dignī (bellīs) moriēbantur.

“Heróis de valor morriam (nas guerras).”

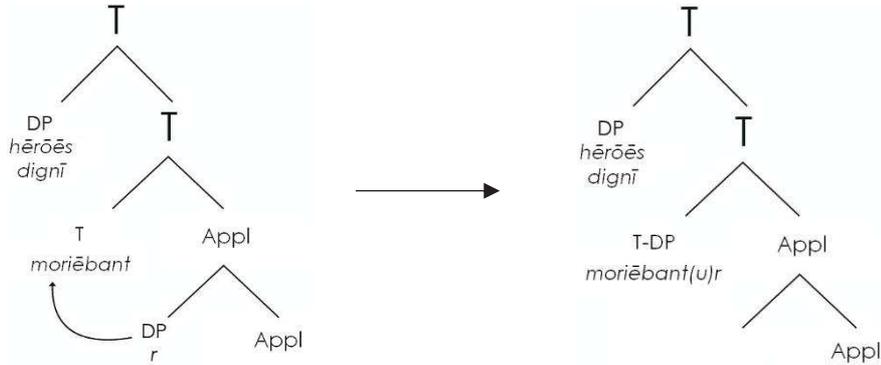
a. Derivação sintática



Para *morior*, estabelecemos o índice 4. Após seu *merge* com *v*, abre-se uma posição para um argumento tema, ou seja, aquele(s) que morre(m) (nas guerras) – aqui, os “heróis de valor”. Como essa raiz exige Appl, projeta-se esse núcleo em seguida, e ele estabelece *Agree* com o DP argumento de *v*. Caso e traços-φ são valorados. Appl precisa de um argumento, mas não há nada mais disponível da numeração. A variável entra por *default*. Já que não há *Voice* quando a raiz 4 é usada numa oração, o próximo núcleo é T, cujos traços-φ não serão valorados, pois o único DP ativo é a variável, que não os tem para compartilhar. Ela, em troca, fica sem Caso. O EPP busca seu próprio DP, e só o argumento de *v* está elegível. Ele então sobe e se torna sujeito

sintático. A parte sintática da derivação chega ao fim com a variável sem Caso e ela e T com traços- ϕ sem valoração.

b. PF / Inserção de Vocabulário



A atuação de PF é idêntica à que ocorreu com os experienciadores passivos: a variável sem Caso, ainda que não seja argumento de *Voice*, continua vizinha de T, porque não há outro núcleo intervindo entre eles. Ela então se incorpora, solucionando o problema do Caso. Como sempre, nesse momento também já terá ocorrido a cópia dos traços- ϕ do DP argumento interno movido para os nós inferiores, garantindo a concordância em T. E, como o argumento interno é o único DP, não é c-comandado e recebe nominativo.

Com essa discussão, exploramos todas as possibilidades de argumento variável, que resultam nas várias interpretações e configurações sintáticas. A seguir, fazemos um resumo das derivações vistas neste capítulo, para, então, concluir o trabalho.

7.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, nos dedicamos a derivar os contextos de SPR mais complexos do latim: o domínio médio e os depoentes. A sistematização de cada um deles vem a seguir.

- a. domínio médio: a variável não ligada ocupa a posição de argumento externo de um *Voice*_{DO}. A diferença para uma passiva/ impessoal é que há um núcleo Appl abaixo de *Voice* que introduz um argumento afetado. Ao mesmo tempo, *Voice*_{DO} força uma leitura agentiva. As duas informações convergem no argumento de Appl quando ele é promovido a sujeito. A variável não ligada se incorpora a T em PF.

b. depoentes: se dividem em três tipos:

(i) depoentes médios transitivos: a suposta leitura agentiva dos depoentes é efeito da interação de um *Voice*_{DO} cuja posição de *spec.* é ocupada pela variável com um argumento de Appl – ou seja, na verdade eles são médios. Por isso, seguem a derivação vista acima, em (a).

(ii) depoentes experienciadores: são similares aos médios, mas, ao invés de um núcleo Appl, possuem um núcleo EXP na mesma altura da estrutura sintática. A variável não ligada, localizada na posição de argumento externo, se incorpora a T em PF. A estrutura como um todo mantém algum grau de agentividade, porque o *Voice*_{DO} foi projetado.

(iii) depoentes inacusativos: não projetam *Voice*, mas contêm um núcleo Appl, e é nessa posição que se encontra a variável. Como ela é o DP mais alto, não poderá se ligar e incorrerá nos mesmos problemas dos outros domínios. Nessa estrutura, porém, não há *Voice*, então a variável fica linearmente adjacente a T e pode se incorporar a ele em PF.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa um esforço de caracterização e derivação de um fenômeno que abordamos sob o nome de “sincretismo passivo-reflexivo” (SPR), mais especificamente como ele se manifesta na língua latina. O SPR existe em diversas línguas e consiste na identidade de forma entre uma série de contextos morfossintáticos, em geral a voz passiva, os anticausativos, os impessoais, o contexto médio e os reflexivos. No latim, este último domínio não faz parte do sincretismo, mas, em contrapartida, há um outro domínio, o dos verbos depoentes.

Devido a este ser um fenômeno recorrente translinguisticamente, abordamos o trabalho sob a perspectiva de um modelo teórico de base universalizante, a Morfologia Distribuída, com o intuito de que a investigação empreendida aqui possa contribuir de maneira mais ampla para o entendimento do SPR, conceitualmente e em outras línguas.

Partimos de uma linha de análise desenvolvida em Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) para propor que a marca formal que se apresenta nesses contextos é na verdade um argumento incorporado. Esse argumento é uma variável, que, por não possuir referente, permanece sem Caso ao longo de toda a derivação, o que causaria o seu *crash*. Para evitar isso, em PF, é implementado o processo de Deslocamento Local, que a move para o domínio de T. Ela se torna uma forma presa e a necessidade de Caso se esvai. Essa sequência de operações, em diferentes configurações sintáticas, gera os diferentes contextos.

O desenvolvimento desse raciocínio se deu ao longo de sete capítulos, a começar por um de introdução, que apresentou rapidamente o objeto, os objetivos gerais e o mapa previsto para o trabalho. O segundo capítulo se dedicou a explorar os pressupostos da pesquisa de uma maneira mais ampla, embora ainda panorâmica, reservando um espaço específico para uma breve exposição do modelo da MD. A partir do terceiro capítulo, exploramos pontos específicos relevantes para nossa análise mais detalhadamente.

O capítulo 3 teve como objetivo descrever o do sincretismo e, mais especificamente, o passivo-reflexivo. Oferecemos, também, descrições para cada um dos fenômenos. No quarto capítulo, fizemos um percurso pela literatura disponível sobre o fenômeno do SPR, apontando seus pontos fortes e questionando aspectos que consideramos menos convincentes. No capítulo 5, iniciamos a construção da nossa proposta. Apresentamos derivações de verbos transitivos, reflexivos e de uma estrutura de SPR genérica, aplicando, ainda, regras de reajuste e outras operações morfológicas para alcançar a forma final realmente encontrada em latim.

Os dois últimos capítulos se dedicaram à derivação dos contextos propriamente ditos. Passivas, impessoais e anticausativos foram abordados no capítulo 6, com derivações rápidas, devido a se utilizarem de estrutura idêntica à desenvolvida no capítulo 5. Para o capítulo 7, reservamos o domínio médio e os depoentes, por serem mais complexos. Trouxemos novas contribuições teóricas para caracterizá-los e exploramos sua derivação e a de estruturas afins, como a de verbos de sujeito experienciador.

Com este oitavo capítulo, de conclusão, consideramos que os objetivos propostos foram alcançados, pois estabelecemos um sistema que contemplou todas as possibilidades que esse fenômeno demonstra em latim. Ademais, o trabalho foi acompanhado de reflexões de cunho mais amplo, que recorriam a trabalhos diversos e dados de outras línguas quando possível, de modo que nossas respostas se construíram de maneira a tentar contemplar possibilidades que não se limitam ao latim. Assim, acreditamos que o sistema construído pode ser aplicado sem a necessidade de alterações na sua constituição fundamental também a outras línguas, o que seria vantajoso para uma caracterização ainda mais ampla do fenômeno.

O trabalho também abre possibilidades para outros estudos ainda dentro da morfologia do latim. Exploramos, aqui, especificamente as construções sintéticas da língua, mas há todo um outro conjunto de formações analíticas que também são sincréticas. Além disso, as formas não finitas se comportam de maneiras nem sempre previsíveis, particularmente as dos verbos depoentes. A exploração dos diversos infinitivos e participios tem, portanto, muito a dizer sobre a organização interna desses verbos.

Para fora da língua latina, numa perspectiva mais geral, a pesquisa avançou em tópicos de grande relevância e debate na literatura, como a natureza das anáforas, sabores de *Voice*, o núcleo Appl, atribuição de Caso, operações de PF e valoração de traços. Em especial, algumas ideias menos ortodoxas que outras foram implementadas no trabalho, como a concepção de ligação como *Agree*, a aplicação de um sistema de Caso morfológico, de um núcleo exclusivo para argumentos experienciadores e a reanálise de dados clássicos de pseudoincorporação como Deslocamento Local. Revisitar fenômenos sob a perspectiva dessas contribuições pode oferecer novas possibilidades de análise, sendo as contribuições nesse sentido bastante amplas.

De maneira geral, então, consideramos que o trabalho promove um avanço válido para a sistematização desse fenômeno em latim e que, devido às discussões que o percurso levantou, possui o potencial de suscitar ainda mais pesquisas em diversos tópicos.

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Paolo. Roots and lexicality in Distributed Morphology. In: **Fifth York-Essex Morphology Meeting (YEMM), 9th February and 10th February 2008, Department of Language and Linguistic Science, University of York. University of York.** Department of Language and Linguistic Science, 2009.
- ADAMS, James N. A typological approach to Latin word order. **Indogermanische Forschungen**, 81, p. 70-86, 1976
- ADGER, David. **Core syntax: A minimalist approach**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ALEXIADOU, Artemis. On the morpho-syntax of (anti-) causative verbs. **Syntax, lexical semantics and event structure**, p. 177-203, 2010.
- ALEXIADOU, Artemis. Where is non-active morphology. In: **Proceedings of the 20th conference on Head-driven phrase structure grammar**, p. 244-262, 2013.
- ALEXIADOU, Artemis. Active, middle, and passive: the morpho-syntax of Voice. **Catalan Journal of Linguistics**, v. 13, p. 19-40, 2014.
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. **Phases of interpretation**, v. 91, p. 187-211, 2006.
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. **External arguments in transitivity alternations: A layering approach**. Oxford Studies in Theoretical Linguistics, 2015.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SEVDALI, Christina. Case alternations in Ancient Greek passives and the typology of Case. **Language**, v. 91, n. 2, p. 442-481, 2015.
- ARONOFF, Mark. **Morphology by itself: Stems and inflectional classes**. MIT press, 1994.
- BAERMAN, Matthew; BROWN, Dunstan; CORBETT, Greville G. **The syntax-morphology interface: A study of syncretism**. Cambridge University Press, 2005.
- BAKER, Mark C. **Incorporation: A theory of grammatical function changing**. 1988.
- BAKER, Mark C. Pseudo noun incorporation as covert noun incorporation: Linearization and crosslinguistic variation. **Language and Linguistics**, v. 15, n. 1, p. 5-46, 2014.
- BALDI, Philip. **The foundations of Latin**. Walter de Gruyter, 2002.
- BAUER, Brigitte. Word order. **New perspectives on historical Latin syntax**, v. 1, p. 241-316, 2009.

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Nova Fronteira, 2012.
- BOBALJIK, Jonathan. **Morphosyntax: The syntax of verbal inflection**. Massachusetts Institute of Technology, 1995.
- BOBALJIK, Jonathan; WURMBRAND, Susi. Suspension across domains. **Distributed morphology today: Morphemes for Morris Halle**, p. 185-198, 2013.
- BORER, Hagit. The grammar machine. **The unaccusativity puzzle: Explorations of the syntax-lexicon interface**, v. 5, p. 288-331, 2004.
- BORER, Hagit. **Structuring sense**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BORER, Hagit. **Structuring Sense: Volume III: Taking Form**. Oxford University Press, 2013.
- BORER, Hagit. The syntactic domain of content. **Generative linguistics and acquisition: Studies in honor of Nina M. Hyams**, p. 205-248, 2013.
- BORER, Hagit. The category of roots. In: **The Roots of Syntax**. Oxford University Press, 2014.
- BRØNDAL, Viggo. **Compensation et variation, deux principes de linguistique générale**, 1940.
- BRØNDAL, Viggo. **Essais de linguistique générale**. Ejnar Munksgaard, 1943.
- CALABRESE, Andrea. Investigations on markedness, syncretism and zero exponence in morphology. **Morphology**, v. 21, n. 2, p. 283-325, 2011.
- CALABRESE, Andrea. Allomorphy in the Italian passato remoto: A Distributed Morphology analysis. **Korean Journal of Linguistics**, v. 18, p. 1-75, 2012.
- CARVALHO, Janayna Maria da Rocha. **A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.
- CARVALHO, Janayna Maria da Rocha. A relação entre a presença do núcleo Voice e o clítico SE no português brasileiro. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 34, n. 2, p. 661-688, 2018.
- CHIERCHIA, Gennaro. Anaphora and attitudes de se. **Semantics and contextual expression**, v. 11, p. 1-31, 1989.
- CHIERCHIA, Gennaro. its Syntactic Consequences. **The unaccusativity puzzle: Explorations of the syntax-lexicon interface**, v. 5, p. 22, 2004.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. 1981.

CHOMSKY, Noam. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. MIT press, 1982.

CHOMSKY, Noam. A minimalist program for linguistic theory. **The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger**, 1993.

CHOMSKY, Noam. Categories and transformations. **The minimalist program**, v. 219, p. 394, 1995.

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. **MIT occasional papers in linguistics**, v. 18, 1999.

CHOMSKY, Noam. **The architecture of language**. 2000.

CHOMSKY, Noam. **Beyond explanatory adequacy**. MIT Cambridge, 2001.

CHOMSKY, Noam. Approaching UG from below. **Interfaces+ recursion= language? Chomsky's minimalism and the view from syntax-semantics**, p. 1-29, 2007.

CHOMSKY, Noam. On phases. **Current Studies in Linguistics Series**, v. 45, p. 133, 2008.

CONTE, Gian Biagio; BERTI, Emanuele; MARIOTTI, Michela. **La sintassi del latino**. Mondadori Education, 2006.

DORON, Edit; RAPPAPORT-HOVAV, Malka. A unified approach to reflexivization in Semitic and Romance. **Brill's Journal of Afroasiatic Languages and Linguistics**, v. 1, n. 1, p. 75-105, 2009.

DOWTY, Dowty. **Word meaning and Montague grammar**. Dordrecht: Reidel, 1979.

EMBICK, David. Features, syntax, and categories in the Latin perfect. **Linguistic inquiry**, v. 31, n. 2, p. 185-230, 2000.

EMBICK, David. Unaccusative syntax and verbal alternations. **The unaccusativity puzzle: Explorations of the syntax-lexicon interface**, p. 137-158, 2004.

EMBICK, David. Linearization and local dislocation: Derivational mechanics and interactions. **Linguistic analysis**, v. 33, no. 3-4, p. 303-336, 2007.

EMBICK, David. **Localism versus globalism in morphology and phonology**. MIT Press, 2010.

EMBICK, David. **The morpheme: A theoretical introduction**. Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2015.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Locality in post-syntactic operations. **MIT working papers in linguistics**, v. 34, n. 265-317, 1999.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement operations after syntax. **Linguistic inquiry**, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed morphology and the syntax/morphology interface. **The Oxford handbook of linguistic interfaces**, v. 289324, 2007.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina**. Livraria Acadêmica, 1958.

FOLLI, Raffaella; HARLEY, Heidi. Flavors of v. In: **Aspectual inquiries**, p. 95-120. Springer, Dordrecht, 2005.

GENIUSIENE, Emma. **The typology of reflexives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1987.

GRESTENBERGER, Laura. Deponency as reanalysis: A diachronic account of voice mismatches. **Vienna: Concordia University/ University of Vienna, MS**, 2017.

HALLE, Morris. Impoverishment and fission. In: **Papers at the Interface**, n. 30, p. 425-449. MIT Cambridge, 1997.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. Hale. **The View from Building 20**, 1993.

HALLE, Morris; VAUX, Bert. **Theoretical aspects of Indo-European nominal morphology: The nominal declensions of Latin and Armenian**. 1998.

HARIZANOV, Boris. Clitic doubling at the syntax-morphophonology interface. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 32, n. 4, p. 1033-1088, 2014.

HARLEY, Heidi Britton. **Subjects, events, and licensing**. Massachusetts Institute of Technology, 1995.

HARLEY, Heidi. Getting morphemes in order: Merger, affixation, and head movement. **Diagnosing syntax**, p. 44-74, 2011.

HARLEY, Heidi. External arguments and the Mirror Principle: On the distinctness of Voice and v. **Lingua**, v. 125, p. 34-57, 2013.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. **Theoretical linguistics**, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Distributed morphology. **Glott international**, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: Evidence from nominalizations. **The lexicon-encyclopedia interface**, v. 349374, 2000.

HASPELMATH, Martin; SIMS, Andrea D. **Understanding morphology**. Routledge, 2013.

HAUGEN, Jason D.; SIDDIQI, Daniel. Roots and the derivation. **Linguistic Inquiry**, v. 44, n. 3, p. 493-517, 2013.

HEINAT, Fredrik. Why phrases probe. **The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics**, v. 5, p. 33-63, 2005.

HEINAT, Fredrik. Probes, pronouns, and binding in the minimalist program. **The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics**, v. 6, p. 19-37, 2006.

HEINAT, Fredrik. Binding condition C and derivation by phase. **Manninen & Paradis**, 2006.

HJELMSLEV, Louis. **La catégorie des cas: étude de grammaire générale**. 1935.

HOLMBERG, Anders. Scandinavian stylistic fronting: How any category can become an expletive. **Linguistic inquiry**, v. 31, n. 3, 445-483, 2000.

HOLMBERG, Anders. Is there a little pro? Evidence from Finnish. **Linguistic inquiry**, v. 36, n. 4, 533-564, 2005.

JAKOBSON, Roman. Contribution to the general theory of case. **On Language**. Harvard University Press: Cambridge, p. 332-385, 1936.

KALLULLI, Dalina. A unified analysis of passives and anticausatives. In: **Proceedings of Sinn und Bedeutung**. 2006. p. 171-182.

KALLULLI, Dalina. Deponents and their like. **Non-canonical passives**, p. 205-337, 2013.

KEMMER, Suzanne. **The middle voice**. John Benjamins Publishing, 1993.

KIM, Kyumin. External Argument-Introducing Heads: Voice And Appl. In: **The end of argument structure**, p. 229-260, Brill, 2012.

KOONTZ-GARBODEN, Andrew. Anticausativization. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 27, n. 1, p. 77, 2009.

KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. In: **Phrase structure and the lexicon**, p. 109-137. Springer, Dordrecht, 1996.

KULIKOV, Leonid. **Voice typology**. 2011.

LARSON, Richard K. On the double object construction. **Linguistic inquiry**, v. 19, n. 3, p. 335-391, 1988.

LAZZARINI-CYRINO, João Paulo. **O sincretismo passivo-reflexivo: um estudo translinguístico**. Universidade de São Paulo, 2015.

LEBEAUX, David. The feature+ affected and the formation of the passive. In: **Thematic Relations**, p. 243-261. Brill, 1988.

LEBEAUX, David. Relative clauses, licensing, and the nature of the derivation. In: **Perspectives on phrase structure: Heads and licensing**, p. 209-239. Brill, 1991.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT-HOVAV, Malka. Unaccusativity: At the syntax-semantics interface. **Linguistic Inquiry Monograph**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LEVIN, Theodore Frank. Pseudo noun incorporation is M-Merger: evidence from Balinese. In: **LSA Annual Meeting Extended Abstracts**, p. 18-1-5, 2014.

LEVIN, Theodore Frank. **Licensing without case**. MIT, 2015.

LIN, Tzong-Hong. **Light verb syntax and the theory of phase structure**. University of California, 2001.

MAGNI, Elisabetta. The evolution of Latin word (dis)order. In: **Universals of language today**, p. 225-251. Springer: Dordrecht, 2009.

MARANTZ, Alec. **On the nature of grammatical relations**. Cambridge (Mass.), 1984.

MARANTZ, Alec. Case and licensing. **Eastern States Conference on Linguistics**, 1991.

MARANTZ, Alec. **Cat as a phrasal category**. MIT, 1996.

MARANTZ, Alec. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 14, 1997.

MARANTZ, Alec. **Words and things**. Ms. MIT, 2001.

MARANTZ, Alec. Verbal argument structure: Events and participants. **Lingua**, v. 130, p. 152-168, 2013.

MASSAM, Diane. Pseudo noun incorporation in Niuean. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 19, n. 1, p. 153-197, 2001.

MCGINNIS, Martha. **Semantic and morphological restrictions in experiencer predicates**, 2002.

MÜLLER, Gereon. Movement from verb-second clauses revisited. **Language and Logos: Studies in Theoretical and Computational Linguistics**, v. 72, p. 97, 2010.

NOYER, Rolf. **Features, Positions and Affixes in Autonomous Morphological Structure**. Garland Publishing, New York, 1997.

OLTRA-MASSUET, Maria Isabel. **On the notion of theme vowel: A new approach to Catalan verbal morphology**. Massachusetts Institute of Technology, 1999.

OZTURK, Balkiz. Pseudo-incorporation of agents. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 11, n. 1, p. 17, 2005.

PESETSKY, David Michael. **Zero syntax: Experiencers and cascades**. MIT press, 1996.

PINKSTER, Harm. **Sintassi e semantica latina**. Rosenberg and Sellier, 1991.

PFAU, Roland. **Features and categories in language production**. Universität Frankfurt, 2000.

PFAU, Roland. **Grammar as processor: a distributed morphology account of spontaneous speech errors**. John Benjamins Publishing Company, 2009.

PREMINGER, Omer. **Agreement as a fallible operation**. Massachusetts Institute of Technology, 2011.

PREMINGER, Omer. That's not how you agree: A reply to Zeijlstra. **The Linguistic Review**, v. 30, n. 3, p. 491-500, 2013.

PUJALTE, Mercedes; SAAB, Andrés. Syncretism As PF-Repair: The Case Of SE-Insertion In Spanish. In: **The end of argument structure**, p. 229-260. Brill, 2012.

PYLKKÄNEN, Liina. Deriving adversity. In: **WCCFL 19 Proceedings**, p. 399-410, 2000.

PYLKKÄNEN, Liina. **Introducing arguments**. MIT press, 2008.

REINHART, Tanya. **Syntactic effects of lexical operations: Reflexives and unaccusatives**. OTS Working Papers in Linguistics, 1997.

REINHART, Tanya. **Strategies of anaphora resolution**. 2000.

REINHART, Tanya. The theta system—an overview. **Theoretical linguistics**, v. 28, n. 3, p. 229-290, 2002.

REINHART, Tanya; SILONI, Tal. The lexicon-syntax parameter: reflexivization and other arity operations. **Linguistic inquiry**, v. 36, n. 3, p. 389-436, 2005.

REULAND, Eric. Primitives of binding. **Linguistic inquiry**, v. 32, n. 3, p. 439-492, 2001.

SAAB, Andrés. Deconstructing Voice. The syntax and semantics of u-syncretism in Spanish. **Glossa: a journal of general linguistics**, v. 5, n. 1, 2020.

SCHÄFER, Florian. **The syntax of (anti-) causatives: External arguments in change-of-state contexts**. John Benjamins Publishing, 2008.

TRAVIS, Lisa de Mena. **Parameters and effects of word order variation**. Massachusetts Institute of Technology, 1984.

WEISSER, Philipp. Mismatch verbs: a unified account of unaccusatives and deponents. In: **Morphology and Meaning**, p. 315-330. John Benjamins, 2012.

WEISSER, Philipp. **The Distributed Morphology Perspective on Clitics**. Universität Leipzig, 2019.

WILLIAMS, Edwin. Argument structure and morphology. **The linguistic review**, v. 1, n. 1, p. 81-114, 1981.

XU, Zheng; ARONOFF, Mark; ANSHEN, Frank. Deponency in Latin. In: **Proceedings of the British Academy**. Oxford University Press Inc., 2007.

YOON, Hang-Jin. Expletive it in English. **Studies in Generative Grammar**, v. 11, 543-562, 2001.

ZOMBOLOU, Katerina; ALEXIADOU, Artemis. The canonical function of the deponent verbs in Modern Greek. In: **Morphology and Meaning. Selected Papers from the 15th International Morphology Meeting, Vienna**, p. 331-44, 2012.